



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE HISTÓRIA
LICENCIATURA**

CAMPUS JAGUARÃO

OUTUBRO, 2016



REITOR

Marco Antônio Fontoura Hansen

VICE-REITOR

Maurício Aires Vieira

PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO

Ricardo Carpes

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

Alessandro Gonçalves Girardi

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E CULTURA

Nádia Fátima dos Santos Bucco

PRÓ-REITOR DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS

Sandro Burgos Casado Teixeira

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Evelton Machado Ferreira

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E INFRAESTRUTURA

Luís Hamilton Tarragô Pereira Jr.

PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS

César Augustus Techemayer

DIRETORA DO CAMPUS

Ana Cristina Rodrigues

COORDENADOR ACADÊMICO DO CAMPUS

Rafael da Costa Campos

COORDENADORA ADMINISTRATIVA DO CAMPUS

Lorena Telis

COORDENADORES DO CURSO

Edison Bisso Cruxen

Cássia Daiane Macedo Silveira

ORGANIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DO PROJETO

Da Comissão de Elaboração

Caiuá Cardoso Al-Alam - Professor Integrante

Cássia Daiane Macedo Silveira – Professora Integrante

Edison Bisso Cruxen - Professor Integrante

Günter Tlajja Leipnitz - Professor Integrante

Jônatas Marques Caratti - Professor Integrante

Letícia de Faria Ferreira – Professora Integrante

Rafael da Costa Campos - Professor Integrante

Renata Dal Sasso Freitas – Professora Integrante

Coordenadores da Comissão

Edison Bisso Cruxen

Cássia Daiane Macedo Silveira

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)
DO CURSO DE HISTÓRIA-LICENCIATURA

Edison Bisso Cruxen
Günter Tlajja Leipnitz
Jônatas Marques Caratti
Letícia de Faria Ferreira
Renata Dal Sasso Freitas

COMISSÃO DE CURSO – HISTÓRIA-LICENCIATURA

Dr. Caiuá Cardoso Al-Alam
Dr. Cássia Daiane Macedo Silveira
Dr. Edison Bisso Cruxen
Dr. Günter Tlajja Leipnitz
Ms. Jônatas Marques Caratti
Dra. Letícia de Faria Ferreira
Dr. Rafael da Costa Campos
Dr. Renata Dal Sasso Freitas
Ms. Vagner Silva Cunha

SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO	8
APRESENTAÇÃO	9
1. CONTEXTUALIZAÇÃO INSTITUCIONAL	10
1.1. UNIPAMPA Histórico de Implantação e Desenvolvimento da Instituição	10
1.1.1. Perfil, Missão e Visão institucional.	15
1.2. Contexto e Região de Inserção da UNIPAMPA e do Campus Jaguarão	16
1.3. Justificativa para Criação do Curso de História-Licenciatura	27
1.4. Pressupostos Legais e Normativos	31
2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	34
2.1. Concepção de Curso	34
2.1.1. Contextualização e Perfil do Curso de História-Licenciatura	34
2.1.1.1. História	39
2.1.1.2. Atuação profissional e mercado de trabalho	39
2.1.2. Objetivos	40
2.1.2.1. Objetivo Geral	40
2.1.2.2. Objetivos Específicos	40
2.1.3. Perfil e Habilidade do Egresso	40
2.2. Dados do Curso	44
2.2.1. Administração Acadêmica	44
2.2.1.1. Núcleo Docente Estruturante (NDE)	44
2.2.1.2. Comissão do Curso de História-Licenciatura e Comissão do Curso	45
2.2.2. Funcionamento do Curso	46
2.2.3. Formas de Ingresso	47
2.3. Organização Curricular	49

2.3.1. Requisitos para integralização curricular	49
2.3.1.1. Atividades Complementares de Graduação (ACGs)	50
2.3.1.2. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	54
2.3.1.3. Estágios Supervisionados do Curso de História-Licenciatura	55
2.4. Organização dos Estágios	57
2.4.1. Estágios Curriculares Supervisionados	57
2.4.2. Estágios não Curriculares	63
2.4.3. Prática como Componente Curricular	64
2.4.4. Plano de Integralização da Carga Horária	66
2.4.5. Metodologias de Ensino e Avaliação	70
2.4.5.1. Metodologia de Ensino e Avaliação dos Processos de Ensino Aprendizagem	70
2.4.6. Matriz Curricular	74
2.5. Apresentação e Organização dos Eixos Integradores	76
2.5.1. Eixo Integrador Saberes Formativos	76
2.5.1.1. Componentes Curriculares do Subeixo Saberes da História	77
2.5.1.2. Componente Curricular do Subeixo Saberes Teóricos e Interdisciplinares	79
2.5.1.3. Componente Curriculares do Subeixo Saberes Pedagógicos	81
2.5.2. Eixo Integrador Aprofundamento e Investigação	83
2.5.3. Eixo Integrador Vivências e Enriquecimento Curricular	84
2.6. Migração Curricular	96
2.7. Ementário	97
2.7.1. Componentes Curriculares Obrigatórios	97
2.7.2. Ementário Componentes Complementares de Graduação	120
2.8. Flexibilização Curricular	136
3. RECURSOS	137
3.1. Corpo Docente	137

3.2. Corpo Discente	139
3.3. Infraestrutura	139
3.3.1. Laboratórios	140
4. AVALIAÇÃO	142
4.1. Avaliação Institucional pela Comissão Própria de Avaliação	142
4.2. Auto avaliação do Curso	143
4.3. Acompanhamento dos Egressos	143
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	145
APÊNDICES	153
Apêndice A - Normativa de Trabalho de Conclusão de Curso	153
Apêndice B - Normativa de Estágio Supervisionado	170
Apêndice C – Migrações: Equivalências de Componentes Curriculares	179

IDENTIFICAÇÃO

1 - UNIVERSIDADE

- **Mantenedora:** Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA
- **Lei de Criação:** Lei 11.64011, 11 de janeiro de 2008.
- **Natureza Jurídica:** Fundação Federal

2 - ENDEREÇO

- Reitoria

Avenida General Osório, n.º 900
Fone: + 55 53 3240-5400
Fax: + 55 53 3241-5999
CEP 96400-100 – Bagé/RS

- Pró-Reitoria de Graduação

Avenida General Osório, n.º 1139 – 1º Andar
CEP 96400-100 – Bagé/RS
Fone: + 55 53 3240-5400 Ramal 4803 (Gabinete)
Fone: + 55 53 3240-5436 (Geral)
E-mail: prograd@unipampa.edu.br

- Campus Jaguarão – História-Licenciatura

Rua: Conselheiro Diana, nº650
CEP:96300-000 - Cidade: Jaguarão/RS
Fone: + 55 53 3266-9400 e + 55 53 9 9978-2276
Site: <http://porteiras.unipampa.edu.br/jaguarao/>
E-mail: jaguarao@unipampa.edu.br

3 - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

- 1) Nome: História-Licenciatura
- 2) Campus: Jaguarão
- 3) Grau: Licenciatura
- 4) Turno: Noite
- 5) Integralização: 10 semestres/ 5 anos/ 3285 horas
- 6) Número de vagas: 50
- 7) Portaria de Reconhecimento do Curso: n. 211, de 31 de outubro de 2014.

APRESENTAÇÃO

Apresentamos o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de História – Licenciatura, da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), resultado da busca pela qualificação do processo de formação de novos docentes de História. Objetiva-se, desta forma, contribuir para o desenvolvimento de competências e habilidades pertinentes à formação de um profissional observador, questionador, crítico do contexto social, cultural e político em que vive e em que atuará como docente de História. Além disso, busca-se instrumentalizar, através do curso aqui apresentado, o futuro profissional para atuar nas novas demandas do educador em História, que não mais estão limitadas aos espaços educacionais escolares, mas, igualmente, atingem outros setores do mundo contemporâneo, onde a presença do historiador coloca-se imprescindível, como por exemplo: museu, arquivos, memoriais, instituições culturais, órgão de planejamento turístico e culturais, espaços de gestão, avaliação e educação para o patrimônio, entre outros.

Apresenta-se, portanto, as bases pedagógicas e metodológicas do curso, sua justificativa, considerando o contexto em que o Curso de História – Licenciatura está inserido, bem como questões referentes à sua estrutura, funcionamento e organização curricular. Destaca-se, contudo, que este documento é fruto de uma construção coletiva que envolveu a Comissão de Curso e o NDE - Núcleo Docente Estruturante.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO INSTITUCIONAL

1.1. UNIPAMPA: histórico de implantação e desenvolvimento da instituição

Caracterizada como *multicampi*, a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) tem sede em Bagé e em outros nove municípios na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul. Apresenta como desafio, contribuir para integrar e desenvolver a região de fronteira do Brasil com Uruguai e Argentina, impulsionando o desenvolvimento sustentável¹, com acesso à Educação Superior. A Universidade Federal do Pampa surge com a reivindicação da comunidade regional, que encontrou respaldo na política de expansão e renovação das instituições federais de Educação Superior atualmente promovida pelo governo federal. Esta política se propõe a contribuir com a região em que se edifica.²

Em 22 de Novembro de 2005, a reivindicação por parte de lideranças regionais, de outro espaço de Educação Superior gratuito e de qualidade com foco nas mudanças dos problemas locais, foi atendida mediante o Consórcio Universitário da Metade Sul, responsável, no primeiro momento, pela implantação da nova universidade.

O consórcio foi firmado mediante a assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Educação, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), prevendo a ampliação da Educação Superior no Estado. A instituição, com formato *multicampi*, estabeleceu-se em dez cidades do Rio Grande do Sul, com a Reitoria localizada em Bagé, à Rua General Osório, nº 900, Centro - CEP 96400-100. Coube à UFSM implantar os campi nas cidades de São Borja, Itaqui, Alegrete, Uruguai e São Gabriel e, à UFPel, os campi de Jaguarão, Bagé, Dom Pedrito, Caçapava do Sul e Santana do Livramento. A estrutura delineada se estabeleceu procurando articular as funções da Reitoria e dos campi, com a proposta de facilitar a descentralização e a integração dos mesmos. As instituições tutoras foram também responsáveis pela criação dos primeiros cursos da UNIPAMPA.

Em setembro de 2006, as atividades acadêmicas tiveram início nos campi vinculados à UFPel e, em outubro do mesmo ano, nos campi vinculados à UFSM. Nesse mesmo ano, entrou em pauta no Congresso Nacional o Projeto de Lei número 7.204/06, que propunha a criação da UNIPAMPA. E, em 11 de janeiro de 2008, a Lei 11.640, cria a Fundação Universidade Federal do Pampa, que fixa em seu artigo segundo:

¹O sociólogo Boaventura de Souza Santos, em um estudo sobre os caminhos da produção não capitalista, apresentando alternativas à produção para o lucro, com destaque para os trabalhos cooperativos e de associações, que contrapõem-se à lógica capitalista, apresenta o desenvolvimento sustentável como “desenvolvimento sem crescimento”, com a melhoria qualitativa da base física e econômica, mantendo num estado estável dentro das capacidades de regeneração e assimilação do ecossistema. Seria um desenvolvimento entendido como realização de potenciais, como passagem a um estado diferente e melhor em que as atividades econômicas podem desenvolver-se sem crescer. SANTOS, Boaventura de S. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 54.

² Cf. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. *Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018*.

A UNIPAMPA terá por objetivos ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional, mediante atuação multicampi na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul.³

Foram criados grupos de trabalho, grupos assessores, comitês ou comissões para tratar de temas relevantes para a constituição da nova universidade e que tentaram contemplar a participação de representantes dos dez campi.

A Universidade Federal do Pampa, em seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018, declara que:

através da integração entre ensino, pesquisa e extensão, assume a missão de promover a educação superior de qualidade, com vistas à formação de sujeitos comprometidos e capacitados a atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional.⁴

Adota os seguintes princípios orientadores de seu fazer:

- a) Formação acadêmica ética, reflexiva, propositiva e emancipatória, comprometida com o desenvolvimento humano em condições de sustentabilidade.
- b) Excelência acadêmica, caracterizada por uma sólida formação científica e profissional, que tenha como balizador a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, visando ao desenvolvimento da ciência, da criação e difusão da cultura e de tecnologias ecologicamente corretas, socialmente justas e economicamente viáveis, direcionando-se por estruturantes amplos e generalistas.
- c) Sentido público, manifesto por sua gestão democrática, gratuidade e intencionalidade da formação e da produção do conhecimento, orientado pelo compromisso com o desenvolvimento regional para a construção de uma Nação justa e democrática.⁵

Neste sentido, pretende-se uma Universidade que intente formar egressos críticos e com autonomia intelectual, construída a partir de uma concepção de conhecimento socialmente referenciado e comprometido com as necessidades contemporâneas locais e globais. Para tanto, é condição necessária uma prática pedagógica que conceba a construção do conhecimento como o resultado interativo da mobilização de diferentes saberes, que não se esgotam nos espaços e tempos delimitados pela sala de aula convencional; uma prática que articule o ensino, a pesquisa e a extensão como base da formação acadêmica, desafiando os sujeitos envolvidos a compreender a realidade e a buscar diferentes possibilidades de transformá-la. Neste sentido, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018, a política de ensino será pautada pelos seguintes princípios específicos:

1. Formação cidadã, que atenda ao perfil do egresso participativo, responsável, crítico, criativo e comprometido com o desenvolvimento;
2. Educação compromissada com a articulação entre os sistemas de ensino e seus níveis: educação básica e educação superior;

³ BRASIL, 2009.

⁴ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018, 2013, p. 13.

⁵ Idem, p.27-28..

3. Qualidade acadêmica, traduzida na coerência, na estruturação dos currículos, nas práticas pedagógicas, na avaliação e no conhecimento pautado na ética e comprometido com os interesses públicos;
4. Universalidade de conhecimentos, valorizando a multiplicidade de saberes e práticas;
5. Inovação pedagógica, que reconhece formas alternativas de saberes e experiências, objetividade e subjetividade, teoria e prática, cultura e natureza, gerando novos conhecimentos usando novas práticas;
6. Equidade de condições para acesso e permanência no âmbito da educação superior;
7. Consideração do discente como sujeito no processo educativo;
8. Incorporação da pesquisa como princípio educativo, tomando-a como referência para o ensino na graduação e na pós-graduação;
9. Promoção institucional da mobilidade acadêmica nacional e internacional, na forma de intercâmbios, estágios e programas de dupla titulação;
10. Implementação de uma política linguística no nível da graduação e pós-graduação que favoreçam a inserção internacional;

A concepção de pesquisa na UNIPAMPA está voltada para a construção de conhecimento científico básico e aplicado, de caráter interdisciplinar, e busca o estreitamento das relações com o ensino e a extensão, visando ao desenvolvimento da sociedade. A institucionalização da pesquisa deve ser capaz de ampliar e fortalecer a produtividade científica, promovendo atividades que potencializem o desenvolvimento local e regional de forma ética e sustentável. Os seguintes princípios orientam as políticas de pesquisa:

1. Formação de recursos humanos voltados para o desenvolvimento científico e tecnológico;
2. Difusão da prática da pesquisa no âmbito da graduação e da pós-graduação;
3. Produção científica pautada na ética e no desenvolvimento sustentável.
4. Incentivo a programas de colaboração internacional em redes de pesquisa internacionais.
5. Viabilização de programas e projetos de cooperação técnico-científico e intercâmbio de docentes no País e no exterior através de parcerias com programas de pós-graduação do País e do exterior.

Em relação às políticas de extensão, cujo principal papel é promover a articulação entre a universidade e a sociedade, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018, adotam-se os seguintes princípios específicos:

1. Valorização da extensão como prática acadêmica;
2. Impacto e transformação: a UNIPAMPA nasce comprometida com a transformação da Metade Sul do Rio Grande do Sul. Essa diretriz orienta que cada ação da extensão da Universidade se proponha a observar a complexidade e a diversidade da realidade dessa região, de forma a contribuir efetivamente para o desenvolvimento e a mitigação dos problemas sociais da região;
3. Interação dialógica: essa diretriz da política nacional orienta para o diálogo entre a Universidade e os setores sociais, numa perspectiva de mão dupla e de troca de

saberes. A extensão deve promover o diálogo externo com movimentos sociais, parcerias interinstitucionais, organizações governamentais e privadas. Ao mesmo tempo, deve contribuir para estabelecer um diálogo permanente no ambiente interno da Universidade;

4. Contribuição com ações que permitam a integralização do Plano Nacional de Educação;
5. Interdisciplinaridade: a partir do diálogo interno, as ações devem buscar a interação entre disciplinas, áreas de conhecimento, entre os campi e os diferentes órgãos da Instituição, garantindo tanto a consistência teórica, bem como a operacionalidade dos projetos;
6. Indissociabilidade entre ensino e pesquisa: essa diretriz se propõe a garantir que as ações de extensão integrem o processo de formação cidadã dos alunos e dos atores envolvidos. Compreendida como estruturante na formação do aluno, as ações de extensão podem gerar aproximação com novos objetos de estudo, envolvendo a pesquisa, bem como revitalizar as práticas de ensino pela interlocução entre teoria e prática, contribuindo tanto para a formação do profissional egresso, bem como para a renovação do trabalho docente. Nesse sentido, as atividades de extensão precisam ser reconhecidas no currículo com atribuição de créditos acadêmicos;
7. Incentivo às atividades de cunho artístico, cultural e de valorização do patrimônio histórico, colaborando com políticas públicas na esfera municipal, estadual e federal da cultura;
8. Apoio a programas de extensão interinstitucionais sob forma de consórcios, redes ou parcerias, bem como apoio a atividades voltadas para o intercâmbio nacional e internacional.

Atualmente são ofertados na instituição 63 cursos de graduação, entre bacharelados, licenciaturas e cursos superiores em tecnologia, com 3.240 vagas disponibilizadas anualmente, sendo que 53% delas são destinadas para candidatos incluídos nas políticas de ações afirmativas. Em março de 2016, a Instituição apresentava 810 docentes, 848 técnico-administrativos, 12.214 alunos de graduação e 1.189 alunos de pós-graduação. Este corpo de servidores proporcionam suporte para atender os discentes que podem realizar os seguintes cursos, ofertados nos 10 *Campi* da UNIPAMPA:

- Campus Alegrete: Ciência da Computação, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica; Engenharia Agrícola, Engenharia Mecânica, Engenharia de Software e Engenharia de Telecomunicações;

- Campus Bagé: Engenharia de Produção, Engenharia de Alimentos, Engenharia Química, Engenharia de Computação, Engenharia de Energia, Física-Licenciatura, Química-Licenciatura, Matemática-Licenciatura, Letras – Português -Licenciatura, Letras - Línguas Adicionais Inglês, Espanhol e Respectivas Literaturas - Licenciatura e Música-Licenciatura;

- Campus Caçapava do Sul: Geofísica, Ciências Exatas - Licenciatura, Geologia, Curso Superior de Tecnologia em Mineração e Engenharia Ambiental e Sanitária;

- Campus Dom Pedrito: Zootecnia, Enologia, Superior de Tecnologia em Agronegócio, Educação do Campo e Ciências da Natureza-Licenciatura;
- Campus Itaquí: Agronomia, Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Nutrição, Matemática-Licenciatura e Engenharia de Agrimensura;
- Campus Jaguarão: Pedagogia; Letras-Português e Espanhol - Licenciatura; História - Licenciatura, Curso Superior de Tecnologia em Turismo e Produção e Política Cultural-Bacharelado;
- Campus Santana do Livramento: Administração, Ciências Econômicas, Relações Internacionais, Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública e Direito;
- Campus São Borja: Cursos de Jornalismo, Comunicação Social – Publicidade e Propaganda, Relações Públicas, Serviço Social, Ciências Sociais – Ciência Política;
- Campus São Gabriel: Ciências Biológicas (Bacharelado e Licenciatura), Engenharia Florestal, Gestão Ambiental e Biotecnologia;
- Campus Uruguaiana: Enfermagem, Farmácia, Ciências da Natureza-Licenciatura, Medicina Veterinária, Curso Superior de Tecnologia em Aquicultura, Educação Física-Licenciatura, Medicina e Fisioterapia.

A oferta de alguns desses cursos contempla, também, o turno da noite em todos os campi, contribuindo assim para a ampliação do acesso de alunos trabalhadores ao Ensino Superior.

Além disso, a instituição busca avançar na oferta de cursos de pós-graduação, mestrados e especializações. Atualmente, na UNIPAMPA, encontram-se em funcionamento 17 (dezessete) programas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) e 32 (trinta e dois) programas de pós-graduação *lato sensu* (especialização), nos 10 (dez) *campi* da UNIPAMPA. São eles:

Modo *Stricto Sensu* - **Campus Alegrete:** Mestrado Acadêmico em Engenharia Elétrica; Mestrado Acadêmico em Engenharias. **Campus Bagé:** Mestrado Profissional em Ensino de Ciências; Mestrado Profissional em Ensino de Línguas; Mestrado Acadêmico em Computação Aplicada. **Campus Caçapava do Sul:** Mestrado Profissional em Tecnologia Mineral. **Campus Jaguarão:** Mestrado Profissional em Educação. **Campus Santana do Livramento:** Mestrado Acadêmico em Administração. **Campus São Borja:** Mestrado Profissional em Políticas Públicas. **Campus São Gabriel:** Mestrado Acadêmico em Ciências Biológicas; Doutorado em Ciências Biológicas. **Campus Uruguaiana:** Mestrado Acadêmico em Bioquímica; Mestrado Acadêmico em Ciência Animal; Mestrado Acadêmico em Ciências Farmacêuticas; Mestrado Acadêmico em Ciências Fisiológicas; Doutorado em Bioquímica; Doutorado em Ciências Fisiológicas.

Modo *Lato Sensu*: **Campus Alegrete:** Especialização em Engenharia Econômica. **Campus Bagé:** Especialização em Linguagem e Docência; Especialização em Educação e Diversidade Cultural; Especialização em Ensino de Literatura; Especialização em Processos Agroindustriais.

Campus Caçapava do Sul: Especialização em Geofísica e Geologia Aplicadas a Recursos Naturais e Meio Ambiente; Especialização em Educação Científica e Tecnológica. **Campus Dom Pedrito:** Especialização em Produção Animal; Especialização em Agronegócio; Especialização em Educação do Campo e Ciências da Natureza. **Campus Itaqui:** Especialização em Produção Vegetal. **Campus Jaguarão:** Especialização em Culturas, Cidades e Fronteiras; Especialização em Direitos Humanos e Cidadania; Especialização em Educação Ambiental; Especialização em Metodologia do Ensino de Línguas e Literatura; Especialização em Tecnologias Digitais e Educação. **Campus Santana do Livramento:** Especialização em Desenvolvimento de Regiões de Fronteira; Especialização em Gestão Estratégica de Pequenas e Médias Empresas; Especialização em Gestão Pública. **Campus São Borja:** Especialização em Políticas Públicas; Especialização em Serviço Social e Direitos Humanos; Especialização em Atividades Criativas e Culturais; Especialização em Políticas e Intervenção em Violência Intra-familiar. **Campus São Gabriel:** Especialização em Educação: Interdisciplinaridade e Transversalidade; Especialização em Gestão Pública e Meio Ambiente. **Campus Uruguiana:** Especialização em História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena; Especialização em Educação em Ciências; Especialização em Neurociência Aplicada à Educação; Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Urgência e Emergência; Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Coletiva; Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva; Programa de Residência Integrada em Medicina Veterinária.

O Campus Jaguarão, oferece os cursos de Gestão de Turismo (Tecnólogo), História-Licenciatura, Letras Português/Espanhol e Respectivas Literaturas-Licenciatura, Pedagogia-Licenciatura e Produção e Política Cultural (Bacharelado), com um total de 68 docentes, 33 técnicos administrativos e 709 discentes⁶.

1.1.1. Perfil, Missão e Visão institucional

A Universidade Federal do Pampa nasceu para garantir “[...] o direito à educação superior pública e gratuita por parte dos grupos que historicamente estiveram à margem deste nível de ensino”⁷. Neste sentido, sua missão busca, através da integração das atividades de pesquisa, ensino e extensão, “[...] promover a educação superior de qualidade, com vistas à formação de sujeitos comprometidos e capacitados a atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional”⁸.

Sua visão, de acordo com o mesmo documento, por sua vez, está pautada em “constituir-se como instituição acadêmica de reconhecida excelência, integrada e comprometida com o desenvolvimento e principalmente com a formação de agentes para atuar em prol da região, do

⁶ Dados retirados da página web da UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA (Unipampa em Números/2016).

⁷ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018. Bagé, 2013. p.13

⁸ Idem. Ibidem. p.13

país e do mundo”⁹.

1.2. Contexto e Região de Inserção da UNIPAMPA e do Campus Jaguarão

Contando com uma população de 28.310 habitantes¹⁰, o município de Jaguarão está situado no extremo sul do Estado do Rio Grande do Sul, limitando-se com o município de Arroio Grande ao norte e nordeste, com o município de Herval ao norte e noroeste, com o rio Jaguarão ao oeste, sudoeste e sul (o município uruguaio de Rio Branco está localizado na outra margem do rio), e com a Lagoa Mirim ao leste e sudeste. Estes conformam uma região de fronteira, território que, à primeira vista, é caracterizado como espaço distante das esferas de influência política e de desenvolvimento econômico propagado a partir dos grandes centros urbanos e capitais estaduais. Estas localidades contam, quase sempre, com interferências bastante tênues dos principais mecanismos de atuação do Estado, à exceção do aparato de fiscalização militar e aduaneiro que controla os fluxos de entrada e saída de bens de consumo provenientes do mercado externo. Como tem sido o caso dos estados da Região Sul do Brasil, a criação do Mercado Comum do Sul-MERCOSUL proporcionou eventuais transformações no panorama político, econômico e social das regiões de fronteira.

⁹ Idem. Ibidem. p.13

¹⁰ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. População estimada de Jaguarão em 2015. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=431100> . Acesso em 15 de agosto de 2016.

Mapa da divisão municipal do Rio Grande do Sul, com destaque (em branco) para Jaguarão e seu entorno.¹¹



Nestas localidades, os fluxos econômicos conjunturais têm ditado a dinâmica das interações entre as cidades fronteiriças, mediante contínuas alterações no gradiente cambial e nos preços dos produtos comercializados, determinando o sentido dos fluxos de mercadorias e os impactos dinamizadores ou retrativos do controle do capital entre as chamadas “cidades-gêmeas” – municípios vizinhos de nacionalidades diferentes e separados geograficamente pela linha territorial política.

Neste sentido, Jaguarão relaciona-se com a cidade uruguaia de Rio Branco, e esta tem observado desde o ano de 2003 uma profunda transformação política e socioeconômica, com a

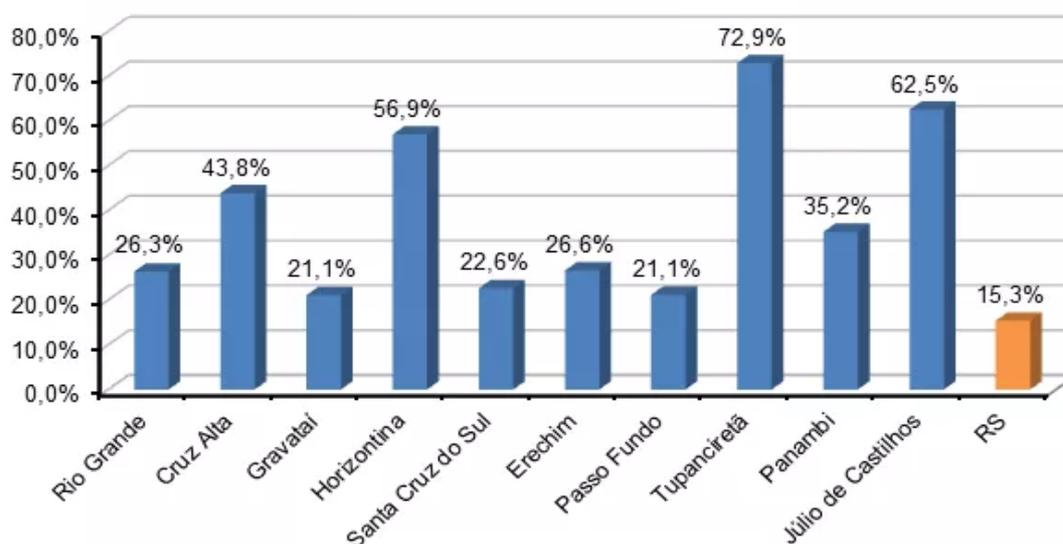
¹¹ Adaptado de *Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul*. Índice de Mapas. Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=630>. Acesso em 09 de agosto de 2012.

inauguração de uma zona de livre comércio. Basicamente agrícola, a economia da região contava, até o final da década de 1990, com certo predomínio de uma pequena atividade comercial do lado brasileiro em que os uruguaios – até então privilegiados pela variação cambial – eram responsáveis pelo aquecimento econômico do setor. Entretanto, a partir do referido ano, a valorização da moeda brasileira fez com que boa parte dos comerciantes uruguaios e inclusive brasileiros transferisse sua atuação para os “free-shops”, em Rio Branco.

O setor de serviços se fortaleceu, tornando-se majoritário na economia local e acompanhando, assim, o cenário estadual e nacional. Seu crescimento é vertiginoso e alavanca os dados econômicos de Jaguarão, mesmo com a estagnação do campo, da indústria e as oscilações da agropecuária devido, provavelmente, aos períodos de estiagens em que a região constantemente é atingida. Após o último censo feito pelo IBGE no ano de 2012, contamos com alguns novos indicadores¹² expostos que atualizam dados comparativos gerais sobre o estado do Rio Grande do Sul, dos quais apresentamos mais especificamente Jaguarão, que em 2009 ocupava a 100ª posição e que, quatro anos mais tarde, desceu oito degraus, passando a ocupar a 108ª posição¹³.

Gráfico 1

Crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) nos municípios com os 10 maiores ganhos absolutos de participação, no Rio Grande do Sul — 2013



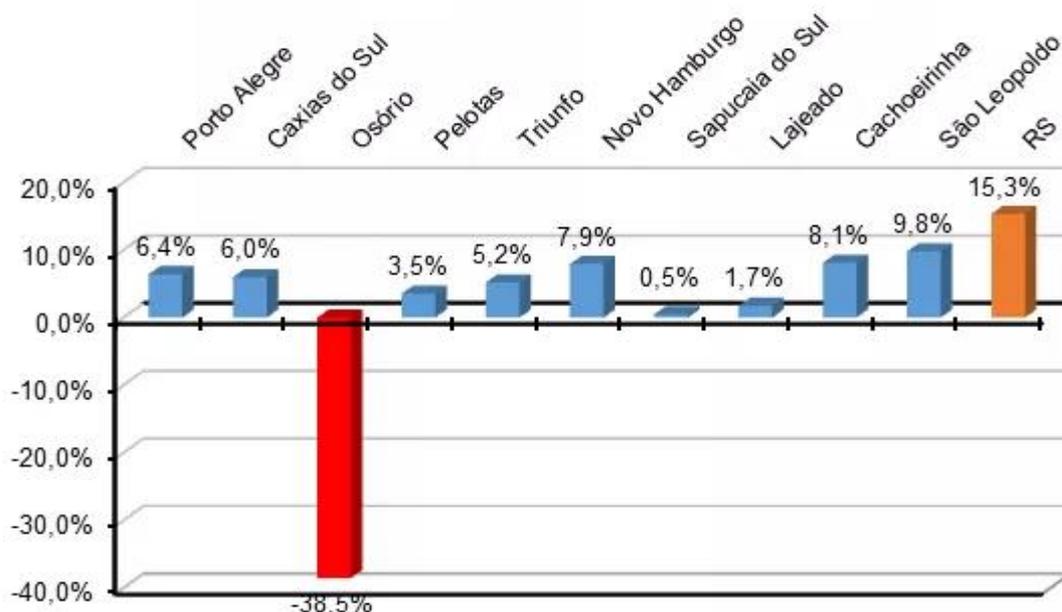
FONTE: IBGE.
FEE.

¹² Os antigos indicadores podem ser encontrados na primeira versão do projeto pedagógico do curso.

¹³ os gráficos e tabelas que seguem abaixo foram extraídos da Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul (FEE), amparados em grande parte pelas pesquisas feitas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). extraídos de: <http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/pib-rs/municipal/destaques/>

Gráfico 2

Crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) nos municípios com as 10 maiores perdas absolutas de participação, no Rio Grande do Sul — 2013



FONTE: IBGE.
FEE.

Contudo, alguns aspectos apontam que esta integração, realizada sob uma ótica de mercado, não foi efetivada no âmbito social. Ao relacionarmos o Produto Interno Bruto-PIB per capita, que mede a distribuição de renda, podemos observar que a cidade, mesmo acompanhando o aumento dos números estaduais, ainda está muito aquém de outros municípios.

Tabela 1

Ranking dos 10 maiores Produtos Internos Brutos (PIBs) do RS — 2013

MUNICÍPIO	POSIÇÃO EM 2013	POSIÇÃO EM 2012	MUDANÇA DE COLOCAÇÃO	VARIAÇÃO % DO PIB (2013/2012)	PARTICIPAÇÃO % NO PIB EM 2013
Porto Alegre	1	1	0	6,4	17,3
Caxias do Sul	2	2	0	6,0	6,4
Canoas	3	3	0	15,3	3,5
Gravataí	4	4	0	21,1	3,1
Rio Grande	5	6	1	26,3	2,5
Passo Fundo	6	7	1	21,1	2,2
Novo Hamburgo	7	5	-2	7,9	2,1
Santa Cruz do Sul	8	10	2	22,6	2,0
Pelotas	9	8	-1	3,5	1,8
Triunfo	10	9	-1	5,2	1,8

FONTE: IBGE.
FEE.

Tabela 2 - Produto Interno Bruto total de Jaguarão para o ano de 2013¹⁴

Município	Produto Interno Bruto			
	(R\$ 1.000)	Posto	Participação (%)	Variação nominal (%)
Jaguarão	517.868	108	0,16	29,82

Outro importante indicador a apontar que Jaguarão acompanhou o crescimento do estado é o Índice de Desenvolvimento Sócio-econômico (Idese)¹⁵. Em comparação com o ano de 2009 (ano-limite do último censo que balizou o anterior projeto pedagógico de curso), o índice foi de 0,754, enquanto que o município figurava na 98ª posição. Para o ano de 2013, Jaguarão apresentou um sensível decréscimo, com índice de 0,688 e 376ª posição. Contudo, é importante ressaltar que o município de Jaguarão segue o compasso de baixos índices equivalentes ao restante dos demais que constituem a região Sul do estado, que figura no antepenúltimo lugar dentre as 28 microrregiões estabelecidas para o Rio Grande do Sul.

Tabela 3 - Índice de Desenvolvimento Sócio-econômico (IDESE) para o ano de 2013

Município	educação		renda		IDESE	
	índice	ordem	índice	ordem	índice	ordem
Jaguarão	0,676	307°	0,604	368°	0,688	376°
Média Regional (Centro-Sul)	0,627	27°	0,672	20°	0,685	26°

¹⁴ extraído de <http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/pib-rs/municipal/destaques/>

¹⁵ Variando entre zero e um, “O Idese é um índice sintético, inspirado no **IDH**, que abrange um conjunto amplo de indicadores sociais e econômicos, classificados em quatro blocos temáticos: educação; renda; saneamento e domicílios; e saúde. Tem por objetivo mensurar e acompanhar o nível de desenvolvimento do Estado, de seus municípios e dos Coredes, informando a sociedade e orientando os governos (municipais e estadual) nas suas políticas socioeconômicas”. FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese). Disponível em: http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_idese.php. Acesso em 06 de agosto de 2012.

Por meio da leitura de todos os dados apresentados, verifica-se que o crescimento da economia local, limitado fundamentalmente ao setor de serviços, se configura em uma carência de oportunidades de trabalho – especialmente para os mais jovens, já que a cidade e suas proximidades não contam com indústrias, ou com outras fontes alternativas de trabalho.¹⁶ Deste modo, as oportunidades de emprego restringem-se basicamente ao comércio vinculado à zona de livre comércio, ou às atividades que tiveram ligeiro crescimento a partir desta última – o setor hoteleiro e de prestação de serviços. A má distribuição de renda ainda se configura como um entrave para a melhora da qualidade de vida dos moradores da cidade, já que os dados sociais não acompanham a mesma intensidade dos dados econômicos. Ao mesmo tempo, observa-se um processo de retração demográfica, que coincide justamente com o momento de criação dos “free-shops”. A isto está associada a ausência de centros de formação profissionalizantes tanto em nível técnico quanto superior, bem como parco índice de investimentos nos campos da saúde, infraestrutura e educação.¹⁷

Alguns indicadores apontam carências importantes na realidade educacional de Jaguarão e seu entorno. Muitos deles parecem refletir, na verdade, a situação da Educação Básica no Rio Grande do Sul como um todo. O município conta, no total, com 28 estabelecimentos de ensino da rede pública (08 estaduais, 08 particulares e 20 municipais)¹⁸. Em 2014, foram realizadas 4526¹⁹ matrículas nestes estabelecimentos, onde estavam em atuação 120 professores²⁰, tendo em vista que o total de professores que atuam nos 18 municípios que compõem a 5ª Coordenadoria Regional de Educação - adjacentes à Jaguarão - contam com um total de 2454 professores e 533 instituições de ensino²¹. Contudo, é importante ressaltar que, para um total de 36 instituições de ensino na cidade (acrescentando-se oito estabelecimentos privados), o número de professores em exercício é de 120, o que representa uma proporção de 1/37 professor por aluno matriculado. Como se pode inferir a partir dos dados da tabela, na comparação com os índices gerais do estado, cuja relação geral é de 17 alunos matriculados para cada professor (2.340,723 alunos para 138,115 professores).

Por outro lado, esses dados não consideram o total de frequentes em todas as séries do ensino básico. Em termos mais amplos, sabemos que o Brasil está aquém dos indicadores recomendados para uma proporcionalidade da relação aluno-professor favoráveis ao desenvolvimento educacional. Enquanto que a média está estabelecida para 20 alunos tanto para

¹⁶ FERREIRA, André Cassino (2010). Interações na fronteira Brasil-Uruguaí: um estudo de casos das cidades de Jaguarão e Rio Branco. Disponível em: <http://www.igeo.ufrj.br/fronteiras>. Acesso em 11 de abril de 2011.

¹⁷ A partir de constatação dos índices fornecidos pelos últimos três censos realizados pelo IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=431100#topo>. Acesso em 11 de abril de 2011; e dados do Conselho Nacional de Municípios (2009). Disponível em: http://cdhl.cnm.org.br/sites/9400/9494/Jaguarao_RS.pdf. Acesso em 11 de abril de 2011.

¹⁸ ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA ESTADUAL DA EDUCAÇÃO. DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO. Estabelecimentos de Ensino – RS 2014. extraído de: http://www.educacao.rs.gov.br/dados/estatisticas_estabs_2014.pdf.

¹⁹ Idem. Escolas municipais: http://www.educacao.rs.gov.br/dados/estatisticas_mi_mun_2014.pdf; escolas estaduais: http://www.educacao.rs.gov.br/dados/estatisticas_mi_est_2014.pdf ; escolas particulares: http://www.educacao.rs.gov.br/dados/estatisticas_mi_par_2014.pdf. Acessado em 26/08/2016

²⁰ Ibidem. http://www.educacao.rs.gov.br/dados/estatisticas_prof_2014.pdf. Acessado em 26/08/2016.

²¹ Cf. notas supracitadas nessa página.

a educação primária quanto para o ensino fundamental²², no Brasil esse indicador beira os 30 alunos por professor. Especificamente para Jaguarão, podemos inferir sobre a necessidade de mais educadores, tendo em vista o mais recente relatório da OCDE, em que o Brasil ultrapassa a média de recomendada de 20 alunos por professor.²³ Outros suportes estatísticos, como o Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica)²⁴, apontam características educacionais vinculadas à realidade mais ampla do estado. Considerando-se a 8ª série/9º ano (rede pública), os dados do Ideb de Jaguarão e região, em termos absolutos, mostram-se abaixo da média estadual, no que tange a 2009, último ano observado.

Tabela 4. Comparação entre Ideb de Jaguarão, Arroio Grande e Herval e o Rio Grande do Sul: 8ª série/9º ano (rede pública).²⁵

	Ideb observado			Metas projetadas			
	2005	2007	2009	2007	2009	2011	2013
Jaguarão	2,9	2,8	3,1	2,9	3,1	3,4	3,9
Arroio Grande	3,6	3,2	3,3	3,6	3,7	4,0	4,4
Herval	3,2	3,8	3,5	3,2	3,4	3,6	4,0
RS	3,6	3,7	3,9	3,7	3,8	4,1	4,5

No entanto, estes índices, por outro lado, têm correspondido às metas projetadas, acompanhando a evolução percebida no âmbito de todo o Rio Grande do Sul. Percebe-se que, com pequenas exceções, a região apresenta índices abaixo da média gaúcha.

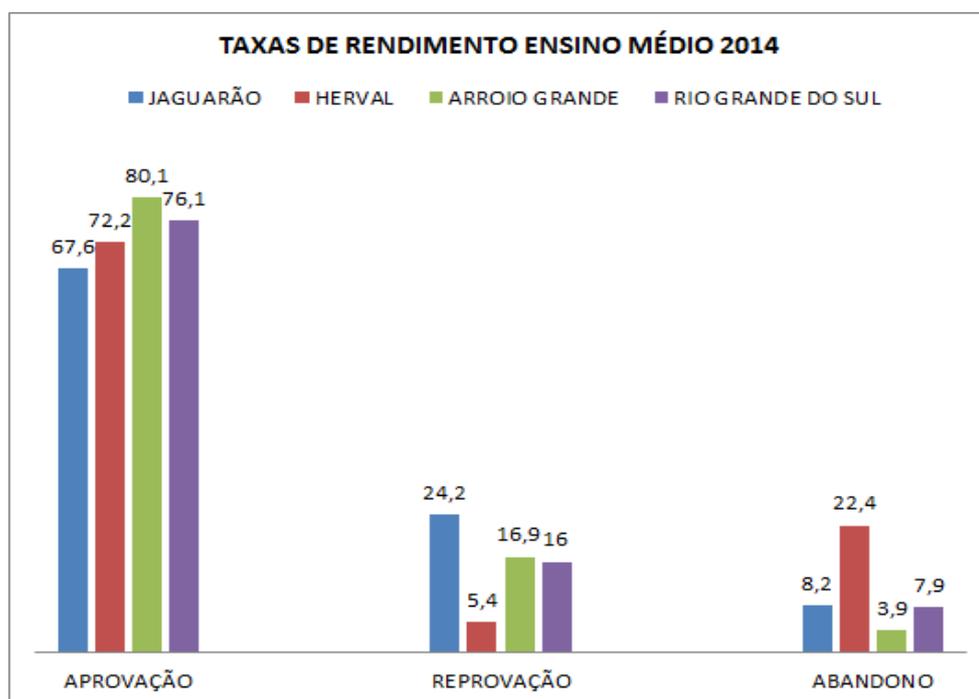
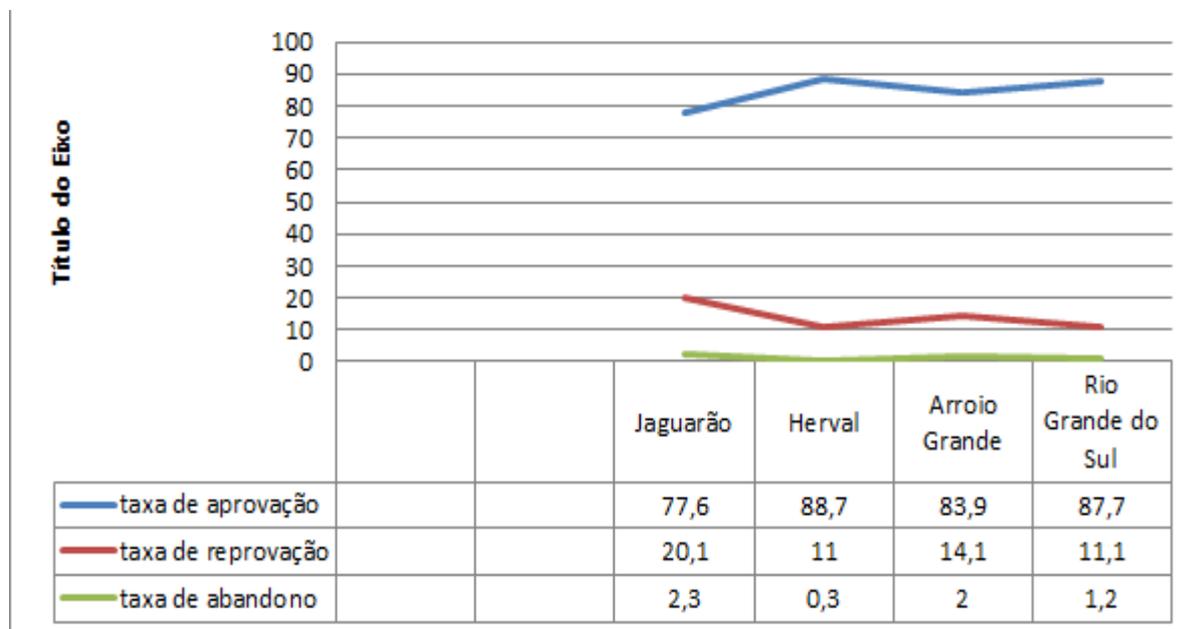
²² Dados da OCDE para 2012. extraído de: http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/estatisticas_educacionais/indicadores_educacionais_foco/indicadores_educacionais_foco_n_9.pdf. Acessado em 26/08/2016

²³ Extraído de: http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/estatisticas_educacionais/indicadores_educacionais_foco/indicadores_educacionais_foco_n_9.pdf. Acessado em 26/08/2016

²⁴ “O Ideb é um indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil ou Saeb) – obtido pelos estudantes ao final das etapas de ensino (4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio) – com informações sobre rendimento escolar (aprovação)”. BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Nota Técnica. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb. Disponível em http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/o_que_e_o_ideb/Nota_Tecnica_n1_concepcaoIDEB.pdf. Acesso em 06 de agosto de 2012.

²⁵ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb.. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/>. Acesso em 06 de agosto de 2012. Não temos ainda os índices para os anos posteriores, que estão propostos como metas, Cf. Jaguarão: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=1230020>.

Gráfico 3. Comparação entre taxas de rendimento escolar dos segmentos municipais, estaduais e privados de Jaguarão e seu entorno e do Rio Grande do Sul: Ensino Fundamental e Médio – 2014.²⁶



²⁶ ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA ESTADUAL DA EDUCAÇÃO. DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO. Taxa de Rendimento – ENSINO FUNDAMENTAL – RS 2014. Censo Escolar da Educação Básica 2011. Porto Alegre, 2012. Disponível em: http://www.educacao.rs.gov.br/dados/estatisticas_taxa_rend_ens_fund_2014.pdf.

Ainda que apresentem pequenas variações, estes dados relativos aos municípios da região ficam aquém dos percentuais contabilizados para o estado como um todo. Especialmente os índices de reprovação em Jaguarão são altos, com valores totais acima da média estadual.

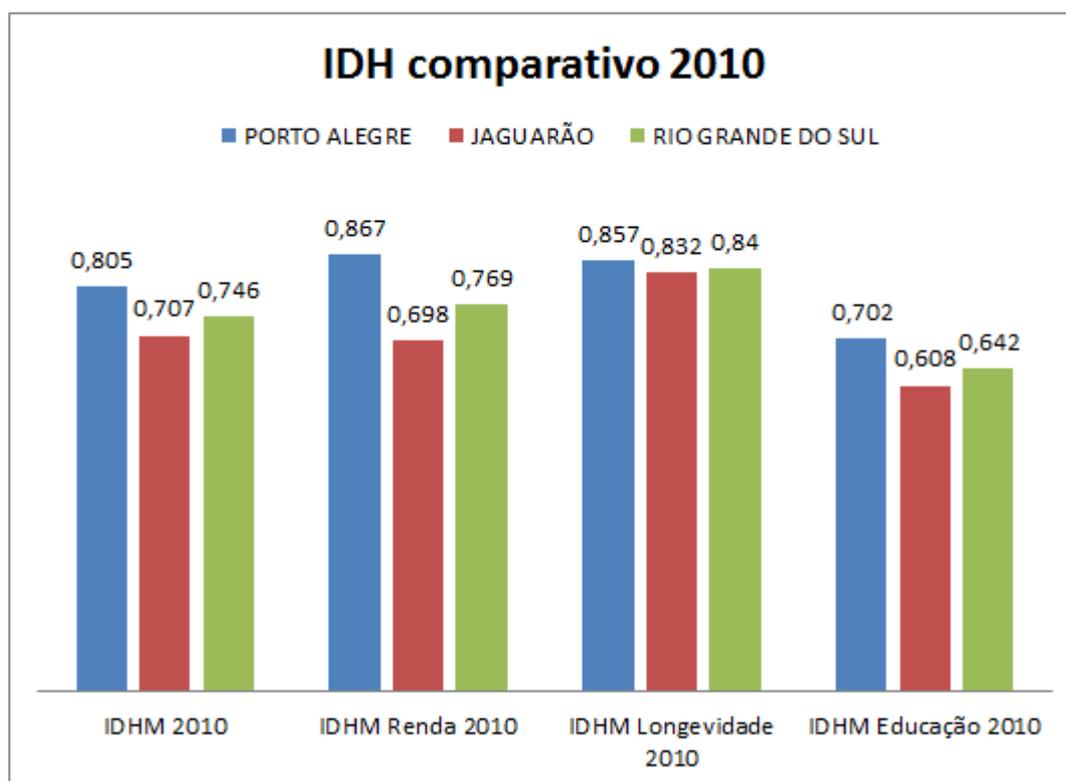
Esses indicadores não podem ser tomados como definitivos ou suficientes para caracterizar o cenário da educação de Jaguarão e seu entorno. Contudo, são subsídios importantes para que se reflita sobre o contexto educacional da região. A partir desses dados, é possível construir um quadro da Educação Básica caracterizado por uma série de insuficiências, implicando significativos obstáculos para o ensino, especialmente em relação ao Ensino Médio, esfera que apresenta altos índices de reprovação. Impõem-se, assim, grandes desafios no sentido de se superar as dificuldades demonstradas pelos indicadores referidos.

Tais desafios são ainda maiores diante do crescimento nos índices de violência e drogadição, especialmente entre a população de baixa renda e nos bairros periféricos da cidade, o que levou o município de Jaguarão a ser foco de iniciativas de ação social e difusão cultural pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) ²⁷.

Vale ressaltar que de acordo com os resultados das pesquisas feitas pelas Nações Unidas sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) na região, Jaguarão estava inserida no ano de 2010, dentro do bloco das regiões tidas com médio desenvolvimento humano, ocupando a 1696ª posição no ranking dos municípios brasileiros, bastante distante de Porto Alegre (28º), município gaúcho mais bem colocado, e dentro do Rio Grande do Sul, que ocupa a sexta posição entre as unidades federativas.

²⁷ “O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento executa diversos projetos em diferentes áreas. Neles, o PNUD oferece aos parceiros apoio técnico, operacional e gerencial, por meio de acesso a metodologias, conhecimentos, consultoria especializada e ampla rede de cooperação técnica internacional. Com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento humano, o combate à pobreza e o crescimento do país nas áreas prioritárias, o PNUD Brasil tem a constante missão de buscar alinhar seus serviços às necessidades de um país dinâmico, multifacetado e diversificado. Os projetos são realizados em parceria com o Governo Brasileiro, instituições financeiras internacionais, setor privado e sociedade civil”. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/>. Acesso em 26 de agosto de 2016.

Gráfico 4. Gráfico comparativo do IDH de Jaguarão – 2010.²⁸



Enfim, esta contextualização permite que se enxergue um cenário regional e local sob diferentes aspectos, marcado por um processo de transformação. Os indicadores demográficos, sociais, e especialmente, educacionais, revelam grandes carências, algumas históricas e mais amplas, próprias a toda a área de abrangência da UNIPAMPA,²⁹ outras recentes e específicas de Jaguarão e de seus municípios vizinhos, ativadas pelas novas relações econômicas estabelecidas com o outro lado da fronteira política. Em outras palavras, convergem importantes demandas educacionais, profissionais e sociais, para a formação de profissionais qualificados que possam intervir diretamente nesta realidade e criar alternativas que busquem a superação dessas dificuldades, apontando para um desenvolvimento regional sustentável, calcado na autonomia e no compromisso com a cidadania e a justiça social.³⁰

As atividades da UNIPAMPA devem estar igualmente apoiadas na perspectiva do desenvolvimento sustentável, que leva em conta a viabilidade das ações econômicas, com justiça social e prudência quanto à questão ambiental. Essa será a forma empregada

²⁸ Acessado no dia 26 de agosto de 2016 do site: <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municipios-2010.aspx>.

²⁹ “A região em que a UNIPAMPA está inserida já ocupou posição de destaque na economia gaúcha. Ao longo da história, porém, sofreu processo gradativo de perda de posição relativa no conjunto do estado. Em termos demográficos, registrou acentuado declínio populacional. Sua participação na produção industrial foi igualmente decrescente. Em termos comparativos, destaca-se que as regiões norte e nordeste do estado possuem municípios com altos Índices de Desenvolvimento Social - IDS, ao passo que, na metade sul, os índices variam de médios a baixos. A metade sul perdeu espaço, também, no cenário do agronegócio nacional devido ao avanço da fronteira agrícola para mais próximo de importantes centros consumidores. A distância geográfica, o limite na logística de distribuição e as dificuldades de agregação de valor à matéria-prima produzida regionalmente, colaboram para o cenário econômico aqui descrito”. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Projeto Institucional. 2009, p. 7.

³⁰ Idem.

para que, a partir da apreensão da realidade e das suas potencialidades, contribua-se para o enfrentamento dos desafios, com vistas à promoção do desenvolvimento regional.³¹

Mais especificamente, um profissional vinculado diretamente à educação, área que concentra grande parte das carências da região, que contemple os

interesses e características regionais, mantendo elos de aproximação com a comunidade local, de modo especial com os sistemas de ensino públicos e privados dos municípios e órgãos de educação municipais e estaduais, buscando, a partir da realização de um diagnóstico da realidade e da aproximação com o contexto escolar, contribuir para o desenvolvimento humano, socioeconômico e político dos sujeitos e para a sua participação plena na sociedade.³²

Para além de suas funções enquanto educador que vivencia integralmente a experiência escolar, exercendo seu ofício dentro e fora de sala de aula, estabelecendo relações com os agentes públicos que compõem a estrutura educacional dos municípios, este profissional deve atender à necessidade de problematizar a realidade em que está inserido. Realidade que extrapola o ambiente escolar e educativo, profundamente marcada pelo contexto fronteiriço. Contexto constituído de processos permeados de tensões e aproximações nas relações entre brasileiros e uruguaios, e de interações sociais contraditórias, tanto de um lado da fronteira quanto do outro.

A importância do tema do ensino de História atrelado ao de Fronteira remete às problemáticas já aqui abordadas relacionadas ao lugar sede deste curso, e que podem proporcionar uma singularidade interessante, de formar educadores na área de História, que sejam capazes de dar conta das especificidades e complexidades das relações sociais dos territórios fronteiriços. Agregando valores positivos às trajetórias destes lugares, proporcionando reflexões que possam provocar mudanças na autoestima da população e fundamentalmente, que possam, a partir de trabalhos de pesquisa, fornecer novos elementos dentro da produção científica e do ensino de História, que colaborarão com um melhor entendimento das noções de nação e cidadania, por exemplo, produzindo a singularidade de um Curso de História - Licenciatura da UNIPAMPA em Jaguarão.

É fundamental ressaltar que, ao identificar demandas específicas à região da fronteira sul e se propor a aceitar o desafio de intervir neste contexto, o Curso de História – Licenciatura igualmente abraça todo o território atendido pela UNIPAMPA, uma vez que a realidade fronteiriça do Rio Grande do Sul se constitui em um *continuum*, guardadas as particularidades locais. Em outras palavras, a permanente reflexão e problematização da fronteira – e do pampa, termo que engloba aspectos geográficos, culturais, econômicos, históricos³³ - enquanto espaço

³¹ Ibidem, p. 8.

³² UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Diretrizes orientadoras para elaboração dos Projetos Pedagógicos das Licenciaturas da Universidade Federal do Pampa. 2011, p. 12.

³³ O pampa gaúcho corresponde àquilo que é conhecido atualmente como “Bioma Pampa”, sendo este compreendido como “um conjunto ambiental, cerca de 176.496 Km², que ‘abrange a metade meridional do Estado do Rio Grande do Sul e constitui a porção brasileira dos Pampas Sul-Americanos que se estendem pelos territórios do Uruguai e da Argentina’ (IBGE, 2004). O pampa ou os campos sulinos são formados por ‘quatro conjuntos principais de fitofisionomias campestres naturais: Planalto da Campanha, Depressão Central, Planalto Sul-Rio-Grandense e Planície Costeira’, que apresentam diferentes composições de solo e de cobertura vegetal, predominando a vegetação herbácea e arbustiva e um relevo aplainado e suavemente ondulado (IBGE, 2004). Matos

historicamente construído contribui para a Universidade e a Fronteira como um todo. Além disso, o fato de ser um curso de licenciatura permite que se estabeleça um diálogo com outras graduações da Universidade voltadas ao campo de conhecimento das “Humanidades” e/ou à formação de profissionais do ensino, abrindo possíveis caminhos de trocas interdisciplinares, mobilidade docente e discente, aproveitamento da formação pedagógica, projetos e parcerias entre os *campi*, não esquecendo também que os futuros licenciados gabaritam-se ao atendimento das demandas educacionais que não são exclusivas da realidade regional imediata.

Desse modo, o curso vai diretamente ao encontro dos objetivos estabelecidos – e já referidos anteriormente – do Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018 da Universidade.

1.3. Justificativa para a Criação do curso de História - Licenciatura

Iniciativas como a construção da Universidade podem ampliar os caminhos para uma condução ao entendimento e valorização do ambiente cultural e social da comunidade. Neste sentido, o Curso de História - Licenciatura deverá ser um ambiente para a troca de experiências, promoção de debates, e iniciativas de formação extensiva em projetos e ações que contemplem a formação de educadores.

Para além de sua contextualização geopolítica, e acrescentando os aspectos multiculturais e o conjunto patrimonial que envolve a cidade de Jaguarão e a região do Pampa, a *Fronteira*³⁴ se caracteriza por outros aspectos: ela também é uma fronteira de culturas e visões de mundo, etnicidades, da história e da historicidade do homem e, sobretudo, uma *fronteira do humano*. Em um ambiente de fronteira, que não é imutável e tampouco simplificável, pode-se perceber como as sociedades se encontram, se embatem e se confrontam em um processo de fricção conflituoso, e constantemente balizado pelo esforço de mediação do *eu* em relação ao *outro*. Logo, o termo “fronteira” deve ser entendido muito mais como zonas de contato³⁵, de interação entre diferentes culturas do que apenas limites geopolíticos entre países e regiões. Este processo é, assim como antropológico e sociológico, profundamente histórico, cujas concepções emergem não apenas pela divergência de seus interesses econômicos, mas também pelo abismo histórico que as separa. Embora a intenção não seja estabelecer uma definição conceitual para “fronteira”, mas atentar para a importância do debate acerca deste conceito, e como ele está fortemente vinculado

restritos aos capões e às margens dos rios também integram o pampa.” ZARTH, Paulo & GERHARDT, Marcos. Aproximações entre História Agrária e História Ambiental: o pampa do Rio Grande do Sul. In: GARCIA, Graciela B. (org.). *Anais do II Encontro do GT História Agrária ANPUH-RS*. Porto Alegre, 2009, p. 2. No entanto, como os autores enfatizam, a conformação daquilo que conhecemos como o “pampa” tem que ser analisada à luz da história, isto é, através das relações estabelecidas entre homem e natureza e entre os próprios homens. Desde as primeiras populações que habitaram este território, a paisagem pampiana tem se modificado substancialmente, principalmente a partir do século XVI, quando foi introduzido pelos europeus o gado *vacum*, passando pela formação dos latifúndios agropastoris, pela introdução de novas forragens e pelo atual monocultivo de eucaliptos, formando o que é conhecido como “lavouras de árvores”, cujos impactos socioambientais têm sido bastante profundos. Id.. Logo, compreender o pampa é compreender a sua história.

³⁴ MARTINS, José de Souza. Introdução. In: *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997, pp. 9-24.

³⁵ PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império. Relatos de viagem e transculturação*. São Paulo: EDUSC, 1999.

às perspectivas de observação do campo de atuação da Universidade, busca-se delinear algumas das premissas mais gerais e aceitas sobre o seu significado.

As fronteiras brasileiras, ao contrário das teses embasadas na experiência norte-americana por Frederick Jackson Turner, que evidenciavam o desenvolvimento do Estado e de uma história expansionista e nacionalista na experiência para o Oeste, geraram formas peculiares de absorção de terras, que excluíram uma grande parte da sociedade brasileira, acentuando as desigualdades. A disponibilidade de terras como justificativa no avanço de fronteiras na trajetória do Estado brasileiro, agravou a situação dos despossuídos, que acabaram subjugados a um controle social rigoroso.³⁶

Desta maneira, o conceito de “fronteira” não deve ser entendido como a oposição entre civilização/barbárie, e sim como um território imaginado, instável e permeável de circulação, de convenções e lutas de distintas ações entre indivíduos e grupos de diferentes origens.³⁷ Mais ainda, observam-se também ocasionais destruições, integrações, revelação de alteridades, tensões e desequilíbrios de poder.³⁸

Neste sentido, os países do MERCOSUL não querem perder suas respectivas soberanias nacionais e terminam acentuando os sistemas de controle nas fronteiras políticas. Em contrapartida, os conflitos de classe, étnicos, nacionais, que ocorrem em um contexto bilateral de imigração, são permeados por representações e relações de poder. Diante desta conjuntura de constante redefinição, os deslocamentos de brasileiros e uruguaios, para além dos limites internacionais, podem possibilitar uma aproximação das relações econômicas, políticas e culturais entre estas nações, ampliando a visão que temos desses países e da própria sociedade brasileira – ainda profundamente parcial e elitista, que prefere se associar a comparações entre o Brasil, os Estados Unidos e a Europa Ocidental. Portanto, mediante esta breve reflexão e análise do contexto local/regional, o Curso de História - Licenciatura do Campus de Jaguarão justifica-se pela necessária formação de profissionais que sejam sujeitos críticos de sua realidade social e educacional.

A UNIPAMPA e o seu Curso de História - Licenciatura possuem a particularidade de atuar num posicionamento geopolítico privilegiado para as interações sócioeducacionais e culturais das fronteiras binacionais sul-americanas. Neste âmbito, a produção do conhecimento e a formação profissional encontram um terreno fértil para interações e transformações locais e regionais, em que conceitos pertencentes à sociedade contemporânea³⁹, pós-moderna⁴⁰ e globalizada oferecem a este Curso de História – Licenciatura.

³⁶ SECRETO, María Verónica, O destino não manifesto. A historiografia brasileira das fronteiras. *Dimensões. Revista de História da UFES*, n. 14, 2002.

³⁷ BOCCARA, Guillaume. Relectura de los procesos coloniales de etnogenesis, etnificación y mestizaje em tiempos de globalización. In: *Mundos em lãs fronteras del Nuevo Mundo*. Disponível em: www.cerna.com.

³⁸ ALBUQUERQUE, José Lindomar C. As identidades fronteiriças. In: *A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai*. São Paulo: Fapesp/Annablume, 2007, pp. 199-244.

³⁹ Neste sentido, a humanidade se encontra num ciclo civilizatório denominado modernidade. Para o sociólogo Giddens ela pode ser definida como “estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII, que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência”. GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991, p. 17. Tomando como exemplo a

Na contemporaneidade - momento em que as possibilidades de acesso e a quantidade de informações aumentam exponencialmente, assim como as exigências de uma prática pedagógica criativa e crítica em relação aos documentos e recursos didáticos utilizados, à historiografia e ao mundo que nos cerca -, demanda-se cada vez mais a familiaridade dos professores de História, bem como de todo o ambiente escolar, com os instrumentos e as práticas de investigação típicas dos pesquisadores.

Enquanto referencial crítico e transformador da consciência individual e coletiva, a História busca um questionamento perene dos principais elementos que caracterizam o tempo presente, agregando às interpretações dos eventos humanos, às análises dos paradigmas e dos preceitos concernentes aos valores éticos, e à construção da cidadania na sociedade contemporânea.

Para além dessas necessidades, próprias ao contexto fronteiriço - de se pensar e repensar em termos históricos -, há uma demanda educacional local e regional que o Curso de História – Licenciatura deve contemplar. Em Jaguarão, do grupo de educadores que atuam no ensino de História nas escolas, somente uma pequena parcela possui formação específica nesta área.⁴¹ Neste sentido, a oferta desta licenciatura abre não só a possibilidade da formação de novos profissionais aptos a atuarem nesta área, mas uma oportunidade de formação continuada a esses educadores já atuantes, na qual tomam contato com temas, debates, conceitos e métodos produzidos do seio do conhecimento histórico atual. Qualifica-se assim, o ensino de História na Educação Básica como um todo.

Além disso, Jaguarão vislumbra em seu patrimônio histórico e cultural a possibilidade de reflexões e o restabelecimento de uma posição regional significativa, visto que, nos últimos anos, setores da sociedade jaguareense e autoridades locais têm investido na promoção deste patrimônio. A cidade foi inserida no Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas (PAC das Cidades Históricas) e teve em 2011 tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como patrimônio histórico do país o seu Conjunto

conceituação de Giddens, podemos entendê-la enquanto uma proposta social preconizada pelos teóricos capitalistas de expansão dos padrões de vida digna para todas as pessoas independentemente de fatores externos tais como: cor, raça e classe social. Assim sendo, o homem atingiria seu ápice no processo civilizatório e histórico, efetivando finalmente e cabalmente a transição do teocentrismo para o antropocentrismo.

⁴⁰ A noção de *pós-modernidade* é um tópico acalorado de debates. Não pretendemos utilizar este espaço para definir este conceito, embora verter alguma luz sobre o mesmo seja importante para complementar a reflexão sobre o conjunto das transformações na contemporaneidade. Para Zigmunt Bauman, vivemos em meio a uma conjuntura excludente, estimuladora voraz do consumismo desenfreado, com o estigma da revolução cultural individualista e de profundas transformações no mundo do trabalho industrial moderno e, desta maneira, caracterizadores de uma “modernidade líquida”. BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. Uma definição macro-estrutural da sociedade contemporânea nos serve como ponto de partida para uma reflexão sobre particularidades nas quais se encontra inserida crianças e jovens da região de fronteira, como é o caso “Brasil – Uruguai”, e “Jaguarão-Rio Branco”. Por conseguinte, o multiculturalismo e o processo de globalização responsável pela tirana tentativa de implantação do pensamento único de uma cultura capitalista dominante, inflige transformações nas culturas locais, estando presente no cotidiano dos alunos do Curso de História - Licenciatura da Universidade Federal do Pampa.

⁴¹ A maioria possui formação em áreas correlatas como “Estudos Sociais” e “Geografia”. Dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Jaguarão.

Histórico e Paisagístico.⁴² Como objeto produzido pelo homem em sociedade, o patrimônio deve ser compreendido a partir das interpretações e significados dados por aqueles para as quais ele faz sentido. O patrimônio é fonte histórica, dando materialidade às relações sociais e culturais. Logo, abre-se um importante campo de demanda para o licenciado em História, para atuar nas mais diversas áreas relacionadas a este campo, como por exemplo, a educação para o patrimônio, na qual o patrimônio é tanto objeto quanto um canal fundamental para o ensino de História. Atualmente causa ansiedade na região o projeto do Centro de Interpretação do Pampa (CIP), que está sendo construído a partir das ruínas do antigo prédio de uma Enfermaria Militar construída ainda no século XIX. O projeto do CIP é fruto do trabalho conjunto entre a prefeitura, a UNIPAMPA e o IPHAN, e conta, para sua construção, com recursos do Ministério da Educação e do Ministério da Cultura. Este espaço será gerido pela Universidade, e o Curso de História - Licenciatura poderá desempenhar um papel fundamental na promoção de atividades educativas que discutam a trajetória histórica da região, a construção e a valorização de seu patrimônio, envolvendo a população como protagonista nas reflexões proporcionadas por tal intervenção.

Sendo assim, levando-se em conta a conjuntura política, econômica, cultural e sócio-histórica da região do Pampa gaúcho e uruguaio, as particularidades concernentes ao ambiente de fronteira regional e binacional, e especificamente, as demandas educacionais por profissionais qualificados, o Curso de História - Licenciatura do Campus Jaguarão da UNIPAMPA tem o desafio de oferecer um posicionamento pedagógico que contemple este cenário local e regional atual. E este posicionamento se concretiza por meio dos três eixos integradores que conduzem o curso - Saberes Formativos, Aprofundamento e Investigação e Vivência e Enriquecimento Curricular – considerando as temáticas Ensino de História e Fronteira. Em torno destes eixos e temas, o Curso de História - Licenciatura objetiva a busca de competências, mediante o desenvolvimento de habilidades específicas, esperando-se que a natureza relacional do saber histórico contribua efetivamente para a formação de educadores que problematizem a realidade da fronteira por meio de sua prática profissional, instrumentalizando-se para intervir criticamente na sociedade.

Em resumo, o Curso de História – Licenciatura conjuga o atendimento de demandas locais e regionais no âmbito educacional, justifica-se por objetivar a formação de profissionais qualificados para o ensino de História, mas igualmente para a educação para o patrimônio (atuando em instituições específicas como estabelecimentos de ensino e espaços de memória) e para a pesquisa histórica (engajando-se em projetos de instituições públicas, a exemplo de órgãos governamentais, e entidades privadas). Em um âmbito geral, é importante ressaltar que o campo de atuação do profissional de História tem crescido, e que este crescimento deverá se intensificar nos próximos anos, a partir da regulamentação da profissão de historiador. Deste modo, o egresso do Curso de História – Licenciatura possui um leque importante de alternativas de inserção profissional em instituições de ensino públicas e privadas de educação fundamental e média, órgãos públicos, privados e organizações não governamentais ligadas à ciências, educação e cultura.

⁴² Tombamento Federal: processo 1569-T-08, 03/05/2011. IPHAN. *Dossiê de Tombamento*. Conjunto histórico e Paisagístico de Jaguarão-RS, 2011.

1.4. Pressupostos Legais e Normativos:

A legislação relacionada abaixo foi fundamental para a construção de uma perspectiva de Curso de História - Licenciatura socialmente engajado, envolvido com as atuais demandas da área da educação no país como, por exemplo, a inclusão curricular das trajetórias dos grupos indígenas, africanos e afrodescendentes, assim como dos debates em torno da cidadania e dos direitos humanos. O Curso de História - Licenciatura da UNIPAMPA segue as diretrizes curriculares estabelecidas nacionalmente, buscando sincronia com o estabelecido na legislação, o que conforma neste documento estratégias para a formação de futuros profissionais que possam suprir as lacunas encontradas e contribuir para a transformação do atual cenário da educação, como os descritos neste documento, que apresentam inúmeros desafios. Assim, o Curso de História - Licenciatura do campus Jaguarão da UNIPAMPA busca viabilizar a formação de professores, coerente com as demandas e desafios estabelecidos pela sociedade brasileira a partir das instituições e colegiados relacionados à área da educação.

A legislação (leis, resoluções, normativas, pareceres, etc) nacional e institucional, portanto, utilizada para a construção deste PPC, inclui os seguintes itens:

a) Legislação para os Cursos de Licenciatura:

- Resolução nº1 de 17 de junho de 2004 do Conselho Nacional de Educação, vinculado ao Ministério da Educação, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 - Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira";
- Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".
- Parecer CNE/CP nº 02/2015, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica;
- Resolução CNE/CP nº 02/2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a Formação Continuada;

b) Legislação para o Curso de História-Licenciatura:

- Parecer CNE/CES nº 492, de 03 de abril de 2001 – Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social;
- Parecer CNE/CES nº 1.363, de 12 de dezembro de 2001 – Retifica o Parecer CNE/CES nº 492, de 3 de abril de 2001, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e

Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social;

- Resolução CNE/CES nº 13, de 13 de março de 2002 – Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de História;

c) Normativas e Orientações Institucionais:

- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. PDI 2014 - 2018.
- Resolução nº 5, de 17 de junho de 2010. Regimento Geral da Universidade. UNIPAMPA.
- Resolução nº 20, de 26 de novembro de 2010 – Dispõe sobre a realização dos estágios destinados a estudantes regularmente matriculados na Universidade Federal do Pampa e sobre os Estágios realizados no âmbito desta instituição. UNIPAMPA.
- Resolução nº 29, de 28 de abril de 2011 - Aprova as Normas Básicas de Graduação, Controle e Registro das Atividades Acadêmicas. UNIPAMPA.
- Resolução nº 80/2014, a qual aprova o Programa de Avaliação de Desempenho Docente na UNIPAMPA
- Resolução nº 97/2015, a qual normatiza o NDE na UNIPAMPA;
- Resolução nº 71/2014, que aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (2014 – 2018).
- Lei nº 11.640/2008, que cria a Fundação Universidade Federal do Pampa.

d) Legislação Geral:

- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);
- Base Nacional Comum Curricular do MEC;
- Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências;
- Portaria nº 4059, de 13 de Dezembro de 2004 - Autoriza as instituições de ensino superior a introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas integrantes do currículo que utilizem modalidade semi-presencial, conforme disposto na LDB/1996;
- Parecer CNE/CES nº 197, de 7 de julho de 2004 – Consulta, tendo em vista o art. 11 da Resolução CNE/CP 1/2002, referente às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica em nível superior, curso de Licenciatura, de graduação plena;
- Parecer CNE/CES nº 228, de 4 de agosto de 2004 – Consulta sobre reformulação curricular dos Cursos de Graduação;
- Parecer CNE/CES nº 15, de 2 de fevereiro de 2005 – Solicitação de esclarecimento sobre as Resoluções CNE/CP nº 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura, de graduação plena, e 2/2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de Licenciatura, de graduação plena, de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior;
- Parecer CNE/CP nº 4, de 13 de setembro de 2005 – Aprecia a Indicação CNE/CP nº 3/2005, referente às Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores fixada pela Resolução CNE/CP nº 1/2002;

- Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de novembro de 2005 – Altera a Resolução CNE/CP nº 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura de graduação plena;
- Parecer CNE/CP nº 5, de 4 de abril de 2006 – Aprecia Indicação CNE/CP nº 2/2002 sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para Cursos de Formação de Professores para a Educação Básica;
- Parecer CNE/CES nº 223, de 20 de setembro de 2006 – Consulta sobre a implantação das novas diretrizes curriculares, formulada pela Universidade Estadual de Ponta Grossa;
- Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 – Dispõe sobre estágio de estudantes; altera redação do art. 428 da Consolidação das Leis de Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
- Resolução CONAES nº 1, de 17 de junho de 2010 - Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.
- Parecer CONAES nº 4, de 17 de junho de 2010 - Sobre o Núcleo Docente Estruturante (NDE).
- Resolução CONAES nº 1, de 30 de maio de 2012 - Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- Parecer CNE/CP nº 14, de 06 de junho de 2012 – Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.
- Resolução CNE nº 2 de 15 de junho 2012 – Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental Brasília: Ministério da Educação.
- Decreto nº 5.622/2005, art. 4º, inciso II, § 2º Prevalência da Avaliação presencial de EAD
- Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta as Leis nos 10.048/2000, a qual dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- Decreto nº 6.949/2009, o qual promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo;
- Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado;
- Lei nº 12.764/2012; que dispõe sobre a Proteção dos Direitos de Pessoas com Transtorno de Espectro Autista;
- Portaria nº 3.284/2003, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições;
- Lei nº 13.146/2015, a qual institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência.
- Lei Nº 13.005/2014, a qual aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências;
- Lei Nº 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências;
- Decreto Nº 5.626/2005, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras.
- Lei 12.605/2012, que determina o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas.

- Lei nº 12.796/2013, que altera a Lei 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências;
- Lei nº 12.056/2009, a qual acrescenta parágrafos ao art. 62 da Lei nº 9394/1996, referentes à formação inicial e continuada de professores;
- Resolução CNE/CEB nº 04/2010, a qual define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica;
- Parecer CNE/CP nº 03/2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- Nota Técnica MEC nº 24/2015, a qual apresenta a dimensão de gênero e orientação sexual nos planos de educação;
- Lei nº 9.795/1999, que dispõe sobre a educação ambiental, instituindo a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências; o Decreto nº 4.281/2002, o qual regulamenta a Lei nº 9.795/1999
- Orientação Normativa nº 02/2016 – a qual estabelece orientações sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública Federal Direta, autárquica e fundacional.

2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1. Concepção do Curso

O Curso de História-Licenciatura foi originalmente concebido em 2009. Seus proponentes apresentavam, como motivação principal para sua criação no Campus Jaguarão, a necessidade de formação de profissionais no campo da História e do Patrimônio para trabalhar junto ao Centro de Interpretação do Pampa, a ser construído futuramente. O Curso entrou em funcionamento a partir de 2010/1, mesmo sem a existência de um Projeto Pedagógico. Contudo, com a chegada de novos profissionais, em 2011, e a saída de pessoas responsáveis pela proposta inicial, os rumos da Licenciatura em História foram alterados, buscando-se sentidos mais pragmáticos e associados à realidade de Jaguarão e região, especialmente no que tange a desafios no campo educacional.

2.1.1. Contextualização e perfil do curso de História – Licenciatura

O Curso de História – Licenciatura é ofertado pela UNIPAMPA no Campus Jaguarão. A implementação do Curso foi aprovada, conforme observa-se em ata número 09, na 9ª Reunião do Conselho de Dirigentes, realizada em 27 de agosto de 2009 e validada pela Portaria 1.776, de 07 de dezembro de 2011. O reconhecimento do curso se deu por meio da Portaria nº 619, de 30 de outubro de 2014.

O curso, que oferece titulação de Licenciado(a) em História, tem uma carga horária total de 3.275 (três mil e duzentas e setenta e cinco horas) horas, estando, portanto, de acordo com o que observa-se na resolução CNE/CP nº 2 de 1º de Julho de 2015. A carga horária do curso pode ser integralizada em **no mínimo** 5 (cinco) anos – 10 (dez) semestres – e **no máximo**

7,5 (sete e meio) anos – 15 (quinze) semestres⁴³. O curso é ofertado na modalidade presencial, em turno de funcionamento noturno e oferta anual de 50 (cinquenta) novas vagas.

Tabela 5. Dados de Identificação do Curso de História-Licenciatura.

Nome do curso	História - Licenciatura
Campus	Jaguarão
Grau	Licenciado em História
Turno	Noturno
Número de vagas anuais	50
Integralização	5 anos / 10 semestres
Carga horária total (horas)	3.285 horas
Carga horária total (créditos)	219
Página web do curso	http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/historia/
Contato	Rua Conselheiro Diana nº650 Telefone: (53)32614269 VOIP: 2473

O Curso de História – Licenciatura tem como objetivo primordial a formação de professores aptos à docência de História na Educação Básica. Enquanto pressuposto básico e similar a qualquer outra licenciatura, a especificidade desta graduação - na UNIPAMPA Campus Jaguarão - consiste na formação de licenciados com contato direto com o contexto da fronteira. Essencialmente, trata-se de uma formação propositiva e crítico-reflexiva, a partir do conhecimento formal e temático das experiências vividas por diferentes sociedades e culturas, em tempos e espaços diversos, por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão. O resultado esperado é a produção e a disseminação do conhecimento histórico em ambiente educacional mediante uma postura socialmente engajada e transformadora da realidade.

O projeto pedagógico do Curso de História- Licenciatura foi estruturado de acordo com a legislação nacional vigente para formação de professores para a Educação Básica, em cursos de licenciatura, bem como em atenção aos documentos institucionais. Dentre estes citamos o PDI 2014-2018, as *Diretrizes Orientadoras para Elaboração dos Projetos Pedagógicos das Licenciaturas da Universidade Federal do Pampa*, a Resolução n. 20, de 26 de novembro de 2010, que dispõe sobre os estágios na instituição, as normas acadêmicas estabelecidas pela Resolução 29, de 29 de abril de 2011, além do documento intitulado *Elementos do Projeto*

⁴³ Conforme o **Parecer CNE/CES nº 8/2007**, o tempo máximo para integralização do curso equivale ao tempo mínimo, fixado no Projeto Pedagógico do Curso, acrescido o tempo equivalente a 50% (cinquenta por cento) deste mínimo.

Político-Pedagógico de Curso de Graduação da UNIPAMPA, sendo estes dois últimos aprovados em novembro de 2011 pelo CONSUNI. Doravante, destaca-se que este projeto pedagógico foi concebido a partir de diálogos da Comissão de Curso e Núcleo Docente Estruturante (NDE), mediante a realização de uma série de leituras e avaliações conjunturais, discutidas em reuniões realizadas entre os meses de outubro de 2015 e julho de 2016, nas quais se discutiu as premissas deste curso, suas definições, os compromissos acerca da História como área de conhecimento e seu papel social na formação de novos docentes para a Educação Básica, considerando o contexto regional/local calcado na fronteira. Neste sentido, a concepção e a articulação dos componentes curriculares apresentados se constituem como resultado das discussões acerca do contexto de inserção do curso e da caracterização dos futuros egressos. As reflexões se iniciaram a partir dos conceitos de projeto institucional/educacional:

Um projeto institucional se elabora ao se constituir um *nós*, com o protagonismo da equipe docente e da comunidade. Uma das condições que tornará possível a constituição do *nós* é o reconhecimento recíproco dos direitos humanos de todos os implicados no projeto. Os conflitos de direitos estão no ponto de partida e terá que se estabelecer, mediante acordos, os critérios que garantam a igualdade e favoreçam a cooperação entre os participantes.

Um projeto educativo coerente (...) começa por reconsiderar a localização e o significado que se dá ao sujeito que aprende em sua identidade individual e cultural.

Deve propiciar o encontro do aluno consigo mesmo, com o fato de pertencer a uma cultura, ser homem ou mulher, possuir um corpo, um potencial de ser; deve ter como meta principal formar um sujeito em sua dignidade como pessoa, ou seja, um *sujeito de direitos*.⁴⁴

Este cenário teórico conceitual cristalizar-se-á no perfil do egresso, pois buscamos compreender o contexto em que o curso está inserido, bem como o perfil econômico, político, cultural e sócio-afetivo de seus acadêmicos. Conforme propõe a UNIPAMPA como concepção para seus cursos de licenciatura,

preconiza-se a superação do modelo técnico e da racionalização do ensino. Com isso, busca-se a descentralização da transmissão de conteúdos em prol da construção do saber a partir da contextualização da realidade social, dos pressupostos da interdisciplinaridade e da relação intrínseca teoria e prática (teorização da prática e da prática teorizada). Desse modo, torna-se fundamental estabelecer possibilidades de observação e reflexão no decorrer da formação acadêmica, relacionando saber científico e saber geral.⁴⁵

Neste sentido, os debates realizados durante a construção deste projeto permitiram a ampliação do entendimento da realidade local, o que norteou a estruturação da matriz curricular e da concepção de curso, concebidos como parte de um projeto educativo mais abrangente para a formação de professores de História na e para a fronteira.

⁴⁴ LOPEZ, Daniel; PIERA, Virgínia; KLAINER, Rosa. *Diálogos com crianças e jovens – Construindo projetos educativos em e para os Direitos Humanos*. Porto Alegre: Artmed, 2004, pp.40-1.

⁴⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Diretrizes orientadoras para elaboração dos Projetos Pedagógicos das licenciaturas da Universidade Federal do Pampa-UNIPAMPA, 2011, p. 16.

A construção dos componentes curriculares e da concepção geral deste curso nos remeteu a ideia de currículo apresentada por Forquin⁴⁶. Para este autor, o currículo contém um conjunto de saberes e condutas daquilo que é considerado relevante para uma determinada aprendizagem. Espécie de programa de formação que parte de uma visão global e estrutura os componentes de forma didática, a fim de promover situações de aprendizagem coerentes com a consolidação de saberes inter-relacionados. Miceli⁴⁷, por sua vez, alerta-nos que todo e qualquer currículo é portador de uma visão de mundo teórica e filosófica, e por que não dizer também política, e objetiva orientar práticas sociais. Nesse sentido, as seleções e ordenações dos conteúdos dos componentes curriculares, além de estruturações técnicas, didáticas e formalísticas, representam escolhas sociais, políticas e culturais conduzidas intelectualmente por um grupo responsável pela formação dos futuros historiadores.

Stephanou apresenta-nos novos elementos teóricos que ampliaram as reflexões sobre o papel do currículo.⁴⁸ A autora desafia-nos a inserir na esfera do currículo de História a dimensão do vivido, aceitando as tramas de relações complexas:

A possibilidade de instaurar outra relação com o conhecimento nas aulas de história supõe produzir ativamente outras organizações curriculares e outras práticas de ensino, em especial aquelas que proporcionem espaço para que os alunos se aproximem da analisada realidade social presente, vivida, concebida como trama de relações complexas. Em oposição aos currículos tradicionais, sugere-se que à análise do vivido se faça acompanhar:

- a- da compreensão de como se produz conhecimento histórico, reconstruindo os critérios a partir dos quais os historiadores formulam perguntas, problematizam a realidade, elaboram explicações;
- b- da compreensão dos diferentes processos históricos que, de algum modo, engendram o presente e,
- c- da formulação de problemas significativos que constituam temas de investigação coletiva nessas aulas.⁴⁹

As relações complexas da produção do conhecimento histórico enunciadas pela autora consideraram a relevância do estabelecimento de problemáticas investigativas em torno do ensino-aprendizagem de História. Almeja-se, desse modo, que os profissionais em formação exercitem a capacidade de estabelecer observações e escutas sensíveis da sociedade, desenvolvendo uma compreensão ampla da aplicabilidade das concepções teóricas e metodológicas combinadas à sua atuação como sujeitos históricos, em relação ao espaço e ao tempo social.

⁴⁶ FORQUIN, J an Claude. École et culture. Le point de vue des sociologues britanniques. 2 ed. Belgium: De Boeck & Larcier, 1996.

⁴⁷ MICELI, Paulo. Por outras histórias do Brasil. In PINSKY, Jaime (org.). *O Ensino de História e a cria o do fato*. São Paulo, Contexto, 1988, p. 33.

⁴⁸ STEPHANOU, Maria. Instaurando Maneiras de Ser, Conhecer e Interpretar. In: *Revista Brasileira de História*, vol. 18 n. 36 São Paulo, 1998. Disponível em: <file:///Volumes/FERNANDA/UNIPAMPA/EPISTEMOLOGIA/Revista%20Brasileira%20de%20Hist ria%20-%20Instaurando%20maneiras%20de%20ser,%20conhecer%20e%20interpretar.webarchive>. Acesso em 05 de julho de 2011.

⁴⁹ Idem, p. 2.

Assim, conforme Morin, ao estudar a complexidade capaz de organizar o conhecimento, “todo o acontecimento, informação ou conhecimento em relação de inseparabilidade com seu meio ambiente – cultural, social, econômico, político e, é claro, natural”⁵⁰ oportuniza um local privilegiado para pensar a sociedade e a si mesmo. Nesse sentido, desenvolver as aptidões da contextualização e da interrelação dos saberes, consolidando um processo de aprendizagem contínua em que os sujeitos sejam capazes de atribuir significados aos conhecimentos, percebendo-se como partes de um todo social, é uma operação a ser exercitada. Criar meios para que esses sujeitos se tornem aptos para produzir e fazer uso dos saberes de modo sistêmico, crítico e reflexivo é uma das principais ambições que o projeto pedagógico do Curso de História - Licenciatura da UNIPAMPA assume.

Não vemos aqui o currículo algo essencializado, algo pronto, estático. Preferimos pensá-lo em movimento, como a própria identidade do curso, dos docentes, discentes, enfim, de toda comunidade acadêmica. Tadeu Tomaz da Silva nos ajuda a refletir sobre isso quando diz que:

Se quisermos recorrer à etimologia da palavra “currículo”, que vem do latim curriculum, “pista de corrida”, podemos dizer que no curso dessa corrida que é o currículo acabamos por nos tornar o que somos. Nas discussões cotidianas, quando pensamos em currículo, pensamos apenas em conhecimento, esquecendo-nos de que o conhecimento que constitui o currículo está inextricavelmente, centralmente, vitalmente, envolvido naquilo que somos, naquilo que nos tornamos: na nossa identidade, na nossa subjetividade. Talvez possamos dizer que, além de uma questão de conhecimento, o currículo é uma questão de identidade”.(pp. 15-16)⁵¹

Desta forma, o projeto pedagógico do Curso de História - Licenciatura identifica-se com as premissas de uma concepção educativa que almeja à consolidação da cidadania, da democracia, da autonomia e da liberdade para produção intelectual e outros meios de expressão. O foco deste curso está centrado na formação de professores e professoras de História a partir de uma realidade regional/local, a fronteira. Neste sentido, como não poderia ser diferente, o contexto cultural, econômico, social e político da fronteira faz parte da concepção e do cenário de implementação deste curso. Contudo, o espaço fronteiriço não é concebido a partir de sua naturalização, pelo contrário: ele é problematizado, dotando-o de historicidade, ou seja, percebido através de sua contínua construção histórica por diversos sujeitos, não somente pela atuação de autoridades estatais e “homens notáveis”, mas pela ação cotidiana de trabalhadoras e trabalhadores, populações nativas, comunidades afrodescendentes, em suas diferentes interações. Além disso, a espacialidade da fronteira, e logo, sua história, é pensada pela interlocução de diferentes níveis, do local, passando pelo regional e nacional, chegando até o global, articulando a História local, História do Brasil, História da América e mundial. Sendo assim, espera-se que o egresso seja capaz de refletir sobre e problematizar, junto aos seus futuros educandos, elementos históricos tangíveis à vida dos mesmos, permitindo-os a percepção da temporalidade de sua existência em distintas esferas, sem contudo produzir apenas uma história de identidade: a fim de

⁵⁰ MORIN, Edgar. *A cabeça bem feita*. Repensar a reforma. Reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p.18.

⁵¹ SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. P. 15.

compreender a si próprio, é necessário o constante contraste com o diferente, a alteridade, o não-familiar.

2.1.1.1. História

A História enquanto área do conhecimento científico experimentou inúmeras formulações em sua concepção e sentido. Entretanto, não nos cabe neste espaço descrever em detalhes a variedade destes postulados e seus autores. Desde sua definição enquanto um saber destacável das outras humanidades durante o século XVIII, passando por tentativas de equiparação com os conhecimentos tidos como “exatos” durante o século XIX, até o momento em que deixa, em meados do século XX, de contemplar o esforço de compilação dos feitos e relatos tidos como “verdadeiros” e importantes (i.e., os eventos que serviam aos desígnios ideológicos dos estados nacionais em consolidação), para considerar a multiplicidade dos agentes transformadores, a diversidade dos pontos de vista e de interpretação do passado, e a construção de uma narrativa que não visa absolutamente a ser uma versão “definitiva” da experiência humana, se passaram muitas décadas de intenso debate, crises de sentido, e renovação do interesse pelo homem, as transformações por ele provocadas e também nele sentidas. Para tanto, lembremo-nos da contribuição (ainda relevante), de Marc Bloch:

"Ciência dos homens", dissemos. É ainda vago demais. É preciso acrescentar: "dos homens, no tempo". O historiador não apenas pensa "humano". A atmosfera em que seu pensamento respira naturalmente é a categoria da duração. Decerto, dificilmente imagina-se que uma ciência, qualquer que seja, possa abstrair do tempo.⁵²

O passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa.⁵³

Nesse sentido, o professor/a de História deve se preocupar com o sentido das ações humanas em suas causalidades e desdobramentos, nos mais diversos períodos e espaços, questionando, sempre que possível, como a transformação da sociedade ao longo do tempo pode nos auxiliar na compreensão do que somos no presente, do que queremos, e quais são nossos horizontes de expectativas. Este questionamento deve transcender as especificidades de um saber formal para tornar-se fonte de inquietações, questionamentos, cuja finalidade é incutir no indivíduo que vive o presente – seja ele pesquisador, professor, cidadão (ou as três coisas) – a noção de que ele é também um agente histórico; suas ações e seus pontos de vista críticos podem trazer interpretações sobre si mesmo, sobre seu passado, e sobre a coletividade que está ao seu redor e da qual faz parte. Este exercício de autocompreensão e autopercepção no espaço-tempo corresponde, seja no âmbito profissional-acadêmico ou social, a um saber histórico, e finalmente, à possibilidade de transformação na sociedade.

⁵² BLOCH, Marc. *Apologada História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002, p. 52.

⁵³ Idem, p. 75.

2.1.1.2. Atuação profissional e mercado de trabalho

O profissional titulado pelo Curso de História – Licenciatura poderá exercer a docência na Educação Básica, nos ensinos Fundamental e Médio, seja ele público ou privado. Igualmente, poderá seguir a formação superior em cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* em História ou áreas afins, de modo a habilitar-se para a docência no Ensino Superior. Mais ainda, poderá exercer atividades educativas em museus, associações, centros culturais e outros espaços públicos e privados que contemplem o saber histórico e seu ensino em suas atividades, bem como exercer a pesquisa em órgãos governamentais ou instituições privadas que necessitem de um profissional para esta área, ou cujos propósitos correlacionem-se com este saber. O egresso poderá atuar como professor do componente curricular no ensino fundamental e médio, das redes públicas e privadas, além de atuar como consultor e produtor de materiais didáticos e participantes de projetos culturais integradores nos mais diversos âmbitos (governo, instituições privadas e sociedade civil). Ainda, poderá envolver-se em projetos educacionais relacionados à história, memória e patrimônio.

2.1.2. Objetivos

O Curso de História – Licenciatura, comprometido em concretizar a missão institucional da UNIPAMPA, tem por objetivos:

2.1.2.1. Objetivo Geral

- Formação qualificada de docentes para o ensino de História, apoiados nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

2.1.2.2. Objetivos Específicos

- Capacitar ao exercício do trabalho de licenciados(as) em História, em todas as suas dimensões, o que supõe domínio da natureza do conhecimento histórico e das práticas essenciais de sua produção, crítica e difusão;
- Problematizar as múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos e a constituição de diferentes relações de tempo e espaço;
- Busca de competências, mediante o desenvolvimento de habilidades específicas, esperando-se que a natureza relacional do saber histórico contribua efetivamente para a formação de indivíduos indagadores, criativos e autônomos, que intervenham propositivamente na sociedade;
- Desenvolver competências e habilidades que proporcionem aos futuros(as) licenciados(as) em História uma prática profissional responsável, ética e comprometida com a qualificação da Educação Básica do país e da região.

2.1.3. Perfil e habilidades do Egresso

A UNIPAMPA, de acordo com as diretrizes norteadoras da Educação Superior deste país, em seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018, como uma universidade pública anuncia que

deve proporcionar uma sólida formação acadêmica generalista e humanística aos seus egressos. Essa perspectiva inclui a formação de sujeitos conscientes das exigências éticas e da relevância pública e social dos conhecimentos, habilidades e valores adquiridos na vida universitária e inserção em respectivos contextos profissionais de forma autônoma, solidária, crítica, reflexiva e comprometida com o desenvolvimento local, regional e nacional sustentáveis, objetivando a construção de uma sociedade justa e democrática.⁵⁴

Desta maneira, espera-se que a vivência acadêmica do discente permita-lhe – durante a experiência universitária e posteriormente profissional – interagir com e transformar a realidade conjuntural local, regional e nacional, por meio da orientação, mediação do ensino, e comprometimento com o êxito de uma aquisição e construção significativa de conhecimento para a aprendizagem dos alunos; pela aceitação e conscientização da diversidade existente entre os alunos e os membros da comunidade. Tudo isto por meio do incentivo e da promoção de atividades que coliguem a tolerância, a ética e o respeito às diferenças por meio do enriquecimento cultural; do desenvolvimento de práticas investigativas, atividades de questionamento, reflexão e enriquecimento das relações sociais e seus componentes culturais; da elaboração e execução de projetos que apoiem e desenvolvam conteúdos curriculares interligados – mediante proposições temáticas que permitam a interação com os saberes prévios da comunidade; e também, por meio da busca consciente de metodologias interdisciplinares, estratégias e materiais de apoio que desenvolvam hábitos de colaboração e trabalho em equipe, e que tenham como instância última uma contribuição para a produção de conhecimento significativo que colabore para uma transformação consciente da sociedade.

O Curso de História – Licenciatura, em consonância com o perfil do egresso anunciado pela UNIPAMPA, ainda considera, para a construção do perfil de seus egressos, de acordo com o apontado acima, as competências e habilidades gerais e específicas apresentadas nas Diretrizes Curriculares dos Cursos de História (Parecer CNE/CES 492/2001) e nas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Formação de Professores (Resolução 02/2015) na proposição do seu perfil de egresso, quais sejam:

A) GERAIS

- a. Dominar as diferentes concepções metodológicas que referenciam a construção de categorias para a investigação e a análise das relações sócio-históricas;
 - b. Problematizar, nas múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos, a constituição de diferentes relações de tempo e espaço;
 - c. Conhecer as informações básicas referentes às diferentes épocas históricas nas várias tradições civilizatórias assim como sua interrelação;
 - d. Transitar pelas fronteiras entre a História e outras áreas do conhecimento;
 - e. Desenvolver a pesquisa, a produção do conhecimento e sua difusão não só no âmbito acadêmico, mas também em instituições de ensino, museus, em órgãos de preservação de documentos e no desenvolvimento de políticas e projetos de gestão do patrimônio cultural.
 - f. competência na utilização da informática.
- B) Específicas para licenciatura

⁵⁴ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Plano de Desenvolvimento Institucional, 2014-2018, p. 29-30.

- a. Domínio dos conteúdos básicos que são objeto de ensino – aprendizagem no ensino fundamental e médio;
- b. domínio dos métodos e técnicas pedagógicos que permitem a transmissão do conhecimento para os diferentes níveis de ensino.⁵⁵

Em adição a estas, consideramos de igual fundamento a competência para construir marco referencial pedagógico que lhe permita ultrapassar as barreiras da teoria e prática, e construir uma educação emancipatória que problematize os moldes tradicionais em questão.

Desta maneira, partindo das particularidades que envolvem o contexto local e regional, os discentes lidarão com conjuntos de referenciais pedagógicos, históricos e historiográficos que atribuam competências para que, ao longo de seu processo de formação, adquiram “condições de suprir demandas sociais específicas relativas ao seu campo de conhecimento (magistério na Educação Básica, preservação do patrimônio, assessorias a entidades públicas e privadas nos setores culturais, artísticos, turísticos, etc)”⁵⁶, e que sejam capazes de mobilizar e se mobilizarem para a produção e socialização significativa dos mesmos. Como resultado, estes deverão oferecer uma resposta crítica para novas temáticas e problemas que envolvem a formação social, histórica e cultural regional, e que fazem da universidade não mais um ambiente distante da comunidade, e sim um pólo de reflexão sobre e na sociedade, indo ao encontro da concepção de universidade previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018 da UNIPAMPA, que

[...] Sem perder sua autonomia, a UNIPAMPA deve estar comprometida com o esforço de fortalecimento das potencialidades e com a superação das dificuldades diagnosticadas. Assim, os cursos oferecidos, a produção do conhecimento, as atividades de extensão e de assistência deverão refletir esse comprometimento. A gestão, em todas as suas instâncias, deverá promover a cooperação interinstitucional e a aproximação com os atores locais e regionais, visando à constituição de espaços permanentes de diálogo voltados para o desenvolvimento regional, implicando, este, em mudanças estruturais integradas a um processo permanente de progresso do território, da comunidade e dos indivíduos.⁵⁷

Uma prática que busque “contribuir para o desenvolvimento humano, socioeconômico e político dos sujeitos e para a sua participação plena na sociedade” requer a problematização e desnaturalização cotidiana das relações e dos contextos sociais, constantemente em mudança. Em um contexto regional e local matizado por disputas políticas, movimentos populacionais e arranjos sociais e econômicos afirmados, solapados e/ou renovados ao longo do tempo, a formação de profissionais com habilidades para a produção de reflexão, e logo, de conhecimento histórico, é fundamental, pois o desenvolvimento de uma consciência histórica como condição ímpar para uma intervenção crítica na realidade social, e igualmente para o que é definido como “compromisso maior da Universidade: **formar sujeitos da própria história**”.⁵⁸ Desse modo, vislumbra-se nesse perfil de profissional demandado, um licenciado em História que tenha como foco em sua formação o desenvolvimento de competências e habilidades próprias para o ensino de História para e no contexto de fronteira.

⁵⁵ Parecer CNE/CES 492/2001, referente às Diretrizes Curriculares dos Cursos de História, p. 8. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em junho de 2011.

⁵⁶ Parecer CNE/CES 492/2001, referente às Diretrizes Curriculares dos Cursos de História, p. 7. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em 08 de agosto de 2012.

⁵⁷ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Projeto Institucional. 2014-2018. p. 13.

⁵⁸ Idem, p. 16. Grifos Nossos.

O perfil do egresso vislumbrado pelo Curso de História – Licenciatura, do Campus Jaguarão pretende, portanto, a formação de profissionais que exerçam o ensino de História como um dos elementos de transformação da sociedade e de contribuição para a garantia de direitos sociais que preconizam a oferta de uma Educação Básica pública e de qualidade a todos os cidadãos. Neste bojo, de compreensão e intervenção na realidade presente, é fundamental o domínio de conteúdos relativos à História do Brasil e da América, permeados pela dimensão local e regional, bem como do conhecimento e valorização dos elementos africanos e ameríndios que conformam seus processos. No entanto, a ênfase em tais dimensões geográficas e culturais não pressupõe negligenciar uma história global (e de Ásia e Europa), e sim compreender os elementos nacional e regional, ameríndios e africanos, em relação contínua – e contraditória – com essa história, de mútuas influências e determinações.

A formação deste perfil profissional encontra ressonância nos componentes curriculares do curso, primordialmente pela necessidade de proporcionar condições e oferecer ferramentas conceituais e operacionais, para que os discentes possam compreender de modo crítico a maneira pela qual a realidade social está construída – a presença de conflitos permeados pela tensão entre inclusão e exclusão social, os problemas de tolerância e respeito ao *outro*, à pluralidade identitária, às questões de gênero e o repensar de ações políticas que tratem de delicadas questões envolvendo a vulnerabilidade educacional, arraigadas disputas políticas, dentre outros fatores.

Desta maneira, o Curso de História – Licenciatura está posicionado em meio a uma conjuntura de reflexão, debate e anseios de transformação de docentes e discentes vinculados ao ambiente universitário. O resultado deste contato – por vias de um Projeto Pedagógico de Curso e da sua execução, visa operar transformações significativas na sociedade, tanto durante a vivência estudantil quanto após a sua habilitação, característica de uma perspectiva educacional humanística que preconiza a continuidade da formação profissional e a manutenção dos vínculos de interação entre comunidade acadêmica e a sociedade como um todo.

Consequentemente, o Projeto Pedagógico do Curso de História - Licenciatura agrega estas peculiaridades à definição do perfil de seu egresso. O principal aspecto deste último consiste em oportunizar mecanismos educacionais para que o egresso possa contribuir para a sociedade brasileira, em conformidade com o Título VIII, Capítulo III, Seção I, Art. 205, da Constituição brasileira:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Igualmente, este Projeto apoia-se no conjunto de prerrogativas estabelecidas a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/1996 (LDBEN), Título V, Capítulo IV, Art. 43 que, ao definir a finalidade da Educação Superior, estabelece princípios que poderão auxiliar na composição do perfil do aluno egresso na sua atividade profissional.

Por último, porém não menos importante, o Curso de História - Licenciatura espera do seu egresso a transmissão e a continuidade das reflexões açambarcadas em sua formação como

professor/pesquisador. Isto significa dizer que o profissional da História deverá ser responsável por desenvolver um conhecimento significativo e mediador que estimule a sociedade à reflexão crítica e por uma busca de orientação e sentido dentro da própria contemporaneidade. Assim, o professor/pesquisador de História adquire autonomia em sua prática docente ao saber, dentre outras coisas, como se constroem os conhecimentos na área, permitindo a este o compartilhamento de uma linguagem comum entre o conhecimento científico acadêmico e a vivência significativa em comunidade. Portanto, considera-se que a justificativa do Curso e a caracterização do perfil de seu egresso ensejam a consolidação de uma Educação Básica pautada em uma relação dialógica entre a construção do conhecimento normativo de nível superior e as práticas de docência em nível básico, e que possibilite a este mesmo profissional uma formação continuada e perene, incentivando, em um segundo momento, seu ingresso em programas de especialização e pós-graduação.

2.2. Dados do curso

2.2.1. Administração Acadêmica

2.2.1.1. Núcleo Docente Estruturante (NDE)

De acordo com o Parecer nº04-CONAES, de 17 de junho de 2010 e a Resolução nº 01 de Junho de 2010, em seu artigo primeiro,

o Núcleo Docente Estruturante (NDE) de um curso de graduação constitui-se de grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e continua atualização do projeto pedagógico do curso.

O mesmo documento ainda indica, em seu artigo terceiro, que o NDE deve “ser constituído por um mínimo de 5 professores pertencentes ao corpo docente do curso”. Desta forma, o NDE do Curso de História – Licenciatura é, atualmente, composto por 5 membros que atuam como servidores públicos em regime de dedicação exclusiva (DE), com 40h de trabalho semanal. Conforme observa-se no quadro abaixo.

Tabela 6. Constituição do Núcleo Docentes Estruturante (NDE)

Docente Membros do NDE	Titulação	Regime de Trabalho/Classe
Edison Bisso Cruxen	Doutor	40h- Dedicação Exclusiva/Adjunto
Günter Tlajja Leipnitz	Doutor	40h- Dedicação Exclusiva/Adjunto
Jônatas Maques Caratti	Mestre	40h-Dedicação Exclusiva/Assistente
Leticia de Faria Ferreira	Doutora	40h- Dedicação Exclusiva/Adjunta
Renata Dal Sasso Freitas	Doutora	40h- Dedicação Exclusiva/Adjunto

O NDE atua cotidianamente na implementação e consolidação do Curso, buscando maior qualificação nos processos de ensino e aprendizagem anunciados neste projeto. Além disso, é na esfera de atuação do NDE que o projeto pedagógico do curso é constantemente discutido, bem

como as normativas e procedimentos adotados pelo curso. Entretanto, no Curso de História-Licenciatura, o NDE mantém um cotidiano diálogo com a Comissão de Curso. Isto implica em, por vezes, implementar reuniões conjuntas ou emitir convites para que os membros da Comissão de Curso participem dos encontros do NDE. Objetiva-se, com esta prática, formar um Curso que atue de forma orgânica e coletiva em suas decisões e procedimentos, visando uma prática democrática e transparente de gestão. Observa-se ainda que o NDE realiza uma reunião ordinária mensal e que, quando necessário, se reúne extraordinariamente.

2.2.1.2. Comissão do Curso de História-Licenciatura e Coordenação de Curso:

Atualmente, o curso de História - Licenciatura tem como coordenador, desde fevereiro de 2015, o Prof. Dr. Edison Bisso Cruxen e como coordenadora substituta a Profa. Dra. Cássia Daiane Macedo Silveira, ambos com mestrados e doutorados em História.

A coordenação de curso (coordenador e seu substituto), por sua vez, é eleita pela comunidade acadêmica do Curso para um mandato de 2 (dois) anos e tem suas atribuições apresentadas no artigo 105 do Regimento Geral da Universidade Federal do Pampa⁵⁹. Conforme condições instituídas pela Comissão de Curso a coordenação de curso deve ministrar componentes curriculares no Curso e possuir formação ou experiência na área de conhecimento desenvolvida no Curso. O regime de trabalho do coordenador deve ser de tempo integral (DE). O coordenador deve dedicar-se de forma excelente à gestão do Curso, caracterizada pelo atendimento diligente e diplomático aos discentes e docentes, pela representatividade no Conselho de Campus e demais instâncias da Universidade, pela dialogicidade com a comunidade interna e externa, pela transparência, organização e liderança no exercício das funções, pela acessibilidade às informações e pelo conhecimento e comprometimento com o Projeto Pedagógico do Curso. Atualmente, a coordenação do Curso de História – Licenciatura está composta pelo Dr. Edison Bisso Cruxen (coordenador) e pela Dr. Cássia Daiane Macedo da Silveira (coordenadora substituta).

O núcleo básico de decisões do Curso é a Comissão de Curso. É presidido pelo coordenador do Curso (Dr. Edison Bisso Cruxen), formada pelos docentes atuantes no Curso e representação dos discentes e dos servidores técnicos-administrativos, ambos eleitos por seus pares, com mandatos de 1 (um) ano e de 2 (dois) anos, respectivamente. Seu funcionamento encontra, igualmente, regulamentação no regimento da UNIPAMPA. A Comissão reúne-se mensalmente (em reunião ordinária) para deliberações acerca do cotidiano acadêmico do Curso e extraordinariamente sempre que necessário.

Em cada campus da UNIPAMPA contamos ainda com um corpo técnico-administrativo específico atuante nos seguintes setores: um secretário executivo do campus, três servidores assistentes administrativos na Secretaria acadêmica; dois bibliotecários e um assistente de administração na Biblioteca; um técnico em tecnologias da informação e um analista de tecnologia de informação; um pedagogo, um assistente social e dois técnicos em assuntos

⁵⁹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Resolução nº 5, de 17 de junho de 2010. Regimento Geral da Universidade, p. 27.

educacionais, estes últimos pertencentes ao Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE).

O NUDE, por sua vez, tem suas atividades coordenadas e acompanhadas pela Coordenação Acadêmica do Campus. Trata-se, portanto, de um núcleo destinado ao apoio e assessoria didático-pedagógica aos docentes e discentes, no atendimento educacional especializado (AEE), no desenvolvimento de projetos de extensão e pesquisas que visem a qualificação dos processos e projetos pedagógicos de qualificação do ensino.

Ainda no que diz respeito à supervisão acadêmica e administrativa, no fórum do Curso, no que se refere a Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), ao Estágio Supervisionado e às Atividades Complementares de Graduação (ACG) aponta-se que, além da legislação nacional para estes itens em cursos de graduação, em específico aos cursos de formação de professores em licenciaturas, o Curso de História – Licenciatura ainda considera as “Normas Básicas de Graduação, controle e registro de atividades” encontradas na Resolução nº 29, de 28 de abril de 2011, da UNIPAMPA. O Artigo 123 deste documento aponta que a supervisão administrativa e acadêmica do componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é atribuição da Coordenação do Trabalho de Conclusão de Curso, exercida por um docente do curso desde o período anterior à matrícula neste componente. No Artigo 134 da mesma resolução, indica-se que a Coordenação de Estágio Obrigatório (estágio curricular) também será exercida por um docente, como atividade de ensino, para coordenar os estágios dos discentes matriculados. Os componentes curriculares TCC e Estágio Supervisionado possuem regulamentos específicos e que serão apresentados em anexo ao PPC.

No que se refere a ACG, é na mesma resolução que o Curso encontra as orientações norteadoras para estruturação básica deste componente da carga horária a ser integralizada, bem como os procedimentos que os discentes devem seguir para solicitar avaliação das atividades por eles cumpridas.

No âmbito do Campus, como parte da estrutura de administração acadêmica, contamos com as comissões de ensino, de pesquisa e de extensão, bem como com o Conselho do Campus. Estes tem sua composição, funcionamento e atribuições regulamentadas no regimento geral da UNIPAMPA (Resolução nº 5, de 17 de junho de 2010). Estas comissões são estruturadas a partir de representações de todas as categorias presentes na comunidade acadêmica. O Conselho do Campus, em específico, ainda conta com uma representação da comunidade externa.

2.2.2. Funcionamento do Curso

O Curso de História – Licenciatura tem duração de 10 (dez) semestres, seguindo o Calendário Acadêmico Institucional e estando de acordo com a Resolução nº 29, de 28 de abril de 2011 da UNIPAMPA.

2.2.2.1 Titulação Conferida: Licenciado(a) em História;

2.2.2.2 Do Processo Seletivo, da Oferta de Vagas, Ingresso e Regime de Matrícula: Sistema de Seleção Unificada (SiSU), utilizando exclusivamente as notas obtidas pelos candidatos no

Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), entre outras modalidades definidas pela instituição, conforme Resolução nº 29/2011 (Título II – Do Ingresso na Universidade). Número de Vagas: 50 (cinquenta) vagas anuais, no Campus Jaguarão. O Regime de Matrícula apresenta carga horária mínima por semestre de 08 créditos/120h (equivalentes a 02 componentes curriculares) e carga horária máxima por semestre de 32 créditos/ 480h (equivalentes a 08 componentes curriculares). No primeiro semestre o/a discente deve se matricular em todos os componentes curriculares ofertados pelo Curso.

2.2.2.3 Periodicidade: anual;

2.2.2.4 Turno: Noturno;

2.2.2.5 Carga Horária Total: 3.285 (três mil e duzentas e oitenta e cinco) horas-aula

I. Componentes Curriculares Obrigatórios (incluindo 180h de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, 435h de Prática como Componente Curricular⁶⁰ e 435h de Estágios Supervisionados Obrigatórios): 2715h

II. Componentes Curriculares Complementares de Graduação: 360h

IV. Atividades Complementares de Graduação: 210h

2.2.3. Formas de Ingresso

O ingresso nos cursos da UNIPAMPA é regido por editais específicos, Portaria Normativa MEC 02/2010 e pela Resolução nº 29 de 28 de abril de 2011. No Curso de História – Licenciatura (que ofertará 50 vagas anualmente) bem como nos demais cursos da Universidade o ingresso será realizado a partir dos processos a seguir pontuados:

1. Processo seletivo pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU) com a utilização das notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM):

I. ocorre para todos os cursos de graduação 1 (uma) vez por ano, no 1º (primeiro) semestre, conforme o número de vagas estabelecido pela Instituição e, excepcionalmente, no 2º (segundo) semestre, se autorizado pelo Conselho Universitário, para cursos específicos;

II. É realizado por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU) da Secretaria de Educação Superior (SESu), Ministério da Educação (MEC), utilizando exclusivamente as notas obtidas pelos candidatos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Parágrafo único. Excepcionalmente podem ser realizados processos seletivos específicos autorizados pelo Conselho Universitário.

2. Reopção: forma de mobilidade acadêmica condicionada à existência de vagas, mediante a qual o discente, regularmente matriculado ou com matrícula trancada em curso de

⁶⁰ Conforme pode ser observado no item “2.3.3. Matriz Curricular” deste PPC, a carga horária de Prática como Componente Curricular é realizada em diversos componentes curriculares obrigatórios. Observa-se que, em atenção a Resolução CNE/CP nº 02/2015 (Cap. 5/§1º/I) dedica-se 400h para as práticas como componentes curriculares.

graduação da UNIPAMPA, poderá transferir-se para outro curso de graduação desta Universidade.

A mudança de curso ou turno pode ocorrer até 2 (duas) vezes.

3. Processo seletivo complementar:

3.1. Reingresso: ingresso de ex-discente da UNIPAMPA em situação de abandono ou cancelamento de curso a menos de 2 anos.

3.2. Transferência voluntária: ingresso de discente regularmente matriculado ou com trancamento de matrícula em curso de graduação de outra Instituição de Ensino Superior (IES), que deseje transferir-se para esta Universidade.

3.3. Portador de Diploma: forma de ingresso para diplomados por outra IES, ou que tenham obtido diploma no exterior, desde que revalidado na forma da lei.

4. Transferência compulsória (EX OFFICIO): forma de ingresso concedida ao servidor público federal, civil ou militar, ou a seu dependente discente, em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício que acarrete mudança de domicílio para a cidade do campus pretendido ou município próximo.

5. Regime especial: consiste na inscrição em componentes curriculares para complementação ou atualização de conhecimentos, é concedida para portadores de diploma de curso superior, discente de outra IES e portador de certificado de conclusão de ensino médio com idade acima de 60 anos respeitada a existência de vagas e a obtenção de parecer favorável da Coordenação Acadêmica. A matrícula no Regime Especial não constitui vínculo com qualquer curso de graduação da instituição.

6. Programa estudante convênio: matrícula destinada à estudante estrangeiro mediante convênio cultural firmado entre o Brasil e os países conveniados.

7. Programa de mobilidade acadêmica interinstitucional: permite ao discente de outras IES cursar componentes curriculares da UNIPAMPA, como forma de vinculação temporária pelo prazo estipulado pelo convênio assinado entre as Instituições.

8. Programa de mobilidade acadêmica intrainstitucional: permite ao discente da UNIPAMPA cursar, temporariamente, componentes curriculares em outros campi.

9. Matrícula Institucional de cortesia: consiste na admissão de estudantes estrangeiros funcionários internacionais ou seus dependentes, que figuram na lista diplomática ou consular, conforme Decreto Federal nº 89.758, de 06/06/84 e Portaria 121, de 02/10/84.

Ainda, em atendimento ao disposto na Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, regulamentada pelo Decreto 7.824, de 11 de outubro de 2012, e a Portaria nº 18, de 11 de

outubro de 2012, a UNIPAMPA oferta 25% (vinte e cinco por cento) das vagas de cada curso para as ações afirmativas L1 e L2; 25% (vinte e cinco por cento) para as ações afirmativas L3 e L4; 3% (três por cento) para a ação afirmativa A1 e 47% (quarenta e sete por cento) para a ampla concorrência.

I - estudantes egressos de escola pública, com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita:

- a) que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas (ação afirmativa L2);
- b) que não se autodeclararam pretos, pardos e indígenas. (ação afirmativa L1).

II - estudantes egressos de escolas públicas, com renda familiar bruta superior a 1,5 (um vírgula cinco) salário mínimo *per capita*:

- a) que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas; (ação afirmativa L4);
- b) que não se autodeclararam pretos, pardos e indígenas. (ação afirmativa L3).

III - estudantes com deficiência (ação afirmativa A1).

IV -estudantes que independente da procedência escolar, renda familiar ou raça/etnia (denominada ampla concorrência ou AC).

2.3. Organização Curricular

2.3.1. Requisitos para a integralização do currículo

Tabela 7. Carga Horária Total a ser Integralizada	
Componentes Curriculares Obrigatórios (incluindo 180h de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC ⁶¹ , 435h de Prática como Componente Curricular ⁶² e 435h de Estágios Supervisionados Obrigatórios)	2715h
Componentes Curriculares Complementares de Graduação	360h
Atividades Complementares de Graduação	210h
Carga Horária Total a Ser Integralizada	3285

Tabela 8. Carga Horária Total a ser Integralizada em cada um dos Eixos Integradores que Compõe a Matriz Curricular do Curso	
Saberes Formativos	2040h
Aprofundamento e Investigação	600h
Vivências e Enriquecimento Curricular	645h
Carga Horária Total a ser Integralizada nos Eixos Integradores	3285

Para obter a integralização do currículo, com vistas à colação de grau, o acadêmico deve:

- Cursar, com aprovação, todos os componentes curriculares obrigatórios, inclusive os componentes Trabalho de Conclusão de Curso I e Trabalho de Conclusão de Curso II;

⁶¹ Conforme especificado na nota 62.

⁶² Conforme especificado na nota 63.

- Cursar, com aprovação, todos os componentes curriculares de Estágios Supervisionados Obrigatórios;
- Cursar, com aprovação, a carga horária mínima de componentes curriculares complementares de graduação;
- Comprovar o cumprimento de, no mínimo, 210 (duzentas e dez) horas de Atividades Complementares de Graduação.
- A participação do discente, matriculado no Curso de História – Licenciatura, no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) é exigência para a integralização curricular, conforme Lei 10.861/2004.

2.3.1.1. Atividades Complementares de Graduação (ACGs)

As Atividades Complementares de Graduação (ACG) no Curso de História – Licenciatura, têm como objetivo proporcionar aos discentes o contato com outros saberes e formas de construção destes que não, necessariamente, são temas diretamente ligados aos componentes curriculares do Curso, mas sim de interesse na formação humanista e generalista de um professor de História. As resoluções do Conselho Nacional de Educação, CNE/CP 2/2015 e CNE/CES 2/2007, prevêm que as ACGs se caracterizam por 210 (duzentas e dez) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme núcleo definido no inciso III do artigo 12 desta Resolução, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição”. Dentro desta carga horária obrigatória, os discentes deverão participar de diversas atividades relacionadas à pesquisa, ao ensino, à extensão e às atividades culturais e artísticas, sociais e de gestão. Observa-se que as atividades complementares de graduação (estágios não obrigatórios, iniciação científica, projetos de extensão, seminários extra-classe, participação em eventos científicos etc.) poderão ocorrer fora do ambiente escolar, em várias modalidades que deverão ser reconhecidas, supervisionadas e homologadas pelas Coordenações dos cursos. Observa-se também que, em relação ao indicado na Resolução nº 29, de 2011, que institui as normas de graduação na UNIPAMPA, tais atividades, estão classificadas em quatro grupos básicos, como poderá ser observado no quadro que segue.

O desenvolvimento e participação em atividades de pesquisa podem proporcionar ao discente um envolvimento prático com os conteúdos trabalhados em sala de aula, aprendendo, desde sua formação, a como lidar com situações reais de pesquisa. No campo da extensão, o discente poderá intervir extramuros da Universidade, participando junto às comunidades projetos que possibilitem a intervenção social a partir das reflexões do conhecimento histórico e práticas que este pode provocar. No ensino, o discente poderá envolver-se em atividades de monitoria, PIBID, dentre outras, que possam lhe proporcionar um acompanhamento e uma participação no cotidiano do educador. Ainda como ACG os discentes devem participar de palestras, cursos, encontros acadêmicos, oficinas, dentre outras que possam ser relacionadas com a grande área das Ciências Humanas.

Segundo o Artigo 103 das “Resolução das Normas Acadêmicas de Graduação da UNIPAMPA” da Universidade Federal do Pampa,

Atividade Complementar de Graduação (ACG) é definida como atividade desenvolvida pelo discente, no âmbito de sua formação acadêmica, com o objetivo de atender ao perfil do egresso da UNIPAMPA e do respectivo curso de graduação, bem como à legislação pertinente.⁶³

No Curso de História - Licenciatura, estas atividades compreendem um total de 210 (duzentas e dez) horas, classificadas em grupos, como: Atividades de Ensino, Atividades de Pesquisa, Atividades de Extensão e Atividades Culturais e Sociais e de Gestão, conforme aponta a resolução 29 já citada. Destaca-se que estas 210h computam como parte da carga horária total do curso a ser integralizada para a colação de grau.

Além disso, destaca-se ainda que no total de 210 horas de ACG a serem integralizadas pelo discente, em cada um dos grupos ele deve obter no mínimo de 21 horas, ou seja 10% da carga horária de ACG.

As atividades serão validadas pela Coordenação do Curso mediante apresentação, por parte dos/as discentes, dos certificados que comprovem a realização das mesmas. Nos certificados deve constar a carga horária cumprida pelo/a discente em cada atividade.

O Curso de História – Licenciatura, em consonância com a Resolução nº 29/ 2011 da UNIPAMPA, apresenta como atividades as seguintes modalidades e carga horaria máxima a ser cumprida pelos discentes, lembrando que o mínimo é de 10% da carga horaria em cada grupo. Para o devido aproveitamento da carga horária das ACGs se faz obrigatória a apresentação, por parte do/a discente, de comprovações de certificados, atestados e declarações (consideradas válidas pela Comissão de Curso), onde se identifique de forma explícita o nome do/a discente e a carga horária cumprida na atividade.

Tabela 9. Aproveitamento de aproveitamento das ACGs

Grupo	Modalidade	Carga Horária Mínima de ACG para Integralização do Curso e Colação de Grau
Atividades de Ensino carga horária mínima	a) Componentes curriculares de graduação, desde que aprovados pela Comissão de Curso; b) Monitoria em componentes curriculares de cursos da UNIPAMPA; c) Participação em projetos de ensino (PIBID,	210 horas

⁶³ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Resolução nº 29, de 28 de abril de 2011. Normas Básicas de Graduação, Controle e Registro das Atividades Acadêmicas, p. 17.

<p>21h</p>	<p>dentre outros);</p> <p>d) Realização de estágio não obrigatório relacionada às atividades de ensino e educacionais;</p> <p>e) Participação na organização de eventos relacionados ao ensino e a educação;</p> <p>f) Participação (com apresentação de trabalhos) em eventos de ensino;</p> <p>g) Participação (como ouvinte) em eventos de ensino, pesquisa e extensão.</p>	
<p>Atividades de Pesquisa</p> <p>carga horária mínima</p> <p>21h</p>	<p>a) Participação em projetos de pesquisa da UNIPAMPA, ou de outras instituições de ensino superior, de centros de pesquisa, de museus, de arquivos, escolas, etc, desde que aprovadas pela Comissão de Curso;</p> <p>b) Publicação de resumo, e/ou resumo expandido, referentes a participação em projetos de pesquisa, em anais de eventos;</p> <p>c) Publicação de participação em projetos de pesquisa em fontes de referencia acadêmica de acesso impresso ou online, na forma de periódicos, revistas, vídeos, anais de eventos, capítulos de livros, ou outro material de cunho acadêmico;</p> <p>d) Participação em eventos acadêmicos (congressos, seminários, simpósios, encontros, semanas acadêmicas, etc), com apresentação de trabalho resultado da participação em projetos de pesquisa, em modalidades como: comunicador, simposiasta, palestrante, debatedor, painalista, conferencista, etc;</p> <p>e) Realização de estágio e práticas não obrigatórias, em atividades de pesquisa na UNIPAMPA e/ou em outras instituições de ensino superior, de centros de pesquisa, de museus, de arquivos, etc, desde que aprovadas pela Comissão de Curso;</p>	
<p>Atividades de Extensão</p> <p>carga horária mínima</p> <p>21h</p>	<p>a) Participação em projetos de extensão da UNIPAMPA, ou de outras instituições de ensino superior, de centros de pesquisa, de museus, de arquivos, escolas, etc, desde que aprovadas pela Comissão de Curso;</p> <p>b) Realização de estágios e práticas não-obrigatórios, no campo da extensão na UNIPAMPA e/ou em outras instituições de ensino</p>	

	<p>superior, de centros de pesquisa, de museus, de arquivos, etc, desde que aprovadas pela Comissão de Curso;</p> <p>c) Organização de eventos de extensão (cursos, minicursos, oficinas, simpósios, congressos, seminários, semanas acadêmicas, palestras , etc);</p> <p>d) Trabalho voluntário em organizações da sociedade civil;</p> <p>e) Participação, com apresentação de trabalhos, em eventos relacionados à extensão, como por exemplo em seminários, simpósios, congressos, semanas acadêmicas, etc. Em modalidades de participação como: comunicador, simposiasta, palestrante, debatedor, painalista, conferencista, etc;</p> <p>f) Publicação de resumo, e/ou resumo expandido, referentes a participação em projetos de extensão, em anais de eventos;</p> <p>h) Publicação de participação em projetos de extensão, em fontes de referencia acadêmica de acesso impresso ou online, na forma de periódicos, revistas, vídeos, anais de eventos, capítulos de livros, ou outro material de cunho acadêmico;</p>	
<p>Atividades Culturais e Sociais e de Gestão</p> <p>carga horária mínima</p> <p>21h</p>	<p>a) Organização e/ou participação em atividades de cunho social, artístico e/ou cultural;</p> <p>b) Participação na organização de campanhas beneficentes, educativas, ambientais e/ou de publicidade de atividades de caráter social, cultural ou artístico;</p> <p>c) Premiação referente a trabalho acadêmico, de pesquisa, de extensão, de ensino, ou artístico;</p> <p>d) Representação discente em órgãos colegiados;</p> <p>e) Representação discente em diretórios acadêmicos;</p> <p>f) Participação como bolsista e/ou estagiário (não obrigatório) em atividades de iniciação ao trabalho técnico-profissional e de gestão administrativa e/ou acadêmica;</p> <p>g) Participação como bolsista e/ou estagiário (não obrigatório) em atividades culturais, sociais, artísticas.</p>	

2.3.1.2. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

De modo a eliminar o já tão discutido hiato entre a pesquisa, a extensão e o ensino, o Curso de História – Licenciatura da UNIPAMPA incluiu em sua matriz curricular dois componentes curriculares de Trabalho de Conclusão de Curso (Trabalho de Conclusão de Curso), em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação e de acordo com a Resolução nº 29, de 28 de abril de 2011, da UNIPAMPA, em que aprova as Normas Básicas de Graduação, Controle e Registro das Atividades Acadêmicas.

Desta forma, os componentes curriculares Trabalho de Conclusão de Curso I e Trabalho de Conclusão de Curso II visam à produção de um projeto e a execução deste através da elaboração de um trabalho monográfico, respectivamente, relacionado às temáticas e problemáticas referentes à História e/ou seu ensino, para fomentar a prática de pesquisa entre os futuros docentes, na perspectiva da formação de um docente/pesquisador. Neste sentido, compreendemos o Trabalho de Conclusão de Curso como resultado de uma reflexão teórico-prática oriunda de leituras, debates e atividades de ensino, pesquisa e extensão promovidas ao longo do curso e pautadas em diferentes temas, problemáticas e abordagens da pesquisa histórica e/ou da atividade docente nesta área; estas prerrogativas serão demonstradas mediante a observação de procedimentos teórico-metodológicos, comprometimento e a responsabilidade social do fazer histórico concernente às normas de produção de um trabalho científico. Portanto, o trabalho monográfico, obrigatoriamente, terá como produto final um texto reflexivo apresentado de acordo com o “Manual de elaboração e normatização de trabalhos acadêmicos, conforme a ABNT”, da UNIPAMPA⁶⁴.

Na matriz curricular do Curso de História - Licenciatura, os componentes Trabalho de Conclusão de Curso I e Trabalho de Conclusão de Curso II estão, respectivamente, locados no nono e décimo período, de modo a dividir esta atividade em duas etapas, quais sejam: o Trabalho de Conclusão de Curso I é o Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, componente curricular em que os discentes cursam uma carga horária de 90 (noventa) horas. Destas, 30 (trinta) horas são destinadas a encontros coletivos, com alunos devidamente matriculados no componente Trabalho de Conclusão de Curso I, com o objetivo de apropriarem-se de discussões teóricas pertinentes à elaboração de um projeto de pesquisa relacionado às temáticas na área da História e/ou de seu ensino, sob acompanhamento do docente responsável pelo componente, a quem o discente apresenta um pré-projeto de Trabalho de Conclusão de Curso. As demais 60 (sessenta) horas são destinadas a elaboração de projeto, com acompanhamento dos respectivos orientadores. Nesta carga horária o discente realizará leituras, receberá orientações específicas através de debates, leituras e reuniões, desenvolverá, ainda que inicialmente (para a elaboração

⁶⁴ Disponível para acesso em: <http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/aquicultura/files/2011/10/MANUAL-normas-academicas.pdf>

do projeto de Trabalho de Conclusão de Curso) a pesquisa bibliográfica e documental. A avaliação do projeto final de Trabalho de Conclusão de Curso I é realizada pelo orientador e pelo docente responsável, em consonância com os parâmetros avaliativos estabelecidos no documento “Normativa de Trabalho de Conclusão de Curso (Trabalho de Conclusão de Curso I e Trabalho de Conclusão de Curso II) do Curso de História – Licenciatura /Campus Jaguarão”, apresentado no apêndice I deste PPC, que, por sua vez, está de acordo com o estabelecido na Resolução nº 29, de 28 de abril de 2011, da UNIPAMPA.

Por sua vez, o Trabalho de Conclusão de Curso II, ofertado no oitavo período do curso, é o componente curricular em que os discentes desenvolvem, com orientação específica, o trabalho monográfico propriamente dito. Numa carga horária de 90 horas os discentes recebem orientações semanais, dão continuidade à pesquisa (campo, bibliográfica, documental, etc.), à análise de fontes, leituras e elaboram sua monografia, cujo resultado deverá ser aprovado por uma banca de avaliação, aberta a assistência do público. Esta, conforme aponta a Resolução 29/2011 da UNIPAMPA, em seu art. 127, deverá ser composta por

“docentes lotados na UNIPAMPA ou convidados, que podem ser professores de outras instituições ou profissionais não docentes, com formação em nível superior, experiência e atuantes na área desenvolvida no Trabalho de Conclusão de Curso”.

A avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso II é realizada pelos membros da banca, em consonância com os parâmetros avaliativos estabelecidos pelo curso no documento “Normativa de Trabalho de Conclusão de Curso (Trabalho de Conclusão de Curso I e Trabalho de Conclusão de Curso II) do Curso de História – Licenciatura /Campus Jaguarão” que, por sua vez, está de acordo com o estabelecido na Resolução nº 29, de 28 de abril de 2011, da UNIPAMPA, em específico com o apresentado nos artigos 126, 127 e 128.

Desta forma, ainda destaca-se que, de acordo com a Resolução nº 29/2011, cada orientando é acompanhado por um professor-orientador. Este, por sua vez, é corresponsável pela observação de aspectos legais e éticos da elaboração e execução dos produtos do Trabalho de Conclusão de Curso I e do Trabalho de Conclusão de Curso II, chamando-se a atenção, principalmente, aos aspectos referentes a plágio, utilização de textos em sua íntegra ou em adequações sem a devida autoria apresentada. O Trabalho de Conclusão de Curso, como anteriormente mencionado, tem uma coordenação geral exercida por um docente do Curso de História – Licenciatura, que terá a função de assegurar o alinhamento dos trabalhos docente e discente à Resolução 29/11 da UNIPAMPA e a “Normativa de Trabalho de Conclusão de Curso (Trabalho de Conclusão de Curso I e Trabalho de Conclusão de Curso II) do Curso de História – Licenciatura /Campus Jaguarão” (apêndice I).

2.3.1.3. Estágio Supervisionado do Curso de História-Licenciatura

O estágio curricular supervisionado aos licenciandos é assegurado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), assim como é regulamentada pela Resolução CNE/CP nº 2/2015. No curso de História - Licenciatura, o Estágio é obrigatório e compreende

aos componentes curriculares Estágio Supervisionado I, Estágio Supervisionado II e Estágio Supervisionado III, que segue as diretrizes prevista no Apêndice II deste PPC.

O Curso de História - Licenciatura da Universidade Federal do Pampa tem como prioridade a formação integral do futuro profissional de História para atuar com qualidade, seja como professor. O estágio supervisionado é um conjunto de atividades de formação, realizadas sob a supervisão de docentes da instituição formadora, e acompanhado por profissionais, em que o estudante experimenta situações de efetivo exercício profissional. O estágio supervisionado tem o objetivo de consolidar e articular as competências desenvolvidas ao longo do curso por meio das demais atividades formativas, de caráter teórico ou prático. (Parecer n. 15/2005, 13 de maio de 2005). Nesse sentido, os Estágios realizam-se de acordo com as novas diretrizes do Estágio Supervisionado na educação básica pública, instituição formal de ensino, com supervisão e orientação, assim como termo de compromisso firmado entre as partes envolvidas e apresentação e entrega de relatório final. O estágio supervisionado deverá ser realizado em escolas conveniadas, preferencialmente públicas, de ensinos Fundamental, Médio e EJA, por meio da regência programada com o docente, baseada em projeto elaborado para o respectivo estágio.

Nesse sentido, os estágios curriculares se configuram como componentes curriculares ímpares para a formação de um professor/pesquisador através do exercício da prática docente, em consonância com o disposto nas diretrizes institucionais que orientam os pressupostos formativos dos cursos de licenciatura da UNIPAMPA.⁶⁵ De acordo com as diretrizes, os estágios se caracterizam como um momento privilegiado para a formação acadêmica e profissional dos discentes, elemento articulador entre a teoria e a prática construídas durante o curso, bem como dos saberes necessários para uma atuação docente que seja reflexiva e crítica. A prática é concebida, portanto, como a etapa em que os acadêmicos, inseridos em diferentes espaços de ensino, além de realizarem essa conexão, fortalecem a construção da identidade docente ao assumirem posturas inerentes a profissão, assim como os desafios contemporâneos colocados ao campo da docência no ensino de História.

Dentre eles, destacam-se a necessidade de uma formação interdisciplinar no sentido de potencializar a compreensão dos processos de ensino-aprendizagem específicos da área da História e a problematização acerca do fazer docente. Tal perspectiva propõe a transposição das fronteiras de uma formação disciplinar que contribua para o planejamento e a consecução de propostas pedagógicas inovadoras nas diversas situações de estágio, com o objetivo de atender um perfil de formação não só generalista, mas que, ao mesmo tempo, contemple o comprometimento com as demandas regionais e sociais que caracterizam a realidade do ensino e do exercício da docência em territórios de fronteira e a inserção do profissional habilitado em História em instituições de ensino públicas e privadas, de educação fundamental e média, órgãos públicos, privados e organizações não governamentais ligados a ciência, educação e cultura.

⁶⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Diretrizes Orientadoras para Elaboração dos Projetos Pedagógicos das Licenciaturas da Universidade Federal do Pampa. 2011, p. 35.

A fim de efetivar os objetivos propostos, o Curso prevê estágios curriculares supervisionados (obrigatórios à integralização da carga horária do curso) e estágio não curriculares (não obrigatórios) abrangendo a inserção dos acadêmicos e a vivência docente em espaços escolares e não-escolares (museus, arquivos, clubes, associações de bairro, presídios, e outros), e instituições culturais através de convênios, supervisionados pela Universidade/Curso e com o acompanhamento da instituição concedente. Os estágios não obrigatórios serão considerados ACGs.

Trata-se, portanto, de compreender os diversos espaços educativos que contribuem e influenciam a formação de um professor, diante da ampliação das demandas atuais da área de ensino de História e do seu papel político e social nos diferentes contextos de atuação profissional; a contar desde sua experiência acadêmica, antes mesmo do ingresso no curso de formação à docência, até o caminho que segue durante este. Isto endossa a importância de avaliarmos tudo o que é feito em sua formação, compondo uma “educação integral e integrada”, coerente com o desejável daquele indivíduo como profissional da área das Humanidades.

Diante disso, faz-se necessário que, durante sua formação, o futuro educador possa ter experiências e contato com situações de aprendizagem mediadas em vários espaços educativos que logo em breve vivenciará como profissional, observando práticas, métodos, técnicas e funcionamento específico, o que corresponde a cada um dos estágios curriculares. Entretanto, como pressupostos comuns, todos os estágios curriculares preveem o reconhecimento da instituição-campo, a formulação/execução de atividades e projetos pedagógicos e a avaliação processual das ações realizadas.

Para tanto, os estágios terão como objetivo proporcionar o exercício de transposição didática dos conhecimentos teórico-práticos e das experiências pessoais construídas ao longo do Curso, nos espaços em que se desdobrarão as práticas docentes, através da vivência de situações concretas de trabalho que exijam o desenvolvimento de competências e o compromisso político-social com a qualificação da educação em todos os seus âmbitos, assim como na região da fronteira.

Em se tratando dos estágios em estabelecimentos escolares, conhecendo o cotidiano das escolas, quando chegado o momento de exercer sua docência, o então professor/historiador não se sentirá um desconhecido na própria área, algo que pode trazer dificuldades para sua atuação profissional. Vivenciando como membro ativo os ambientes educativos e auxiliando na promoção de atividades não-formais o acadêmico ampliará seus horizontes profissionais e culturais e colaborará para o desenvolvimento de uma educação de qualidade na região em que atuar.

2.4 Organização dos Estágios

2.4.1 Estágios Curriculares Supervisionados

A efetivação da prática docente dar-se-á como o previsto nos documentos que a regem, no que concerne a formação do Ensino Superior nos cursos de licenciatura, através de estágios

curriculares supervisionados (obrigatórios à integralização da carga horária do Curso) e estágios não obrigatórios.

No que se refere aos estágios curriculares supervisionados, a carga horária destinada à sua realização, como apontado, está integralizada à carga horária total do curso, conforme orienta a Resolução do Conselho Nacional de Educação/CP nº2, de 1º de Julho de 2015, em seu Art. 1º. Esta define que a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de Licenciatura, será efetivada mediante a integralização de, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas, nas quais a articulação entre teoria e prática garanta, nos termos dos seus projetos pedagógicos, entre outras determinações, 400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado a partir do início da segunda metade do curso. De acordo com o Art. 12 do Cap. IV da resolução 2/2015 para a formação de professores deve ser considerado a identidade do profissional do magistério da educação básica deverá ser garantida efetiva articulação entre teoria e prática, prevendo o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários à docência. Os conhecimentos relacionados à atuação profissional do professor deverão ser abordados no currículo do Curso a partir do seu aprofundamento e diversificação nos componentes curriculares ligados a formação docente através da investigação de conteúdos, metodologias, processos didáticos, desenvolvimento de propostas educativas e da avaliação das mesmas (Núcleo II - núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos).

Quanto ao cumprimento da carga horária exigida para as práticas dos estágios curriculares supervisionados, está previsto na referida Resolução que, no caso dos “acadêmicos que exerçam atividade docente regular na Educação Básica, poderá haver a redução da carga horária do estágio curricular supervisionado de até, no máximo, de 100 (cem) horas”, mediante comprovação documentada e avaliação da Comissão de Curso e da Coordenação de estágio do Curso de História - Licenciatura.

A inserção dos acadêmicos nas instituições campo de estágio segue o disposto na Resolução CNE/CES nº2, de 1º de Julho de 2015, na qual a mesma é entendida como fruto de ação conjunta entre a Instituição Solicitante - Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) - e as Instituições Concedentes - as escolas do sistema de Educação Básica e demais instituições culturais e entidades e associações civis - com a finalidade de propiciar aos acadêmicos do Curso História – Licenciatura o contato com os diversos contextos de atuação em sua futura profissão.

O acompanhamento e a orientação das práticas dos estágios seguem as determinações da Resolução nº 20 de 2010 (UNIPAMPA), em especial nos artigos 13 e 14. A orientação do estágio é feita por docente da UNIPAMPA, da área na qual será desenvolvido o estágio, que é também o responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário. Quanto à supervisão, está será feita pela Instituição Concedente através do docente titular da disciplina da escola com formação ou experiência na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário. Caberá ao responsável garantir o apoio da escola/campo de estágio que o estagiário está frequentando.

Conforme o Cap. 8 do Plano de Extensão Universitária (2006), projetos de extensão com aderência no âmbito do Curso podem fazer parte dos PPCs como carga horária curricular, previsto pela implementação de ações visando à flexibilização curricular nas Universidades Públicas. Esta é a proposta aplicada no Estágio Supervisionado III, que ocorre em espaço escolar, sob co-orientação de um docente titular da escola, que atua junto aos estagiários e produz um parecer final de avaliação. As ações extensionistas dos estagiários dirigem-se para vinculação dos espaços não-escolares, tais como museus, arquivos, associações e centros culturais (dentre outros), com as instituições campo de estágio. O Estágio III é desenvolvido sob orientação de um docente do Curso e em co-orientação de um docente titular da escola, onde se objetivam ações culturais e educativas de ambientes não escolares que integrem a formação dos discentes em espaços-escolares. A prática do Estágio III propõe a relação entre Universidade, espaço-escolar e espaço não escolar, onde estagiários do Curso, desenvolvam práticas extensionistas que partem de espaços não escolares dentro de espaços-escolares.

Conforme a Resolução n. 20/2010 a supervisão de estágio deve ser realizada por docente com formação ou na área de conhecimento desenvolvida no Curso, supervisionando até 10 (dez) estagiários simultaneamente durante o período integral de realização do estágio, a ser comprovado por vistos no relatórios de atividades, de avaliação e no relatório final.

A Instituição Solicitante contará com uma Coordenação de Estágios exercida por um docente indicado pela Coordenação Acadêmica, como atividades de ensino, para coordenar os estágios dos discentes matriculados, conforme Art. 134, Resolução 29/2011.

Com base nessa concepção, os estágios buscam estabelecer referenciais para que o acadêmico possa:

- Distinguir o estágio das demais situações de aprendizagem realizadas ao longo do curso, como um momento privilegiado da sua formação docente;
- Aproximar-se das diferentes dimensões da prática docente que o campo de atuação profissional exige na atualidade;
- Assumir as responsabilidades pertinentes à sua atuação profissional docente prevista nesta etapa de formação;
- Vivenciar situações de reflexão - ação - reflexão que permitam o fortalecimento da construção da identidade docente;
- Socializar aspectos relativos a sua prática com o orientador, supervisor e colegas de estágio a fim de rever posições, compartilhar e aprimorar planejamentos na troca de experiências;
- Articular pesquisa e extensão nas ações educativas;
- Interagir e dialogar com os diferentes agentes do processo educativo de forma ética e profissional, considerando os limites e as possibilidades dos envolvidos;
- Articular conhecimentos específicos com as necessidades educativas detectadas nos diferentes espaços de atuação profissional;
- Constituir um canal de diálogo e parceria entre a Universidade e as Instituições de estágio.

- Garantir a articulação entre teoria e prática, observando o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários à docência.

Os requisitos para realização do estágio curricular supervisionado o estudante deverá atender o disposto na Resolução n. 20, de 26 de novembro de 2010:

- I. Estar regularmente matriculado no componente curricular de Estágio;
- II. Ter integralizado os componentes curriculares obrigatórios, com aprovação, até o quinto semestre do Curso.

Para os componentes curriculares de Estágio Supervisionado, no Curso de História-Licenciatura, está prevista a existência de pré-requisito, conforme segue abaixo:

I. A aprovação no componente curricular Metodologia do Ensino de História (5º Semestre), se apresenta como pré-requisito para a realização do componente curricular Estágio de Ensino I (6º Semestre).

II. A aprovação no componente curricular Estágio de Ensino I (6º Semestre), se apresenta como pré-requisito para a realização do componente curricular Estágio de Ensino II (7º Semestre).

III. O componente curricular de Metodologia do Ensino de História apresenta-se como essencial para a realização dos Estágios I e II. Este componente tem como objetivo trabalhar técnicas e métodos do Ensino da História, instrumentalizando os alunos para o adequado desenvolvimento dos Estágios Supervisionados, que exigem o exercício da docência por parte dos discentes. Temas como planejamento, uso de livro didático, uso de fontes primárias, currículos, não se repetem em outros componentes curriculares.

IV. Os discentes devem realizar, de forma obrigatória, o componente Metodologia do Ensino de História antes de ingressar nos Estágios I e II, pois somente desta forma, estarão garantidas as condições mínimas para ensinar História em turmas de ensino fundamental e médio.

V. Os discentes devem realizar o componente Estágio I antes do Estágio II. Neste caso, tratam-se de dois níveis de ensino diferentes. Enquanto no Ensino Fundamental, são normalmente discentes entre 11 e 13 anos, que terão um contato básico com o ensino de História, os discentes do Ensino Médio (a partir dos 14 anos), alcançam um outro nível de aprofundamento nos conteúdos, participando de discussões melhor constituídas.

VI. A existência de pré-requisito entre esses componentes garante que o futuro professor, vivenciando diferentes experiências, possa amadurecer, progressivamente o exercício de sua docência

Considerando a diversidade dos campos de atuação da docência, ficam estabelecidos 3 (três) componentes curriculares referentes ao Estágio Curricular Supervisionado para o Curso de História – Licenciatura, cujo início se dará a partir do sexto semestre e apresenta a seguinte estruturação:

a) Estágio Supervisionado I

O Estágio Supervisionado I, ofertado no sexto semestre do Curso, compreende 150 (cento e cinquenta) horas de trabalho teórico e prático envolvendo situações de observação e o conhecimento da realidade do Ensino Fundamental. Corresponde a 60 (sessenta) horas presenciais referentes às fundamentações teóricas próprias ao ensino de História (práticas didático-pedagógicas, currículo, avaliação, legislação), 30 (trinta) horas concernentes à observação preliminar em espaço escolar de Ensino Fundamental, na turma em que o estagiário atuará; 30 (trinta) horas para regência na sala de aula em que atuará e 30 (trinta) horas para elaboração de relatório. Contempla as seguintes atividades:

- Observação da realidade escolar: refere-se à etapa em que serão oferecidas ao estagiário as condições para conhecer as instalações físicas e pedagógicas da instituição, o funcionamento dos diferentes setores e a realidade da comunidade do seu entorno. Para as observações será utilizado um roteiro de observação previamente elaborado;
- Observação das situações de ensino: Abrange a observação de aulas ministradas pelos professores titulares na disciplina de História, bem como da turma em que atuará em diferentes situações de ensino e aprendizagem, nas escolas de Ensino Fundamental. Análise de planos e programas de estudo da disciplina de História, discussões teóricas e temas relativos aos saberes necessários à docência com vistas a preparar o estudante para a prática do planejamento e da ação docente. Para as observações será utilizado um roteiro de observação previamente elaborado;
- Orientação, regência e planejamento das aulas: etapa que compreende a orientação para planejamento de caráter experimental com vistas à regência junto às turmas de alunos das escolas do Ensino Fundamental. Objetiva-se preparar o futuro professor para a regência em sala de aula através da vivência com situações concretas do cotidiano escolar, a fim de que possa propor e executar o planejamento de atividades teórico-práticas inovadoras relativas ao ensino da História;
- Elaboração de Relatório: momento em que o estagiário, sob a orientação do supervisor do estágio, irá elaborar um relatório com os registros das etapas de observação e regência acompanhado de um texto reflexivo contendo os aspectos relevantes da sua vivência e processo formativo, durante o período de estágio;
- Avaliação teórica e prática sobre a atuação individual no componente curricular.

b) Estágio Supervisionado II

O Estágio Supervisionado II, ofertado no sétimo semestre do Curso, compreende 150 (cento e cinquenta) horas de trabalho teórico e prático envolvendo situações de observação e o conhecimento da realidade do Ensino Médio. Corresponde a 60 (sessenta) horas presenciais referentes às fundamentações teóricas próprias ao ensino de História (práticas didático-pedagógicas, currículo, avaliação, legislação), 30 (trinta) horas concernentes à observação preliminar em espaço escolar de Ensino Médio, na turma em que o estagiário atuará; 30 (trinta) horas para regência na sala de aula em que atuará e 30 (trinta) horas para elaboração de relatório. Contempla as seguintes atividades:

- Observação da realidade escolar: refere-se à etapa em que serão oferecidas ao estagiário as condições para conhecer as instalações físicas e pedagógicas da instituição, o funcionamento dos diferentes setores e a realidade da comunidade do seu entorno. Para as observações será utilizado um roteiro de observação previamente elaborado;

- Observação das situações de ensino: Abrange a observação de aulas ministradas pelos professores titulares na disciplina de História, bem como da turma em que atuará em diferentes situações de ensino e aprendizagem, nas escolas de Ensino Médio. Análise de planos e programas de estudo da disciplina de História, discussões teóricas e temas relativos aos saberes necessários à docência com vistas a preparar o estudante para a prática do planejamento e da ação docente. Para as observações será utilizado um roteiro de observação previamente elaborado;
- Orientação, regência e planejamento das aulas: etapa que compreende a orientação para planejamento de caráter experimental com vistas à regência junto às turmas de alunos das escolas do Ensino Médio. Objetiva-se preparar o futuro professor para a regência em sala de aula através da vivência com situações concretas do cotidiano escolar, a fim de que possa propor e executar o planejamento de atividades teórico-práticas inovadoras relativas ao ensino da História;
- Elaboração de Relatório: momento em que o estagiário, sob a orientação do supervisor do estágio, irá elaborar um relatório com os registros das etapas de observação e regência acompanhado de um texto reflexivo contendo os aspectos relevantes da sua vivência e processo formativo, durante o período de estágio,
- Avaliação teórica e prática sobre a atuação individual no componente curricular.

c) Estágio Supervisionado III

O Estágio Supervisionado III, ofertado no oitavo semestre, compreende 135 (cento e trinta e cinco) horas de trabalho teórico e prático em espaços escolares, onde são desenvolvidas atividades extensionistas com a participação de instituições culturais e organizações da sociedade civil. A prática do Estágio III propõe a relação entre discentes do Curso, espaço-escolares e espaços não escolares, onde os estagiários desenvolvem práticas extensionistas que partem de espaços não escolares dentro de espaços-escolares. Sob a orientação de um docente do Curso e co-orientação de um docente da escola, o estagiário deve desenvolver ações que promovam a integração e atuação de espaços não escolares, com a escola, através de atividades educativas e culturais junto aos discentes do ensino básico. O Estágio Supervisionado III corresponde a 30 (trinta) horas presenciais referentes às fundamentações teóricas próprias às ações educativas em História que relacionem atividades extensionistas entre ambientes escolares e não-escolares; 15 (quinze) horas concernentes à preparo de atividades junto ao espaço não escolar de atuação; 20 (vinte) horas destinadas a planejamento e orientações; 30 (trinta) horas para atuação no espaço escolar, conforme planejamento entre Curso e instituições envolvidas; 15 (quinze) horas para elaboração de um artigo reflexivo sobre a prática, 15 (quinze) para socialização junto aos colegas discentes, e 10 (dez) para apresentação junto à comunidade da região.

Contempla as seguintes atividades:

- Observação da realidade da instituição campo: etapa que corresponde à caracterização do espaço não-escolar escolhido para a realização do estágio no que diz respeito a: histórico da instituição, estrutura, recursos, funcionamento, equipe de profissionais e/ou grupo responsável, público, formas de gestão, missão, e outros.
- Levantamento e planejamento de ações: compreende o estudo e a análise de projetos educativos da instituição e a partir do levantamento das potencialidades pedagógicas para

- o ensino de História em espaços não-escolares e a elaboração de atividades teórico-práticas inovadoras relativas ao ensino da História;
- Atuação extensionista em espaço-escolar, relacionada a espaço não-escolar: consiste na prática nos acervos das instituições parceiras, conforme planejamento realizado entre o Curso, instituição escolar e instituição não-escolar, Pretende-se assim sistematizar intervenções a longo prazo que possibilitem uma maior qualificação da formação de docentes que possuam a consciência da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão.
 - Elaboração de produção escrita: etapa que abrange, após a conclusão do estágio, a produção escrita em forma de artigo reflexivo sob orientação do supervisor, constando os dados coletados em cada fase do estágio, bem como as reflexões teóricas sobre a prática docente em espaços não-escolares.
 - Avaliação teórica e prática sobre a atuação individual no componente curricular.

Tabela 10. Estágios Supervisionados Obrigatórios

Nome do Componente Curricular	Código	Carga Horária	Número de Créditos	Carga Horária Prática	Carga Horária Teórica	Pré-Requisito
Estágio Supervisionado I	JH0077	150	10	90	60	Metodologia do Ensino de História
Estágio Supervisionado II	JH0078	150	10	90	60	Estágio supervisionado I
Estágio Supervisionado III	JH0051	135	09	85	50	Estágio supervisionado II
Nome do Componente Curricular			Ementa			
Estágio Supervisionado I			Desenvolvimento de experiências de observação, acompanhamento e regência na disciplina de História em classes do ensino fundamental. Ensino de História. Currículo de História. Avaliação no ensino de História. Materiais didáticos no ensino de História. Desenvolvimento de habilidades técnicas e estratégias pedagógicas.			
Estágio Supervisionado II			Desenvolvimento de experiências de observação, acompanhamento e regência na disciplina de História em classes do Ensino Médio. Ensino de História. Currículo de História. Avaliação no ensino de História. Materiais didáticos no ensino de História. Desenvolvimento de habilidades técnicas e estratégias pedagógicas.			
Estágio Supervisionado III			Experiências de observação, acompanhamento e estágio de docência em espaços escolares, relacionando projetos de extensão e espaços não-escolares			

	(instituições culturais e organizações da sociedade civil). Investigação, planejamento e realização de ações educativas junto à diferentes grupos sociais contemplando aspectos da cultura, memória, patrimônio, sociedade, história local e regional, territórios e fronteira. Estratégias de ensino de história que considere os diferentes ambientes de aprendizagem e de formação do homem como sujeito da história.
--	--

2.4.2. Estágios não curriculares

Considera-se estágio não obrigatório aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória, conforme resolução 20/2010. Esta modalidade corresponde a atividades de estágio com base em Convênios firmados entre a UNIPAMPA e a parte concedente que firmarão as condições para a realização dos mesmos segundo o previsto no Art. 17/Resolução 20/2010 que dispõe de suas normas e organização.

A oficialização do mesmo se dará mediante assinatura de Convênios e de Termo de Compromisso a ser celebrado entre ambas as Instituições – Solicitante e Concedente – através dos quais se definirão as condições para o estágio, assim como, sobre o plano de trabalho do estagiário.

O estágio não curricular se caracteriza como o estágio em instituições públicas e/ou privadas de ensino formal e não formal, órgãos e instituições que desenvolvam projetos em nível de pesquisa e extensão e ainda as ligadas à cultura, educação, esporte, lazer e desenvolvimento sustentável na promoção da cidadania.

Os estágios têm por objetivo proporcionar ao acadêmico o exercício de competências consideradas importantes para o âmbito pessoal e profissional como:

- socializar conhecimentos e aprendizagens a respeito da realidade econômica, histórica e cultural nos diferentes ambientes de trabalho em que realizará o estágio para a consecução de ações que visem o desenvolvimento social local e regional;
- cooperar para a constituição de propostas amparadas no respeito à diversidade, necessidades e demandas locais.
- contribuir de forma autônoma para a qualificação das políticas públicas do campo da educação, desenvolvimento social e da cultura no âmbito local e regional;
- desenvolver ações de pesquisa e extensão visando a produção de conhecimentos que abarquem não só o espaço acadêmico mas as comunidades e demais instituições de ensino (centros de documentação, órgãos e entidades de preservação da cultura e do patrimônio cultural tanto local

- ênfase nos bens culturais materiais e materiais nos territórios de fronteira - quanto regional e nacional).

Dos requisitos para realizar o estágio não-curricular, o acadêmico deverá, de acordo com o Art. 17:

I – estar regularmente matriculado e frequentando as aulas.

II - ter cursado e obtido aprovação em componentes curriculares do curso que integralizem no mínimo 300 (trezentas) horas.

Em relação a suas normas, documentos e atribuições, o estágio não-obrigatório orienta-se pelo disposto nos Capítulos V a VIII da Resolução nº 20/ 2010 que define as suas especificidades.

2.4.3. Prática como Componente Curricular

A Prática como Componente Curricular (PCC's) compõe 435 (quatrocentas e trinta e cinco) horas distribuídas em diversos componentes curriculares obrigatórios, dos eixos integradores, fomentando a transposição didática. Conforme o Parecer 15/2005, “[...] a prática como componente curricular é o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiência de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência. Por meio destas atividades são colocados em uso, no âmbito do ensino, os conhecimentos, as competências e as habilidades adquiridos nas diversas atividades formativas que compõem o currículo do curso. As atividades caracterizadas como práticas como componente curricular podem ser desenvolvidas como núcleo ou como parte de disciplinas ou de outras atividades formativas. Isto inclui as disciplinas de caráter prático, relacionadas a formação pedagógica, mas não aquelas relacionadas aos fundamentos técnicos-científicos correspondentes a uma determinada área de conhecimento”. Segundo o Cap. V, Art. 13, S. 3º, da Resolução 02/2015 “Deverá ser garantida ao longo do processo, efetiva e concomitante relação entre teoria e prática, ambas fornecendo elementos básicos para o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessárias a docência”.

Os componentes curriculares que possuem carga horária de PCC's são os seguintes:

- História do Processo de Hominização (15h)
- Políticas Públicas em Educação (15h)
- História Antiga (15h)
- História da América Pré-Colonial (15h)
- Psicologia da Aprendizagem (15h)
- História Medieval (15h)
- História da África I (15h)
- História das Narrativas Ameríndias (15h)
- História Moderna (15h)
- História da América Colonial (15h)
- História do Brasil Colônia (15h)

- Didática (30h)
- História do Mundo Atlântico (15h)
- História da América Independente (15h)
- História do Brasil Império (15h)
- Patrimônio e Museus (15h)
- Metodologia do Ensino de História (30h)
- História do Mundo Árabe e Islã (15h)
- História da América Contemporânea (15h)
- História do Brasil República (15h)
- História da África II (15h)
- História do Espaço Platino (15h)
- História do Rio Grande do Sul (15h)
- História do Brasil Contemporâneo (15h)
- História e Ensino da Cultura Afro-Brasileira (15h)
- História Contemporânea I (15h)
- História Contemporânea II (15h)

2.4.4 Plano de integralização da carga-horária

Para efetivar a integralização do currículo, com vistas à colação de grau, o acadêmico do Curso de História – Licenciatura deve, necessariamente:

- cumprir, com aprovação, todos os componentes curriculares obrigatórios, incluindo “Trabalho de Conclusão de Curso I” e “Trabalho de Conclusão de Curso II”. O cumprimento deste último (Trabalho de Conclusão de Curso II) depende de aprovação em defesa pública mediante banca avaliadora;
- cumprir a carga horária no mínimo 360 (trezentos e sessenta) horas de complementares curriculares complementares;
- cumprimento, devidamente comprovado e aprovado, de mínimo 210 (duzentas e dez) horas de atividades complementares de graduação;
- cumprir, com aprovação, os componentes curriculares de estágios supervisionados I, II e III;
- participar do ENADE.

A carga horária a ser integralizada, está distribuída em componentes curriculares diversos, conforme apresenta-se no item “2.3.3. Matriz Curricular”. Neste item detalha-se a articulação entre os componentes que, por sua vez, estão organizados em três eixos integradores: “Saberes Formativos, Aprofundamento e Investigação e Vivências e Enriquecimento Curricular”.

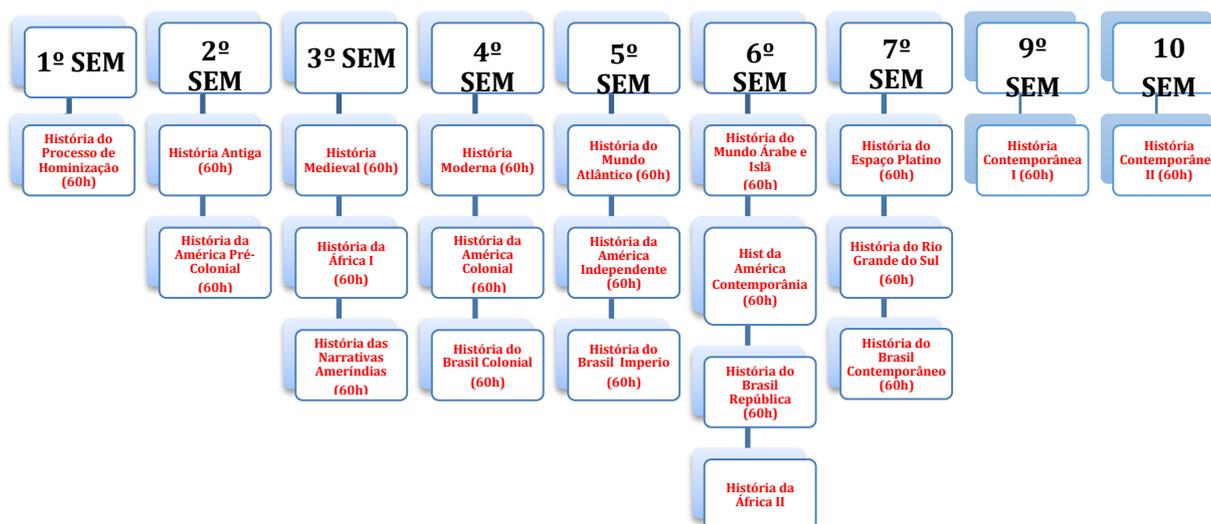
Para cursar os componentes curriculares obrigatórios formadores dos eixos integradores, bem como os componentes curriculares complementares de graduação, não há pré-requisitos, a

exceção do Trabalho de Conclusão de Curso II que, para cursá-lo é necessário que o discente tenha cursado, com aprovação o Trabalho de Conclusão de Curso I.

Indicamos os percursos curriculares a serem considerados pelos discentes no momento de suas matrículas, observando as articulações conceituais e contextuais entre os diferentes componentes curriculares, conforme demonstra-se a seguir.

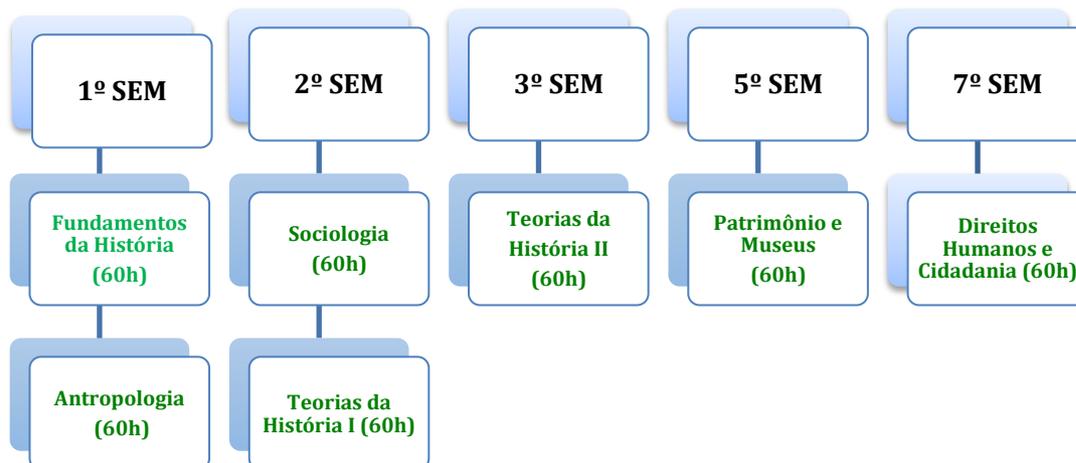
Para integralização dos componentes curriculares do Eixo Integrador Saberes Formativos, Subeixo Saberes da História, recomenda-se o seguinte percurso curricular semestral:

Fluxograma 01: Fluxograma de Componentes Curriculares do Curso de História-Licenciatura.



Para integralização dos componentes curriculares do Eixo Integrador Saberes Formativos, Subeixo Saberes Teóricos e Interdisciplinares, recomenda-se o seguinte percurso curricular semestral:

Fluxograma 02: Fluxograma do Subeixo Saberes Teóricos e Interdisciplinares.



Para alguns dos componentes curriculares de natureza/formação investigativa apontados acima, reafirma-se a indicação de um percurso curricular específico, a saber:

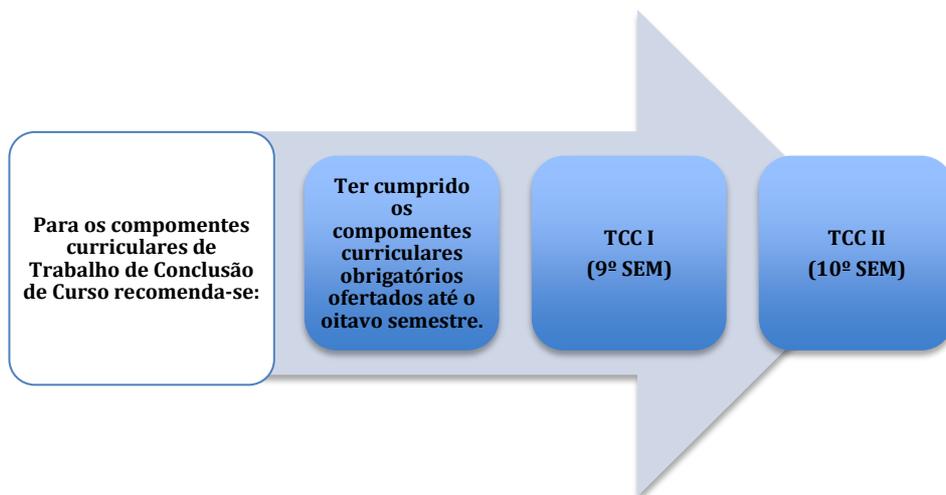
Fluxograma 03: Componentes Curriculares de Formação Investigativa



Destaca-se que, para cursar o componente Curricular Trabalho de Conclusão de Curso II o (a) acadêmico(a) deve, necessariamente, ter cursado, com aprovação, o componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso I.

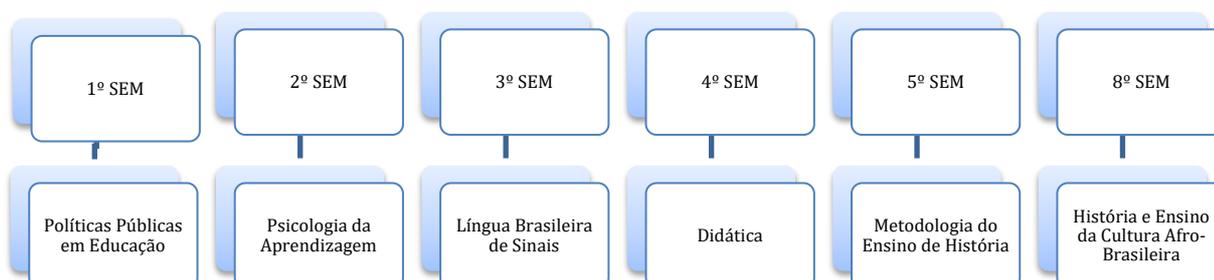
Apesar de não haver pré-requisitos para a maioria dos componentes curriculares, a exceção do pré-requisito indicado anteriormente (Trabalho de Conclusão de Curso I para cursar Trabalho de Conclusão de Curso II), recomenda-se que o acadêmico observe o percurso indicado a seguir para cursar os componentes Curriculares Trabalho de Conclusão de Curso I e Trabalho de Conclusão de Curso II:

Fluxograma 04: Componentes Curriculares de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)



Para integralização dos componentes curriculares do subeixo Saberes Pedagógicos, recomenda-se o seguinte percurso curricular:

Fluxograma 05: Subeixo Saberes Pedagógicos

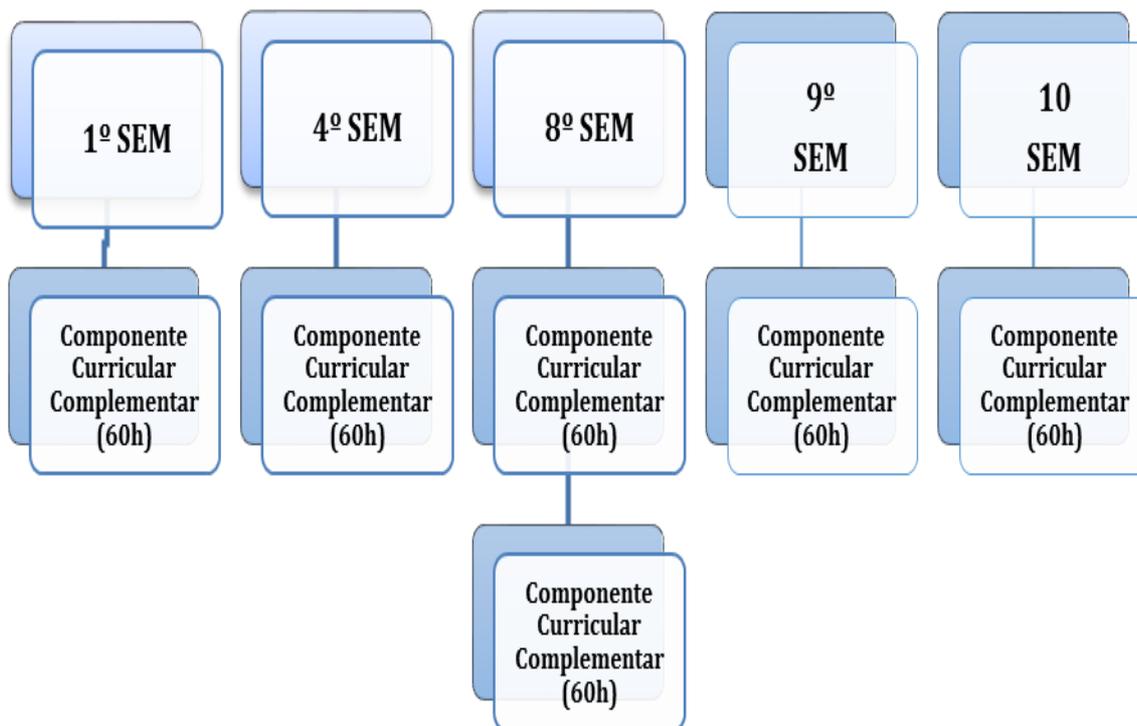


Para integralizar os componentes curriculares Estágio Supervisionado I, Estágio Supervisionado II e Estágio Supervisionado III, se faz obrigatório cursar como pré-requisito Metodologia do Ensino de História, para posteriormente cursar Estágio Supervisionado I, sendo este pré-requisito para Estágio Supervisionado II e, por sua vez, este pré-requisito para cursar Estágio Supervisionado III. Os pré-requisitos primam pela qualidade e reponsabilidade na formação de novos professores de História e pelo sucesso da experiência do acadêmico em suas primeiras aproximações com diferentes espaços de ensino e aprendizagem.

No que se refere aos componentes curriculares complementares de graduação, para integralização da carga horária do Curso é exigido que o acadêmico cumpra, no mínimo, 180 horas-aula destes. Tais componentes podem ser cursados em outros cursos de graduação da UNIPAMPA, ou de outra instituição de Ensino Superior devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação brasileiro, mediante solicitação do discente, quando obtiver aprovação, de aproveitamento de estudos junto à secretaria acadêmica do Campus. Além disso, o Curso,

conforme observa-se no ementário, semestralmente oferece componentes curriculares complementares de graduação em temáticas relacionadas aos eixos integradores de sua matriz. Além disso, recomenda-se que o acadêmico curse um componente curricular complementar de graduação de cada eixo integrador, observando a seguinte distribuição semestral:

Fluxograma 06⁶⁶: Distribuição dos Componentes Curriculares Complementares



2.4.5. Metodologias de ensino e avaliação

2.4.5.1. Metodologia de ensino e avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem

A sala de aula é um espaço de interação para a construção do conhecimento e reflexão sobre a transposição didática, em que são trabalhadas diversas formas de abordagem em relação aos temas presentes nos componentes curriculares do Curso de História - Licenciatura. As aulas podem ser desenvolvidas por meio de exposições dialogadas; debates; seminários, apresentações, produções e discussão de filmes e documentários; pesquisa bibliográfica e de campo; produção e avaliação de materiais pedagógicos; etc. Entretanto, a metodologia e os instrumentos utilizados são pensados a partir das particularidades de cada componente curricular e perfil de turma, buscando estimular o discente como sujeito de seu próprio processo de construção de conhecimento.

O perfil do Curso de História - Licenciatura prevê uma formação crítica, capaz de formar profissionais atuantes, comprometidos, aptos a relacionar teoria e prática para a transformação social. Para verificar estes processos, em primeiro lugar, as atividades de ensino, pesquisa e extensão devem estar pautadas nestes princípios, com metodologias comprometidas com a integração dos conteúdos e o desenvolvimento do espírito científico. A pesquisa e a extensão

⁶⁶ Os Componentes Curriculares Complementares serão definidos e oferecidos conforme decisão da Comissão de Curso de História-Licenciatura, para cada um dos cinco semestres. Tendo em vista que a quantidade de Componentes Curriculares Complementares existentes supera o número de seis, disponibilizados no fluxograma do Curso, existirá a escolha e oferta de Componentes Complementares específicos conforme a necessidade dos discentes e disponibilidade dos docentes.

devem ser balizadores e instrumentos das práticas de ensino e poderão ser avaliadas pelo envolvimento dos docentes e discentes em projetos. Além disso, em consonância com as Diretrizes Orientadoras para Elaboração dos Projetos Pedagógicos das Licenciaturas da UNIPAMPA⁶⁷, o Curso de História – Licenciatura igualmente afirma que:

Compreende-se que os cursos de licenciatura da UNIPAMPA necessitam identificar as opções de concepções pedagógicas que permeiam cada área do conhecimento, conhecer os projetos em que estão inseridos, almejando passar de uma prática reprodutora para a prática reflexiva, a qual possibilite a avaliação e a reformulação dos processos pedagógicos.

Neste sentido, tem-se como base constituinte de seus eixos de formação a preocupação com a prática docente em/para ambientes educativos escolares, através da oferta de componentes curriculares que possibilitam a experimentação de práticas pedagógicas, estágios supervisionados, etc. Tais eixos consolidam a preocupação com a formação de um docente preparado para atuar em contextos multiculturais, com respeito às diversidades. Diante disto, busca-se tratar de questões relacionadas a aspectos centrais na formação teórica do profissional em História sem deixar de lado a aplicabilidade prática e reflexão em sala de aula - ou outros ambientes educacionais - no que diz respeito a questões relacionadas aos contextos de fronteira, ao patrimônio e ao ensino. Uma vez que *teoria* é concebida não como *o olhar* definitivo sobre a realidade, mas apenas como *um olhar* sobre a realidade – logo, uma das possíveis representações/interpretações dessa “realidade” –, a *prática* se constitui numa *possibilidade* de *outra(s)* interpretações/ ressignificações dessa mesma “realidade”, o que conduz a reformulações/reconstruções da própria teoria. Nesse sentido, a articulação *teoria/prática* deixa de ser um processo instaurado artificialmente para configurar-se como um processo recursivo inerente/imaneante à construção de saberes.

Tal aplicação teórico-prática está calcada na simetria invertida que constitui a formação de docentes. Neste aspecto, observa-se que a formação do professor é simetricamente invertida à sua atuação profissional, uma vez que é vivendo o papel de discente que ele aprende a ser professor. Isso tem como implicação primeira o fato de o processo de formação de docentes ter de, necessariamente, oportunizar ao graduando a maior gama possível de situações similares às que deverá experienciar na docência e promover a reflexão constante sobre as situações vividas, isto é, a metaconsciência do aprender-ensinar-aprender.

Considera-se ao pensar criticamente as metodologias de ensino que, para ser “ensinável”, convertido em “objeto de ensino” ou em conteúdo curricular, o conhecimento científico – tal como produzido pelo cientista – precisa passar, necessariamente, por um processo de transformação/adaptação. Mesmo porque, quando produzido, não necessariamente tinha como finalidade primeira o ensino, e sim a explicação da “realidade” investigada. Sendo assim, cabe ao professor a tarefa de transpor de forma didática o conhecimento cientificamente produzido para o âmbito do ensino, conferindo-lhe o status de saber escolar. Esse processo de transposição requer do docente, no mínimo, sensibilidade para: recortar do conhecimento disponível o que é pertinente para a situação de ensino; contextualizar esse recorte conforme o tempo/espaço de produção e segundo os objetivos de ensino; organizar/sistematizar esse recorte – valendo-se,

⁶⁷ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Diretrizes Orientadoras para Elaboração dos Projetos Pedagógicos das Licenciaturas da Universidade Federal do Pampa, 2011, p. 22.

para isso, de diferentes linguagens e do uso adequado delas à situação enunciativa pressuposta pelo processo ensino-aprendizagem; e planejar formas de tornar acessível ao discente esse recorte, avaliando sua acessibilidade.

Ou seja: o Curso de História – Licenciatura, de acordo com o objetivo da UNIPAMPA em seus cursos de licenciatura, tem o propósito promover metodologias de ensino e aprendizagem para a formação de docentes que respeitem as diferenças e que sejam agentes ativos na construção uma educação criativa, de uma sociedade melhor e valorizadora dos bens culturais e das histórias locais.

Sob tais pressupostos, a metodologia de ensino se pautará, para orientação docente, em algumas concepções, tais como:

- I - o ensino visando à aprendizagem do aluno, reconhecendo a interdisciplinaridade como elemento essencial da construção do saber;
- II - o acolhimento e o trato da diversidade;
- III - o exercício de atividades de enriquecimento cultural;
- IV - o aprimoramento em práticas investigativas;
- V - a elaboração e a execução de projetos de desenvolvimento dos conteúdos curriculares;
- VI - o uso de tecnologias da informação e da comunicação, perpassando as várias áreas do conhecimento;
- VII – o uso de metodologias, estratégias e materiais de apoio inovadores;
- VIII - o desenvolvimento de hábitos de colaboração e de trabalho em equipe;
- IX – a abordagem de temas transversais como pressupostos formadores da cidadania;
- X – a articulação do ensino, da pesquisa e da extensão como base da formação acadêmica.⁶⁸

Neste sentido, objetiva-se o desenvolvimento de metodologias de ensino que propiciem a formação qualificada de novos profissionais do ensino de História. Para isto a metodologia de trabalho do corpo docente deverá, obrigatoriamente, estar ancorada pelo tripé ação-reflexão-ação, que sinalize na constante resolução de problemas e qualificação dos processos de ensino e aprendizagem.

Quanto ao sistema de avaliação, de acordo com a Resolução nº 29/2011, artigo 59, será considerado aprovado o acadêmico que obtiver nota final maior ou igual a 6,0 (seis) e, atender ao mínimo de 75% (setenta e cinco) de frequência às aulas.

A obtenção da nota final de cada componente curricular deve resultar de formas diversificadas de avaliação, a seguir descritas. Principais formas de avaliação:

⁶⁸ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Diretrizes Orientadoras para Elaboração dos Projetos Pedagógicos das Licenciaturas da Universidade Federal do Pampa., 2011, p. 22.

- Diagnóstica – esta forma de avaliação pressupõe o discente como um agente relacionado a um processo de aquisição significativa de conhecimento. O docente elabora um conjunto de atividades diagnósticas para conhecer do discente suas aptidões, interesses, capacidades e competências enquanto pré-requisitos para trabalhos futuros, e tem como objetivo orientar, explorar, identificar, adaptar e prever. A avaliação diagnóstica pode ser realizada através de tarefas de sondagens, pré-testes, questionários, observações.
- Formativa – esta forma de avaliação tem como meta comprovar se as atividades que estão sendo desenvolvidas estão de acordo com o planejado pelo docente, documentando como estão ocorrendo, apontando sucessos e fracassos, identificando áreas problemáticas e fazendo recomendações.
- Somativa – esta forma de avaliação pode ser realizada através de pareceres escritos ou orais do professor sobre seminários, artigos, avaliações pontuais, etc, desenvolvidos pelos alunos, e que permite identificar o reconhecimento das etapas do processo de ensino e aprendizagem.

A todo discente é assegurada a realização de atividades de recuperação de aprendizagem promovidas ao longo do desenvolvimento do componente curricular, conforme assegura o artigo 61 da Resolução nº 29/2011, em uma perspectiva de avaliação contínua e diagnóstica, apresentadas nos respectivos planos de ensino. Contudo, as atividades de recuperação dos processos de ensino-aprendizagem bem como as avaliações, não devem ser observadas ou praticadas pelos docentes como ações punitivas, mas sim como uma forma de promoção de construção efetiva de conhecimento e do pleno sucesso da garantia dos processos de ensino e aprendizagem. Conforme a resolução 29/2011, artigo 61 “atividades de recuperação são asseguradas ao discente e promovidas ao longo do desenvolvimento do componente curricular, em sua perspectiva de superação da aprendizagem insuficiente”. Nota-se a recuperação não é para reposição de notas insuficientes, mas sim da aprendizagem dos conteúdos curriculares. As atividades de recuperação primam pela recuperação da aprendizagem ao longo do ano letivo e não pela recuperação de notas.

Desta forma, assume-se outra função que não a tradicional medição e constatação de aprendizagem realizada pelo docente. A avaliação, de outra forma, serve como indicador para orientar a prática educacional, para mostrar aos professores e alunos quando é preciso realizar ajustes no processo educativo, dando elementos para fazerem e refazerem o seu plano de trabalho, determinando os conteúdos e as formas de aprofundamento de cada tema/ação/atividade. Assim, recomenda-se que a avaliação não seja realizada apenas em momentos específicos ou no final do semestre letivo; ela precisa acontecer ao longo de todo o período de trabalho acadêmico. O Curso de História-Licenciatura conta com a disponibilidade da Plataforma Moodle, que pode ser utilizada pelos docentes e discentes, para incrementar o desenvolvimento das atividades do Curso e o favorecimento ao acesso à informação e à aprendizagem.

Além disso, é garantido que educadores e alunos tenham os seus instrumentos de registros, que eles sejam coerentes com a proposta pedagógica do Curso e da instituição e, em especial, que o aluno entenda como será avaliado e que os resultados sejam discutidos com ele.

O objetivo maior da avaliação, neste sentido, não é apenas registrar dados internos, para o Curso ou a instituição, a respeito do desenvolvimento do aluno e da realidade de sua proposta de trabalho; mas reunir dados que garantam aos discentes condições reais de aprendizagem, desenvolvimento e formação profissional, num processo efetivo de reconstrução. Por ser uma proposta social e política, a avaliação não pode ficar restrita aos parâmetros de um único professor. Aqui se destaca o importante papel do NDE e da Comissão de Curso na garantia da realização constante deste perfil avaliativo no processo de ensino e aprendizagem da formação de professores de História na UNIPAMPA, Campus Jaguarão.

Em síntese, tendo como princípio básico que o aluno, no Ensino Superior, busca na instituição um processo de aprendizagem efetivo em sua formação profissional desejada, e não apenas ser aprovado, a avaliação deve traduzir o seu desenvolvimento escolar, seu desempenho como um processo global e significativo e sua caminhada na formação profissional que se objetiva neste Curso. Assim colocados, os procedimentos adotados não podem traduzir realidades estanques, fechadas, cerceando o processo construtivo e evolutivo do conhecimento.

2.4.6. Matriz curricular

A carga horária total do Curso de História – Licenciatura integraliza 3.285 (três mil duzentas e oitenta e cinco) horas, sendo, destas, 3.075 (três mil e setenta e cinco) relativas aos elementos estabelecidos na Resolução 02/2015, Art. 12º, incisos I e II, e distribuídas entre os componentes curriculares expressos mais abaixo.

O currículo do Curso é formado a partir de três eixos integradores que visam à formação do(a) licenciado(a) pautada no perfil do egresso anunciado neste documento, bem como pelas diferentes demandas sociais e educativas do contexto de inserção e atuação deste Curso. Os eixos integradores são formados por componentes curriculares obrigatórios e complementares articulados e pelas 210 horas de Atividades Complementares de Graduação (ACG's), que fomentam a formação específica do licenciado em História, bem como sua formação pedagógica e generalista.

Fluxograma 07: Eixos Integradores do Curso de História – Licenciatura



Os componentes curriculares estão distribuídos ao longo dos dez semestres de curso e proporcionam a sincronia dos três eixos, possibilitando a contínua transposição didática na formação de professores de História. Considera-se, portanto, que a formação destes educadores é desenvolvida com base na simetria invertida, ou seja, é como aluno que o acadêmico desenvolve competências e habilidades necessárias para tornar-se docente, sendo necessário, desta maneira, experimentar diferentes práticas pedagógicas ao longo de sua formação. Assim, como posteriormente poder-se-á observar na matriz curricular deste Curso, as Práticas como Componentes Curriculares (PCC's) compõem 435 (quatrocentas e trinta e cinco) horas distribuídas em diversos componentes curriculares obrigatórios, dos três eixos integradores, fomentando a citada transposição didática pautada na simetria invertida.

A partir da compreensão de que, em um Curso de Licenciatura em História, as PCC's estão relacionadas com todas as dimensões do Ensino de História, elas podem ser concretizadas no âmbito dos componentes curriculares como:

- Produção e/ou discussão de materiais didáticos;
- Observação de como as temáticas abordadas são desenvolvidas nos espaços educativos da cidade;
- Observação e vivência em espaços educativos;
- Experienciação, no seu ambiente de sala de aula, de possibilidades didáticas e pedagógicas para o ensino dos conteúdos desenvolvidos nos componentes curriculares.

Igualmente, destaca-se que em cada um dos eixos os componentes curriculares estão interligados a partir de articulações temáticas e conceituais.

Na tabela abaixo apresentamos os componentes curriculares, identificados com seus respectivos eixos integradores.

Fluxograma 08. Componentes Curriculares do Curso de História-Licenciatura

1º sem	2º sem	3º sem	4º sem	5º sem	6º sem	7º sem	8º sem	9º sem	10º sem
História do Processo de Hominização (60h)	História Antiga (60h)	História Medieval (60h)	História Moderna (60h)	História do Atlântico (60h)	História do Mundo Árabe (60h)	Direitos Humanos e Cidadania (60h)	História e Ensino da Cultura Afro-Brasileira (60h)	História Contemporânea I (60h)	História Contemporânea II (60h)
Fundamentos da História (60h)	História da América Pré-Colonial (60h)	História da África I (60h)	História da América Colonial (60h)	História da América Independente (60h)	História da América Contemporânea (60h)	História do Espaço Platino (60h)	Metodologia e Técnica de Pesquisa Científica em História (60h)	Trabalho de Conclusão de Curso I (90h)	Trabalho de Conclusão de Curso II (90h)
Antropologia (60h)	Sociologia (60h)	História das Narrativas Ameríndias (60h)	História do Brasil Colônia (60h)	História do Brasil Império (60h)	História do Brasil República (60h)	História do Rio Grande do Sul (60h)	Componente Curricular Complementar (60h)	Componente Curricular Complementar (60h)	Componente Curricular Complementar (60h)
Políticas Públicas em Educação (60h)	Teorias da História I (60h)	Teorias da História II (60h)	Didática (60h)	Patrimônio e Museus (60h)	História da África II (60h)	História do Brasil Contemporâneo (60h)	Componente Curricular Complementar (60h)		
Componente Curricular Complementar (60h)	Psicologia da Aprendizagem (60h)	Língua Brasileira de Sinais (60h)	Componente Curricular Complementar (60h)	Metodologia do Ensino de História (60h)	Estágio Supervisionado I (150h)	Estágio Supervisionado II (150h)	Estágio Supervisionado III (135h)		

Legenda:

Vermelho: Eixo Integrador "Saberes Formativos"

Azul: Eixo Integrador "Aprofundamento e Investigação"

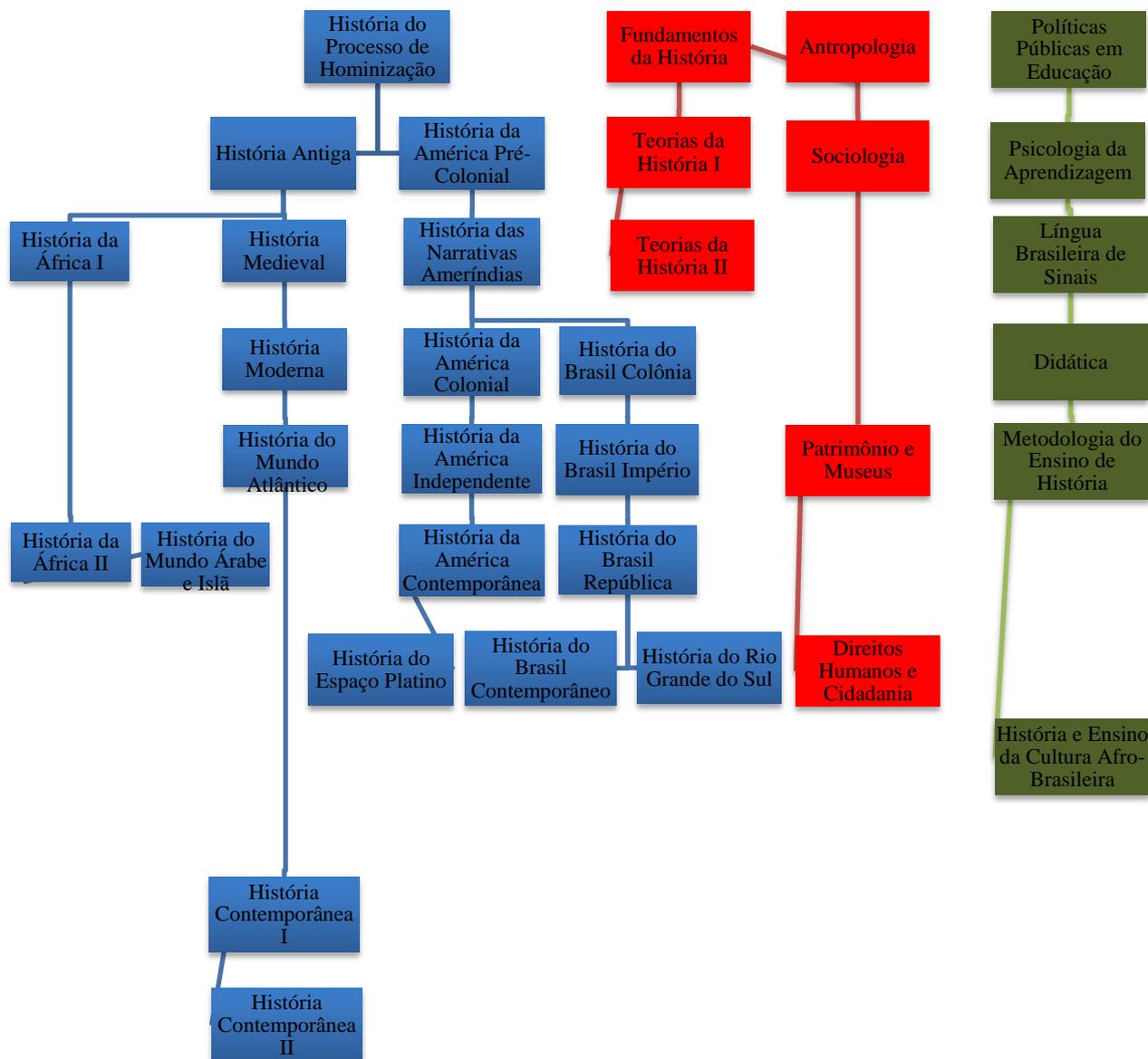
Preto: Eixo Integrador "Vivências e Enriquecimento Curricular"

2.5 Apresentação e organização dos Eixos Integradores

2.5.1. Eixo Integrador "Saberes Formativos"

O Eixo Integrador "Saberes Formativos" é composto por componentes curriculares organizados a partir de três subeixos que remetem à articulação temática relacionada aos saberes específicos da História, aos saberes teóricos e próprios a outros campos das Ciências Humanas, e aos elementos relativos aos saberes pedagógicos. Estão dispostos entre o primeiro e o décimo semestre do Curso, num total de 2.040 (duas mil e quarenta) horas. Este eixo visa, como o próprio nome indica, a formação generalista do(a) licenciado(a) em História considerando, articulando os saberes específicos de conhecimento histórico com outros campos, como da Sociologia, Antropologia e da Cultura Material, bem como com elementos necessários a seu desenvolvimento como educador(a). Igualmente, considera o contexto de inserção do curso, ou seja, uma região de fronteira, bem como a transposição didática das temáticas trabalhadas para a formação de docentes.

Fluxograma 09. Articulação contextual e temática dos componentes curriculares do Eixo Integrador “Saberes Formativos”.



Legenda:

Azul: Subeixo “Saberes da História”

Vermelho: Subeixo “Saberes Teóricos e Interdisciplinares”

Verde: Subeixo “Saberes Pedagógicos”

Apresentamos a seguir como este eixo está organizado desde as diferentes áreas abordadas.

2.5.1.1 Componentes Curriculares do Subeixo “Saberes da História”

Estes componentes estão distribuídos entre o primeiro e o décimo semestre do Curso e correspondem a 1.260 (mil duzentas e sessenta) horas organizadas em 945 (novecentas e quarenta e cinco) teóricas e 315 (trezentas e quinze) de PCC’s. Tem como objetivo tratar de temáticas relacionadas à formação básica do(a) historiador(a), e contemplar, igualmente,

questões relacionadas ao ensino destas temáticas. Os componentes curriculares deste subeixo lançam bases temáticas, contextuais e conceituais para o desenvolvimento dos demais. Cada um dos componentes curriculares deste eixo integrador são desenvolvidos em 60 (sessenta) horas-aula, das quais 45 (quarenta e cinco) são teóricas e 15 (quinze) correspondem às PCC's.

As temáticas são abordadas no que tange à História Geral, desde a origem da humanidade (abordada no componente curricular História do Processo de Hominização) até a história contemporânea, passando por elementos da história europeia, africana e árabe.

A oferta de dois componentes curriculares contemplando a História da África tem o intuito de proporcionar maior conhecimento sobre a história africana, e atende parte das disposições da Lei nº 11.645/2008. A África e a diversidade cultural e histórica de suas sociedades vêm à tona em interação com elementos da história de outros contextos, e de forma não-subordinada a uma história europeia ou ocidental. Em conjunto com o componente curricular “História do Mundo Árabe”, os dois componentes relativos à história africana fomentam um deslocamento de uma ótica eurocêntrica, de acordo com aquilo que determina a nova Base Nacional Curricular Comum para a área de História.

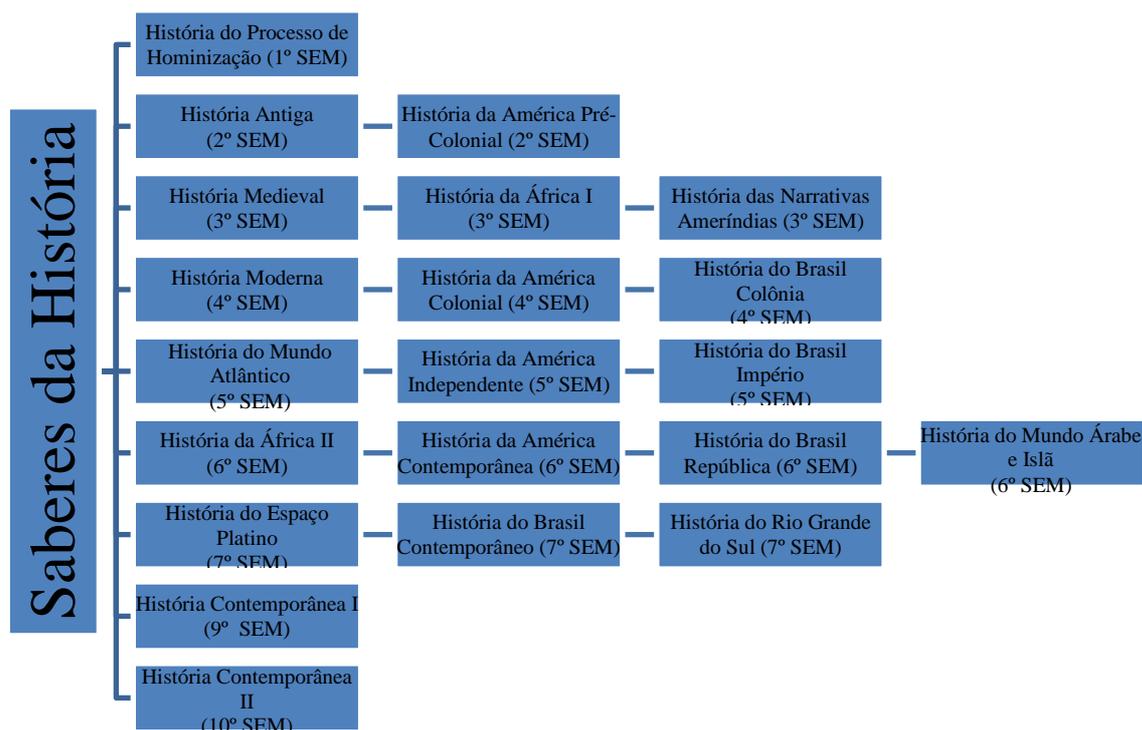
A História do Mundo Árabe se propõe possibilitar reflexões que conduzam a desconstrução de preconceitos sobre a História e Cultura árabe e o islamismo. Apresentando fundamentos para a percepção da complexidade e variedade política, religiosa e cultural do “mundo árabe” através da História, rompendo a visão monobloco, simplista e generalista fomentada nas mídias ocidentais.

A História da América é trabalhada, desde o período pré-colonial até a contemporaneidade, e inclui um componente curricular dedicado à História do Espaço Platino. Especificamente nestes componentes, aborda-se a ocupação do espaço e a formação das fronteiras no Brasil Meridional. Esta discussão dar-se-á principalmente no componente curricular “História do Espaço Platino”, no qual também serão tratados aspectos teóricos e metodológicos da História Regional. Abordar temáticas relacionadas à História da América em geral e do Espaço Platino em particular deve-se à inserção do Curso numa região de fronteira, ou seja, num contexto social, cultural e histórico que necessita ser observado e problematizado por diferentes matizes.

O componente curricular denominado “História da América Pré-Colonial” oferece ao graduando a possibilidade de apropriar-se dos principais debates que envolvem a questão do povoamento do continente americano, bem como de conhecer atualizadas discussões sobre os diferentes grupos culturais que habitavam este continente antes da chegada dos europeus e da formação da estrutura europeia de colonização. Destaca-se também que, ao nos referirmos à América Pré-Colonial, tratamos do continente como um todo, incluindo o atual território brasileiro. Desta maneira, este componente curricular, juntamente com o de “História das Narrativas Ameríndias”, também contribui para o desenvolvimento dos componentes de História do Brasil e no reconhecimento e respeito à diversidade cultural e as culturas indígenas do continente americano, em consonância com as já referidas Lei nº 11.645/2008 e Base Nacional Curricular Comum.

Já a História do Brasil é problematizada desde a constituição da América portuguesa até a contemporaneidade, abordando o ensino - na Educação Básica - dos conteúdos discutidos. Além disso, contempla, desde a perspectiva da história regional, um componente curricular focado na História do Rio Grande do Sul. Com este componente objetiva-se aprofundar as discussões sobre a história regional (espaço platino), igualmente observando o contexto fronteiriço. Desta forma, há uma significativa articulação com os componentes de História da América e Regional.

Fluxograma 10. Componentes Curriculares do Subeixo “Saberes da História”



2.5.1.2 Componentes Curriculares do Subeixo “Saberes Teóricos e Interdisciplinares”

Estes componentes estão distribuídos entre o primeiro e o sétimo semestre, e visam, dentre outros objetivos, contribuir para a formação geral de um docente/pesquisador. Objetivam, desta maneira, desenvolver competências e habilidades pertinentes a formação interdisciplinar de um docente socialmente engajado e, conseqüentemente, questionador e transformador do contexto social, histórico e cultural em que vive e atua profissionalmente.

Os componentes curriculares deste subeixo totalizam 420 (quatrocentas e vinte) horas, das quais 405 (quatrocentas e cinco) são teóricas e 15 (quinze) são de PCC's (apenas o componente “Patrimônio e Museus”).

Fomentar a apropriação de referentes básicos da vida acadêmica na formação do historiador, como o abordado em “Fundamentos da História”, até os referentes mais complexos e propositivos desenvolvidos em “Teorias da História I” e “II”, é primordial dentro deste subeixo.

Compreende-se as discussões teóricas como essenciais para a compreensão da produção histórica, do papel social e político da História e de suas diferentes narrativas. Entretanto, destaca-se mais uma vez que estes componentes fazem parte da formação básica de um professor/pesquisador de História. Desta forma, chamamos atenção ao fato de que este subeixo está diretamente relacionado com todos os demais eixos e subeixos formadores da matriz curricular do Curso de História – Licenciatura.

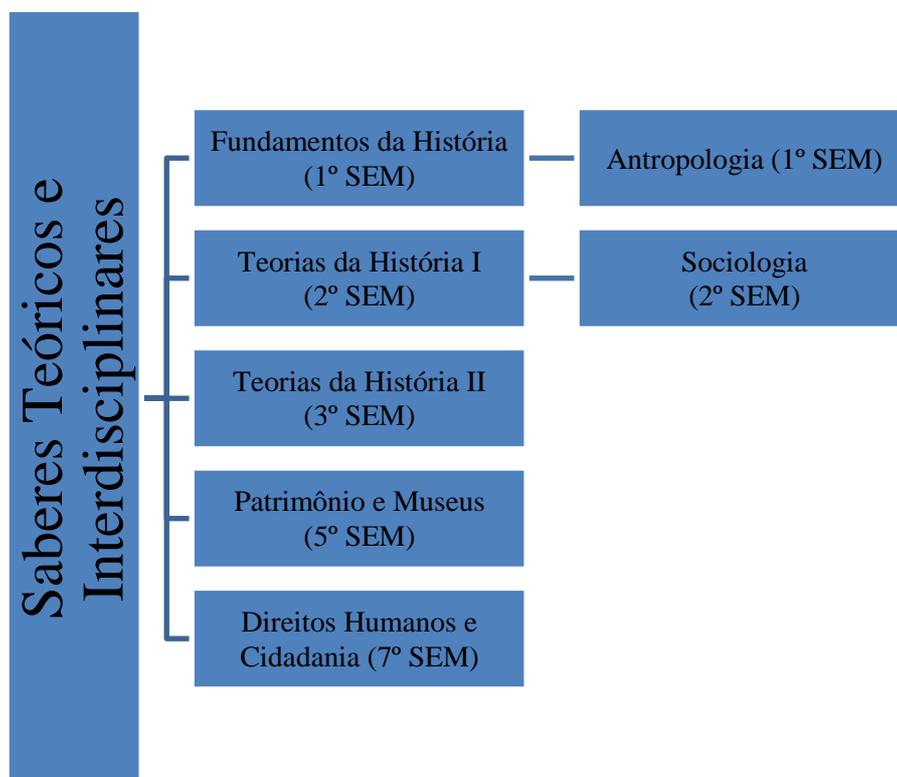
Os demais componentes curriculares deste subeixo visam contribuir para a formação geral do(a) licenciado(a) em História, considerando o contexto de inserção do Curso: a cidade de Jaguarão; seu patrimônio e o conjunto histórico paisagístico recentemente tombado pelo IPHAN; sua cultura; sua localização fronteiriça, etc. “Patrimônio e Museus” tem o objetivo de debater a construção dos patrimônios através dos diferentes espaços da cidade para o Ensino de História. Os componentes curriculares “Antropologia” e “Sociologia”, por sua vez, têm como objetivo a formação de um historiador crítico, desnaturalizador da sociedade e das relações sociais em que vive e atua profissionalmente, que respeite e valorize a diversidade cultural. Além disso, este núcleo igualmente visa a formação interdisciplinar do(a) futuro(a) professor(a).

A oferta de “Direitos Humanos e Cidadania” respeita a Resolução 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece as diretrizes nacionais para a educação em Direitos Humanos, buscando dar maior ênfase à valorização da diversidade étnica e cultural deste país, aos direitos humanos, a sustentabilidade e a cidadania como instrumento e prática educativa, e ampliar e aprofundar tais discussões e contribuir na formação de um docente socialmente engajado e responsável com o outro em seu fazer profissional.

Observa-se ainda que, com o objetivo de efetivar o perfil do egresso desejado, o Curso de História - Licenciatura conta com o componente curricular complementar, vinculado a este núcleo, denominado Educação e Meio Ambiente. Tal componente contempla 60 (sessenta) horas, destas 30 (trinta) são de natureza teórica e 30 (trinta) são de natureza prática. Vinculado ao Curso de Pedagogia do Campus Jaguarão, o Componente Curricular Complementar Educação e Meio Ambiente tem como objetivo proporcionar aos acadêmicos a construção do conhecimento em Educação Ambiental (EA), através de diversas abordagens e marcos teóricos e legais da área, visando a efetiva participação para a inclusão da EA nos diversos projetos a serem desenvolvidos na rede escolar; o desenvolvimento de projetos de educação ambiental, nos planos formal e não-formal e a investigação e a intervenção em projetos de educação ambiental e de modelos de desenvolvimento sustentável adequados às especificidades sócio-ambientais das comunidades envolvidas. Nesta perspectiva, compreendemos a EA como um dos pilares dos direitos humanos e da construção da cidadania, na formação de novos educadores.

Apresentamos a seguir como este subeixo está organizado desde os diferentes temas abordados em cada componente curricular, indicando o semestre em que o componente está inserido no Curso.

Fluxograma 11. Componentes Curriculares do Subeixo “Saberes Teóricos e Interdisciplinares”



2.5.1.3 Componentes Curriculares do Subeixo “Saberes Pedagógicos”

Este subeixo é composto por componentes curriculares que visam à formação pedagógica geral e específica do(a) futuro(a) professor(a), Seus componentes curriculares estão organizados do primeiro ao oitavo semestre do Curso e totalizam 360 (trezentas e sessenta) horas, das quais 255 (duzentas e cinquenta e cinco) são teóricas e 105 (cento e cinco) são destinadas às PCC's.

Apresentamos a seguir como este eixo está organizado desde os diferentes temas abordados em cada componente curricular, indicando o semestre em que o componente está inserido no Curso e sua carga horária total.

Fluxograma 12. Componentes Curriculares do Subeixo “Saberes Pedagógicos”.



Destacamos neste subeixo o componente “História e Ensino da Cultura Afro-Brasileira”, ofertado no 8º semestre do Curso. Ele foi pensado para contemplar tanto as problemáticas históricas a respeito de temas como relações étnico-raciais, abolicionismo, racismo e identidades negras, quanto o ensino destes, com especial atenção à produção de materiais didático-pedagógicos relativos aos mesmos, cada vez mais necessários aos educadores, contudo ainda em pouca profusão. É mais um componente intimamente atenuado com a Lei nº 11.645/2008 e a nova Base Nacional Curricular Comum.

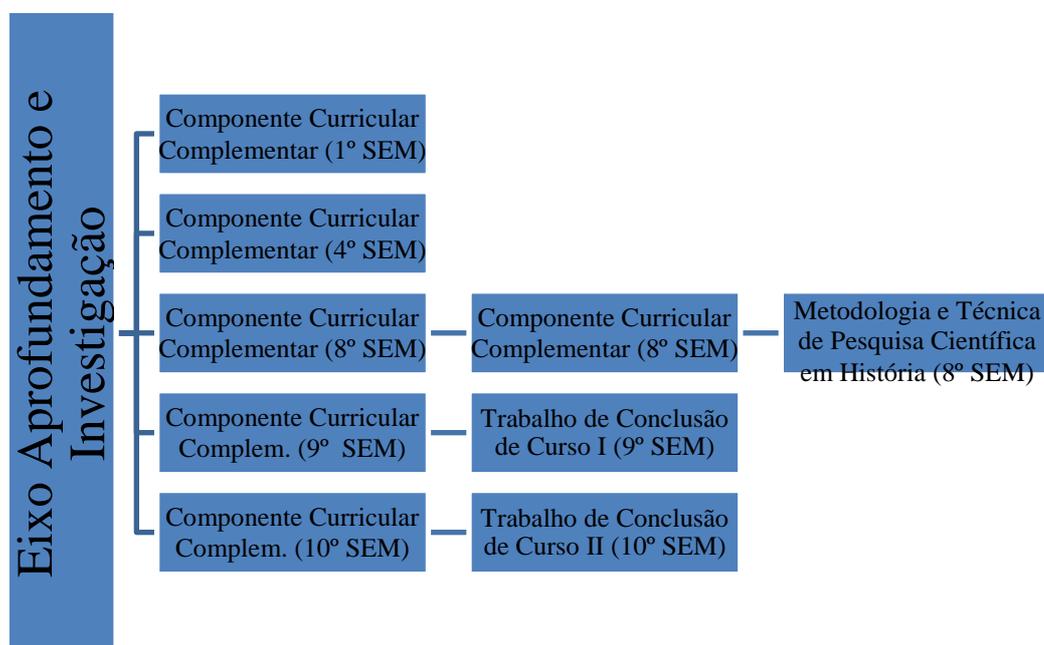
É importante salientar que compreende-se a formação pedagógica para além dos componentes curriculares vinculados a este subeixo. Neste sentido, estes saberes articulam-se especialmente com as PCC’s desenvolvidas internamente nos componentes do Subeixo Saberes da História, explicitados anteriormente. A formação pedagógica está assim fundamentada tanto no percurso de formação teórica do(a) graduando(a) relativa ao ensino e à educação em geral quanto no exercício de elementos práticos mais voltados ao campo do ensino de História. Portanto, a matriz curricular do Curso adequa-se ao que está estipulado no Parecer CNE/CES nº197/2004 no que tange ao “tempo dedicado às dimensões pedagógicas”, integralizando um total de 690 (seiscentas e noventa) horas de formação pedagógica, sendo 360 (trezentas e sessenta) correspondentes aos componentes curriculares de saberes pedagógicos e 330 (trezentas e quinze) relativas ao exercício da prática com as PCC’s.

2.5.2. Eixo Integrador “Aprofundamento e Investigação”

Os componentes curriculares do eixo denominado “Aprofundamento e Investigação” tem como objetivo a formação de um professor/pesquisador. Composto por nove componentes, com um total de 600 (seiscentas) horas, este eixo fomenta a apropriação de referentes básicos da vida acadêmica na formação do historiador, como o abordado em “Metodologia e Técnicas de Pesquisa Científica em História”, até os referentes mais complexos e propositivos desenvolvidos em “Trabalho de Conclusão de Curso I” e “Trabalho de Conclusão de Curso II”. Estes três componentes estão localizados nos três últimos semestres do Curso, representando assim o processo culminante da trajetória do(a) licenciando(a) ao longo de sua graduação.

Conjuntamente com a aprendizagem de investigação científica realizada nos componentes vinculados à pesquisa, por meio deste eixo concretiza-se o aprofundamento de temas, problemas, metodologias e referenciais teóricos nos componentes curriculares complementares, desde o primeiro até o último semestre, num total de seis componentes. Aqui, os graduandos têm a oportunidade de desenvolver debates mais complexos, aprofundando-se nas discussões apresentadas nos componentes obrigatórios, ou ainda, tendo o contato com outros debates e problematizações que escapam aos conteúdos programáticos dos mesmos. A escolha dos componentes curriculares complementares é de total liberdade do(a) licenciando(a), o que permite construir de modo mais aberto seu percurso formativo.

Fluxograma 13. Componentes Curriculares do Eixo Integrador “Aprofundamento e Investigação”⁶⁹



2.5.3. Eixo Integrador “Vivências e Enriquecimento Curricular”

Este eixo é concebido para ser efetivado tanto por meio de componentes curriculares quanto através das Atividades Complementares de Graduação (ACG’s). Ele totaliza 445 (quatrocentas e sessenta e cinco) horas de componentes curriculares - os três estágios supervisionados, realizados entre o 6º e o 8º semestre - e mais 210 (duzentas e dez) horas de ACG’s, que podem ser efetivadas pelo(a) licenciando(a) ao longo de todo seu percurso formativo. O eixo propicia ao(à) graduando(a), por meio dos componentes curriculares de estágio, a experimentação da atividade prática docente e a vivência de ambientes educacionais, em especial de escolas, estabelecendo-se o contato com os alunos, o preparo para todas as etapas do processo de ensino (desde o planejamento prévio até a execução da aula), bem como a experiência junto aos profissionais de ensino (educadores, supervisores, diretores).

Nesse sentido, as ACG’s complementam essas experiências práticas ao permitir a produção de outras vivências, dentro do ambiente universitário e fora dele, integradas à comunidade, e relativas a questões de ensino, pesquisa, extensão, cultura e gestão. Abaixo, podemos visualizar de modo mais preciso a concretização deste eixo.

⁶⁹ Os Componentes Curriculares Complementares de Graduação (CCCG’s) ofertados pelo Curso estão listados no ementário deste PPC. A definição pela oferta de cada um depende da organização do corpo docente de acordo com o semestre. Igualmente, os(as) graduandos(as) podem cursar qualquer Componente Curricular de outro curso do campus como CCCG do Curso de História-Licenciatura.

Fluxograma 14. Articulação dos elementos do Eixo Integrador “Vivências e Enriquecimento Curricular”.



Com base na articulação dos três eixos apresentados acima, a matriz curricular do Curso de História – Licenciatura da UNIPAMPA, compõe-se da seguinte forma:

Tabela 11. Apresentação dos Componentes Curriculares do Curso de História-Licenciatura por semestres, com identificação de códigos, cargas horárias e eixo integrador.

I SEMESTRE	Componente Curricular	Código	Pré-Requisito	Créditos	Carga Horária Total(Hora/Aula)	Carga Horária Teórica (Hora/Aula)	Carga Horária Prática (Hora/Aula)	Carga Horária de Prática como Componente Curricular(Hora/Aula)	Eixo Integrador
	História do Processo de Hominização	JH0040	-	4	60	45	-	15	Saberes Formativos
	Fundamentos da História	JH0062	-	4	60	60	-	-	Saberes Formativos
	Antropologia	JH0024	-	4	60	60	-	-	Saberes Formativos
	Políticas Públicas em Educação	JH0060	-	4	60	45	-	15	Saberes Formativos
	Componente curricular complementar de graduação		-	4	60	60	-	-	Aprofundamento e Investigação
	Carga horária total do semestre			20	300	270	-	30	

II SEMESTRE	Componente Curricular	Código	Pré-Requisito	Créditos	Carga Horária Total(Hora/Aula)	Carga Horária Teórica (Hora/Aula)	Carga Horária Prática (Hora/Aula)	Carga Horária de Prática como Componente Curricular(Hora/Aula)	Eixo Integrador
	História Antiga	JH0059	-	4	60	45	-	15	Saberes Formativos
	História da América Pré-Colonial	JH0052	-	4	60	45	-	15	Saberes Formativos
	Sociologia	JH0027	-	4	60	60	-	-	Saberes Formativos
	Teorias da História I	JH0014	-	4	60	60	-	-	Saberes Formativos
	Psicologia da Aprendizagem	JH0063	-	4	60	45	-	15	Saberes Formativos
	Carga horária total do semestre			20	300	255	-	45	

III SEMESTRE	Componente Curricular	Código	Pré-Requisito	Créditos	Carga Horária Total(Hora/Aula)	Carga Horária Teórica (Hora/Aula)	Carga Horária Prática (Hora/Aula)	Carga Horária de Prática como Componente Curricular(Hora/Aula)	Eixo Integrador
	História Medieval	JH0061	-	4	60	45	-	15	Saberes Formativos
	História da África I		-	4	60	45	-	15	Saberes Formativos
	História das Narrativas Ameríndias		-	4	60	45	-	15	Saberes Formativos
	Teorias da História II	JH0038	-	4	60	60	-	-	Saberes Formativos
	Língua Brasileira de Sinais	JH0066	-	4	60	60	-	-	Saberes Formativos
	Carga horária total do semestre			20	300	255	-	45	

IV SEMESTRE	Componente Curricular	Código	Pré-Requisito	Créditos	Carga Horária Total(Hora/Aula)	Carga Horária Teórica (Hora/Aula)	Carga Horária Prática (Hora/Aula)	Carga Horária de Prática como Componente Curricular(Hora/Aula)	Eixo Integrador
	História Moderna	JH0064	-	4	60	45	-	15	Saberes Formativos
	História da América Colonial	JH0054	-	4	60	45	-	15	Saberes Formativos
	História do Brasil Colônia	JH0065	-	4	60	45	-	15	Saberes Formativos
	Didática	JH0048	-	4	60	30	-	30	Saberes Formativos
	Componente curricular complementar de graduação		-	4	60	60	-	-	Aprofundamento e Investigação
	Carga horária total do semestre				300	225	-	75	

V SEMESTRE	Componente Curricular	Código	Pré-Requisito	Créditos	Carga Horária Total(Hora/Aula)	Carga Horária Teórica (Hora/Aula)	Carga Horária Prática (Hora/Aula)	Carga Horária de Prática como Componente Curricular(Hora/Aula)	Eixo Integrador
	História do Mundo Atlântico		-	4	60	45	-	15	Saberes Formativos
	História da América Independente	JH0050	-	4	60	45	-	15	Saberes Formativos
	História do Brasil Império	JH0067	-	4	60	45	-	15	Saberes Formativos
	Patrimônio e Museus	JH0074	-	4	60	45	-	15	Saberes Formativos
	Metodologia do Ensino de História	JH0071	-	4	60	30	-	30	Saberes Formativos
	Carga horária total do semestre			20	300	210	-	90	

VI SEMESTRE	Componente Curricular	Código	Pré-Requisito	Créditos	Carga Horária Total(Hora/Aula)	Carga Horária Teórica (Hora/Aula)	Carga Horária Prática (Hora/Aula)	Carga Horária de Prática como Componente Curricular(Hora/Aula)	Eixo Integrador
	História do Mundo Árabe e Islã		-	4	60	45	-	15	Saberes Formativos
	História da América Contemporânea	JH0069	-	4	60	45	-	15	Saberes Formativos
	História do Brasil República	JH0049	-	4	60	45	-	15	Saberes Formativos
	História da África II		-	4	60	45	-	15	Saberes Formativos
	Estágio Supervisionado I	JH0077	Metodologia do Ensino de História	10	150	-	150*	-	Enriquecimento Curricular
	Carga horária total do semestre			26	390	180	150*	60	

VII SEMESTRE	Componente Curricular	Código	Pré-Requisito	Créditos	Carga Horária Total(Hora/Aula)	Carga Horária Teórica (Hora/Aula)	Carga Horária Prática (Hora/Aula)	Carga Horária de Prática como Componente Curricular(Hora/Aula)	Eixo Integrador
	Direitos Humanos e Cidadania	JH0076		4	60	60	-	-	Saberes Formativos
	História do Espaço Platino			4	60	45	-	15	Saberes Formativos
	História do Brasil Contemporâneo	JH0073		4	60	45	-	15	Saberes Formativos
	História do Rio Grande do Sul	JH0075		4	60	45	-	15	Saberes Formativos
	Estágio Supervisionado II	JH0078	Estágio Supervisionado I	10	150	-	150*	-	Enriquecimento Curricular
	Carga horária total do semestre			26	390	195	150*	45	

VIII SEMESTRE	Componente Curricular	Código	Pré-Requisito	Créditos	Carga Horária Total(Hora/Aula)	Carga Horária Teórica (Hora/Aula)	Carga Horária Prática (Hora/Aula)	Carga Horária de Prática como Componente Curricular(Hora/Aula)	Eixo Integrador
	História e Ensino da Cultura Afro-brasileira			4	60	45	-	15	Saberes Formativos
	Metodologia e Técnica de Pesquisa Científica em História	JH0021		4	60	60	-	-	Aprofundamento e Investigação
	Estágio Supervisionado III	JH0051	Estágio Supervisionado II	09	135	-	135*	-	Enriquecimento Curricular
	Componente curricular complementar de graduação			4	60	60	-	-	Aprofundamento e Investigação
	Componente curricular complementar de graduação			4	60	60	-	-	Aprofundamento e Investigação
	Carga horária total do semestre			25	375	225	135*	15	

IX SEMESTRE	Componente Curricular	Código	Pré-Requisito	Créditos	Carga Horária Total(Hora/Aula)	Carga Horária Teórica (Hora/Aula)	Carga Horária Prática (Hora/Aula)	Carga Horária de Prática como Componente Curricular(Hora/Aula)	Eixo Integrador
	História Contemporânea I	JH0053		4	60	45	-	15	Saberes Formativos
	Trabalho de Conclusão de Curso I	JH0079	Metodologia e Técnica de Pesquisa Científica em História	6	90	90	-	-	Aprofundamento e Investigação
	Componente curricular complementar de graduação			4	60	60	-	-	Aprofundamento e Investigação
	Carga horária total do semestre			14	210	195	-	15	

X SEMESTRE	Componente Curricular	Código	Pré-Requisito	Créditos	Carga Horária Total(Hora/Aula)	Carga Horária Teórica (Hora/Aula)	Carga Horária Prática (Hora/Aula)	Carga Horária de Prática como Componente Curricular(Hora/Aula)	Eixo Integrador
	História Contemporânea II	JH0068		4	60	45	-	15	Saberes Formativos
	Trabalho de Conclusão de Curso II	JH0080	Trabalho de Conclusão de Curso I	6	90	90	-	-	Aprofundamento e Investigação
	Componente curricular complementar de graduação			4	60	60	-	-	Aprofundamento e Investigação
	Carga horária total do semestre			14	210	195	-	15	

	Carga horária total			205	3.075	2.205	435*	435	
--	----------------------------	--	--	------------	--------------	--------------	-------------	------------	--

* Para fins de discriminação da carga horária, consideramos apresentar aquela relativa aos componentes de estágio como carga horária prática.

2.6 Migração Curricular

Em virtude do acréscimo de horas-aula, da extinção de alguns componentes curriculares, da criação de novos, bem como da alteração de outros, faz-se necessário apresentar uma planilha com as possibilidades de migração curricular entre os componentes curriculares apresentados neste projeto e aqueles já ofertados. Tal documento encontra-se disponível no Apêndice C deste projeto. Optamos por apresentar duas tabelas: a primeira contendo componentes curriculares ofertados até o período de 2012/2, momento em que não havia um PPC do Curso, apesar de este já estar em funcionamento, e a segunda correspondendo à relação entre a matriz criada com o PPC (desde 2013) e a nova matriz, a vigorar a partir de 2017/1.

Observa-se, em tempo, que, até o período de 2012/2, alguns componentes curriculares foram ofertados com 75 (setenta e cinco) horas e que, a partir do PPC prévio, passaram a serem ofertados com 60 (sessenta) horas. São eles: “Fundamentos da História”, “Psicologia da Aprendizagem” e “Políticas Públicas em Educação”. As 15 (quinze) horas restantes terão equivalências como ACG’s. O mesmo procedimento é adotado com os componentes curriculares já ofertados denominados “Arquivística”, “Inglês I”, “Latim I” e “Francês I”, todos com 30 (trinta) horas, e que não encontram equivalência na matriz curricular do Curso.

2.7 Ementário

2.7.1 Componentes Curriculares Obrigatórios

I SEMESTRE

Identificação do Componente	
História do Processo de Hominização	Carga horária total: 60h
	Teórica: 45h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular: 15h
Ementa	
Origens da humanidade. Aspectos das teorias evolutivas relativas aos hominídeos e as origens dos humanos modernos. Transformações ambientais e biofísicas e o processo de hominização. Cronologias, testemunhos fósseis e a árvore filogenética humana. Encefalização, tecnologias, transformações na cultura material, arte e o processo de hominização. Culturas humanas anteriores a emergência das sociedades sedentárias e urbanas. Domesticação da fauna e da flora. Dispersão a partir do continente africano e o povoamento da Ásia, Europa, Oceania e América. Possibilidades pedagógicas no ensino de História.	
Objetivos	
Discutir as diferentes abordagens e problemáticas relativas ao processo de hominização; Abordar a evolução humana como um processo eminentemente biocultural. Estudar o processo de hominização em uma perspectiva abrangente biológica, geográfica, tecnológica, cultural, social e simbólica; Discutir e elaborar e/ou experienciar materiais didáticos e/ou práticas pedagógicas referentes à temática na Educação Básica.	
Referências Bibliográficas Básicas	
DIAMOND, Jared. O Terceiro Chimpanzé: A evolução e o futuro do ser humano. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2012. FOLEY, Robert. Os humanos antes da humanidade – uma perspectiva evolucionista. São Paulo: UNESP, 2003. KLEIN, Richard G.; EDGAR, Blake. O despertar da cultura. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.	
Referências Bibliográficas Complementares	
ARSUAGA, Juan Luis. O Colar do Neandertal – em busca dos primeiros pensadores. São Paulo: Globo, 2005. KI-ZERBO, Joseph. História Geral da África: Metodologia e Pré-História da África, Vol. I. Brasília: UNESCO, 2010. MITHEN, Steven. A pré-história da mente – uma busca das origens da arte, da religião e da ciência. São Paulo: UNESP, 2002. PENA, Sérgio D. J. Humanidade sem raças? São Paulo: Publifolha, 2008. SALGADO-LABOURIAU, Maria Léa. A História Ecológica da Terra. São Paulo: Edgar-Blücher, 1994.	

Identificação do Componente	
Fundamentos da História	Carga horária total: 60h
	Teórica: 60h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
O conceito de história através do tempo. O historiador e suas fontes. As diferentes abordagens históricas e suas perspectivas teóricas e metodológicas. Memória, Tempo, Verdade e Fatos. A função social do historiador.	
Objetivos	
Abordar os pressupostos fundamentais para a construção do conhecimento histórico e a formação geral do docente/pesquisador, mediante uma reflexão introdutória sobre seu trabalho, os objetos, as fontes de pesquisa e as abordagens teóricas e metodológicas da História.	
Referências Bibliográficas Básicas	
BLOCH, Marc. BLOCH, Marc. <i>Apologia da História</i> . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004. CARR, Edward Hallet. <i>Que é história</i> . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. PROST, Antoine. Doze lições sobre a história. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.	
Referências Bibliográficas Complementares	
HARTOG, François. Evidência da História: o que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos modernos. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC Rio, 2006. MOMIGLIANO, Arnaldo. As raízes clássicas da historiografia moderna. Bauru, SP: Edusc, 2004. VEYNE, Paul. Como se Escreve a História. Brasília: EdUNB, 1982. LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: Unicamp, 2008.	

Identificação do Componente	
Antropologia	Carga horária total: 60h
	Teórica: 60h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Fundamentos da ciência antropológica no universo das ciências sociais. Principais conceitos e escolas teóricas. Crítica aos preconceitos. Análise da perspectiva antropológica. Construção das diferenças a partir dos padrões de normalidade e desvio social. Pesquisa antropológica e trabalho de campo.	
Objetivos	
Discutir a história da Antropologia como ciência e suas principais correntes teóricas, enfatizando os conceitos centrais desta área de conhecimento, possibilitando olhar antropológicamente o mundo. Discutir a relevância da abordagem e de conceitos antropológicos na análise das diversas sociedades e culturas em diferentes contextos históricos.	
Referências Bibliográficas Básicas	
CUCHE, Denys. <i>A noção de cultura nas ciências sociais</i> . Bauru: EDUSC, 2002. DA MATTA, Roberto. <i>Relativizando: uma introdução a antropologia social</i> . Petrópolis - RJ: Vozes, 2007. LAPLANTINE, François. <i>Aprender antropologia</i> . São Paulo: Brasiliense, 1988.	
Referências Bibliográficas Complementares	
BOAS, Franz. <i>Antropologia cultural</i> . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2010. CASTRO, Celso (Org.). <i>Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Taylor e Frazer</i> . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2005. ERIKSSEN, Thomas H., NIELSEN, Finn S. <i>História da Antropologia</i> . Petrópolis - RJ: Vozes, 2007. LARAIA, Roque de Barros. <i>Cultura: um conceito antropológico</i> . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2002. MELLO, Luiz Gonzaga. <i>Antropologia cultural: iniciação, teoria e temas</i> . Petrópolis - RJ: Vozes, 2003.	

Identificação do Componente	
Políticas Públicas em Educação	Carga horária total: 60h
	Teórica: 45h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular: 15h
Ementa	
Principais políticas públicas educacionais da contemporaneidade. Compreensão da atual conjuntura da organização do trabalho, da organização social, política, econômica e seus vínculos com as propostas na área educacional.	
Objetivos	
Compreender as políticas educacionais no contexto da história do processo político brasileiro. Estabelecer relações entre a organização social, política e econômica e as políticas educacionais propostas em diferentes momentos históricos. Identificar e problematizar impactos das políticas educacionais no cotidiano da vida escolar e nas identidades dos atores escolares.	
Referências Bibliográficas Básicas	
BRANDÃO, Carlos Fonseca. <i>LDB: passo a passo: lei de diretrizes e base da educação da educação nacional</i> . Comentada e interpretada por artigo por artigo: AVERCAMP, 2003. BRZEZINSKI, Iria (org.). <i>LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam</i> . São Paulo: Cortez, 2000. CARNEIRO, Moacir Alves. <i>LDB fácil: leitura crítica compreensiva artigo a artigo</i> . Petrópolis: Vozes, 1998.	
Referências Bibliográficas Complementares	
HADDAD, Sérgio. (Org.) Banco Mundial, OMC e FMI: O impacto nas políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 2008. MELLO, Guiomar Namó. Políticas públicas de educação. In: <i>Revista Estudos Avançados</i> , vol. 5, nº13, São Paulo, Sept/Dec, 1991. SAVIANI, Dermeval. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. Educação & Sociedade, Campinas, Vol. 28, n.100 – Especial, p.1231-1255, out., 2007. SOUZA, Donald Bello de (Org.) Acompanhamento e controle social da educação – fundos e programas federais e seus conselhos locais. São Paulo: Xamã, 2006. VIEIRA, Sofia Lerche, ISABEL, Maria Sabina de Farias. Política Educacional no Brasil: introdução histórica. Brasília: Liber Livro, 2007.	

II SEMESTRE

Identificação do Componente	
História Antiga	Carga horária total: 60h
	Teórica: 45h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular: 15h
Ementa	
Economia, política, sociedade, cultura e religião no Oriente Próximo e Mediterrâneo Antigo (3000 a.C. – 476 d.C.). Ênfase nas sociedades mesopotâmias, egípcia, grega e romana. As relações do mundo Antigo com a contemporaneidade. As fronteiras e a integração no mundo mediterrâneo. A História Antiga e o ensino de História.	
Objetivos	
Analisar as primeiras civilizações do Oriente Próximo e Ocidente Clássico em suas principais características, trazendo à tona uma leitura interpretativa que realce a importância dos legados civilizacionais para a sociedade contemporânea. Discutir e elaborar e/ou experienciar materiais didáticos e/ou práticas pedagógicas referentes à temática na Educação Básica.	
Referências Bibliográficas Básicas	
FUNARI, Pedro Paulo A. <i>Grécia e Roma</i> . São Paulo: Contexto, 2001. PINSKY, Jayme. <i>As primeiras civilizações</i> . São Paulo: Contexto, 2009. DUBY, Georges. <i>História da Vida Privada volume um: do Império Romano ao ano mil</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 2009.	
Referências Bibliográficas Complementares	
BOTTERO, Jean. <i>No começo eram os deuses</i> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. CARTLEDGE, Paul. <i>Grécia Antiga</i> . Rio de Janeiro: Ediouro, 2009. CORASSIN, Maria Luiza. <i>Sociedade e política na Roma Antiga</i> . São Paulo: Atual Editora, 2001. GRIMAL, Pierre. <i>História de Roma</i> . São Paulo: Editora da Unesp, 2011. JOHNSON, Paul. <i>Egito Antigo</i> . Rio de Janeiro: Ediouro, 2009.	

Teorias da História I	Carga horária total: 60h
	Teórica: 60h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
A história enquanto uma área do conhecimento humano independente na modernidade. O surgimento da filosofia da história. A constituição da história como ciência no século XIX. Regimes de verdade. O marxismo e a chamada Escola Metódica.	
Objetivos	
Abordar a historicidade do próprio conhecimento histórico, através do estudo do processo de estabelecimento da história como saber independente e disciplina acadêmica.	
Referências Bibliográficas Básicas	
BLOCH, Marc. <i>Apologia da história, ou o ofício do historiador</i> . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004. MARTINS, Estevão Rezende de (org.). <i>A História pensada: teoria e método</i> . São Paulo: Contexto, 2010. MARX, K. & ENGELS, F. <i>A ideologia alemã</i> . Martins Fontes: São Paulo, 2001.	
Referências Bibliográficas Complementares	
BENTIVOGLIO, J. & LOPES, M. A. (org.) <i>A constituição da história como ciência. De Ranke a Braudel</i> . Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013 GUIMARÃES, Manoel Salgado. <i>Historiografia e Nação no Brasil. 1838-1857</i> . Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. HARTOG, François. <i>Regimes de historicidade</i> . Belo Horizonte: Autêntica, 2013. HEGEL, Georg W. F. <i>Introdução à filosofia da história</i> . São Paulo: Hemus, 2004. KOSELLECK, Reinhart. <i>Futuro passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos</i> . Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC/RJ, 2006.	

Identificação do Componente**História da América Pré-Colonial**

Carga horária total: 60h

Teórica: 45h

Prática:

Prática como Componente Curricular: 15h

Ementa

Fundamentos das hipóteses sobre o povoamento do continente americano. Diversidade das sociedades ameríndias pré-coloniais em seus aspectos sociais, culturais, religiosos, políticos e econômicos desde as perspectivas histórica e arqueológica. Diferentes fases culturais das sociedades ameríndias pré-coloniais, a dispersão cultural e a expansão territorial dessas culturas. Possibilidades pedagógicas do ensino da história pré-colonial do continente americano.

Objetivos

Direcionar o interesse dos estudos às civilizações mesoamericanas e andinas; Fomentar o debate e/ou experienciar possibilidades de trabalho com a temática América Pré-Colonial no ensino de história com vistas a promoção do respeito à diversidade cultural e do papel dos indígenas na formação da sociedade americana contemporânea. Possibilitar o debate sobre as diferentes correntes explicativas para a ocupação do continente americano; Discutir aspectos relativos à origem da agricultura e da formação das organizações político-sociais pré-coloniais do continente americano.

Referências Bibliográficas Básicas

FUNARI, Pedro Paulo. A temática indígena na escola: subsídios para os professores. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

FUNARI, Pedro Paulo e NOELI, Francisco Silva. Pré-história do Brasil. São Paulo editora Contexto, 2005.

PROUS, André. O Brasil antes dos Brasileiros: a pré-história do nosso país. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

Referências Bibliográficas Complementares

FAVRE, Henri. A civilização Inca. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

GENDROP, Paul. A civilização Maia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

SAUNDERS, Nicholas. Américas Antigas: As grandes civilizações. São Paulo: Madras Editora, 2005.

SOUSTELLE, Jacques. A civilização Asteca. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

Identificação do Componente	
Sociologia	Carga horária total: 60h
	Teórica: 60h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Contextualização histórica da edificação da sociologia como ciência. Contribuição dos estudos clássicos nesta área. Métodos de análise da vida humana em sociedade, utilizando categorias sociológicas como: exclusão social, controle social, socialização, papéis sociais, criminalidade e violência. Interrelaciona as categorias sociológicas no universo de ensino de História.	
Objetivos	
Discutir o contexto histórico do nascimento da sociologia como ciência, possibilitando o olhar sociológico na contemporaneidade. Conhecer os diferentes papéis sociais a serem desempenhados pelos diversos atores sociais no atual ciclo da modernidade tardia.	
Referências Bibliográficas Básicas	
GIDDENS, Anthony. <i>Sociologia</i> . Porto Alegre: Artmed, 2005. MARTINS, Carlos Benedito. <i>O que é sociologia?</i> São Paulo: Brasiliense, 1982. QUINTANEIRO, Tânia. <i>Um toque dos clássicos: Marx, Weber e Durkheim</i> . Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.	
Referências Bibliográficas Complementares	
BAUMAN, Zygmunt. <i>O mal estar da pós-modernidade</i> . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1988. BOUDON, Raymond, BOURRICAUD, François. <i>Dicionário crítico da sociologia</i> . São Paulo: Editora Ática, 2007. TOURAINÉ, Alain. <i>Um novo paradigma para compreender o mundo de hoje</i> . Petrópolis - RJ: Ed. Vozes, 2006. YOUNG, Jack. <i>A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente</i> . Rio de Janeiro: REVAN: Instituto Carioca de Criminologia, 2002. WEBER, Max. <i>A ética protestante e o espírito do capitalismo</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 2004.	

Identificação do Componente	
Psicologia da Aprendizagem	Carga horária total: 60h
	Teórica: 45h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular: 15h
Ementa	
Aprendizagem, característica e significado para o ser humano; a identificação de diferentes fatores que nela intervêm e a sua relação com o processo de ensino. Descrição e análise de diferentes abordagens teóricas de aprendizagem (behavioristas, cognitivistas, histórico-culturais e humanistas) e implicações das mesmas para o processo de ensino e aprendizagem.	
Objetivos	
Conceituar aprendizagem, identificar suas principais características e analisar sua importância para o ser humano. Estudar diferentes abordagens teóricas de aprendizagem para compreender sua importância como fundamento da intervenção educacional.	
Referências Bibliográficas Básicas	
COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. (Orgs.). <i>Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia da educação</i> . Porto Alegre: Artmed, 1996. MOREIRA, Marco A. <i>Teorias da Aprendizagem</i> . São Paulo: EPU, 2006. MIZUKAMI, M. G. N. <i>Ensino: as abordagens do processo</i> . São Paulo: EPU, 2010.	
Referências Bibliográficas Complementares	
CARRAHER, D.W. et al. <i>Aprender Pensando</i> . Contribuições da Psicologia Cognitiva para a Educação. Petrópolis: Vozes, 2008. CASTORINA, José; BAQUERO, Ricardo J. <i>Dialética e Psicologia do Desenvolvimento: O pensamento de Piaget e Vygotsky</i> . Porto Alegre: Artmed, 2008. LA ROSA, Jorge. (Org.). <i>Psicologia e educação: o significado do aprender</i> . 6. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. PIAGET, Jean. <i>Seis Estudos de Psicologia</i> . Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2011 REGO, Tereza C.. <i>Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação</i> . Rio de Janeiro: Vozes, 2011.	

III SEMESTRE

Identificação do Componente	
História Medieval	Carga horária total: 60hs
	Teórica: 45h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular: 15h
Ementa	
Mundo mediterrâneo durante o período medieval, no recorte temporal entre os séculos V e XV d.C., com ênfase no Ocidente Medieval e suas relações com o império bizantino e mundo islâmico. Constituição da sociedade feudal e ascensão da Igreja na cristandade medieval ocidental. “Crise” dos séculos XIV e XV e fortalecimento das monarquias na Europa. História Medieval e Ensino de História.	
Objetivos	
Abordar criticamente o conceito de Idade Média e suas diversas periodizações; Analisar o período medieval ocidental em suas características econômicas, sociais, culturais e religiosas, propiciando uma leitura interpretativa que identifique a relevância e permanência de seus legados às sociedades contemporâneas. Fomentar debates e reflexões que conduzam a desconstrução de preconceitos sobre o medievo; trabalhar o medievo a partir do conceito de uma “longa idade média”, pautada por transformações, “renascimentos”, continuidades e rupturas; identificar o legado do medievo nas letras, arquitetura, tecnologia, música, artes, religião; reconhecer as influências mutuas (culturais, políticas, belicosas...) entre Oriente e Ocidente no medievo.	
Referências Bibliográficas Básicas	
FRANCO JR, Hilário. Idade Média: o nascimento do Ocidente. São Paulo: Brasiliense, 2001. LE GOFF, Jacques. Uma longa Idade Média. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. HUIZINGA, Johan. O outono da Idade Média. São Paulo: Cosac Naify, 2010.	
Referências Bibliográficas Complementares	
ANGOLD, Michael. Bizâncio – a ponte da Antiguidade para a Idade Média. Rio de Janeiro: Imago, 2002. DUBY, Georges. Idade Média, Idade dos homens. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. HOURANI, Albert. Uma história dos povos árabes. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. LE GOFF, Jaques. Para uma outra Idade Média: Tempo, trabalho e cultura no Ocidente. Florianópolis: Vozes, 2013. LE GOFF, Jacques. Em busca da Idade Média. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.	

Identificação do Componente	
História da África I	Carga horária total: 60h
	Teórica: 45h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular: 15h
Ementa	
Historiografia e pesquisa histórica em África. Cultura e sociedade núbica, kushita e axumita. Norte da África e a ocupação romana. África Índica, Atlântica e Subsaariana até o século VII. O Islã e a ocupação africana. A formação social da escravidão na África. Perspectivas do ensino de História da África.	
Objetivos	
Debater os horizontes de pesquisa e a historiografia produzida sobre História da África. Discutir os diferentes processos históricos de formação das primeiras sociedades africanas. Debater os contatos com diferentes povos externos ao continente africano. Problematizar o ensino de História da África.	
Referências Bibliográficas Básicas	
KI-ZERBO, J. História Geral da África I. Metodologia e pré-história da África. São Paulo, Ed. Ática/UNESCO, 1980. MOKHTAR, G. História Geral da África II. África Antiga. São Paulo, Ed. Ática/UNESCO, 1980. MOHAMMED, El Fasi. História Geral da África III. África do Século VII ao XI. São Paulo, Ed. Ática/UNESCO, 1980.	
Referências Bibliográficas Complementares	
PEREIRA, ANA DANILEVICZ, História da África e dos africanos. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. MACEDO, José Rivair. História da África. São Paulo: Contexto, 2014. M'BOKOLO, Elikia. África Negra: História e civilizações. Tomo I. São Paulo: Casa das Áfricas, 2009. _____. A África Negra: História e civilizações. Tomo II. São Paulo: Casa das Áfricas, 2011. SILVA, Alberto da Costa. Imagens da África. São Paulo: Penguin-Companhia das Letras, 2012.	

Identificação do Componente	
História das Narrativas Ameríndias	Carga horária total: 60h
	Teórica: 45h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular: 15h
Ementa	
Relações constitutivas das sociedades indígenas partindo de perspectivas próprias do mundo ameríndio; Narrativas mitológicas e cosmologias; história e traços étnico-culturais das populações ameríndias em suas conexões ao longo do território. Problematização do ensino de História e Cultura Indígena na Educação Básica.	
Objetivos	
Debater e problematizar a cultura indígena e os encontros culturais. Abordar perspectivas ameríndias sobre história. A história indígena como campo de ensino e pesquisa.	
Referências Bibliográficas Básicas	
FAUSTO, Carlos. Os índios antes do Brasil. RJ: Zahar, 2010. MONTEIRO, John. Negros da Terra. Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo. SP: Cia. das Letras, 1994. _____. Os Guaranis e a história do Brasil meridional, sec. XVI-XVII. In. História dos índios no Brasil. Org. CUNHA, Manuela Carneiro da. SP: Cia das Letras, 1992.	
Referências Bibliográficas Complementares	
ALMEIDA, Maria Regina Celestino. <i>Os índios na história do Brasil</i> . Rio de Janeiro: FGV, 2010. CUNHA, Manuela Carneiro da. <i>História dos índios no Brasil</i> . São Paulo: Cia das Letras, 1992. FUNARI, Pedro Paulo & PINON, Ana. <i>A temática indígena na escola</i> . São Paulo: Contexto, 2011. GRUPIONI, Luís Donizete, SILVA, Aracy L., (org.). <i>A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus</i> – São Paulo: Global – 1998. LIMA, Antônio Carlos de Souza. O governo dos índios sob a gestão do SPI. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). <i>História dos índios no Brasil</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 1992, pp. 155-174. VAINFAS, Ronaldo. A heresia dos índios: catolicismo no Brasil Colonial. SP: Cia das Letras, 1995.	

Identificação do Componente	
Teorias da História II	Carga horária total: 60h
	Teórica: 60h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
As principais tendências e debates teórico-metodológicos do conhecimento histórico ao longo do século XX. O marxismo contemporâneo, a nova história, a micro-história, o giro-linguístico.	
Objetivos	
Debater aprofundadamente as transformações sobre a concepção e sentido do discurso e conhecimento histórico ao longo do século XX e começo deste século, e a função do saber histórico para o conhecimento docente.	
Referências Bibliográficas Básicas	
BLOCH, Marc. <i>Apologia da História</i> . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004. BURKE, Peter (org.) <i>A escrita da história. Novas perspectivas</i> . São Paulo: Editora da Unesp, 1991 HOBSBAWM, Eric. <i>Sobre História</i> . São Paulo: Cia. das Letras, 1998. HUNT, Lynn. HUNT, Lynn (Org.). <i>A Nova História Cultural</i> . São Paulo: Martins Fontes, 1992.	
Referências Bibliográficas Complementares	
CERTEAU, Michel de. <i>A escrita da história</i> . Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. FOUCAULT, Michel. <i>As palavras e as coisas</i> . São Paulo: Martins Fontes, 2007. LE GOFF, J. <i>A história nova</i> . São Paulo: Martins Fontes, 2005. MALERBA, Jurandir. <i>Lições de história. Da história científica a crítica da razão histórica no limiar do século XX</i> . Porto Alegre: FGV/EdiPUCRS, 2013. THOMPSON, Edward. <i>As peculiaridades dos ingleses e outros artigos</i> . Org.: Antonio Luigi Nero e Sergio Silva. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001. WHITE, Hayden. <i>Metahistória: a imaginação histórica no século XIX</i> . São Paulo: Edusp, 2008.	

Identificação do Componente	
Língua Brasileira de Sinais	Carga horária total: 60h
	Teórica: 60h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Fundamentos linguísticos e culturais da Língua Brasileira de Sinais. Desenvolvimento de habilidades básicas expressivas e receptivas em Libras para promover comunicação entre seus usuários. Introdução aos Estudos Surdos.	
Objetivos	
Desenvolver as habilidades de recepção e de produção sinalizada, visando às competências linguística, discursiva e sociolinguística na Língua Brasileira de Sinais; propor uma reflexão sobre o conceito e a experiência visual dos surdos a partir de uma perspectiva sócio-cultural e linguística; propor uma reflexão sobre o papel da Língua de Sinais na vida dos surdos e nos espaços de interação entre surdos e ouvintes, particularmente nos ambientes educacionais; desenvolver a competência linguística na Língua Brasileira Sinais, em nível básico elementar; fornecer estratégias para uma comunicação básica de Libras e adequá-las, sempre que possível, às especificidades dos alunos e cursos; utilizar a Libras com relevância linguística, funcional e cultural; refletir e discutir sobre a língua em questão e o processo de aprendizagem; refletir sobre a possibilidade de ser professor de alunos surdos e interagir com surdos em outros espaços sociais; compreender os surdos e sua língua a partir de uma perspectiva cultural.	
Referências Bibliográficas Básicas	
FELIPE, Tanya; MONTEIRO, Myrna. LIBRAS em Contexto: Curso Básico: Livro do aluno. 5ª edição – Rio de Janeiro: LIBRAS Editora Gráfica, 2007.	
GESSER, Audrei. <i>LIBRAS - Que língua é essa?</i> 1. ed. Parábola. 2009.	
QUADROS, Ronice; KARNOPP, Lodenir. <i>Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos</i> . 1. ed. Artmed, 2004.	
Referências Bibliográficas Complementares	
CAPOVILLA, Fernando César, Raphael, Walkiria Duarte, Mauricio, Aline Cristina L. NOVO DEIT-LIBRAS: <i>Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira</i> . vol. 1. 2. ed. Editora EDUSP, 2012.	
CAPOVILLA, Fernando César, Raphael, Walkiria Duarte, Mauricio, Aline Cristina L. NOVO DEIT-LIBRAS: <i>Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira</i> . vol. 2. 2. ed. Editora EDUSP, 2012.	
FLAVIA, Brandão. <i>Dicionário Ilustrado de LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais</i> . 1. ed. Global Editora, 2011.	
Legislação Brasileira Online e Repositórios Digitais em Geral	
MOURA, Maria Cecília de. O surdo, Caminhos para uma nova identidade . Rio de Janeiro. Ed. Revinter, 2000.	
STROBEL, Karin. <i>As imagens do outro sobre a cultura surda</i> . Florianópolis: Editora UFSC, 2008	
_____. <i>História da Educação dos Surdos</i> . Licenciatura em Letras/LIBRAS na Modalidade a Distância, universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, 2008.	
MATERIAIS DE APOIO:	
BARRETO, Madson, Raquel Barreto. Livro Escrita de Sinais sem mistérios – Belo Horizonte: Ed.do autor, 2012.	
QUADROS, Ronice Muller de; PIMENTA, Nelson. Curso de Libras 1 (iniciante).Rio de Janeiro: LSB Vídeo,2007	
QUADROS, Ronice Muller de; PIMENTA, Nelson. Curso de Libras 2 (Básico). Rio de Janeiro: LSB Vídeo, 2009	
http://www.acessobrasil.org.br/libras/	
http://www.faders.rs.gov.br/portal/uploads/Dicionario Libras Atualizado CAS FADERS.pdf	
http://WWW.feneis.org.br	
http://www.lsbvideo.com.br	

IV SEMESTRE

Identificação do Componente	
História Moderna	Carga horária total: 60h
	Teórica: 45h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular: 15h
Ementa	
A Modernidade (1453 – 1788 d.C.), com ênfase no Ocidente Europeu e suas interações com o continente americano e o sudeste asiático, mediante cinco vieses principais: economia, sociedade, política, cultura e religião. O advento do capitalismo moderno. As bases da sociedade contemporânea ocidental. História Moderna e Ensino de História.	
Objetivos	
Analisar a Modernidade em suas principais características, debatendo os impactos decorrentes do advento do capitalismo, das transformações no conhecimento humano, do surgimento do Estado Moderno e da expansão ultramarítima europeia no continente europeu e americano.	
Referências Bibliográficas Básicas	
BERUTTI, Flávio et al. <i>História moderna através de textos</i> . São Paulo: Contexto, 2004. SANTHIAGO, Theo (org). <i>Do Feudalismo ao Capitalismo: uma discussão histórica</i> . São Paulo: Contexto, 2001. BRAUDEL, Fernand. <i>Civilização material, economia e capitalismo</i> . São Paulo: Martins Fontes, 2009.	
Referências Bibliográficas Complementares	
BURKE, Peter. <i>Cultura popular na Idade Moderna</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 2010. DELUMEAU, Jean. <i>A história do Medo no Ocidente</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 2009. CHAUNU, Pierre. <i>A Europa no século das Luzes</i> . Lisboa: Editorial Presença, 1995. HILL, Christopher. <i>O século das revoluções (1603-1714)</i> . São Paulo: Editora da Unesp, 2011. SKINNER, Quentin. <i>As fundações políticas do pensamento moderno</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 1996.	

Identificação do Componente	
História da América Colonial	Carga horária total: 60h
	Teórica: 45h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular: 15h
Ementa	
As sociedades coloniais formadas no continente americano. As diversas Américas: formações, culturas e espaços. A “Conquista” e sua problematização: processos e versões. A agência indígena na dinâmica colonial. Relações de dominação e resistência na constituição das sociedades coloniais americanas. A América Colonial no Ensino de História.	
Objetivos	
Compreender a formação das sociedades coloniais americanas a partir da interação desigual entre estruturas e sujeitos ameríndios, europeus e africanos; construir uma visão geral e crítica acerca de processos históricos da América Colonial; problematizar a História da América Colonial no Ensino de História.	
Referências Bibliográficas Básicas	
BETHELL, Leslie (org). <i>História da América Latina</i> . A América Latina Colonial, volume II. São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009. SCHWARTZ, Stuart B. & LOCKHART, James. <i>A América Latina na época colonial</i> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. WASSERMAN, Cláudia (coord.). <i>História da América Latina: cinco séculos (temas e problemas)</i> . Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2010	
Referências Bibliográficas Complementares	
BERNAND, Carmen & GRUZINSKI, Serge. <i>Histórias do Novo Mundo – as mestiçagens</i> . Vol. 2. São Paulo: EDUSP, 2006. HALPERIN DONGHI, Tulio. <i>História da América Latina</i> . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. KARNAL, Leandro et all. <i>História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI</i> . São Paulo: Contexto, 2011. PINSKY, Jaime. <i>História da América através de textos</i> . São Paulo: Contexto, 2007. ROMANO, Ruggiero. <i>Os mecanismos da conquista colonial</i> . São Paulo: Perspectiva, 2007.	

Identificação do Componente	
História do Brasil Colônia	Carga horária total: 60h
	Teórica: 45h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular: 15h
Ementa	
Colonização portuguesa no Brasil. A administração colonial portuguesa. Indígenas e bandeirantes; A União Ibérica e o reordenamento do mundo colonial. O santo ofício no Brasil colonial. A economia colonial. Escravidão africana. A mineração e a expansão territorial. Fronteiras da América Portuguesa. Revoltas coloniais. A crise do antigo sistema colonial. Ensino de História e suas problematizações em História do Brasil Colônia.	
Objetivos	
Estudar e compreender a história político-econômico-social do período colonial no Brasil. Problematicar a historiografia e as diferentes formas de abordagem da experiência histórica do Brasil Colonial. Construir e problematizar as formas de abordagem sobre o período no Ensino de História.	
Referências Bibliográficas Básicas	
ALENCASTRO, Luís Felipe de. <i>O Trato dos Viventes</i> . São Paulo, Companhia das Letras, 2000. NOVAIS, Fernando. <i>Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial</i> . São Paulo: Hucitec, 1989. PRADO JR., Caio. <i>Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia</i> . São Paulo: Brasiliense, 1994.	
Referências Bibliográficas Complementares	
BOXER, Charles. <i>O Império marítimo português</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 2002. FRAGOSO, João (org.). <i>O Antigo Regime nos Trópicos</i> . Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001 MONTEIRO, John. <i>Negros da Terra</i> . São Paulo: Cia. das Letras, 1994. SOUZA, Laura de Mello e (org.). <i>História da Vida Privada no Brasil - Cotidiano e vida privada na América Portuguesa</i> . Vol. 1, São Paulo, Companhia das Letras, 1997 VAINFAS, Ronaldo. <i>A Heresia dos Índios</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 1995.	

Identificação do Componente	
Didática	Carga horária total: 60h
	Teórica: 30h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular: 30h
Ementa	
Educação e didática na realidade contemporânea. Concepções de ensino e planejamento do processo de ensino aprendizagem no ensino fundamental e médio. Aprofundamento da relação entre os métodos, metodologias, técnicas e práticas de fazer-se professor de História.	
Objetivos	
Estudar os vários aspectos que envolvem o processo ensino-aprendizagem a fim de compreender o papel da didática no desenvolvimento do trabalho docente e as dimensões pedagógicas que envolvem o planejamento, em se tratando do ensino de história no ensino fundamental e médio. Prevê situações teóricas e práticas a respeito da seleção de conteúdos, organização e elaboração/confecção de materiais didáticos para a área, bem como de projetos pedagógicos e oficinas de ensino de história envolvendo temas da história regional e da região de fronteira.	
Referências Bibliográficas Básicas	
BITTENCOURT, Circe. <i>Ensino de História: fundamentos e métodos</i> . São Paulo: Cortez, 2004. MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck & CORRÊA, Rosa Teixeira. (orgs). <i>A educação escolar com perspectiva histórica</i> . Campinas: Autores Associados, 2005. PIMENTA, Selma Garrido (org). <i>Saberes pedagógicos e atividade docente</i> . São Paulo: Cortez, 2005.	
Referências Bibliográficas Complementares	
CANDAU, V. M. (Org.). <i>Rumo a uma nova didática</i> . Petrópolis: Vozes, 1993. FAZENDA, I. C. A. <i>Didática e interdisciplinaridade</i> . Campinas: Papyrus, 1998. FONSECA, Selva Guimarães. <i>Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados</i> . Campinas, SP: Papyrus, 2003. MORAIS, Régis (org). <i>Sala de aula: que espaço é esse?</i> Campinas: Papyrus, 1995. VAINFAS, Ronaldo & CARDOSO, Ciro Flamarion (org). <i>Domínios da História: ensaios de teorias e metodologias</i> . Rio de Janeiro: Campus, 1997.	

V SEMESTRE

Identificação do Componente	
História do Mundo Atlântico	Carga horária total: 60h
	Teórica: 45h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular: 15h
Ementa	
O conceito de História Atlântica. Monarquias européias e experiências diaspóricas no Atlântico. Dinâmicas de integração regionais a partir do Oceano Atlântico. Escravidão e o Mundo Atlântico. O nascimento da cultura afro-americana. Perspectivas de ensino de História para um Mundo Atlântico.	
Objetivos	
Debater os aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais que envolveram as diversas regiões ligadas pelo Oceano Atlântico entre os séculos XVI e XVIII. Enfatizar perspectivas interacionais entre Europa, América e África, a partir da experiência com o Atlântico.	
Referências Bibliográficas Básicas	
BETHELL, Leslie (org). <i>História da América Latina</i> . A América Latina Colonial, volume II. São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009.	
SILVERIO, Valter Roberto. <i>História Geral da África V. África do século XVI ao XVIII</i> . São Paulo, Ed. Ática/UNESCO, 1980.	
BRAUDEL, Fernand. <i>Civilização material, economia e capitalismo</i> . São Paulo: Martins Fontes, 2009.	
Referências Bibliográficas Complementares	
ALENCASTRO, Luís Felipe. <i>O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul (séculos XVI e XVII)</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 2000.	
BAILYN, Bernard. <i>Atlantic History: concept and contours</i> . Cambridge: London: Harvard University Press, 2005.	
MINTZ, Sidney; PRICE, Richard. <i>O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica</i> . Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Pallas: Universidade Candido Mendes, 2003.	
SILVA, Alberto da Costa e. <i>Um rio chamado atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África</i> . Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Ed.UFRJ, 2003.	
THORNTON, John. <i>A África e os Africanos na Formação do Mundo Atlântico 1400-1800</i> . São Paulo: Campus. 2004.	

Identificação do Componente	
História do Brasil Império	Carga horária total: 60h
	Teórica: 45h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular: 15h
Ementa	
Independência e formação do Estado Nacional brasileiro. O período Regencial. Fronteiras e a consolidação do Estado Imperial. Revoltas no período da Regência. A Guerra dos Farrapos. As Elites e a política no Império. O Tráfico de escravos. Experiências de cativeiro e liberdade. A Guerra do Paraguai; Movimentos abolicionistas e Abolição. Imigração. A crise monárquica e a proclamação da República. Ensino de História e suas problematizações em História do Brasil Império.	
Objetivos	
Estudar e compreender a história político-econômico-social do período imperial no Brasil. Problematizar a historiografia e as diferentes formas de abordagem da experiência histórica do Brasil Imperial. Construir e problematizar as formas de abordagem sobre o período no Ensino de História.	
Referências Bibliográficas Básicas	
CARVALHO, José Murilo de. <i>A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial</i> . Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.	
COSTA, Emília Viotti da. <i>Da monarquia à república: momentos decisivos</i> São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.	
GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (Orgs.). <i>O Brasil Imperial. 1831-1870. Volume II</i> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.	
Referências Bibliográficas Complementares	
ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org.). <i>História da vida privada no Brasil</i> . Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.	
CARVALHO, José Murilo de. <i>Os Bestializados</i> . São Paulo, Cia. das Letras, 1987.	
CHALHOUB, Sidney. <i>Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte</i> . São Paulo: Companhia das	

Letras, 1990.

FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: HUCITEC, 2006.

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial. 1870-1889. Volume III*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

Identificação do Componente	
História da América Independente	Carga horária total: 60h
	Teórica: 45h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular: 15h
Ementa	
As sociedades americanas independentes a partir do século XIX. Processos de independência: projetos de autonomia e participação popular. Formação e estruturação dos Estados nacionais americanos: disputas e contradições. Relações de dominação e resistência nas Américas pós-independência. Nação, identidades e política nas Américas pós-independência. A América Independente no Ensino de História.	
Objetivos	
Compreender os processos de independência nas Américas e a formação e estruturação dos estados nacionais americanos a partir de continuidades e rupturas com as sociedades coloniais; construir uma visão geral e crítica acerca desses processos históricos da América Independente; problematizar a História da América Independente no Ensino de História.	
Referências Bibliográficas Básicas	
BETHELL, Leslie (org). <i>História da América Latina</i> . Da Independência a 1870, volume III. São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009.	
BETHELL, Leslie (org). <i>História da América Latina</i> . De 1870 a 1930, volume IV. São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009.	
WASSERMAN, Cláudia (coord.). <i>História da América Latina: cinco séculos (temas e problemas)</i> . Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2010.	
Referências Bibliográficas Complementares	
BETHELL, Leslie (org). <i>História da América Latina</i> . De 1870 a 1930, volume V. São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009.	
HALPERIN DONGHI, Tulio. <i>História da América Latina</i> . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.	
KARNAL, Leandro et all. <i>História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI</i> . São Paulo: Contexto, 2011.	
PINSKY, Jaime. <i>História da América através de textos</i> . São Paulo: Contexto, 2007.	
SARMIENTO, Domingo Faustino. <i>Facundo: civilização e barbárie</i> . São Paulo: Cosac Naify, 2011	

Identificação do Componente	
Patrimônio e Museus	Carga horária total: 60h
	Teórica: 45h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular: 15h
Ementa	
Discutir o papel do museu e do patrimônio na contemporaneidade, problematizando suas construções e usos. Analisar a constituição e ampliação do campo patrimonial no Brasil e as políticas de preservação. Promover uma reflexão sobre a instituição museu, seu uso educativo e seu papel na construção de narrativas e no ensino de História.	
Objetivos	
Promover a reflexão sobre o papel do patrimônio e do museu na sociedade contemporânea, analisando, sobretudo, o campo patrimonial e museal brasileiro. Fomentar o diálogo interdisciplinar por meio de um embasamento conceitual e ferramentas práticas para atuação do historiador no espaço do Museu. Estimular a utilização do patrimônio e do museu no ensino de História.	
Referências Bibliográficas Básicas	
CHAGAS, Mario; ABREU, Regina. <i>Memória e Patrimônio</i> . Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2a. Ed., 2009	
FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves. <i>Museus do Gabinete de Curiosidades à Museologia Moderna</i> . Belo Horizonte – Brasília: Argumentum Editora, 2005.	
FONSECA, Maria Cecília Londres. <i>O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil</i> . 3a. Ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.	
Referências Bibliográficas Complementares	

CHAGAS, Mário. *Há uma gota de sangue em cada museu*. A ótica museológica de Mário de Andrade. Chapecó: Argos, 2006.
 CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade – Unesp, 2006
 GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 2a. Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.
 PINHEIRO, Marcos Jose. *Museu, Memória e Esquecimento*. Um projeto da modernidade. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2005.
 SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *A escrita do passado em museus históricos*. Rio de Janeiro: Garamond, MinC. IPHAN, DEMU, 2006.

Identificação do Componente	
Metodologia do Ensino de História	Carga horária total: 60h
	Teórica: 30h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular: 30h
Ementa	
Atuais perspectivas e abordagens teórico-metodológicas do campo do ensino de História. Análise e aprofundamento de conteúdos e metodologias referentes à disciplina de História no currículo escolar, no ensino fundamental e médio. Fenômenos da sala de aula e problematizações da prática docente. Orienta-se pela proposição de tematizar sobre aspectos da história regional no currículo, enfatizando a cultura, memória, patrimônio e sociedade na região de fronteira.	
Objetivos	
Propiciar a discussão em torno da contextualização histórica do campo do ensino de história no Brasil e suas atuais perspectivas, abordagens e metodologias, a fim de possibilitar o estudo, a análise e a problematização acerca de seus desdobramentos no cotidiano escolar e na formação docente, bem como dos desafios colocados ao ensino e à docência na contemporaneidade.	
Referências Bibliográficas Básicas	
FRAGA, Hilda Jaqueline. A cidade e seus percursos educativos: fontes e abordagens para o ensino e a pesquisa em história In: <i>Anais do X Encontro Estadual de História</i> . Santa Maria: ANPUH-RS, 2010.	
SCHMIDT, Maria Auxiliadora. <i>A formação do professor de História e o cotidiano da sala de aula</i> . São Paulo: Editora Contexto, 1998.	
STEPHANOU, Maria & SEFFNER, Fernando. De novo a mesma História? O que ensinar e aprender nas aulas de História? Perguntas que não querem calar. In: <i>Teorias e fazeres na escola em mudança</i> . Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.	
Referências Bibliográficas Complementares	
CERRI, Luiz Fernando. Didática de História: uma leitura teórica sobre a História na prática. <i>Revista de História Regional</i> . Ponta Grossa: UEPG, 2010.	
BARBOZA, Tatiana Machado. O registro fotográfico e o ensino de História In: <i>Ensino de História: formação de professores e cotidiano escolar</i> . Porto Alegre: EST, 2002.	
FRAGA, Hilda Jaqueline de. Percursos docentes em lugares de memória In: <i>Ensino de História no Cone Sul: patrimônio cultural, territórios e fronteiras</i> . Porto Alegre: Evangraf, 2012.	
GANDIN, D. & CRUZ, C.C. <i>Planejamento na sala de aula</i> . Porto Alegre: Editora UFRGS, 1995.	
NAPOLITANO, Marcos. <i>Como usar o cinema na sala de aula</i> . São Paulo: Editora Contexto, 2009.	

VI SEMESTRE

Identificação do Componente	
História do Mundo Árabe e Islã	Carga horária total: 60h
	Teórica: 45h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular: 15h
Ementa	
A península arábica antes do Islã; O surgimento e os fundamentos do Islã; Expansão, islamização e arabização; Do Atlântico ao Indo: O “mundo árabe”; A cultura árabe e a religião islâmica no Ocidente; A influência e o legado da filosofia, arte e cultura árabe-islâmica; Conflito entre “mundos”? (Oriente e Ocidente?). Produção de material didático, com base em fontes providas dos meios de comunicação, visando sua utilização para um ensino crítico de desconstrução de preconceitos reproduzidos sobre o Islã e árabes.	
Objetivos	
Seleção de temas que permitam uma abordagem crítica sobre a contribuição da cultura árabe para a humanidade, bem como a influência do Islã, ponderado desde suas origens, constituição e transformações; Al Andaluz, a Europa Ocidental árabe-islâmica (relações, contágios, conflitos e tolerâncias); O “mundo árabe” hoje, para além do (ou as origens ocidentais do) radicalismo, terrorismo e barbárie. Possibilitar debates e reflexões que conduzam a desconstrução de preconceitos sobre a História e Cultura árabe e sobre o islamismo. Apresentar fundamentos para a percepção da complexidade e variedade política, religiosa e cultural do “mundo árabe” através da História, rompendo a visão monobloco, simplista e generalista fomentada nas mídias ocidentais. Oferecer subsídios para que os discentes possam produzir aulas e materiais didáticos que possibilitem uma melhor compreensão e aceitação da diversidade cultural.	
Referências Bibliográficas Básicas	
FASI, Mohammed; HRBEK, Ivan. História Geral da África: África do século VII ao XI. História Geral da África, Vol. III. Brasília: UNESCO, 2010.	
HOURANI, Albert. Uma história dos povos árabes. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.	
SAID, Edward. Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.	
Referências Bibliográficas Complementares	
ALLEN, Mark. Árabes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.	
BISSIO, Beatriz, O mundo falava árabe: A civilização árabe-islâmica clássica através da obra de IbnKhalidun e IbnBattuta. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.	
GEERTZ, Clifford. Observando o Islã. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.	
GIORDANI, Mario Curtis. História da África: Anterior aos descobrimentos. Petrópolis: Vozes, 2010.	
LEWIS, Bernard. Os árabes na História. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.	

Identificação do Componente	
História da América Contemporânea	Carga horária total: 60h
	Teórica: 45h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular: 15h
Ementa	
As sociedades americanas contemporâneas no século XX. Processos revolucionários e movimentos sociais na América Latina. “Modernização” das sociedades latino-americanas e inserção no sistema capitalista mundial: problematização e contradições. Ditaduras de segurança nacional na América Latina. A América Contemporânea no Ensino de História.	
Objetivos	
Compreender os processos de “modernização” no seio das sociedades latino-americanas contemporâneas e suas inter-relações dentro do contexto do sistema mundial capitalista; construir uma visão geral e crítica acerca de processos históricos da América Contemporânea; problematizar a História da América Contemporânea no Ensino de História.	
Referências Bibliográficas Básicas	
BETHELL, Leslie (org). <i>História da América Latina</i> . De 1870 a 1930. Volume V. São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009.	
BETHELL, Leslie (org). <i>História da América Latina</i> . América Latina após 1930: Estado e política, volume VII. São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009.	
WASSERMAN, Cláudia (coord.). <i>História da América Latina: cinco séculos (temas e problemas)</i> . Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2010.	
Referências Bibliográficas Complementares	

BETHELL, Leslie (org). <i>História da América Latina</i> . De 1870 a 1930. Volume IV. São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009.
BETHELL, Leslie (org). <i>História da América Latina</i> . América Latina após 1930: economia e sociedade. Volume VI. São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009.
KARNAL, Leandro et al. <i>História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI</i> . São Paulo: Contexto, 2011.
PINSKY, Jaime. <i>História da América através de textos</i> . São Paulo: Contexto, 2007.
SADER, Emir & GENTILI, Pablo (org.). <i>Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático</i> . São Paulo: Paz e Terra, 2000.

Identificação do Componente	
História do Brasil República	Carga horária total: 60h
	Teórica: 45h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular: 15h
Ementa	
Constituição da República brasileira. pós-abolição e capitalismo, mundo rural e mundo urbano, imigração e industrialização. Modernização conservadora e crise do liberalismo oligárquico. A ordem republicana, imaginário político e social na historiografia brasileira, 1870 a 1920. Autoritarismo, populismo, desenvolvimentismo e movimentos sociais e culturais republicanos. Memória histórica e historiografia dos anos 1930 a 1945. A República brasileira e seu ensino.	
Objetivos	
Estimular a visão crítica sobre a História do Brasil, promovendo a reflexão e o debate sobre a formação da ordem republicana brasileira. Promover a reflexão sobre a transposição das temáticas e problemas oriundos da pesquisa histórica para a Educação Básica.	
Referências Bibliográficas Básicas	
ABREU, Marcelo de Paiva (org.). A ordem do progresso. Cem anos de política econômica republicana. 1889- 1989. Rio de Janeiro: Campus, 1992.	
DELGADO, L. A. N.; FERREIRA, J. (orgs). O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.	
FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 2000.	
Referências Bibliográficas Complementares	
CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.	
BRESCIANI, Maria Stella M. O cidadão da República, positivismo versus liberalismo (Brasil, 1870- 1930). Revista USP - Dossiê Liberalismo. São Paulo, Editora da USP, 1993.	
GOMES, Ângela de Castro, Venturas e desventuras de uma república de cidadãos. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (orgs.). Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. Pp. 152-167.	
LEAL, V. N. Coronelismo, Enxada e Voto. O Município e o Regime Representativo no Brasil. São Paulo: Alfa- Ômega, 1975.	
VELHO, Gilberto & ALVITO, Marcos (orgs.). Cidadania e violência. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ/FGV, 1996	

Identificação do Componente	
História da África II	Carga horária total: 60h
	Teórica: 45h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular: 15h
Ementa	
História Geral da África no período compreendido entre os séculos XVI a XX; Historiografia Africana; Fontes históricas: oralidades, mitos e tradições africanas; Diáspora africana e tráfico de escravos; Colonização e descolonização; Teorias Raciais e o Iluminismo; Retorno de escravos brasileiros à África.	
Objetivos	
Apresentar um panorama da historiografia. Compreender e analisar a história do continente africano, sua colonização e descolonização; Estudar o tráfico de escravos, a escravização no Brasil e o surgimento das comunidades quilombolas brasileiras. Problematizar as teorias raciais.	
Referências Bibliográficas Básicas	
KI-ZERBO. J. História Geral da África I. Metodologia e pré-história da África. São Paulo, Ed. Ática/UNESCO, 1980.	
SARAIVA, Jose Flavio Sombra. A África no século XXI: um ensaio acadêmico. Brasília, DF: Fundação Alexandre Gusmão, 2015.	
SILVERIO, Valter Roberto. História Geral da África V. África do século XVI ao XVIII. São Paulo, Ed. Ática/UNESCO, 1980.	

Referências Bibliográficas Complementares
<p>HEYWOOD , Linda M. (org.). <i>Diáspora Negra no Brasil</i>. São Paulo: Contexto, 2012.</p> <p>KABENGELE, Munanga. <i>Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações</i>. São Paulo: Global, 2009.</p> <p>LEIRIS, Michael. <i>A África fantasma</i>. São Paulo: Cosac e Naify: 2007</p> <p>LOPES, Nei. <i>Enciclopédia Brasileira da diáspora africana</i>. São Paulo: Selo Negro, 2004.</p> <p>WESSELING, H. L. <i>Dividir para dominar. A partilha da África 1880-1914</i>. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Ed. Revan, 2008.</p>

Identificação do Componente	
Estágio Supervisionado I	Carga horária total: 150h
	Teórica:
	Prática: 150h*
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Desenvolvimento de experiências de observação, acompanhamento e regência na disciplina de História em classes do ensino fundamental. Ensino de História. Currículo de História. Avaliação no ensino de História. Materiais didáticos no ensino de História. Desenvolvimento de habilidades técnicas e estratégias pedagógicas.	
Objetivos	
Analisar criticamente as situações observadas e vivenciadas, bem como elaborar propostas e planos de ensino e desenvolver uma postura investigadora diante dos fatos educativos que possibilitem o exercício de escrita sistemática e a reflexão sobre a realidade do ensino de história. Experimentar o ensino de História de forma criativa, crítica e socialmente engajada.	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>BARROSO, Vera Lúcia Maciel et all (org.). <i>Ensino de História: desafios contemporâneos</i>. Porto Alegre: EST, 2010.</p> <p>BITTENCOURT, Circe. <i>O saber histórico na sala de aula</i>. São Paulo: Contexto, 1998.</p> <p>BITTENCOURT, Circe. <i>Ensino de História: fundamentos e métodos</i>. São Paulo: Cortez, 2004.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>CAINELLI, Marlene e SCHMIDT, Maria Auxiliadora. <i>Ensinar História</i>. São Paulo: Editora Scipione, 2004.</p> <p>SILVA, Tomaz Tadeu da. <i>Documentos de Identidade – Belo Horizonte</i>: Editora Autêntica, 2002.</p> <p>FONSECA, Thais Nivia de Lima. <i>História & Ensino de História</i>. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.</p> <p>PINSKY, Jaime. <i>O Ensino de História e a Criação do Fato</i>. São Paulo: Editora Contexto, 2007.</p> <p>KARNAL, Leandro. <i>História na Sala de Aula</i>. São Paulo: Editora Contexto, 2008</p>	

VII SEMESTRE

Identificação do Componente	
Direitos Humanos e Cidadania	Carga horária total: 60h
	Teórica: 60h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Contexto histórico de criação dos direitos humanos e da cidadania no ocidente e sua trajetória no Brasil. A luta de diferentes grupos sociais contra o processo de exclusão social produzido pelo modo de produção capitalista. Discute a necessidade de inclusão desta temática no contexto educacional brasileiro, em específico no ensino de História.	
Objetivos	
Descortinar a relevância de novas abordagens e temáticas em direitos humanos caracterizando uma área transversal do conhecimento que objetiva a luta pela efetivação dos direitos humanos e da construção da cidadania no Brasil. Problematicar a temática dos direitos humanos, tendo como referência a resolução número 01 do Conselho Nacional de Educação, de maio de 2012, que estabelece as diretrizes nacionais para a educação em Direitos Humanos no Brasil.	
Referências Bibliográficas Básicas	
BOBBIO, Norberto. <i>A Era dos Direitos</i> . Rio de Janeiro: Campus, 1992.	
LEAL, Rogério Gesta. <i>Direitos Humanos no Brasil</i> . Desafios à democracia. Porto Alegre: Livraria do Advogado; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.	
SILVA, Aida Maria Monteiro. Direitos Humanos na docência universitária. In: PIMENTA, Selma Garrido, ALMEIDA, Maria Isabel de (Orgs). <i>Pedagogia Universitária: Caminhos na formação de professores</i> . São Paulo: Cortez, 2011. p.103-127.	
Referências Bibliográficas Complementares	
BAUMAN, Zygmunt. <i>Modernidade e Holocausto</i> . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.	
BRASIL, Presidência da Republica. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasil Direitos Humanos. <i>A realidade do país aos 60 anos da Declaração Universal</i> . Brasília: SEDH, 2008.	
HUNT, Lynn. <i>A Invenção dos Direitos Humanos: uma história</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 2009.	
MONDAINI, Marco. <i>Direitos Humanos no Brasil</i> . São Paulo: Contexto, 2009.	
RAYO, José Tuvilla. <i>Educação em Direitos Humanos</i> . Rumo a uma perspectiva global. Porto Alegre: Artmed, 2004.	

Identificação do Componente	
História do Espaço Platino	Carga horária total: 60h
	Teórica: 45h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular: 15h
Ementa	
A construção e conformação do espaço platino a partir de processos socioeconômicos, políticos e culturais. Perspectivas teórico-metodológicas próprias à História Regional. Ocupação do espaço e a fronteira no Prata colonial. Expressões e disputas políticas na formação e estruturação dos Estados nacionais platinos. Relações de dominação e resistência nas sociedades platinas. Economia e política das sociedades platinas na contemporaneidade. O espaço platino no Ensino de História.	
Objetivos	
Desnaturalizar o espaço e a região como um dado a priori da realidade; compreender o processo de ocupação e formação do espaço platino no contexto dos impérios coloniais e da estruturação de suas sociedades independentes; construir uma visão geral e crítica acerca de processos históricos do Prata; problematizar a História do espaço platino no Ensino de História.	
Referências Bibliográficas Básicas	
BETHELL, Leslie (org.). <i>História da América Latina</i> : de 1870 a 1930. Vol. 5. São Paulo: EDUSP, 2002.	
BANDEIRA, Moniz. O expansionismo brasileiro e a formação dos estado na bacia do Prata. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Revan; Brasília: Ed. UNB, 1998.	
PIMENTA, João P. G. <i>Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)</i> . São Paulo: HUCITEC, 2006.	
Referências Bibliográficas Complementares	
FERREIRA, Gabriela Nunes. <i>O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial</i> . São Paulo: HUCITEC, 2006.	
GARCIA, Fernando C. Fronteira Iluminada. História do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul a partir do Tratado de Tordesilhas 1420-1920. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2010.	
HALPERIN DONGHI, Tulio. <i>História da América Latina</i> . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.	
PRADO, Fabrício. <i>Colônia do Sacramento: o extremo sul da América portuguesa</i> . Porto Alegre: Fumproarte, 2002.	
REGUERA, Andréa. & HARRES, Marluza M. (Orgs.). <i>Da Região à Nação</i> . Relações de escala para uma história comparada Brasil- Argentina (séculos XIX e XX). São Leopoldo: Ed. Oikos, 2011.	

Identificação do Componente	
História do Rio Grande do Sul	Carga horária total: 60h
	Teórica: 45h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular: 15h
Ementa	
Estudo histórico e historiográfico do Rio Grande do Sul. Os antecedentes indígenas. As relações do sul da América portuguesa com a região platina de ocupação espanhola e a formação da fronteira. O processo de integração à colônia portuguesa e ao mercado. Os processos de imigração. A formação política, econômica e sócio-cultural nos séculos XIX e XX. Problemática do ensino de História do Rio Grande do Sul na educação Básica.	
Objetivos	
Compreender o processo de ocupação e formação do Rio Grande do Sul dentro do processo mais amplo de constituição do espaço platino nas fronteiras dos impérios coloniais ibéricos; construir uma visão geral e crítica acerca de processos históricos pertinentes à formação social riograndense; compreender e problematizar a produção historiográfica sobre o Rio Grande do Sul; problematizar o ensino de História do Rio Grande do Sul na Educação Básica.	
Referências Bibliográficas Básicas	
GUTFREIND, Ieda. <i>A Historiografia Rio-Grandense</i> . Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1992. OLIVEN, Rubem George. <i>A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação</i> . Petrópolis: Vozes, 2006. OSÓRIO, Helen. <i>O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes</i> . Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.	
Referências Bibliográficas Complementares	
BOEIRA, Nelson & GOLIN, Tau (orgs.). <i>Historia Geral do Rio Grande do Sul – República</i> . Volume 3. Tomos I e II. Passo Fundo: Meritus, 2007. BOEIRA, Nelson & GOLIN, Tau (orgs.); GERTZ, Rene (orgs.). <i>Historia Geral do Rio Grande do Sul – República</i> . Volume 4. Passo Fundo: Meritus, 2007. CARDOSO, Fernando Henrique. <i>Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional</i> . O Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. KERN, Arno A., SANTOS, Maria Cristina e GOLIN, Tau (orgs.). <i>Historia Geral do Rio Grande do Sul – Povos Indígenas</i> . V5. Passo Fundo: Meritus, 2009. PETERSEN, Silvia. <i>Que a União Operária Seja Nossa Pátria: História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações</i> . Porto Alegre: Ed. da UFRGS/ Santa Maria: Editora da UFSM, 2001.	

Identificação do Componente	
História do Brasil Contemporâneo	Carga horária total: 60h
	Teórica: 45h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular: 15h
Ementa	
Nacionalismo e Desenvolvimentismo. Era Vargas. Era JK e políticas desenvolvimentistas no Brasil. Experiências democráticas nas sociedades de massa. Modelo urbano-industrial e metropolização. Populismo e crises democráticas. Movimentos sociais, arte e cultura popular das décadas de 1950 a 1970. Violência, liberdade e autoritarismo. Ditaduras Militares e resistência armada. Transformações políticas e sócio culturais de 1945 a 1964. História da historiografia contemporânea 1945 a 1964. Historiografia contemporânea da ditadura militar a democratização. A história contemporânea do Brasil e seu ensino.	
Objetivos	
Estimular a visão crítica sobre a História do Brasil, promovendo a reflexão e o debate sobre a consolidação da ordem republicana brasileira, processos ditatoriais e estado democrático de direito. Promover a reflexão sobre a prática educativa na Educação Básica, no que tange aos temas e problemas estabelecidos pela historiografia discutida.	
Referências Bibliográficas Básicas	
AARÃO REIS FILHO, D.; FERREIRA, J. (Org.). <i>As esquerdas no Brasil</i> . Vol.3 Revolução e democracia. 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. LINHARES, Maria Yedda (org.). <i>História Geral do Brasil</i> . Rio de Janeiro: Campus, 2000. SKIDMORE, Thomas E. <i>Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)</i> . São Paulo: Paz e Terra, 1982.	
Referências Bibliográficas Complementares	

ARENDR, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1991.
 CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
 GOMES, Ângela de Castro (Org.). *A Invenção do Trabalho*. São Paulo, Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.
 MENDONÇA, Sonia & FONTES, Virginia. *História do Brasil recente - 1964-1992*. 3ª edição. São Paulo: Ática, 1994.
 SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da Vida Privada no Brasil - Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

Identificação do Componente	
Estágio Supervisionado II	Carga horária total: 150h
	Teórica:
	Prática: 150h*
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Desenvolvimento de experiências de observação, acompanhamento e regência na disciplina de História em classes do Ensino Médio. Ensino de História. Currículo de História. Avaliação no ensino de História. Materiais didáticos no ensino de História. Desenvolvimento de habilidades técnicas e estratégias pedagógicas.	
Objetivos	
Analisar criticamente as situações observadas e vivenciadas, bem como elaborar propostas e planos de ensino e desenvolver uma postura investigadora diante dos fatos educativos que possibilitem o exercício de escrita sistemática e a reflexão sobre a realidade do ensino de história. Experimentar o ensino de História de forma criativa, crítica e socialmente engajada.	
Referências Bibliográficas Básicas	
CABRINI, Conceição. <i>Ensino de História: revisão urgente</i> . São Paulo: Editora EDUC, 2009. FONSECA, Selva Edilmar Guimarães. <i>Caminhos da História ensinada</i> . Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. MIRANDA, Maria Irene. <i>Estágio Supervisionado e prática de ensino</i> . Brasília: Editora Junqueira e Marim, 2008.	
Referências Bibliográficas Complementares	
MEINERZ, Carla Beatriz. <i>História viva: a história que cada aluno constrói</i> . Porto Alegre: Editora Mediação, 2001. PADRÔS, Enrique Serra. Papel do professor e função social do magistério: reflexões sobre a prática docente. In: <i>Ensino de História: formação de professores e cotidiano escolar – GT de Ensino de História</i> . Porto Alegre: EST, 2002. PINSKY, Jaime. <i>O ensino de História e a criação do fato</i> . São Paulo: Editora Contexto, 2007. STEPHANOU, Maria. <i>Currículos de história: instaurando maneiras de ser, conhecer e interpretar</i> . Rio de Janeiro: Editora UNESP, 2005. SEFFNER, Fernando. <i>Teoria, metodologia e ensino de História</i> . Porto Alegre: Editora UFRGS, 2001.	

VIII SEMESTRE

Identificação do Componente	
História e Ensino da Cultura Afro-Brasileira	Carga horária total: 60h
	Teórica: 45h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular: 15h
Ementa	
Diáspora africana no Brasil; Cultura afro-brasileira e as relações raciais no Brasil. Estudo de nações e etnias africanas no Brasil; Debate racial no Brasil do século XIX; Abolicionismos. Racismo e antiracismos. Racismos cientificistas no Brasil. Espaços, gênero, culturas e territórios negros. Religiosidades africanas e afro-brasileiras. Ações afirmativas e políticas públicas de promoção da igualdade racial. Perspectivas da história e da cultura afro no currículo escolar. Criação de materiais pedagógicos para uso na sala de aula.	
Objetivos	
Compreender os processos de constituição da história afro-brasileira a partir de resistências culturais africanas e afrodescendentes no Brasil, bem como seu ensino e elaboração de materiais que busquem a aplicação da Lei 10.639/03. Identificar ideias preconcebidas/preconceituosas sobre raça e etnia presentes em nossa sociedade, buscando a desconstrução do pensamento racista; Debater ações afirmativas, história e conceito; Elaborar materiais pedagógicos que possam ser utilizados em sala de aula com o de fortalecer a educação antirracista.	
Referências Bibliográficas Básicas	
CAVALLEIRO, Eliane. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2011.	
GOMES, Flavio dos Santos. Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX /São Paulo: Companhia das Letras, 2006.	
HERNANDEZ, Leila. A África na sala de aula. São Paulo: Selo Negro, 2005.	
REIS, Joao José. (org.)O Alufá Rufino. São Paulo: Cia das Letras, 2010.	
RUSSEL-WOOD, A.J.R. Escravos e libertos no Brasil colonial / Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.	
Referências Bibliográficas Complementares	
HERNANDEZ, Leila. A África na sala de aula. São Paulo: Selo Negro, 2005.	
GRAHAM, Sandra L. Caetana diz não. Histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.	
REIS, João José. Rebelião Escrava no Brasil. A história do levante dos Malês em 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.	
REIS, João José e GOMES, Flávio da Silva – (organizadores) Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.	
RODRIGUES, Jaime. De Costa a Costa. Escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860).	
SCHWARCZ, Lilia Moritz. Racismo no Brasil. São Paulo: Publifolha, 2013.	
_____. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.	
_____. Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.	
SOUZA, Marina de Mello e. Reis negros no Brasil escravista: historia da festa de coroação de Rei Congo. Belo Horizonte: UFMG, 2006.	

Identificação do Componente	
Metodologia e Técnica de Pesquisa Científica em História	Carga horária total: 60h
	Teórica: 60h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Principais etapas do desenvolvimento de investigação científica em História. A história-problema e a definição do objeto de pesquisa. O historiador e suas ferramentas. As fontes e os acervos documentais. Metodologias e técnicas de pesquisa.	
Objetivos	
Identificar e executar as etapas fundamentais do desenvolvimento da investigação científica em História; dominar os diferentes instrumentos práticos e teóricos e tipos de produção próprios à atividade do historiador; compreender a natureza e especificidade dos diferentes tipos de fontes e metodologias na produção do conhecimento histórico.	
Referências Bibliográficas Básicas	

BARROS, José d'Assunção. *O projeto de pesquisa em História*. Da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis: Vozes, 2005.
 BURKE, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 2001.
 PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

Referências Bibliográficas Complementares

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
 CARDOSO, Ciro & PEREZ-BRIGNOLI, Hector. *Os métodos da História*. Rio de Janeiro: Graal, 2002.
 CARDOSO, Ciro & VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 2010.
 HOBSBAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
 RUDIO, Franz Victor. *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. Petrópolis: Vozes, 2009.

Identificação do Componente

Estágio Supervisionado III

Carga horária total: 135h

Teórica:

Prática: 135h*

Prática como Componente Curricular:

Ementa

Experiências de observação, acompanhamento e estágio de docência em espaços não-escolares, incluindo as instituições culturais e organizações da sociedade civil. Investigação, planejamento e realização de ações educativas junto à diferentes grupos sociais contemplando aspectos da cultura, memória, patrimônio, sociedade, história local e regional, territórios e fronteira. Estratégias de ensino de história que considere os diferentes ambientes de aprendizagem e de formação do homem como sujeito da história.

Objetivos

Analisar criticamente as situações observadas e vivenciadas; bem como elaborar propostas de ensino de História em espaços educativos não-escolares que desenvolvam a postura investigadora diante dos fatos educativos. Fomentar a reflexão da realidade do ensino de história e a elaboração de um referencial teórico próprio para o ensino de História. Experienciar o ensino de História de forma criativa, crítica e socialmente engajada.

Referências Bibliográficas Básicas

FERNANDES, Lindamir Zeglin. *A reconstrução de aulas de História na perspectiva da Educação Histórica: da aula oficina à unidade temática investigativa*. Disponível on-line: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/158-4.pdf>
 SIMAN, Lana. Representações e memórias sociais compartilhadas: desafios para os processos de ensino e aprendizagem da história. *Caderno CEDES*. Vol. 25, n. 67, pp. 348-364, set-dez 2005. Disponível <http://www.cedes.unicamp.br>
 SCHMIDT, Maria Auxiliadora & CAINELLI, Marlene. *Ensinar História*. São Paulo: Ed Scipione, 2004.

Referências Bibliográficas Complementares

BARCA, Isabel & SCHMIDT, Maria Auxiliadora (Org.) *Aprender História: Perspectivas da educação histórica*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009. p. 21-51.
 CAINELLI, Marlene & TUMA, Magda. História e memória na construção do pensamento histórico: uma investigação em Educação Histórica. *Revista HISTEDBR on-line*, Campinas, nº 34, pp. 211-222, jun. 2009. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/34/artigos.html>
 FRAGA, Hilda Jaqueline de. Percursos docentes em lugares de memória In: *Ensino de História no Cone sul: patrimônio cultural, territórios e fronteiras*. Porto Alegre: Evangrad, 2012.
 RÜSEN, Jörn. Experiência, interpretação, orientação: as três dimensões da aprendizagem histórica. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora. BARCA, Isabel. MARTINS, Estevão de Rezende (org.). *Jorn Rusen e o ensino de História*. Curitiba: UFPR: 2010. P. 79-91.
 SEGANFREDO, Andréia; RIBEIRO, Gabriela de O., JUNIOR, Helio T. M.. Entre a casa e o monumento: percepções sobre patrimônio e consciência histórica. In: SILVA, Cristiani Bereta da; et. al (orgs.). *Experiências de ensino de história no estágio supervisionado*. Florianópolis: Editora UDESC, 2011. pp. 171-190.

IX SEMESTRE

Identificação do Componente	
História Contemporânea I	Carga horária total: 60h
	Teórica: 45h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular: 15h
Ementa	
Principais processos históricos conformadores da época contemporânea entre o final do século XVIII e início do século XX. A Revolução Francesa. A Revolução Industrial e a afirmação do capitalismo. Os movimentos sociais, as ideias políticas e os processos revolucionários na Europa oitocentista. O imperialismo e o neocolonialismo. Problemática do ensino de História Contemporânea na Educação Básica.	
Objetivos	
Compreender os processos sociais, econômicos e políticos que conformaram a dinâmica histórica contemporânea, tendo como eixo a afirmação do sistema mundial capitalista no século XIX; construir uma visão geral e crítica acerca de processos históricos contemporâneos; problematizar o ensino de História Contemporânea na Educação Básica.	
Referências Bibliográficas Básicas	
HOBSBAWM, Eric. <i>A era das revoluções – 1789-1848</i> . São Paulo: Paz e Terra, 2009. HOBSBAWM, Eric. <i>A era dos impérios – 1875-1914</i> . São Paulo: Paz e Terra, 2010. REIS FILHO, Daniel Aarão <i>et al</i> (org.). <i>O século XX. O tempo das certezas</i> . Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.	
Referências Bibliográficas Complementares	
ANDERSON, Benedict. <i>Comunidades imaginadas</i> . Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2008. FURET, François. <i>Pensando a Revolução Francesa</i> . São Paulo: Paz e Terra, 1989. HOBSBAWM, Eric. <i>A era do capital – 1848-1875</i> . São Paulo: Paz e Terra, 2010. MARQUES, Adhemar Martins & BERUTTI, Flávio, FARIA, Ricardo. <i>História contemporânea através de textos</i> . São Paulo: Contexto, 1991. SAID, Edward. <i>Cultura e Imperialismo</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 2011	

Identificação do Componente	
Trabalho de Conclusão de Curso I	Carga horária total: 90h
	Teórica: 90h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Organização da pesquisa científica. Construção de projetos de pesquisa. Orientação aos projetos de pesquisa. Discussão coletiva dos projetos de pesquisa.	
Objetivos	
Promover a elaboração de projetos de pesquisa em temáticas relacionadas à História e/ou o seu ensino. Incentivar a construção de competências e habilidades próprias da pesquisa em história na formação do professor/pesquisador.	
Referências Bibliográficas Básicas	
BARROS, José d'Assunção. <i>O projeto de pesquisa em História</i> . Da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis: Vozes, 2005. RUDIO, Franz Victor. <i>Introdução ao projeto de pesquisa científica</i> . Petrópolis: Vozes, 2009. VIEIRA, Maria do Pilar Araújo <i>et al</i> . <i>A pesquisa em História</i> . São Paulo: Ática, 2008.	
Referências Bibliográficas Complementares	
COUTINHO, Maroa Tereza e CUNHA, Suzana Ezequiel. <i>Os caminhos da pesquisa em Ciências Humanas</i> . Belo Horizonte: PUC Minas, 2004. CRESWELL, John W. <i>Projeto de Pesquisa – Método qualitativo, quantitativo e misto</i> . Porto Alegre: Bookman Companhia, 2010. KÖCHE, José Carlos. <i>Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa</i> . Petrópolis: Vozes, 1997. LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, A. (orgs.). <i>A Crítica e o desenvolvimento do Conhecimento</i> . São Paulo: Cultrix / EDUSP, 1979. POPPER, Karl Raimund. <i>Conhecimento objetivo: uma abordagem evolucionária</i> . Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.	

X SEMESTRE

Identificação do Componente	
História Contemporânea II	Carga horária total: 60h
	Teórica: 45h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular: 15h
Ementa	
Processos históricos característicos do século XX. A Primeira Guerra Mundial. A Revolução Russa e a emergência da União Soviética. O “entre-guerras”: falência do Estado liberal e ascensão dos regimes totalitários. A Segunda Guerra Mundial. O pós-guerra: Guerra Fria, mundo bipolar e descolonização. A crise do mundo soviético, a ascensão do neoliberalismo e a globalização. Problemática do ensino de História Contemporânea na Educação Básica.	
Objetivos	
Compreender os processos sociais, econômicos e políticos que conformaram a dinâmica histórica contemporânea, tendo como eixo as tensões dentro do sistema mundial capitalista no século XX; construir uma visão geral e crítica acerca de processos históricos contemporâneos; problematizar o ensino de História Contemporânea na Educação Básica.	
Referências Bibliográficas Básicas	
HOBSBAWM, Eric. <i>A era dos extremos – 1914-1989</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 2008. REIS FILHO, Daniel Aarão et all (org.). <i>O século XX. O tempo das crises</i> . Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. REIS FILHO, Daniel Aarão et all (org.). <i>O século XX. O tempo das dúvidas</i> . Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.	
Referências Bibliográficas Complementares	
ARENDDT, Hannah. <i>Origens do totalitarismo</i> . Anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. FERRO, Marc. <i>A Revolução Russa de 1917</i> . São Paulo: Perspectiva, 2004. FERRO, Marc. <i>História das colonizações</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 1996. MARQUES, Adhemar Martins & BERUTTI, Flávio, FARIA, Ricardo. <i>História contemporânea através de textos</i> . São Paulo: Contexto, 1991. VIZENTINI, Paulo Fagundes. <i>História do século XX</i> . Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.	

Identificação do Componente	
Trabalho de Conclusão de Curso II	Carga horária total: 90h
	Teórica: 90h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Organização e implementação da escrita da História. Execução dos projetos de pesquisa realizados no Trabalho de Conclusão de Curso I. Defesa pública de Trabalho de Conclusão de Curso.	
Objetivos	
Implementação projetos de pesquisa em temáticas relacionadas à História e/ou o seu ensino. Incentivar a construção de competências e habilidades próprias da pesquisa em história na formação do professor/pesquisador, bem como da apresentação oral de trabalhos acadêmicos.	
Referências Bibliográficas Básicas	
BARROS, José d'Assunção. <i>O projeto de pesquisa em História</i> . Da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis: Vozes, 2005. RUDIO, Franz Victor. <i>Introdução ao projeto de pesquisa científica</i> . Petrópolis: Vozes, 2009. VIEIRA, Maria do Pilar Araújo et all. <i>A pesquisa em História</i> . São Paulo: Ática, 2008.	
Referências Bibliográficas Complementares	
KÖCHE, José Carlos. <i>Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa</i> . Petrópolis: Vozes, 1997. LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, A. (orgs.). <i>A Crítica e o desenvolvimento do Conhecimento</i> . São Paulo: Cultrix / EDUSP, 1979. MOREIRA, Herivelto e CALEFFE, Luiz Gonzaga. <i>Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador</i> . Rio de Janeiro: Lamparina, 2008. POPPER, Karl Raimund. <i>Conhecimento objetivo: uma abordagem evolucionária</i> . Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.	

SANTOS, Clovis Roberto. *Trabalho de Conclusão de Curso*. São Paulo: CENGAGE, 2010.

2.7.2 Componentes Curriculares Complementares de Graduação (CCCG's)

Os componentes curriculares complementares de graduação, organizados desde os eixos integradores do curso, visam maior flexibilização e dinamicidade na formação do futuro licenciado em História. Igualmente objetivam, através dos componentes de Tópicos Especiais, proporcionar ao acadêmico aprofundamento de estudos em temáticas desenvolvidas nos componentes curriculares obrigatórios. As Referências Bibliográficas dos Tópicos Especiais definida pelo docente proponente a depender da temática a ser explorada, contudo apresenta-se algumas indicações. As abordagens e os focos são definidos previamente considerando os interesses dos acadêmicos por determinados temas e/ou relação com projetos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos pelo docente proponente. Além dos Tópicos Especiais, o curso também oferta componentes curriculares complementares de graduação que visam à qualificação da formação geral do professor de História, considerando o contexto de inserção do curso e o perfil do egresso anunciado, como por exemplo: Educação e Meio Ambiente, Leitura e Produção Textual, Ensino de História na Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação para o Patrimônio, Profissão e Trabalho Docente, Tecnologias da Informação e da Comunicação Aplicadas ao Ensino, Cartografia como Recurso Didático, História da Arte e Linguagens e Cotidiano de Fronteira.

Identificação do Componente	
Tópicos Especiais em História do Processo de Hominização	Carga horária total: 60h
	Teórica: 60h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Estudo aprofundado de temáticas e/ou perspectivas teórico-metodológicas próprias ao estudo da história do processo de hominização. Aborda o processo de hominização por diversos focos: cultural, biológica, tecnológica, ecológica, geológica, etc. Contempla o povoamento e o desenvolvimento de diferentes grupos culturais em outros continentes. Aborda discussões relativas ao trabalho nesta com esta temática em espaços educacionais.	
Referências Bibliográficas Básicas	
KLEIN, Richard. <i>O despertar da cultura: a polêmica teoria sobre a origem da criatividade humana</i> . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.	
LEWIN, Roger. <i>Evolução Humana</i> . São Paulo: ATHENEU Editora, 1999.	
MITHEN, Steven. <i>A pré-história da mente – uma busca das origens da arte, da religião e da ciência</i> . São Paulo, UNESP, 2002.	
Referências Bibliográficas Complementares	
FOLEY, Robert. <i>Apenas mais uma espécie única: padrões da ecologia evolutiva humana</i> . São Paulo: EDUSP, 1993.	
FOLEY, Robert. <i>Os humanos antes da humanidade – uma perspectiva evolucionista</i> . São Paulo: UNESP, 2003.	
FREIRE-MAIA, Newton. <i>Criação e evolução: Deus, o acaso e a necessidade</i> . Petrópolis, Vozes, 1986.	
MARTÍNEZ PULIDO, Carolina. <i>El papel de la mujer em la evolucion humana</i> . Madrid: Biblioteca Nueva, 2003.	
MONIOT, Henri. A história dos povos sem história. In: LE GOFF, J. e NORA, P. <i>História: Novos Problemas</i> . Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. pp. 99-112.	

Identificação do Componente	
Tópicos Especiais em História Antiga	Carga horária total: 60h
	Teórica: 60h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Estudo aprofundado de temáticas e/ou perspectivas teórico-metodológicas próprias à temática da História Antiga. Abordagem a partir de discussão e produção de trabalho de investigação científica e/ou de instrumentos didático-pedagógicos relativos às temáticas e/ou perspectivas teórico-metodológicas problematizadas.	
Referências Bibliográficas Básicas	
FUNARI, Pedro Paulo A. <i>Grécia e Roma</i> . São Paulo: Contexto, 2001. PINSKY, Jayme. <i>As primeiras civilizações</i> . São Paulo: Contexto, 2009. DUBY, Georges. <i>História da Vida Privada volume um: do Império Romano ao ano mil</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 2009.	
Referências Bibliográficas Complementares	
ALFOLDY, Geza. <i>História Social de Roma</i> . Lisboa: Editorial Presença, 1989. BOTTERO, Jean. <i>No começo eram os deuses</i> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. CARTLEDGE, Paul. <i>Grécia Antiga</i> . Rio de Janeiro: Ediouro, 2009. GRIMAL, Pierre. <i>História de Roma</i> . São Paulo: Editora da Unesp, 2011. JOHNSON, Paul. <i>Egito Antigo</i> . Rio de Janeiro: Ediouro, 2009.	

Identificação do Componente	
Tópicos Especiais em História Medieval	Carga horária total: 60h
	Teórica: 60h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Estudo aprofundado de temáticas e/ou perspectivas teórico-metodológicas próprias à temática da História Medieval. Abordagem a partir de discussão e produção de trabalho de investigação científica e/ou de instrumentos didático-pedagógicos relativos às temáticas e/ou perspectivas teórico-metodológicas problematizadas.	
Referências Bibliográficas Básicas	
LE GOFF, Jacques. <i>A civilização do Ocidente Medieval</i> . Bauru: Edusc, 2005. FRANCO JR, Hilário. <i>Idade Média: o nascimento do Ocidente</i> . São Paulo: Brasiliense, 2001. DUBY, Georges. <i>Idade Média, Idade dos homens</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 2011.	
Referências Bibliográficas Complementares	
ANGOLD, Michael. <i>Bizâncio – a ponte da Antiguidade para a Idade Média</i> . Rio de Janeiro: Imago, 2002. BAKTHIN, Mikhail. <i>Cultura popular na Idade Média e no Renascimento</i> . São Paulo: Hucitec, 2010. HOURANI, Albert. <i>Uma história dos povos árabes</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 2006. HUIZINGA, Johan. <i>O outono da Idade Média</i> . São Paulo: Cosac Naify, 2010. PERNOUD, Regine. <i>Luz sobre a Idade Média</i> . Lisboa: Europa-América, 1997.	

Identificação do Componente	
Tópicos Especiais em História Moderna	Carga horária total: 60h
	Teórica: 60h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Estudo aprofundado de temáticas e/ou perspectivas teórico-metodológicas próprias à temática da História Moderna. Abordagem a partir de discussão e produção de trabalho de investigação científica e/ou de instrumentos didático-pedagógicos relativos às temáticas e/ou perspectivas teórico-metodológicas problematizadas.	
Referências Bibliográficas Básicas	
BERUTTI, Flávio et al. História moderna através de textos. São Paulo: Contexto, 2004. SANTHIAGO, Theo (org). Do Feudalismo ao Capitalismo: uma discussão histórica. São Paulo: Contexto, 2001. BRAUDEL, Fernand. Civilização material, economia e capitalismo. São Paulo: Martins Fontes, 2009.	
Referências Bibliográficas Complementares	
BURKE, Peter. Cultura popular na Idade Moderna. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. DELUMEAU, Jean. A história do Medo no Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. CHAUNU, Pierre. A Europa no século das Luzes. Lisboa: Editorial Presença, 1995. GARCIA MONERRIS, Encarna. Crisis del antiguo régimen y los absolutismos. Madrid: Síntesis, 2005. HILL, Christopher. O século das revoluções (1603-1714). São Paulo: Editora da Unesp, 2011.	

Identificação do Componente	
Tópicos Especiais em História Contemporânea	Carga horária total: 60h
	Teórica: 60h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Estudo aprofundado de temáticas e/ou perspectivas teórico-metodológicas próprias à temática da História Contemporânea. Abordagem a partir de discussão e produção de trabalho de investigação científica e/ou de instrumentos didático-pedagógicos relativos às temáticas e/ou perspectivas teórico-metodológicas problematizadas.	
Referências Bibliográficas Básicas	
HOBSBAWM, Eric. <i>A era das revoluções – 1789-1848</i> . São Paulo: Paz e Terra, 2009. HOBSBAWM, Eric. <i>A era dos extremos – 1914-1989</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 2008. REIS FILHO, Daniel Aarão et all (org.). <i>O século XX. O tempo das certezas</i> . Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.	
Referências Bibliográficas Complementares	
ANDERSON, Benedict. <i>Comunidades imaginadas</i> . Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2008. HOBSBAWM, Eric. <i>A era do capital – 1848-1875</i> . São Paulo: Paz e Terra, 2010. HOBSBAWM, Eric. <i>A era dos impérios – 1875-1914</i> . São Paulo: Paz e Terra, 2010. MARQUES, Adhemar Martins & BERUTTI, Flávio, FARIA, Ricardo. <i>História contemporânea através de textos</i> . São Paulo: Contexto, 1991. REIS FILHO, Daniel Aarão et all (org.). <i>O século XX. O tempo das dúvidas</i> . Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.	

Identificação do Componente	
Tópicos Especiais em História do Brasil	Carga horária total: 60h
	Teórica: 60h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Estudo aprofundado de temáticas e/ou perspectivas teórico-metodológicas próprias à temática da História do Brasil. Abordagem a partir de discussão e produção de trabalho de investigação científica e/ou de instrumentos didático-pedagógicos relativos às temáticas e/ou perspectivas teórico-metodológicas problematizadas.	
Referências Bibliográficas Básicas	
LINHARES, Maria Yedda (org.). <i>História Geral do Brasil</i> . Rio de Janeiro: Campus, 2000. COSTA, Emília Viotti da. <i>Da monarquia à república: momentos decisivos</i> São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979. FAUSTO, Boris. <i>História do Brasil</i> . São Paulo: Edusp, 2000.	
Referências Bibliográficas Complementares	
CARVALHO, José Murilo. <i>Cidadania no Brasil: o longo caminho</i> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. DELGADO, L. A. N.; FERREIRA, J. (orgs.). <i>O Brasil Republicano</i> . V1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (Orgs.). <i>O Brasil Imperial</i> . 1831-1870. Volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. ALENCASTRO, Luís Felipe de. <i>O Trato dos Viventes</i> . São Paulo, Companhia das Letras, 2000. NOVAIS, Fernando. <i>Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial</i> . São Paulo: Hucitec, 1989.	

Identificação do Componente	
Tópicos especiais em História da América	Carga horária total: 60h
	Teórica: 60h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Estudo aprofundado de temáticas e/ou perspectivas teórico-metodológicas próprias à temática da História da América. Abordagem a partir de discussão e produção de trabalho de investigação científica e/ou de instrumentos didático-pedagógicos relativos às temáticas e/ou perspectivas teórico-metodológicas problematizadas.	
Referências Bibliográficas Básicas	
BETHELL, Leslie (org). <i>História da América Latina</i> . A América Latina Colonial, volume II. São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009. BETHELL, Leslie (org). <i>História da América Latina</i> . Da Independência a 1870, volume III. São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009. WASSERMAN, Cláudia (coord.). <i>História da América Latina: cinco séculos (temas e problemas)</i> . Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2010.	
Referências Bibliográficas Complementares	
BETHELL, Leslie (org). <i>História da América Latina</i> . De 1870 a 1930, volume IV. São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009. BETHELL, Leslie (org). <i>História da América Latina</i> . América Latina após 1930: economia e sociedade. Volume VI. São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009. HALPERIN DONGHI, Tulio. <i>História da América Latina</i> . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. KARNAL, Leandro et all. <i>História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI</i> . São Paulo: Contexto, 2011. PINSKY, Jaime. <i>História da América através de textos</i> . São Paulo: Contexto, 2007.	

Identificação do Componente	
Tópicos Especiais em História do Espaço Platino	Carga horária total: 60h
	Teórica: 45h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Estudo aprofundado de temáticas e/ou perspectivas teórico-metodológicas próprias à temática da História do Espaço Platino. Abordagem a partir de discussão e produção de trabalho de investigação científica e/ou de instrumentos didático-pedagógicos relativos às temáticas e/ou perspectivas teórico-metodológicas problematizadas.	
Referências Bibliográficas Básicas	
NEVES, Erivaldo Fagundes. <i>História Regional e Local</i> . São Paulo: Arcadia, 2002. BANDEIRA, Moniz. <i>O expansionismo brasileiro e a formação dos estados na bacia do Prata</i> . 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Revan; Brasília: Ed. UNB, 1998. GARCIA, Fernando C. <i>Fronteira Iluminada</i> . História do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul a partir do Tratado de Tordesilhas 1420-1920. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2010.	
Referências Bibliográficas Complementares	
FERREIRA, Gabriela Nunes. <i>O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial</i> . São Paulo: HUCITEC, 2006. PIMENTA, João P. G. <i>Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)</i> . São Paulo: HUCITEC, 2006. PRADO, Fabrício. <i>Colônia do Sacramento: o extremo sul da América portuguesa</i> . Porto Alegre: Fumproarte, 2002. REGUERA, Andréa. & HARRES, Marluza M. (Orgs.). <i>Da Região à Nação</i> . Relações de escala para uma história comparada Brasil- Argentina (séculos XIX e XX). São Leopoldo: Ed. Oikos, 2011. TEIXEIRA, Primo A. <i>América: conquista e colonização</i> . Porto Alegre: Ed. Movimento, 2004.	

Identificação do Componente	
Tópicos Especiais em História do Rio Grande do Sul	Carga horária total: 60h
	Teórica: 60h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
<p>Estudo aprofundado de temáticas e/ou perspectivas teórico-metodológicas próprias à temática da História do Rio Grande do Sul. Abordagem a partir de discussão e produção de trabalho de investigação científica e/ou de instrumentos didático-pedagógicos relativos às temáticas e/ou perspectivas teórico-metodológicas problematizadas.</p>	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>BOEIRA, Nelson & GOLIN, Tau (orgs.). <i>Historia Geral do Rio Grande do Sul</i> – República. Volume 3. Tomos I e II. Passo Fundo: Meritus, 2007.</p> <p>BOEIRA, Nelson & GOLIN, Tau (orgs.); GERTZ, Rene (orgs.). <i>Historia Geral do Rio Grande do Sul</i> – República. Volume 4. Passo Fundo: Meritus, 2007.</p> <p>OSÓRIO, Helen. <i>O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes</i>. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	
<p>KERN, Arno A., SANTOS, Maria Cristina e TAU, Golin (orgs.). <i>Historia Geral do Rio Grande do Sul</i> – Povos Indígenas. V5. Passo Fundo: Meritus, 2009.</p> <p>KÜHN, Fábio. <i>Breve História do Rio Grande do Sul</i>. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.</p> <p>NEUMANN, Eduardo e GRIJÓ, Luiz Alberto (orgs.). <i>O Continente em Armas: uma história da guerra no sul do Brasil</i>. Rio de Janeiro: apicuri, 2010.</p> <p>PETERSEN, Silvia. <i>Que a União Operária Seja Nossa Pátria: História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações</i>. Porto Alegre: Ed. da UFRGS/ Santa Maria: Editora da UFSM, 2001.</p> <p>ZARTH, Paulo Afonso. <i>Do arcaico ao moderno. O Rio Grande do Sul agrário do século XIX</i>. Ijuí: Editora da UNIJUÍ, 2003.</p>	

Identificação do Componente	
História da Arte	Carga horária total: 60h
	Teórica: 60h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
<p>Abordagem introdutória acerca dos processos evolutivos da representação artística ao longo do desenvolvimento da cultura ocidental. Mediante uma perspectiva que congrega a abordagem conjunta de elementos sócio-históricos e formais, o componente curricular tem como enfoque a localização temporal dos diversos estilos, tendências estéticas e escolas artísticas e suas relações com o quadro histórico de que são resultado. Estudo da arte dentro da complexidade do fenômeno histórico com especial atenção às transformações ocorridas no papel social dos artistas, nas instâncias de mediação do objeto artístico, nas instituições de consagração e nos mecanismos políticos e ideológicos que atuam na legitimação da arte.</p>	
Objetivos	
<p>Realizar o mapeamento e a análise crítica acerca das principais escolas artísticas que balizaram o desenvolvimento estético da cultura ocidental, de modo a compreender as modificações ocorridas na arte através de diferentes cenários históricos. Conhecer aspectos básicos da disciplina de História da Arte. Realizar leituras de imagens artísticas a partir de fundamentos da estética e da comunicação visual. Localizar, numa perspectiva histórico-social, os principais estilos e tendências que constituíram a arte ocidental. Problematizar a produção de arte frente a outros campos do conhecimento e da atividade humana. Estimular a percepção das obras artísticas e a formulação de juízos estéticos.</p>	
Referências Bibliográficas Básicas	
<p>GOMBRICH, Ernst. <i>A História da Arte</i>. 18ª edição. Editora LTC. 2000.</p> <p>JANSON, H.W; JANSON, Anthony. <i>Iniciação à História da Arte</i>. 3ª edição. Editora WMF Martins Fontes. 2009.</p> <p>STANGOS, Nikos. <i>Conceitos da arte moderna</i>. 1ª edição. Editora Zahar. 1994.</p>	
Referências Bibliográficas Complementares	

ARGAN, Giulio Carlo. *Guia de história da arte*. 1ª edição. Editorial Estampa. 1994.
 BAYER, Raymond. *História da estética*. 1ª edição. Editora Estampa. 1979.
 CHILVERS, Ian. *Dicionário Oxford de Arte*. 3ª edição. Martins Editora. 2007.
 DEMPSEY, Amy. *Estilos, escolas e movimentos*. Cosac e Naify. 2011.
 NUNES, Benedito. *Introdução à filosofia da arte*. 1ª edição. Editora Ática. 1991.

Identificação do Componente	
Tópicos Especiais em Metodologias e Técnicas de Pesquisa Científica em História	Carga horária total: 60h
	Teórica: 60h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Temáticas relacionadas à metodologia e técnicas de pesquisa científica em História. Trabalho de investigação científica e suas contribuições nos processos de ensino e aprendizagem e/ou na elaboração de recursos ou procedimentos didáticos.	
Referências Bibliográficas Básicas	
BARROS, José d'Assunção. <i>O projeto de pesquisa em História</i> . Da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis: Vozes, 2005. BURKE, Peter. <i>A escrita da História: novas perspectivas</i> . São Paulo: UNESP, 2001. PINSKY, Carla Bassanezi (org.). <i>Fontes históricas</i> . São Paulo: Contexto, 2005.	
Referências Bibliográficas Complementares	
BLOCH, Marc. <i>Apologia da história ou o ofício do historiador</i> . Rio de Janeiro: Zahar, 2002. CARDOSO, Ciro & PEREZ-BRIGNOLI, Hector. <i>Os métodos da História</i> . Rio de Janeiro: Graal, 2002. CARDOSO, Ciro & VAINFAS, Ronaldo (org.). <i>Domínios da história</i> . Rio de Janeiro: Campus, 2010. HOBBSAWM, Eric. <i>Sobre história</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 1998. RUDIO, Franz Victor. <i>Introdução ao projeto de pesquisa científica</i> . Petrópolis: Vozes, 2009.	

Identificação do Componente	
Tópicos Especiais em Teorias da História	Carga horária total: 60h
	Teórica: 60h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Estudo aprofundado de temáticas e/ou perspectivas teórico-metodológicas próprias à temática da História Moderna. Abordagem a partir de discussão e produção de trabalho de investigação científica e/ou de instrumentos didático-pedagógicos relativos às temáticas e/ou perspectivas teórico-metodológicas problematizadas.	
Referências Bibliográficas Básicas	
DOSSE, François. <i>A História a prova do tempo</i> . Da História em migalhas ao resgate do sentido. São Paulo: Editora UNESP, 2001. REVEL, Jacques (org.). <i>Jogos de Escalas</i> . Rio de Janeiro: FGV, 1998. VEYNE, Paul. <i>Como se escreve a História</i> . Lisboa: Edições 70, 1983	
Referências Bibliográficas Complementares	
BARROS D'ASSUNÇÃO, José. <i>Teoria da História</i> . 4 vls. Rio de Janeiro: Vozes, 2011. HOBBSAWM, Eric. <i>Sobre História</i> . São Paulo: Cia. das Letras, 1998. REIS, José Carlos. <i>História e teoria</i> . Historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. Rio de Janeiro, FGV, 2006. SIMIAND, François. <i>Método Histórico e Ciência Social</i> . Bauru, SP: Edusc, 2003. WHITE, Hayden. <i>Trópicos do discurso. Ensaio sobre a crítica da cultura</i> . São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.	

Identificação do Componente	
Tópicos Especiais em História da África e da Cultura Afro-brasileira	Carga horária total: 60h
	Teórica: 60h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Temáticas e perspectivas teórico-metodológicas próprias à História da África e da Cultura Afro-brasileira. Aborda a produção de trabalho de investigação científica, materiais e/ou metodologias didático-pedagógicas sobre a temática discutida para o ensino de História.	
Referências Bibliográficas Básicas	
COSTA e SILVA, Alberto. <i>A enxada e a lança: a África antes dos portugueses</i> . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. COSTA e SILVA, Alberto. <i>A manilha e o libambo: a África e a escravidão de 1500-1700</i> . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. HERNANDEZ, Leila. <i>A África na sala de aula</i> . São Paulo: Selo Negro, 2005.	
Referências Bibliográficas Complementares	
GIORDANI, Mário Curtis. <i>História da África anterior aos descobrimentos</i> . 4. Ed. Petrópolis: Vozes, 1985. HERNANDEZ, Leila. <i>A África na sala de aula</i> . São Paulo: Selo Negro, 2005. LOPES, Nei. <i>Enciclopédia Brasileira da diáspora africana</i> . São Paulo: Selo Negro, 2004. M'BOKOLO, Elikia. <i>África Negra: História e Civilizações</i> . Tomo I. São Paulo: Casa das Áfricas, 2009. M'BOKOLO, Elikia. <i>A África Negra: História e Civilizações</i> . Tomo II. São Paulo: Casa das Áfricas, 2011. MATTOS, Regiane Augusto de. <i>História e cultura afro-brasileira</i> . São Paulo: Contexto, 2007. VISENTINI, Paulo G. Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dário Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. [Orgs.]. <i>Breve História da África</i> . Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.	

Identificação do Componente	
Tópicos Especiais em História e Cultura Indígena	Carga horária total: 60h
	Teórica: 60h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Temáticas e perspectivas teórico-metodológicas próprias aos temas da História e dos estudos da Cultura Indígena no Brasil. Aborda a produção de trabalho de investigação científica, materiais e/ou metodologias didático-pedagógicas sobre a temática discutida para o ensino de História.	
Referências Bibliográficas Básicas	
CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). <i>História dos índios no Brasil</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 1992. FUNARI, Pedro Paulo & PINON, Ana. <i>A temática indígena na escola</i> . São Paulo: Contexto, 2011. GRUPIONI, Luís Donizete, SILVA, Aracy L., (org.). <i>A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus</i> – São Paulo: Global – 1998.	
Referências Bibliográficas Complementares	
ALMEIDA, Maria Regina Celestino. <i>Os índios na história do Brasil</i> . Rio de Janeiro: FGV, 2010. GRUZINSKI, Serge. <i>O pensamento mestiço</i> . São Paulo, Companhia das Letras, 2001. KERN, Arno A.; SANTOS, Maria Cristina dos; GOLIN, Tau (org.). <i>História Geral do Rio Grande do Sul - Povos Indígenas</i> . Volume 5. Passo Fundo: Méritos, 2009. MONTEIRO, John Manuel. <i>Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 1994. <i>Anos 90</i> . Revista do Programa de pós-Graduação em História/ UFRGS, IFCH. v.18, n.34. (Dossiê História Indígena na América) Porto Alegre: PPGH, dez. 2011.	

Identificação do Componente	
Tópicos Especiais em Patrimônio e Museus	Carga horária total: 60h
	Teórica: 60h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Temáticas e/ou perspectivas teórico-metodológicas próprias ao patrimônio e museus. Relação com a produção e o ensino da História. Museu como fonte e/ou objeto de pesquisa para historiadores no ensino de História. Discute e/ou produz instrumentos didático-pedagógicos relativos às temáticas e/ou perspectivas teórico-metodológicas problematizadas, para o ensino de História.	
Referências Bibliográficas Básicas	
CANCLINI, Néstor García. <i>Culturas Híbridas</i> . 4a. Ed. São Paulo: Edusp, 2008. CASTRIOTA, Leonardo Barci. <i>Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos</i> . São Paulo: Editora Annablume, 2010. POULOT, Dominique. <i>Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII – XXI: do monumento aos valores</i> . Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.	
Referências Bibliográficas Complementares	
BARLERDI, Ignacio Díaz. <i>La memoria fragmentada</i> . El museo y sus paradojas. Barcelona: Ediciones TREA, 2008. FUNARI, Pedro Paulo Abreu. PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. <i>Patrimônio histórico e cultural</i> . 2a. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009. HERNÁNDEZ, Josep Ballart; TRESSERAS, Jordi Juan i. <i>Gestión del patrimonio cultural</i> . 3a ed. Barcelona: Editorial Ariel, 2007. HOMS, Maria Immacula Pastor. <i>Pedagogía Museística</i> . Nuevas Perspectivas y Tendencias Actuales. Barcelona : Ariel Patrimônio, 2ª ed., 2002. OLIVEIRA, Lucia Lippi. <i>Cultura e Patrimônio</i> . Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.	

Identificação do Componente	
Tópicos Especiais em Patrimônio, Cultura Material e Arqueologia	Carga horária total: 60h
	Teórica: 60h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Temáticas e/ou perspectivas teórico-metodológicas próprias ao patrimônio arqueológico e a cultura material. Relação com a produção e o ensino da História. Cultura material como fonte e/ou objeto de pesquisa para arqueólogos e historiadores. Discute e/ou produz instrumentos didático-pedagógicos relativos às temáticas e/ou perspectivas teórico-metodológicas problematizadas, para o ensino de História.	
Referências Bibliográficas Básicas	
CHOAY, Françoise. <i>A alegoria do patrimônio</i> . São Paulo: UNESP e Estação Liberdade, 2006. BALLART, Josep. <i>El patrimonio histórico y arqueológico : valor y uso</i> . Barcelona : Ariel, 2007. <i>Revista Metis: História e Cultura</i> . Dossie Cultura Material. v.8, n. 16, jul/dez. 2009. Caxias do Sul: UCS, 2011. HOBSBAWN, Eric, Ranger, Terence. <i>A invenção das tradições</i> . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.	
Referências Bibliográficas Complementares	
JOHNSON, Matthew. <i>Teoría Arqueológica: una introducción</i> . Barcelona: Ariel, 2000. MURTA, Stela Maris e ALBANO, Celina (orgs). <i>Interpretar o Patrimônio: um exercício no olhar</i> . Belo Horizonte: Editora da UFMG e Território Brasilis, 2002. CURY, Isabelle (org). <i>Cartas Patrimoniais</i> . Rio de Janeiro : IPHAN, 2004. FONSECA, Maria Célia Londres. <i>Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil</i> . Rio de Janeiro : Editora da UFRJ/ MINC, IPHAN, 2005.	

Identificação do Componente	
Tópicos Especiais em Ciências Sociais	Carga horária total: 60h
	Teórica: 60h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Teorias clássicas constitutivas das Ciências Sociais. As postulações teóricas e metodológicas da sociologia, ciência política e antropologia e sua interrelação com o ensino da História. Reflexão acurada dos postulados teóricos que contribuem para o desvelamento dos problemas políticos sociais e culturais da atual crise da modernidade.	
Referências Bibliográficas Básicas	
ALTHUSSER, Louis. <i>Aparelhos Ideológicos de Estado</i> . Rio de Janeiro: Graal, 1989. FOUCAULT, M. <i>Estratégia, poder-saber</i> . Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. BAUMAN, Zygmunt - <i>Modernidade Líquida</i> . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.	
Referências Bibliográficas Complementares	
ARON, R. <i>As etapas do pensamento sociológico</i> . São Paulo: Martins Fontes, 2002. DURKHEIM, Émile. <i>A divisão do trabalho social</i> . Lisboa: Editorial Presença; São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1977. 2 v. FOUCAULT, Michel. <i>Microfísica do poder</i> . Rio de Janeiro: Graal, 1993. WEBER, Max. <i>Metodologia das ciências sociais</i> . São Paulo: Cortez; Campinas, EDUNICAMP, 1992. 2v. MAUSS, Marcel. <i>Ensaio de sociologia</i> . São Paulo: Perspectiva, 1981.	

Identificação do Componente	
Tópicos Especiais em Direitos Humanos e Cidadania	Carga horária total: 60h
	Teórica: 60h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Temáticas e/ou perspectivas teórico-metodológicas relacionadas aos Direitos Humanos e a Cidadania no ensino da História. Produção de trabalho de investigação científica e/ou de instrumentos didático-pedagógicos relativos às temáticas e/ou perspectivas teórico-metodológicas problematizadas.	
Referências Bibliográficas Básicas	
CESCON, Evaldo, NODARI, Paulo César (orgs). <i>Filosofia, ética e educação: por uma cultura da paz</i> . São Paulo: Paulinas, 2011. SANTOS, Boaventura de Souza. Uma concepção multicultural dos direitos humanos. In: <i>Lua Nova</i> . Revista de Cultura e Política, n. 39. São Paulo, CEDEC, 1997. ROSA, Maria Silveira (org). <i>Educação em Direitos Humanos: fundamentos teóricos-metodológicos</i> . João Pessoa: Editora Universitária, 2007.	
Referências Bibliográficas Complementares	
BRITO, Francisco A. & CÂMARA João B. D. <i>Democratização e gestão ambiental: em busca do desenvolvimento sustentável</i> . Petrópolis: Vozes, 2004. CAPRA, Fritjof. <i>O ponto de mutação</i> . Trad. Alvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1995. LEFF, Henrique. <i>Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder</i> . Petrópolis: Vozes, 2005. MORIN, Edgar. <i>Terra-Pátria</i> . Tradução Paulo Azevedo Neves da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2000 VAZQUEZ, Adolfo Sanches. <i>Ética</i> . São Paulo: Civilização Brasileira, 1984.	

Identificação do Componente	
Leitura e Produção Textual	Carga horária total: 60h
	Teórica: 60h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
As relações entre linguagem oral e escrita. As funções da escrita. Escrita acadêmica: resenha, resumo, fichamentos e artigos. A intertextualidade como recurso de escrita. Paráfrase, citação textual e sínteses. Planejamento da escrita. Organização e constituição das ideias do texto. Estrutura, ordenação e desenvolvimento do parágrafo. Argumentação e ritmo nas escritas acadêmicas	
Objetivos	
Fomentar o desenvolvimento de competências e habilidades relacionadas às práticas de leitura e de escrita, com vistas à qualificação do desempenho acadêmico do acadêmico e de sua atuação profissional.	
Referências Bibliográficas Básicas	
LIMA, Maria da Conceição Alves de. Textualidade e ensino. São Paulo, Ed. Unesp, 2006. FAULSTICH, Enilde L. de J. Como ler, entender e redigir um texto. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. MARCUSCHI, Luiz Antônio. Da fala para a escrita: atividades de retextualização. São Paulo, Cortez, 2001.	
Referências Bibliográficas Complementares	
FIORIN, J. L. & SAVIOLI, F. P. Para entender o texto: leitura e redação. 7. ed., São Paulo, Ática, 2000. GARCEZ, Lucília Helena do Carmo. Técnicas de redação. São Paulo: Martins Fontes, 2002. JOUVE, Vicent. A leitura. São Paulo: Editora UNESP, 2002. KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e Compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006. KÖCHE, Vanilda Salton. Et al. Prática textual: atividades de leitura e escrita. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. MACHADO, Anna Rachel et al. Planejar gêneros acadêmicos. São Paulo: Parábola editorial, 2005	

Identificação do Componente	
Educação e Meio Ambiente	Carga horária total: 60hs
	Teórica: 30hs
	Prática: 30hs
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Abordagens teóricas e práticas oriundas de diferentes áreas do conhecimento. Concepções ambientais como fatores de ordem social, cultural e política devendo sua prática influenciar os valores da sociedade. Ambiente, desenvolvimento e educação. Ética e Educação Ambiental. Relações disciplinares e a Educação Ambiental. Tendências na Educação Ambiental. Compromissos Mundiais da Educação Ambiental.	
Objetivos	
Possibilitar a construção do conhecimento em Educação Ambiental (EA), através de diversas abordagens e marcos teóricos na área, visando a efetiva participação para a inclusão da EA nos diversos projetos a serem desenvolvidos na rede escolar. Desenvolver projetos de educação ambiental, nos planos formal e não-formal. Investigar e/ou a intervir em projetos de educação ambiental e de modelos de desenvolvimento sustentado adequados às especificidades sócio-ambientais das comunidades envolvidas.	
Referências Bibliográficas Básicas	
BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Resolução nº 2 de 15 de junho 2012. Brasília: Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação, 2012. BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Ministério da Educação. Programa Nacional de Educação Ambiental. 3. ed Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. Programa Parâmetros em Ação. Meio Ambiente. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Fundamental, 2001. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: temas transversais: meio ambiente e saúde. Brasília: MEC/SEF, 1997. CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004. CORNELL, Joseph. Brincar e aprender com a natureza. Guia de atividades infantis para pais e monitores. COELHO, Maria de Lurdes. Consumo e espaços pedagógicos. São Paulo: Cortez, 1996. DIAS, Genebaldo Freire. Educação Ambiental: princípios e práticas. 9 ed. São Paulo: Gaia, 2007. GRÜN, Mauro. Em busca da dimensão ética da educação ambiental. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2007.	

PENTEADO, Heloísa Dupas. Meio Ambiente e a formação de professores. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010

Referências Bibliográficas Complementares

BRASIL. Ministério da Educação. Ministério do Meio Ambiente. Formando COM-VIDA: construindo uma Agenda 21 na escola. Brasília: MEC, Coordenação Geral de Educação Ambiental, 2004

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Parâmetros em Ação, meio ambiente na escola: bibliografia e sites comentados. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC; SEF. 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: ciências naturais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. Educação ambiental: projeto de divulgação de informações sobre educação ambiental. Brasília: MEC/SEF, 1991.

CASCINO, Fábio; JACOBI, Pedro; OLIVEIRA, José Flávio. Educação, Meio Ambiente e Cidadania: reflexões e experiências. São Paulo: SEMA/CEAM, 1998. 122 p.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Em direção ao mundo da vida: interdisciplinaridade e educação ambiental. Brasília: IPE, 1998. 102p. (Cadernos de Educação Ambiental, 2)

DIAS, G. F. Atividades interdisciplinares em EA. São Paulo: Ed. Global, 1994.

IBAMA. Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas / UNESCO. Brasília: Ed. IBAMA, 1999. 118 p.

RODRIGUES, Vera Regina (coord.). Muda o mundo Raimundo: Educação Ambiental no ensino básico do Brasil. Brasília: WWF/FNMA/MEC, 1997. 188p.

SATO, Michèle. *Debatendo os desafios da educação ambiental*. In Revista Eletrônica de Mestrado em Educação Ambiental. Rio Grande: FURG, 2001, R14-R33p. Disponível em: <http://www.sf.dfis.furg.br/mea/remea/index.htm>

ZEPPONE, Rosimeire M.O. Educação Ambiental: teorias e práticas escolares. Araraquara: JM Ed., 1999. 150 p.

Identificação do Componente

Linguagens e Cotidiano de Fronteira

Carga horária total: 60h

Teórica: 60h

Prática:

Prática como Componente Curricular:

Ementa

Cotidiano e a problemática das identidades culturais em contextos de fronteira em suas múltiplas linguagens de expressão. Conceitos de cotidiano, fronteira, identidade e cultura na análise e interpretação de linguagens.

Objetivos

Discutir, a partir do contexto local, o cotidiano e as múltiplas linguagens manifestas no espaço de fronteira, como por exemplo: arquitetura, música, culinária, língua e cultura material e imaterial em geral.

Referências Bibliográficas Básicas

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 3ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura - Um Conceito Antropológico*. Rio de Janeiro: JORGE ZAHAR, 2002.

Referências Bibliográficas Complementares

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista e Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

BURKE, Peter. *Hibridismo Cultural*. São Leopoldo: editora Unisinos, 2006.

CANLINCINI, Nelson G. *Culturas híbridas*. São Paulo: EDUSP, 2006.

CERTAU, Michel de; GIARD, Luce e MAYOL, Pierre (orgs). *A invenção do cotidiano*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org). *Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes. 2000.

Identificação do Componente	
Tópicos Especiais em Ensino de História	Carga horária total: 60h
	Teórica: 60h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Temáticas e/ou perspectivas teórico-metodológicas contemporâneas referentes ao Ensino de História e a formação docente. Aborda a produção de trabalho de investigação científica e de material didáticos pedagógicos pertinentes ao ensino de história em espaços escolares e não escolares.	
Referências Bibliográficas Básicas	
ARIAS NETO, J. M. (org.) <i>Dez anos de Pesquisa em Ensino de História</i> . Londrina: Atritoart, 2005. FONSECA, Selva Guimarães. <i>Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados</i> . Campinas, SP: Papyrus, 2003. LAMBERT, Peter e PHILLIPP, Schofield. <i>História – Introdução ao ensino e a prática</i> . São Paulo: ARTMED, 2011.	
Referências Bibliográficas Complementares	
CERRI, Luiz Fernando. Didática de História: uma leitura teórica sobre a História na prática. <i>Revista de História Regional</i> . Ponta Grossa: UEPG, 2010. BARBOZA, Tatiana Machado. O registro fotográfico e o ensino de História In: <i>Ensino de História: formação de professores e cotidiano escolar</i> . Porto Alegre: EST, 2002. FRAGA, Hilda Jaqueline de. Percursos docentes em lugares de memória In: <i>Ensino de História no Cone Sul: patrimônio cultural, territórios e fronteiras</i> . Porto Alegre: Evangraf, 2012. GANDIN, D. & CRUZ, C.C. <i>Planejamento na sala de aula</i> . Porto Alegre: Editora UFRGS, 1995. NAPOLITANO, Marcos. <i>Como usar o cinema na sala de aula</i> . São Paulo: Editora Contexto, 2009.	

Identificação do Componente	
Educação para o Patrimônio	Carga horária total: 60h
	Teórica: 60h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Patrimônio numa perspectiva histórica. Novas definições e abordagens apresentadas pelo campo do patrimônio na contemporaneidade. Análise e reflexão das políticas culturais de preservação do patrimônio no Brasil. Meios de difusão, apropriação e usos sociais do patrimônio. Educação patrimonial enquanto metodologia para o ensino de História em espaços escolares e não escolares.	
Objetivos	
Analisar e construir propostas de educação para o patrimônio contemplando os bens culturais, fontes e registros documentais individuais e coletivos. Viabilizar a apropriação de conceitos, conteúdos e metodologias para a elaboração coletiva de aprendizagens significativas e interdisciplinares envolvendo os campos do ensino de história e do patrimônio histórico e cultural.	
Referências Bibliográficas Básicas	
FUNARI, Pedro P. e PELEGRINI, Sandra C. A. <i>Políticas patrimoniais no Brasil: impasses e realizações</i> . Histórico Cultural, Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2006, p.43 a 60. FRAGA, Hilda Jaqueline de, TRINTADE, Tatiana. <i>Retalhos de memória: uma experiência de educação patrimonial comunitária</i> In: <i>Anais da XVI Jornada de Ensino de História e Educação e IX Seminário de Estudos Históricos: políticas públicas e desafios para o ensino de história</i> , São Leopoldo, 2010. HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Fundamentos da educação patrimonial In: <i>Ciências & Letras</i> . Revista da faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras. Porto Alegre: FAPA, n.27, jan/jun, 2000, p. 25-35.	

Referências Bibliográficas Complementares

- FRAGA, Hilda Jaqueline de. Percursos docentes em lugares de memória In: *Ensino de História no Cone Sul: patrimônio cultural, territórios e fronteiras*. Porto Alegre: Evangraf, 2012.
- FRAGA, Hilda Jaqueline de. A cidade como documento no ensino de história. In: POSSAMAI, Zita Rosane (org). *Leituras da Cidade*. Porto Alegre, Evangraf, 2010.
- POSSAMAI, Zita. O patrimônio em construção e o conhecimento histórico. In: *Ciências & Letras*. Revista da faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras. Porto Alegre: FAPA, n.27, jan/jun, 2000, p. 13-24.
- SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: *Memória e Patrimônio: Ensaio contemporâneos*, Rio de Janeiro, Ed: DP&A, 2003.

Identificação do Componente

Ensino de História na Educação de Jovens e Adultos (EJA)	Carga horária total: 60hs
	Teórica: 60h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:

Ementa

Docência, processo de ensino-aprendizagem e a construção do conhecimento histórico na educação de jovens e adultos. Temáticas e perspectivas teórico-metodológicas. Elaboração de atividades didático-pedagógicas pertinentes ao ensino de história nessa modalidade.

Objetivos

Propiciar a discussão e a reflexão docente sobre as especificidades do ensino-aprendizagem na educação de jovens e adultos. Possibilitar o estudo de temáticas e perspectivas teórico metodológicas de ensino de história nessa modalidade. Elaborar estratégias de ensino e atividades didático - pedagógicas voltadas para o exercício da docência.

Referências Bibliográficas Básicas

- BITTENCOURT, Circe. Apresentação. In: *O saber Histórico na Sala de Aula*. São Paulo: Contexto, 2002.
- _____. Capitalismo e Cidadania nas atuais propostas curriculares de História. In: *O saber Histórico na Sala de Aula*. São Paulo: Contexto, 2002.
- PINTO, Álvaro Vieira. *Sete lições sobre educação de adultos*. São Paulo: Cortez 1997.
- FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados*. São Paulo: Papirus, 2003.

Referências Bibliográficas Complementares

- BEZERRA, Holien G. Ensino de História: Conceitos e Conteúdos Básicos. In: KARNAL, Leandro (org.) *História na Sala de Aula: Conceitos, Práticas e Propostas*. São Paulo: Contextos, 2005.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GADOTTI, Moacir, ROMÃO, José E. (orgs). *Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta*. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2007. – (Guia da escola cidadã; v.5).
- ROMÃO, José Eustáquio. Educação de Jovens e adultos – cenário e perspectiva. *Cadernos de EJA*, n5. São Paulo: IPF, 1999.
- YAMASAKI, Alice Akemi. Educação de Jovens e adultos – uma perspectiva freiriana. *Cadernos de EJA*, n2, São Paulo: IPF, 1999.

Identificação do Componente	
Tecnologias da Informação e da Comunicação Aplicadas ao Ensino	Carga horária total: 60h
	Teórica: 60h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
As novas tecnologias da comunicação e informação e suas aplicações na educação. Relação comunicação e educação na sociedade contemporânea. A influência das novas tecnologias nos processos escolares. Integração das tecnologias digitais às práticas docentes.	
Objetivos	
Estudar os processos pedagógicos das tecnologias digitais e suas implicações/relações no que diz respeito ao ensino e aprendizagem escolar. Instrumentalizar os alunos no uso das TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação para mediar suas atividades cotidianas, contribuindo à sua formação. Provocar a produção de materiais educacionais digitais, observando o critério de acessibilidade (design universal).	
Referências Bibliográficas Básicas	
FERNANDES, Natal Lania Roque. <i>Professores e Computadores: navegar é preciso!</i> Porto Alegre: Mediação, 2004. LEVY, Pierre. <i>A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço.</i> São Paulo : Loyola, 2010. MOURA, Leonardo. <i>Como escrever na rede: manual de conteúdo e redação para internet.</i> Rio de Janeiro: Record, 2002.	
Referências Bibliográficas Complementares	
ASSMANN, Hugo. <i>Redes digitais e metamorfose do aprender.</i> Rio de Janeiro: Vozes, 2005. SILVA, Ezequiel Theodoro (Coord.). <i>A leitura nos oceanos da internet.</i> São Paulo: Cortez, 2003. LEMONS, Andre. <i>Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea.</i> Porto Alegre: Sulina, 2010. LEVY, Pierre. <i>Cibercultura.</i> São Paulo: Editora 34, 1999. RECUERO, Raquel. <i>Redes Sociais na Internet.</i> Porto Alegre: Sulina, 2009. SEGARAN, Toby. <i>Programando a inteligência coletiva: desenvolvendo aplicativos web 2.0 inteligentes.</i> Rio de Janeiro: Alta Books, 2008.	

Identificação do Componente	
Profissão e Trabalho Docente	Carga horária total: 60h
	Teórica: 60h
	Prática:
	Prática como Componente Curricular:
Ementa	
Estudo da constituição histórica do trabalho e da profissão docente, desde seus aspectos pedagógicos, políticos, culturais e econômicos. Contribuições de diferentes abordagens teóricas que discutem o trabalho e a profissão docente em suas especificidades e particularidades.	
Objetivos	
Compreender aspectos sociais, políticos, culturais e econômicos implicados na história da profissão e no exercício da docência. Identificar aspectos que caracterizaram a história da Escola Normal no mundo e no Brasil, bem como conhecimentos decorrentes de estudos que analisam a categoria gênero como elemento fundamental para a compreensão do trabalho docente. Reconhecer e analisar as diferentes fontes dos saberes presentes na prática docente e sua tradução na organização do trabalho na escola e na formulação de projetos que visam à qualificação das práticas docentes.	
Referências Bibliográficas Básicas	
COSTA, Marisa Vorraber (Org.). <i>O Magistério na política cultural.</i> Canoas: Editora da ULBRA, 2006. TARDIF, Maurice e LESSARD, Claude (Orgs.). <i>O Ofício de Professor. Histórias, perspectivas e desafios internacionais.</i> Petrópolis:	

Voices, 2008.

PIMENTA, Selma Garrido, (Org). Saberes Pedagógicos e Atividade Docente. São Paulo: Cortez, 2002.

Referências Bibliográficas Complementares

SALCIDES, Arlete. Possíveis conexões entre a identidade docente e a história política dos sexos nas sociedades ocidentais. *Revista Aletheia – Logos Psicologia*, N.11. 1º Semestre, 2001. Canoas: Editora da ULBRA.

SALCIDES, Arlete. Professoras no show da vida – a docência como ato de cidadania. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). *O Magistério na política cultural*. Canoas: Editora da ULBRA, 2006.

TARDIF, M. *Saberes Docentes e Formação Profissional*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

TARDIF, Maurice e LESSARD, Claude (Orgs.). *O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

Identificação do Componente

Cartografia como Recurso Didático

Carga horária total: 60h

Teórica: 60h

Prática:

Prática como Componente Curricular:

Ementa

A trajetória da ciência cartográfica e sua importância para os estudos de História e demais Ciências Humanas. A linguagem cartográfica e os seus significados. Os mapas históricos e as representações dos dados da realidade: passado e presente.

Objetivos

Reconhecer a importância da Cartografia no Ensino da História e demais Ciências Humanas. Analisar e entender o significado da espacialidade produzida e vivenciada pela sociedade à luz dos diferentes momentos históricos e como condição para o alcance da cidadania. Elaborar estratégias de Ensino a partir da linguagem cartográfica.

Referências Bibliográficas Básicas

ALMEIDA, Rosângela Doin. (Org.) Cartografia Escolar. São Paulo: Contexto, 2012.

FITZ, Paulo Roberto. Cartografia Básica. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.

NOGUEIRA, Ruth E. Cartografia: representação, comunicação e visualização de dados espaciais. Florianópolis: Ed.UFSC, 2009.

Referências Bibliográficas Complementares

AGUIRRE, Argentino Jose. Introdução a cartografia. Santa Maria: Ed. UFSM, 2007.

ALMEIDA, Rosângela Doin. Do desenho ao mapa: iniciação cartográfica na escola. São Paulo: Contexto, 2004.

DUARTE, Paulo Araújo. Fundamentos da Cartografia. Florianópolis: Ed.UFSC, 2008.

FERNAND, Joly. A cartografia. Campinas: Papirus, 2011.

LACOSTE, Yves. A geografia: isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 2010.

2.8. Flexibilização curricular

Considerando-se a necessidade de permitir ao discente a conciliação de um saber com base na autonomia, é necessário que o (a) acadêmico curse 360 (trezentas e setenta) horas de componentes curriculares complementares de graduação, dentro do conjunto total das horas de integralização de seu currículo. Estes componentes curriculares podem ser escolhidos dentro de um conjunto de tópicos especiais e outros componentes curriculares derivados dos eixos integradores que formam a matriz curricular do Curso, e seus respectivos núcleos. Destaca-se que a organização do Curso em eixos integradores organizados em núcleos temáticos e/ou conceituais fomenta, de uma maneira ou outra, a flexibilização curricular, na medida em que busca oferecer uma formação profissional interdisciplinar e atenta às necessidades do contexto social de ação do Curso. Além disso, o(a) acadêmico(a) pode optar, caso haja possibilidade – em concordância com a justificativa do Curso e o perfil do egresso – por cursar componentes ofertados em outras unidades universitárias da Universidade Federal do Pampa ou em outra instituição de ensino superior devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação.

Em relação às atividades acadêmicas não presenciais realizadas no curso, considerando a Portaria nº 4.059/2004, as mesmas não devem ultrapassar 20% da carga horária total do curso. Dentro disso o Curso de História propõe seguintes atividades complementares:

- a) Atividades ou Componentes Curriculares cursadas em outras instituições ou em outros cursos, que poderão ser aproveitadas no currículo como CCCG's ou ACG's.
- b) Atividades a distância desde que as mesmas sejam oferecidas por órgãos ou instituições reconhecidas.
- c) Estágios voluntários que constituem uma modalidade de atividade acadêmica que tem sido estimulada desde que em consonância com a Lei 11.788 de 25 de setembro 2008 que regulamenta a realização de estágios voluntários.
- d) Atividades de pesquisa, ensino e extensão que são desenvolvidas pelo curso História - Licenciatura.
- e) Oferta dos componentes curriculares complementares distribuídos na proposta de integralização curricular sem a necessidade de pré e/ou co-requisitos.

Paralelamente, as atividades complementares de graduação (ACG) também provêm a flexibilização curricular e uma dinâmica formação profissional. O Curso busca promover, a partir dos projetos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos, oportunidades de realização de ACG. Da mesma forma, os projetos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos no Curso fomentam a flexibilização curricular na formação dos licenciados em História. O Curso de História - Licenciatura ainda possibilita a flexibilização da formação do (a) futuro professor (a) na execução e no fomento à participação em Programas de Iniciação à Docência (PIBID) e Programas de Educação Tutorial (PET).

Buscando proporcionar as atividades complementares (ACG), o Curso de Licenciatura em História conta uma série de recursos, tais como a sala de webconferências, sistema moodle, biblioteca com acesso digital, laboratórios, sala de informática, disponibilidade de veículos e um auditório.

O Curso assegura o mínimo de 10% da sua carga horária em programas e projetos de extensão, os quais poderão estar vinculados aos componentes curriculares, incluindo-se nesse percentual as atividades complementares de graduação na modalidade extensão, em consonância com a estratégia 12.7 do PNE.

3. RECURSOS

3.1. Corpo Docente

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional, em termos gerais, o perfil docente desejado para atuar no Curso de História - Licenciatura deve preconizar o conhecimento enquanto elemento relevante para a vida social e pública, oportunizando a formação de professores críticos e intelectualmente autônomos. Em sua prática, o docente deve primar pelo desenvolvimento de ações pedagógicas inovadoras e concatenadas com o contexto social, econômico, educacional e político regional, agregando a interação coletiva e a mobilização dos diferentes saberes como pressupostos epistemológicos para a produção do conhecimento, para que, em última instância, este aja simultaneamente sobre as necessidades locais e globais nas quais a comunidade se encontre. Na superação dos modelos de aula convencionais, o docente deve articular o ensino, a pesquisa e a extensão como bases da formação acadêmica e referenciais para os professores em formação, a partir das particularidades dos envolvidos, para que o egresso torne-se finalmente um cidadão participativo, crítico e responsável, ciente da necessidade de uma vivência social sustentável e desejoso de uma formação continuada. Para que, desta maneira, o conhecimento científico pautado na excelência acadêmica, assim como na ética e no compromisso com os interesses públicos, possa ser posteriormente reatualizado pelo docente e o egresso nas atividades de graduação e pós-graduação.

Destaca-se ainda que o corpo docente da UNIPAMPA encontra suporte pedagógico junto à Pró-Reitoria de Graduação, por meio da Coordenadoria de Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação da Prograd e pelo Gabinete do Vice-Reitor, por meio da Divisão de Formação e Qualificação/PROGRAD e do Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE) em cada Campus.

No que tange às especificidades do corpo docente do Curso de História - Licenciatura, atualmente estas concentram-se nas seguintes áreas: História das Sociedades do Mediterrâneo Antigo e Medieval, Arqueologia, Sociologia, História da América, História do Brasil, História da África e Cultura Afro-brasileira, Ensino de História, Patrimônio e Tecnologias da Informação e da Comunicação Aplicadas a Educação, dentre outras. O Curso, além de docentes com formação em História, conta com professores colaboradores (lotados em outros cursos da instituição), conforme se pode observar na tabela que segue abaixo.

Tabela 12. Corpo Docente do Curso de História-Licenciatura.

Docente	Titulação	Área da titulação	Área de Atuação no Curso
Arlete Maria Feijó Salcides (Colaboradora)	Doutora	Educação	Políticas Públicas em Educação. Graduação em Pedagogia; Doutorado em Educação; 17 anos de docência no ensino superior
Caiuá Cardoso Al-Alam	Doutor	História	História do Brasil Graduação em História; Doutorado em História; 6 anos de docência no ensino superior
Cássia Daiane Macedo Silveira	Doutora	História	História do Brasil Graduação em História; Doutorado em História; 2 anos de docência no ensino superior
Edison Bisso Cruxen	Doutor	História	História Medieval Graduação em História; Doutorado em História; 9 anos docência no ensino superior.
Günter Tlajja Leipnitz	Doutor	História	História da América Graduação em História; Doutorado em História; 6 anos de docência no ensino superior.
Jônatas Marques Caratti	Mestre	História	História do Rio Grande do Sul Graduação em História; Mestre em História; 3 anos de docência no ensino superior.
Letícia de Faria Ferreira	Doutora	Ciências Sociais	História Indígena e História da África. Graduação em História; Doutorado em Ciências Sociais. 6 anos de docência no ensino superior.
Rafael da Costa Campos	Doutor	História	História Antiga e Moderna Graduação em História; Doutorado em História; 8 anos de docência no ensino superior.
Renata Dal Sasso Freitas	Doutora	História	Teorias da História Graduação em História; Doutorado em História; 1 ano de docência no ensino superior.
Vágner Silva Cunha	Mestre	Política Social	Sociologia, Antropologia e Direitos Humanos Graduação em Ciências Sociais; Mestrado em Política Social; 4 anos de docência no ensino superior.

3.2. Corpo Discente

A Comissão de Curso de História - Licenciatura busca a promoção de atividades de ensino, pesquisa e extensão como forma de permitir uma vivência acadêmica mais integrada e interativa. Os laboratórios de curso promovem periodicamente atividades vinculadas a projetos de pesquisa e extensão coordenados por seus docentes, bem como atualmente três membros do corpo docente são responsáveis por um programa PET (Programa de Educação Tutorial) em História da África, e dois PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência), em Educação Patrimonial e Ensino de História. Na instituição o discente encontra ainda outros programas, como o LIFE (Laboratório Interdisciplinar de Formação de Professores), Programa Novos Talentos, OBEDUC (Programa Observatório da Educação). Uma boa parte dos discentes conta com bolsas Plano de permanência (PP) e de instalação estudantil (PBI), com suporte do NuDE (Núcleo de Desenvolvimento Educacional), Divisão de Formação e Qualificação/PROGRAD e o NInA (Núcleo de Inclusão e Acessibilidade). Espera-se que, com o doutoramento dos demais docentes do Curso, e com a ampliação da oferta de editais de fomento, que haja significativa ampliação de discentes bolsistas em projetos de ensino, pesquisa e extensão. A instituição conta ainda com o PDA (Programa de Desenvolvimento Acadêmico - Resolução nº 84/2014) que consiste na concessão de bolsas para estudantes selecionados para realizarem atividades de formação acadêmica nas modalidades de ensino, pesquisa e extensão.

A Divisão de Formação e Qualificação, vinculada à Pró-reitoria de Graduação, está descentralizada em cada campus pelo Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE), ligada à Coordenação Acadêmica. O NuDE, através de um conjunto de ações, também presta atendimento aos discentes, auxiliando-os na sua permanência e êxito nos estudos, procurando propiciar uma formação acadêmica de qualidade, sendo que para isto, os mesmos possam superar as dificuldades de aprendizagem procedente do ensino médio, bem como outras dificuldades que podem ser das mais variadas naturezas.

3.3 Infraestrutura

O prédio do campus Jaguarão da Universidade Federal do Pampa possui área física de 5.626,53 m², com 16 salas de aula divididas pelos cinco cursos de graduação. O prédio também conta com um auditório com capacidade para cerca de 250 pessoas, uma sala coletiva de trabalho para os docentes de cada curso e uma sala coletiva para as coordenações de cursos. Além disso, o prédio do Campus Jaguarão possui outros espaços físicos, como: a biblioteca (com acervo catalogado até o momento em 27.800 exemplares); sala de reuniões com equipamento de videoconferência; sala de apoio pedagógico (NuDE – Núcleo de Desenvolvimento Educacional) que conta com Assistente Social, Técnico em Assuntos Educacionais e Pedagoga; secretaria acadêmica que concentra os serviços de registro acadêmico, encaminhamentos dos cursos de graduação e demais atividades relacionadas ao corpo discente; sala de coordenação acadêmica; salas administrativas; laboratório de informática; copa para servidores e funcionários terceirizados; salas para laboratórios de cursos.

Observa-se ainda que o prédio conta com rampa de acesso à entrada principal, bem como um elevador que, em breve, estará em funcionamento, visando acessibilidade de portadores de necessidades especiais a todos os andares. A infraestrutura referente aos laboratórios, por sua vez, será implementada com a instalação de divisórias, mobiliário e equipamentos que encontram-se em fase de compras. Atualmente, os laboratórios do curso compartilham uma ampla sala que, como apontado, receberá divisórias com o objetivo de qualificar os espaços institucionais e as condições de trabalho na pesquisa, na extensão e nos processos de ensino e aprendizagem. Atualmente o Laboratório desenvolve suas atividades sob a responsabilidade de dois Técnicos que estão ligados ao Curso de História, a Arqueóloga Sara Teixeira Munaretto (Mestre) e o Museólogo Lucas Morates (Mestre).

3.3.1 Laboratórios

Com o objetivo de desenvolver práticas acadêmicas articuladoras do ensino, da pesquisa e da extensão, torna-se necessário a instalação de espaços laboratoriais que possibilitem a formação de Licenciados(as) em História para além do espaço da sala de aula. Neste sentido, o Curso de História - Licenciatura da UNIPAMPA conta com uma estrutura de laboratórios que se encontram em fase de instalação, com locação no andar térreo do prédio do campus Jaguarão, em salas devidamente equipadas, respeitando a natureza das atividades e das temáticas desenvolvidas em cada um dos espaços, bem como o perfil do público usuário dos espaços. Tais espaços têm como foco, além do desenvolvimento da pesquisa e de ações extensionistas, a emergência de práticas pedagógicas relacionadas aos componentes curriculares ministradas no Curso. Portanto, antes de tudo, trata-se de espaços de ensino, na formação de professores e professoras de história. Além dos laboratórios que seguem descritos abaixo, os discentes do Curso de História - Licenciatura pode contar com os laboratórios de informática do campus, citados no item anterior. Trata-se de espaços de uso coletivo, composto por modernos computadores com acesso à internet e o atendimento de monitoria para eventuais auxílios necessários.

1. **Laboratório de Cultura Material e Arqueologia (LACUMA)** – o Laboratório de Cultura Material e Arqueologia da UNIPAMPA pretende o desenvolvimento de projetos de pesquisa, ensino e extensão que visem contribuir à formação de profissionais sensibilizados aos trabalhos que envolvam o patrimônio arqueológico, bem como em diferentes aspectos do trabalho a partir da cultura material. Visa, portanto, promover ações e debates que contribuam na significação e no reconhecimento dos patrimônios arqueológicos e no desenvolvimento de políticas públicas para a valorização e manutenção do patrimônio material, sem, é claro, deixar de observar e debater sua esfera simbólica e relação com o patrimônio imaterial, memórias e históricas locais e regionais. A formação de novos educadores e educadoras de ações e políticas, como citados anteriormente, desenvolver-se-ão através da implementação de projetos de pesquisa em arqueologia e da cultura material de diferentes períodos e contextos históricos que fomentam e são fomentados por ações extensionistas e práticas educativas.
2. **Laboratório de Pesquisa em Ensino de História(LAPEH)** – o Laboratório de Pesquisa em Ensino de História orienta-se por uma visão de que prática educativa deva ser objeto permanente

de reflexão, em todos os âmbitos, sendo assim complementada pela pesquisa, que por sua vez, não pode prescindir de sua divulgação e problematização para cumprir seu sentido. Assim, o LAPEH vem ao encontro das necessidades próprias à boa formação dos profissionais que serão graduados pelo Curso de História - Licenciatura da UNIPAMPA, sejam na qualidade de educadores ou pesquisadores. Ele dialoga com a prática educativa não apenas no âmbito tradicional da docência de História pensada no espaço formal da sala de aula, mas igualmente com as dimensões "não-formais", principalmente com a área da educação patrimonial. Tem como principais objetivos qualificar a formação de educadores e educadoras ligados ao ensino de História e promover pesquisas que investigam temáticas e objetos relacionados ao mesmo.

3. **Laboratório de História Social e Política(LAHISP)** – o Laboratório de História Social e Política tem como objetivo, formar e qualificar pesquisadores na área da História Social e Política, assim como promover pesquisas na mesma temática. Na UNIPAMPA, tal laboratório que contemple estes temas de pesquisa em História, possibilita além de um diálogo com a produção acadêmica na área de pesquisa nacional e internacional, a viabilização de novos trabalhos que levem em conta a formação social e política da região. Tais contribuições, incorporadas em projetos de pesquisa e extensão, podem ser úteis para que a população reflita sobre o passado e presente da localidade, reconhecendo as continuidades, as permanências, assim como as mudanças, relativas ao mundo social e sua organização.
4. **Laboratório de Estudos de História Antiga e Medieval - Núcleo de Estudos sobre Antiguidade e Núcleo de Estudos sobre o Medievo (LEHAM/NEA-NEM)** – Este laboratório tem o propósito de estimular a pesquisa, ensino e a extensão sobre o Mundo Antigo e Medieval. Apesar de uma ideia de distanciamento e excentricidade, os reflexos sobre a tradição cultural clássica e as sociedades pré-industriais ainda é extremamente relevante e fértil para a compreensão do desenvolvimento da sociedade contemporânea, fato manifestado pelas recepções que a Modernidade e a Contemporaneidade possuem da Antiguidade e do Medievo. Assim, o objetivo principal das atividades tem como foco a retomada do gosto por estes elementos históricos e culturais, bem como a abreviação de um equivocado distanciamento conferido ao estudo destas sociedades, ricas evidências para a compreensão de nosso tempo presente. O Laboratório visa também incentivar o gosto dos discentes pela investigação histórica, direcionando leituras e pesquisas que constituam futuros Trabalhos de Conclusão de Curso relacionados a Antiguidade e Medievo.
5. **Laboratório de Estudos do Mundo Árabe e Islamismo(LEMAI)** – Este Laboratório objetiva possibilitar debates e reflexões que conduzam a desconstrução de preconceitos sobre a História e Cultura árabe e sobre o islamismo; apresentando fundamentos para a percepção da complexidade e variedade política, religiosa e cultural do “mundo árabe” através da História, rompendo a visão monobloco, simplista e generalista fomentada nas mídias ocidentais. Objetiva-se ainda o estímulo a pesquisa, onde os integrantes do Laboratório serão incentivados e orientados a escolherem temas específicos para a produção de textos e artigos, prevendo a condução dessas experiências à construção de possíveis Trabalhos de Conclusão de Curso.

4. AVALIAÇÃO

4.1. Avaliação Institucional pela Comissão Própria de Avaliação (CPA)

Na Universidade Federal do Pampa, os procedimentos de avaliação institucional são coordenados a partir da Comissão Própria de Avaliação (CPA), cuja principal função é:

a condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP conforme a lei do SINAES (10.861/2004) A Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal do Pampa – CPA/UNIPAMPA – é um órgão colegiado permanente constituído pela Portaria nº 697, de 26 de março de 2010, que assegura a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada.⁷⁰

A Comissão Própria de Avaliação efetiva seus trabalhos por meio de dois órgãos: a Comissão Central de Avaliação (CCA) e os Comitês Locais de Avaliação (CLA). Entre outras atribuições, compete à Comissão Central de Avaliação:

- I. Elaborar o Projeto de Autoavaliação Institucional em articulação com a comunidade acadêmica, com a Administração e com os conselhos superiores;
- II. Promover a cultura avaliativa no âmbito institucional, de acordo com o Projeto Institucional, o Estatuto, o Regimento Geral e os demais documentos oficiais da Instituição;
- III. Coordenar os procedimentos de construção, implantação e implementação da autoavaliação;
- IV. Acompanhar e orientar o processo de avaliação nas unidades acadêmicas e administrativas.⁷¹

Já às Comissões Locais de Avaliação, organizadas a partir de cada *campus*, cabe:

- I. Sensibilizar a comunidade acadêmica do respectivo Campus para os processos de avaliação institucional;
- II. Desenvolver o processo de autoavaliação no Campus, conforme o projeto de autoavaliação da Universidade e orientações da Comissão Central de Avaliação;
- III. Organizar reuniões sistemáticas para desenvolver suas atividades;
- IV. Sistematizar e prestar as informações solicitadas pela Comissão Central de Avaliação.⁷²

Todos estes órgãos são constituídos por membros das três categorias que compõem a comunidade universitária (discentes, docentes e técnico-administrativos) juntamente com representantes da sociedade civil. O trabalho dos órgãos vinculados à avaliação institucional se concretiza através da realização de atividades de diagnósticos junto aos cursos, seminários de discussão e relatórios, buscando a participação direta da comunidade universitária.

⁷⁰ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Elementos do Projeto Político Pedagógico do Curso, 2011, p. 14.

⁷¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Comissão Central de Avaliação. Disponível em: <http://porteiros.r.UNIPAMPA.edu.br/portais/cpa/comissao-central-de-avaliacao/>. Acesso em 13 de janeiro de 2012.

⁷² Idem.

4.2. Autoavaliação do Curso

Tão importante quanto a avaliação institucional, que dispõe de mecanismos próprios para sua execução, a avaliação e autoavaliação do curso contribui para diagnosticar e servir de mecanismo para assegurar melhorias. As reuniões da Comissão de Curso e do NDE sempre congregam momentos de autoavaliação na medida em que discutem constantemente as práticas pedagógicas, sendo esta a primeira instância de avaliação.

Porém, para qualificar e sistematizar a autoavaliação, além dos elementos discutidos nas reuniões citadas acima, aplica-se aos discentes, anualmente, um instrumento de avaliação (questionário) do Curso, bem como um questionário de autoavaliação discente em relação aos desempenhos e envolvimento acadêmicos. Este questionário é organizado pela Comissão de Curso e forma a base para a autoavaliação anual. Os dados coletados com os questionários serão tabulados por uma subcomissão formada na Comissão de Curso e, em reunião que terá a autoavaliação como ponto único de pauta, a Comissão de Curso e o NDE analisarão os dados e encaminharão estratégias de qualificação e superação de dificuldades.

A autoavaliação, entretanto, além de aspectos específicos ao curso, considerando suas especificidades, aborda, igualmente, os elementos avaliativos propostos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a saber: condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica (Lei 10.861/2004).

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), por sua vez, também configura um instrumento de autoavaliação. Seus indicadores e resultados atentam ao desempenho geral do Curso e alertam para a elaboração de ações de qualificação a serem implementadas.

Utilizar-se-á, também, como instrumento de avaliação, as autoavaliações implementadas em projetos de extensão, de ensino e de pesquisa. Incluindo nestes os programas PIBIDIs, PETs, etc. A proposta é que sejam formulados questionários para esta finalidade, a partir de cada grupo atuante nos projetos, considerando elementos avaliativos básicos e necessários para autoavaliação das ações do Curso.

Estas avaliações fornecem subsídios para um diagnóstico completo e contínuo de um Curso que busca, constantemente, sua qualificação.

4.3. Acompanhamento dos egressos

Com base no perfil do egresso proposto neste documento (item 2.1.3.), considerando todas as possíveis áreas de atuação, desde a docência na Educação Básica até atuação em instituições de ensino públicas e privadas de educação fundamental e média, órgãos públicos, privados e organizações não governamentais ligadas à ciências, educação e cultura. Outros espaços também são campos de atuação do egresso, como no planejamento, organização, implantação e direção de serviços de pesquisa histórica, assessoramento voltado à avaliação e

seleção de documentos para fins de preservação (Projeto de Lei do Senado 368/09), instituições culturais, como bibliotecas e museus, consultorias históricas, entre outros, a forma proposta de acompanhamento poderá ocorrer por meio de um banco de contatos com estes egressos e envio trienal de questionários via internet solicitando informações sobre suas situações profissionais e interesses de formação continuada. Também através do acompanhamento de suas contribuições e participações em atividades e eventos promovidos pelo curso, tais como semana acadêmica, aula magna etc. Assim se poderá planejar atividades que contemplem os egressos e os reaproximem da Universidade, incentivando a formação continuada e a constante qualificação profissional. Conta-se também programas institucionais como o Programa de Acompanhamento do Egresso (PAE) desenvolvido pela Divisão de Avaliação e Regulação/PROGRAD.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, José Lindomar C. As identidades fronteiriças. In: *A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai*. São Paulo: Fapesp/Annablume, 2007.
- BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BLOCH, Marc. *Apologiadahistória*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002.
- BOCCARA, Guillaume. Relectura de los procesos coloniales de etnogenesis, etnificación y mestizaje em tiempos de globalización. In: *Mundos em lãs fronteras del Nuevo Mundo*. Disponível em: www.cerna.com.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Nota Técnica. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb*. Disponível em http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/o_que_e_o_ideb/Nota_Tecnica_n1_concepcaoIDEB.pdf. Acesso em 06 de agosto de 2012.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Indicadores demográficos e educacionais. Jaguarão*. Tabela 3. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. Disponível em <http://ide.mec.gov.br/novo/relatorio/municipios/coibge/4311007>. Acesso em 06 de agosto de 2012.
- CNE. *Parecer CNE/CES 492/2001*, referente às Diretrizes Curriculares dos Cursos de História. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acessado em abril de 2012.
- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO. FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *Idese – PIB Municipal Série História 1999-2009*. Disponível em: http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_pib_municipal_sh.php. Acesso em 08 de agosto de 2012.
- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA ESTADUAL DA EDUCAÇÃO. DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO. *Taxa de Rendimento - Ensino Fundamental-RS 2011. Censo Escolar da Educação Básica 2011*. Porto Alegre, 2012. Disponível em: http://www.educacao.rs.gov.br/dados/estatisticas_taxa_rend_ens_fund_2011.pdf. Acesso em 06 de agosto de 2012.
- FERREIRA, André Cassino. *Interações na fronteira Brasil-Uruguai: um estudo de casos das cidades de Jaguarão e Rio Branco*. 2010. Disponível em: <http://www.igeo.ufrj.br/fronteiras>. Acesso em 11 de abril de 2011.
- FORQUIN, Jean Claude. *École et culture. Le point de vue des sociologues britanniques*. 2 ed. Belgium: De Boeck & Larcier, 1996.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.
- IPHAN. *Dossiê de Tombamento*. Conjunto histórico e Paisagístico de Jaguarão-RS, 2011.

- LOPEZ, Daniel; PIERA, Virgínia; KLAINER, Rosa. *Diálogos com crianças e jovens – Construindo projetos educativos em e para os Direitos Humanos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- MARTINS, José de Souza. Introdução. In: *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MICELI, Paulo. Por outras histórias do Brasil. In PINSKY, Jaime (org.). *O Ensino de História e a Criação do Fato*. São Paulo, Contexto, 1988.
- MORIN, Edgar. *A cabeça bem feita. Repensar a reforma. Reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império*. Relatos de viagem e transculturação. São Paulo: EDUSC, 1999.
- SANTOS Boaventura de S. *Produzir Para Viver: Os Caminhos da Produção não Capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SECRETARIA DA SAÚDE. *Diagnóstico Local de Saúde Jaguarão*. Porto Alegre, 2007.
- SECRETO, María Verónica, O destino não manifesto. A historiografia brasileira das fronteiras. *Dimensões. Revista de História da UFES*, n. 14, 2002.
- SEPLAG. *Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul*. Índice de Mapas. Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=630>. Acesso em 09 de agosto de 2012.
- STEPHANOU, Maria. Instaurando Maneiras de Ser, Conhecer e Interpretar. In: *Revista Brasileira de História*, vol. 18 n. 36 São Paulo, 1998. Disponível em: <ile:///Volumes/FERNANDA/UNIPAMPA/EPISTEMOLOGIA/Revista%20Brasileira%20de%20História%20-%20Instaurando%20maneiras%20de%20ser,%20conhecer%20e%20interpretar.webarchive>. Acesso em: 05 jul.2011.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018. Bagé, 2013.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Resolução nº 5, de 17 de junho de 2010. *Regimento geral da Universidade*. 2010.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. *Diretrizes orientadoras para elaboração dos Projetos Pedagógicos das licenciaturas da Universidade Federal do Pampa-UNIPAMPA*. 2011.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Elementos do projeto Político-Pedagógico de Curso de Graduação da UNIPAMPA. 2011.
- YOUNG, Jock. *A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente*. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

Legislação

Base Nacional Comum Curricular do MEC.

Base Nacional Comum Curricular do MEC.

Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta as Leis nos 10.048/2000, a qual dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta as Leis nos 10.048/2000, a qual dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Decreto nº 5.622/2005, art. 4º, inciso II, § 2º Prevalência da Avaliação presencial de EAD.

Decreto nº 5.622/2005, art. 4º, inciso II, § 2º Prevalência da Avaliação presencial de EAD.

Decreto Nº 5.626/2005, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras.

Decreto Nº 5.626/2005, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras.

Decreto nº 6.949/2009, o qual promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo.

Decreto nº 6.949/2009, o qual promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo.

Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado.

Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado.

Lei 12.605/2012, que determina o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas.

Lei 12.605/2012, que determina o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas.

Lei nº 12.764/2012; que dispõe sobre a Proteção dos Direitos de Pessoas com Transtorno de Espectro Autista.

Lei nº 12.764/2012; que dispõe sobre a Proteção dos Direitos de Pessoas com Transtorno de Espectro Autista.

Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 - Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".

Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 - Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".

Lei Nº 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências.

Lei Nº 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências.

Lei nº 11.645, de 10 março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Lei nº 11.645, de 10 março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 – Dispõe sobre estágio de estudantes; altera redação do art. 428 da Consolidação das Leis de Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 – Dispõe sobre estágio de estudantes; altera redação do art. 428 da Consolidação das Leis de Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Lei nº 12.056/2009, a qual acrescenta parágrafos ao art. 62 da Lei nº 9394/1996, referentes à formação inicial e continuada de professores.

Lei nº 12.056/2009, a qual acrescenta parágrafos ao art. 62 da Lei nº 9394/1996, referentes à formação inicial e continuada de professores.

Lei nº 12.796/2013, que altera a Lei 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.

Lei nº 12.796/2013, que altera a Lei 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.

Lei Nº 13.005/2014, a qual aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

Lei Nº 13.005/2014, a qual aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

Lei nº 13.146/2015, a qual institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Lei nº 13.146/2015, a qual institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

Lei nº 9.795/1999, que dispõe sobre a educação ambiental, instituindo a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências; o Decreto nº 4.281/2002, o qual regulamenta a Lei nº 9.795/1999.

Lei nº 9.795/1999, que dispõe sobre a educação ambiental, instituindo a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências; o Decreto nº 4.281/2002, o qual regulamenta a Lei nº 9.795/1999.

Nota Técnica MEC nº 24/2015, a qual apresenta a dimensão de gênero e orientação sexual nos planos de educação.

Nota Técnica MEC nº 24/2015, a qual apresenta a dimensão de gênero e orientação sexual nos planos de educação.

Parecer CNE/CES nº 1.363, de 12 de dezembro de 2001 – Retifica o Parecer CNE/CES n.º 492, de 3 de abril de 2001, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social.

Parecer CNE/CES nº 1.363, de 12 de dezembro de 2001 – Retifica o Parecer CNE/CES n.º 492, de 3 de abril de 2001, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social.

Parecer CNE/CES nº 15, de 2 de fevereiro de 2005 – Solicitação de esclarecimento sobre as Resoluções CNE/CP nº 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura, de graduação plena, e 2/2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de Licenciatura, de graduação plena, de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior.

Parecer CNE/CES nº 15, de 2 de fevereiro de 2005 – Solicitação de esclarecimento sobre as Resoluções CNE/CP nº 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura, de graduação plena, e 2/2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de Licenciatura, de graduação plena, de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior.

Parecer CNE/CES nº 197, de 7 de julho de 2004 – Consulta, tendo em vista o art. 11 da Resolução CNE/CP 1/2002, referente às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica em nível superior, curso de Licenciatura, de graduação plena.

Parecer CNE/CES nº 197, de 7 de julho de 2004 – Consulta, tendo em vista o art. 11 da Resolução CNE/CP 1/2002, referente às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica em nível superior, curso de Licenciatura, de graduação plena.

Parecer CNE/CES nº 223, de 20 de setembro de 2006 – Consulta sobre a implantação das novas diretrizes curriculares, formulada pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Parecer CNE/CES nº 223, de 20 de setembro de 2006 – Consulta sobre a implantação das novas diretrizes curriculares, formulada pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Parecer CNE/CES nº 228, de 4 de agosto de 2004 – Consulta sobre reformulação curricular dos Cursos de Graduação.

Parecer CNE/CES nº 228, de 4 de agosto de 2004 – Consulta sobre reformulação curricular dos Cursos de Graduação.

Parecer CNE/CES nº 492, de 03 de abril de 2001 – Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social.

Parecer CNE/CES nº 492, de 03 de abril de 2001 – Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social.

Parecer CNE/CP nº 02/2015, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica;

Parecer CNE/CP nº 02/2015, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica;

Parecer CNE/CP nº 03/2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Parecer CNE/CP nº 03/2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Parecer CNE/CP nº 14, de 06 de junho de 2012 – Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Parecer CNE/CP nº 14, de 06 de junho de 2012 – Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Parecer CNE/CP nº 4, de 13 de setembro de 2005 – Aprecia a Indicação CNE/CP nº 3/2005, referente às Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores fixada pela Resolução CNE/CP nº 1/2002.

Parecer CNE/CP nº 4, de 13 de setembro de 2005 – Aprecia a Indicação CNE/CP nº 3/2005, referente às Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores fixada pela Resolução CNE/CP nº 1/2002.

Parecer CNE/CP nº 5, de 4 de abril de 2006 – Aprecia Indicação CNE/CP nº 2/2002 sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para Cursos de Formação de Professores para a Educação Básica.

Parecer CNE/CP nº 5, de 4 de abril de 2006 – Aprecia Indicação CNE/CP nº 2/2002 sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para Cursos de Formação de Professores para a Educação Básica.

Parecer CONAES nº 4, de 17 de junho de 2010 - Sobre o Núcleo Docente Estruturante (NDE).

Parecer CONAES nº 4, de 17 de junho de 2010 - Sobre o Núcleo Docente Estruturante (NDE).

Portaria nº 3.284/2003, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

Portaria nº 3.284/2003, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

Portaria nº 4059, de 13 de Dezembro de 2004 - Autoriza as instituições de ensino superior a introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas integrantes do currículo que utilizem modalidade semi-presencial, conforme disposto na LDB/1996.

Portaria nº 4059, de 13 de Dezembro de 2004 - Autoriza as instituições de ensino superior a introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas integrantes do currículo que utilizem modalidade semi-presencial, conforme disposto na LDB/1996.

Resolução CNE nº 2 de 15 de junho 2012 – Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental Brasília: Ministério da Educação.

Resolução CNE nº 2 de 15 de junho 2012 – Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental Brasília: Ministério da Educação.

Resolução CNE/CEB nº 04/2010, a qual define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

Resolução CNE/CEB nº 04/2010, a qual define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

Resolução CNE/CES nº 13, de 13 de março de 2002 – Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de História.

Resolução CNE/CES nº 13, de 13 de março de 2002 – Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de História.

Resolução CNE/CP nº 02/2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a Formação Continuada.

Resolução CNE/CP nº 02/2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a Formação Continuada.

Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de novembro de 2005 – Altera a Resolução CNE/CP nº 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura de graduação plena.

Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de novembro de 2005 – Altera a Resolução CNE/CP nº 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura de graduação plena.

Resolução CONAES nº 1, de 17 de junho de 2010 - Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.

Resolução CONAES nº 1, de 17 de junho de 2010 - Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.

Resolução CONAES nº 1, de 30 de maio de 2012 - Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Resolução CONAES nº 1, de 30 de maio de 2012 - Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Resolução nº1 de 17 de junho de 2004 do Conselho Nacional de Educação, vinculado ao Ministério da Educação, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Resolução nº1 de 17 de junho de 2004 do Conselho Nacional de Educação, vinculado ao Ministério da Educação, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

APÊNDICE A

NORMATIVA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I E TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS JAGUARÃO
CURSO DE HISTÓRIA – LICENCIATURA
NORMATIVA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TRABALHO DE
CONCLUSÃO DE CURSO I E TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II)

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O presente regulamento visa normatizar as atividades relacionadas ao Trabalho de Conclusão de Curso de História – Licenciatura da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), indispensável para a obtenção do grau de licenciado em História.

Art. 2º - O TCC, no Curso de História - Licenciatura, divide-se em dois componentes curriculares obrigatórios, intitulados “Trabalho de Conclusão de Curso I” e “Trabalho de Conclusão de Curso II”, a serem realizados, respectivamente, na forma de projeto e monografia. Ambos serão desenvolvidos individualmente sob a orientação de um docente do curso de História e sobre temas de abrangência na área de História ou Ensino de História.

Art. 3º - Os objetivos gerais de ambos os componentes são os de articular a pesquisa, extensão e o ensino e contribuir para a formação do (a) docente/pesquisador (a).

CAPÍTULO II - DOS PRÉ-REQUISITOS RECOMENDADOS PARA OS COMPONENTES
CURRICULARES DE TCC I e TCC II

Art. 4º – É condição obrigatória que o discente tenha concluído, com aprovação, os componentes curriculares obrigatórios ofertados até o sétimo período do Curso, conforme matriz curricular.

§1º - A aprovação no componente curricular de Trabalho de Conclusão de Curso I constitui-se como pré-requisito para cursar o componente curricular de Trabalho de Conclusão de Curso II.

§2º - O não cumprimento desse requisito constitui-se motivo para cancelamento da matrícula no respectivo componente curricular.

CAPÍTULO III - DO COMPONENTE CURRICULAR TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I

Art. 5º - O objetivo do componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso I é a elaboração de um projeto de pesquisa relacionado à área da História e/ou seu ensino.

§ 1º - O componente curricular TCC I será ofertado com carga de 90 (noventa) horas-aula. Destas, 30 (trinta) horas-aula são destinadas a encontros coletivos, com discentes devidamente matriculados no componente TCC I, com o objetivo de apropriarem-se de discussões teóricas pertinentes à elaboração de um projeto de pesquisa relacionado às temáticas na área da História e/ou de seu ensino, sob a responsabilidade do Coordenador de TCC, a quem o discente apresentará um pré-projeto. As demais 60 (sessenta) horas são destinadas a elaboração de projeto, sob a orientação dos respectivos orientadores. Nesta carga horária o discente realizará leituras, receberá orientações específicas através de debates, leituras e reuniões e desenvolverá, ainda que inicialmente (para a elaboração do projeto final de TCC), a pesquisa bibliográfica e documental.

§ 2º - O componente curricular TCC I será ofertado com carga de noventa horas-aula. A distribuição da carga horária corresponde a encontros presenciais com o docente responsável pelo componente curricular (vinte horas-aula) e encontros presenciais com o docente orientador, paralelamente às atividades de pesquisa e redação discentes, contabilizando (setenta horas-aula).

§ 3º - A carga horária dedicada aos encontros presenciais com o docente responsável pelo componente curricular está assim distribuída:

- 1º encontro: apresentação do componente e plano de ensino;
- 2º e 3º encontro: preenchimento do termo de solicitação de orientação, elaboração de carta de intenção e devolução para o docente responsável pelo componente;
- 4º encontro: informe dos aceites de orientação decididos após reunião de comissão de curso;
- 16º encontro: entrega do projeto de pesquisa.
- 17º encontro: devolução dos projetos de pesquisa e resultados.

§ 4º - A escolha do professor orientador ocorrerá a partir de uma lista tríplice de conjugação tema-professor (1ª opção, 2ª opção e 3ª opção). A Coordenação de Curso, junto à Comissão de Curso, definirá quais as orientações serão efetivadas. No Apêndice I, desta normativa, encontra-se o documento modelo intitulado “Termo de Compromisso e Solicitação de Orientação”.

§ 5º - A carta de intenção corresponde à elaboração de uma síntese do projeto de pesquisa, delimitado em seu conteúdo aos seguintes aspectos: introdução, delimitação temática e justificativa, objetivos e metodologia/fontes, não devendo ultrapassar duas páginas.

§ 6º - O docente deve elaborar uma ficha de acompanhamento referente aos encontros presenciais de orientação, relatando a frequência e o desempenho do discente no que concerne às atividades de pesquisa.

§ 7º - A escolha do professor orientador do TCC I ocorrerá a partir de uma lista tríplice de conjugação tema-professor (1ª opção, 2ª opção e 3ª opção). A Coordenação de TCC, junto à

Comissão de Curso, definirá quais as orientações serão efetivadas. No Apêndice I, desta normativa, encontra-se o documento modelo intitulado “Termo de Compromisso e Solicitação de Orientação”. Tal documento deverá ser entregue ao Coordenador de TCC ao final do semestre anterior a matrícula no TCC

Art. 6º - O discente deve elaborar seu projeto de Trabalho de Conclusão de Curso de acordo com esta normativa e com as recomendações do seu docente orientador, apresentando-o em consonância com a distribuição programática adequada semestralmente pelo plano de ensino do docente responsável pelo componente.

Parágrafo único. A estrutura formal do Projeto deve seguir os critérios técnicos estabelecidos no “Manual de elaboração e normatização de trabalhos acadêmicos, conforme a ABNT”, da UNIPAMPA.

Art. 7º - A estrutura básica do Projeto de Trabalho de Conclusão compõe-se de:

- I. Sumário;
- II. Apresentação (título, autor, orientador, previsão de duração da pesquisa);
- III. Objeto (tema, delimitação do tema, formulação do problema);
- IV. Justificativa;
- V. Objetivos: Gerais e Específicos;
- VI. Embasamento Teórico;
- VII. Metodologia (método de abordagem e procedimento);
- VIII. Estrutura da Monografia (Sumário Provisório);
- IX. Cronograma de Atividades;
- X. Referências;

Art. 8º - O Projeto de Trabalho de Conclusão do Curso (TCC I) deve ser entregue ao Coordenador de TCC I, assinado pelo orientando e pelo orientador responsável, com no mínimo 15 (quinze) dias úteis de antecedência ao término do semestre letivo, para conhecimento no NDE.

Art. 9º - A avaliação do TCC I será dada pelo Coordenador de TCC e pelo professor orientador, em média de 0 a 10,0 (zero a dez), sendo 6,0 (seis) a nota mínima para aprovação.

Art. 10º - A avaliação final do componente será realizada pelo docente orientador, que corresponde ao preenchimento de duas fichas avaliativas objetivas: 1) avaliação do projeto e; 2) avaliação de acompanhamento do discente.

§ 1º - A primeira parte da avaliação é realizada pelo Coordenador de TCC, ao final das 30 horas de atividade do componente de TCC I, através de um pré-projeto (igualmente estruturado

conforme apresentado no Art. 8º desta normativa) realizado pelo discente. A data de entrega fica a critério do Coordenador de TCC.

§ 2º - A segunda parte da avaliação é realizada pelo Coordenador de TCC e pelo respectivo orientador (média entre estas notas), através do projeto final entregue pelo discente.

§ 3º - A nota final do componente é composta pela média simples da divisão entre as duas fichas avaliativas, correspondente a um total de dez pontos. primeira parte da avaliação (conforme parágrafo primeiro deste artigo) e a segunda parte da avaliação (conforme parágrafo segundo deste artigo).

§ 4º - Os critérios de avaliação estão indicados nas fichas padrão apresentadas no apêndice II desta normativa.

Parágrafo único – Caso haja questionamento da nota final do componente Trabalho de Conclusão de Curso por parte do discente, um parecer deverá ser elaborado pelo docente e posteriormente apresentado à comissão de curso em reunião para apreciação.

CAPÍTULO IV - DO COMPONENTE CURRICULAR TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II

Art. 11º - O componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso II é aquele em que o discente desenvolve, com orientação específica, o trabalho monográfico propriamente dito. Tem carga horária de 90 horas-aula em que o discente recebe orientações semanais, devidamente registradas, dá continuidade à pesquisa (campo, bibliográfica, documental, etc.), à análise de fontes e às leituras, e elabora sua monografia, cujo resultado deverá ser aprovado por uma banca pública.

Art. 12º - O Trabalho de Conclusão de Curso, também classificado como Monografia, deve ser elaborado considerando-se:

I – sua estrutura formal, os critérios técnicos estabelecidos no “Manual de elaboração e normatização de trabalhos acadêmicos, conforme a ABNT”, da UNIPAMPA.

II – seu conteúdo, as finalidades estabelecidas no artigo 5º desta normativa e a vinculação direta do seu tema com a área da História e/ou seu ensino.

Art. 13º – Para a matrícula no componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso II, o discente deverá ter obtido aprovação no componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso I.

Art. 14º – No componente Trabalho de Conclusão de Curso II o discente segue sob a orientação do docente que o orientou no componente Trabalho de Conclusão de Curso I.

Art. 15º – O discente deverá entregar a primeira versão completa de seu trabalho de conclusão de curso ao professor orientador em no máximo seis semanas antes do prazo fixado no calendário acadêmico da UNIPAMPA para o término do respectivo semestre. Contudo, antes deste prazo

cabe ao orientador solicitar sempre que julgar necessário que o discente entregue o até então produzido em seu devido formato monográfico.

§ 1º – O professor orientador terá o prazo de uma semana, a partir do recebimento da mesma, para avaliar a primeira versão completa do Trabalho de Conclusão de Curso e fazer observações e sugestões pertinentes ao conteúdo e forma para serem incluídas na segunda versão final.

§ 2º – O discente deverá entregar ao orientador de TCC II três cópias encadernadas em espiral da versão final do Trabalho de Conclusão de Curso e sua versão digital (formato PDF, em mídia removível) em até uma semana após a devolução da primeira versão final corrigida até o último dia fixado pela Coordenação de TCC e a Coordenação do Curso, para que sejam organizadas as agendas de defesas. , ainda dentro do Calendário Acadêmico entrega deverá ser acompanhada de uma carta do orientador com a expressão “apto para a defesa”, juntamente com o documento de marcação/agendamento de bancas apresentado no apêndice IV desta normativa.

§ 3º – O prazo de entrega do texto revisado (em sua versão final) deverá ser fixado pelo docente responsável pelo componente, visando à organização do calendário de defesas, desde que a banca examinadora receba o trabalho com no mínimo dez dias de antecedência da data prevista para a defesa pública.

§ 3º - As defesas de Trabalho de Conclusão de Curso deverão ser agendadas pelo docente responsável pelo componente e poderão ocorrer a partir de quinze dias contados do encerramento do prazo para a entrega da segunda versão completa do trabalho de conclusão de curso.

Art. 16º - A estrutura da TCC II em formato de Monografia compõe-se de:

I. Capa;

II. Folha de rosto;

III. Termo ou folha de aprovação;

IV. Dedicatórias (opcional);

V. Agradecimentos;

VI. Resumo seguido de três palavras-chave (apresentar, igualmente, o resumo e as palavras-chave traduzidos para língua estrangeira – inglesa, francesa ou espanhola);

VII. Epígrafe (opcional);

VIII. Lista de ilustrações (quando for o caso);

IX. Lista de tabelas (quando for o caso);

X. Lista de abreviaturas ou siglas (quando for o caso);

XI. Lista de símbolos (quando for o caso);

- XII. Sumário;
- XIII. Introdução;
- XIV. Desenvolvimento do trabalho (capítulos);
- XV. Conclusão;
- XVI. Referências;
- XVII. Glossário (quando for o caso);
- XVIII. Apêndices (quando for o caso);
- XIX. Anexos (quando for o caso);

§ 1º – O Trabalho de Conclusão de Curso II deve possuir no mínimo 25 (vinte e cinco) e no máximo, 60 (sessenta) páginas de texto (contando somente os itens XIII, XIV e XV, de acordo com o estabelecido no “Manual de elaboração e normatização de trabalhos acadêmicos, conforme a ABNT”, da UNIPAMPA).

§ 2º – O trabalho de conclusão de curso que extrapolar o limite máximo estabelecido no parágrafo anterior, para a apresentação, deve ter a devida justificativa encaminhada e aprovada pelo orientador que, por sua vez, encaminhará e discutirá com a Coordenação de Curso e Comissão de Curso. O primeiro, em última instância, aprovará ou não o ato de ultrapassar o limite máximo de páginas estabelecidas.

§ 3º – O exposto acima também deverá ser observado para o caso de trabalhos que não contemplem o número mínimo de páginas estabelecidas no parágrafo primeiro.

CAPÍTULO V - DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II E SUA BANCA EXAMINADORA

Art. 17º – O sistema de verificação do rendimento acadêmico do discente do componente curricular (nota final) de Trabalho de Conclusão de Curso II será constituído pela média ponderada das avaliações feitas por cada um dos membros da banca examinadora.

§ 1º – A nota final do componente é o resultado da media aritmética das notas dos três avaliadores (orientador e os professores convidados).

§ 2º - a nota atribuída pelo trabalho escrito, monografia, tem peso 7,0 (sete), ao passo que a nota da apresentação oral tem peso 3,0 (três). No apêndice III desta normativa encontram-se as planilhas padrão contendo os critérios de avaliativos do texto e da apresentação oral.

Art. 18º – As sessões de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso deverão ser obrigatoriamente públicas.

Parágrafo único – os membros das bancas examinadoras estão proibidos de tornarem públicos os conteúdos dos trabalhos antes de suas defesas.

Art. 19º – Mediante diálogo com os respectivos orientadores de Trabalho de Conclusão de Curso II, cabe ao docente responsável pelo componente indicar as bancas examinadoras.

§ 1º – Caberá ao docente responsável pelo componente apresentar as bancas indicadas à Comissão do Curso que, em última instância, aprova ou não as indicações.

§ 2º – O docente responsável pelo componente será o responsável pela condução dos trâmites, como a elaboração de calendários de bancas, a reserva de espaços e equipamentos necessários para a defesa.

§ 3º – É o docente responsável pelo componente quem emite as cartas convite para os membros das bancas, assim como os atestados de participação. Ambos os documentos deverão ser assinados por este e pela Coordenação de Curso.

Art. 20º – Ao término da data limite para entrega das cópias do Trabalho de Conclusão de Curso, o docente responsável pelo componente deverá divulgar publicamente a composição das bancas examinadoras, o local, as datas e as salas destinadas à realização das defesas.

§ 1º – Quando o texto final não for entregue no prazo estabelecido, caberá ao docente responsável pelo componente analisar a relevância ou não do motivo apresentado pelo discente.

§ 2º – Comprovada a existência de justo motivo pelo docente responsável pelo componente, e com o consentimento do professor orientador, poderá ser estabelecida outra data específica para a defesa, desde que respeitando o calendário acadêmico vigente, ou seja: ainda dentro do semestre letivo.

Art. 21º – Na defesa, o discente terá até 20 (vinte) minutos, prorrogáveis por mais 5 (cinco) a critério da banca examinadora, para apresentar seu trabalho. Cada componente da banca examinadora terá até 20 (vinte) minutos para fazer a sua arguição, dispondo ainda o discente de 15 (quinze) minutos para responder a cada um dos examinadores.

Art. 22º – A atribuição das notas dar-se-á após o encerramento da etapa de arguição, obedecendo ao sistema de notas individuais por examinador, levando em consideração o texto escrito, a sua exposição oral e a defesa na arguição apresentada pela banca examinadora.

§ 1º – Utilizam-se, para a atribuição das notas, fichas de avaliação individuais (apêndice III deste documento de normatização), onde cada examinador registra suas notas para cada item a ser considerado;

§ 2º – A nota final do discente é o resultado da média aritmética das notas atribuídas pelos membros da comissão examinadora;

§ 3º – Será considerado aprovado, no Trabalho de Conclusão de Curso, o discente que atingir nota final igual ou superior a 6,0 (seis);

§ 4º – Para os discentes que obtiverem nota inferior a 6,0 (seis), não haverá atividade de recuperação. Isto é: o discente que não obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis) será reprovado em TCC II e deverá cursar novamente o componente curricular.

Art. 23º – A banca examinadora, por maioria, após a defesa oral, pode sugerir ao discente que reformule aspectos de seu Trabalho.

Parágrafo único – o prazo para apresentar as alterações sugeridas é de no máximo 05 (cinco) dias corridos após a realização da banca 10 (dez) dias, podendo ser inferior a critério da banca examinadora.

Art. 24º – O discente que não entregar o Trabalho de Conclusão de Curso, ou que não se apresentar para a sua defesa oral, sem motivo justificado na forma da legislação em vigor, está automaticamente reprovado no componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso II.

Art. 25º – Em caso de reprovação o discente poderá recorrer a Comissão do Curso de História – Licenciatura, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data de publicização do resultado.

§ 1º – Caso o recurso de discente seja aceito pela Comissão do Curso de História-Licenciatura, será constituída uma comissão revisora da avaliação, composta por três professores distintos dos componentes da banca examinadora e preferencialmente da área de concentração do trabalho.

§ 2º – A Comissão revisora terá 3 (três) dias para apresentar julgamento da revisão da nota.

§ 3º - Se reprovado, fica a critério do discente continuar ou não, quando cursar novamente o componente de TCC II , com o mesmo tema do TCC I e com o mesmo orientador.

§ 4º - Optando por mudança de tema, o discente deve reiniciar o processo de elaboração do projeto, ficando previsto o prazo limite de até 15 (quinze) dias, a contar desde o primeiro dia letivo do semestre, para apresentar um novo projeto de TCC I ao professor orientador e ao Docente responsável pelo componente. A mudança de tema só será permitida mediante a elaboração de um novo Projeto e preenchimento dos seguintes requisitos:

I - Ocorrer mudança dentro de um prazo não superior a 15 (quinze) dias úteis, contados da data de início do período letivo;

II - Haver a aprovação do docente orientador e do Docente responsável pelo componente;

III - Haver a concordância do docente orientador em continuar com a orientação, ou a concordância expressa de outro docente em substituí-lo;

§5º - Pequenas mudanças que não comprometam as linhas básicas do projeto são permitidas a qualquer tempo, desde que com anuência do orientador.

Art. 26º – Ao discente cujo Trabalho de Conclusão Curso tenha sido reprovado, é vedada a defesa do mesmo, ou de novo trabalho, qualquer que seja a alegação, no semestre da reprovação.

Art. 27º – A avaliação final, assinada por todos os membros da banca examinadora, deve ser registrada em ata, conforme modelo padrão apresentado no anexo V desta normativa.

§ 1º – Podem fazer parte da banca examinadora, além do orientador, outros docentes lotados na UNIPAMPA, docentes de outras IES, ou profissionais não docentes, desde que estes últimos tenham correlação com o referido tema proposto na monografia;

§ 2º – Quando da designação da banca examinadora deve também ser indicado um membro suplente, encarregado de substituir qualquer dos titulares em caso de impedimento, à exceção do próprio orientador.

Art. 28º – A banca examinadora somente pode executar seus trabalhos com 3 (três) membros presentes.

§ 1º – Não comparecendo dois dos professores designados para a banca examinadora, suspende-se a avaliação final do trabalho de conclusão de curso, de modo que o orientador e o Docente responsável pelo componente deverão organizar nova banca de avaliação a ser realizada em no máximo dois dias úteis.

§ 2º – Para o caso apontado no parágrafo anterior, o Docente responsável pelo componente deverá chamar o suplente e comunicar o fato por escrito à Coordenação de Curso.

Art. 29º – Todos os professores do Curso de História - Licenciatura da UNIPAMPA podem ser convocados para serem orientadores de Trabalho de Conclusão de Curso, bem como para participar das bancas examinadoras.

Parágrafo único – Deve, sempre que possível, ser mantida a equidade no número de indicações de cada professor para compor as bancas examinadoras, procurando ainda evitar-se, quando viável, a designação de qualquer docente para um número superior a 06 (seis) bancas examinadoras por semestre.

CAPÍTULO VI - DA FREQUÊNCIA NOS COMPONENTES CURRICULARES TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I E TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II

Art. 30º – A frequência mínima nos componentes curriculares de Trabalho de Conclusão de Curso I e Trabalho de Conclusão de Curso II será de 75%, de acordo com a legislação vigente, relativamente às orientações com os professores, de acordo com o cronograma de atividades estabelecido nos dois componentes curriculares e as atividades solicitadas.

Art. 31º – De forma alguma os componentes curriculares de Trabalho de Conclusão de Curso I e Trabalho de Conclusão de Curso II poderão ser cursados no mesmo período.

CAPÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 32º – Os casos de plágio comprovados incorrerão em reprovação imediata do acadêmico, sendo passíveis de punições e processo interno.

Parágrafo único – a percepção de plágio deverá ser comunicada imediatamente ao Docente responsável pelo componente, acompanhado de documentação comprobatória do mesmo; constatado o fato pelo Docente responsável pelo componente, este deverá solicitar a convocação de uma reunião em caráter extraordinário, com o intuito de submeter a suspeita de plágio ao conhecimento e análise dos membros da Comissão de Curso.

Art. 33º - Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação da presente normativa serão solucionados pela Coordenação do Curso, pelo Docente responsável pelo componente e pela Comissão do Curso de História - Licenciatura.

Art. 34º - Estas normas entram em vigor na data da sua aprovação pela Comissão do Curso e Núcleo Docente Estruturante do Curso de História - Licenciatura.

Jaguarão, 04 de novembro de 2015.

Apêndice I

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA CURSO DE HISTÓRIA-LICENCIATURA CAMPUS JAGUARÃO

TERMO DE COMPROMISSO DO DISCENTE SOLICITAÇÃO DE ORIENTAÇÃO (Trabalho de Conclusão de Curso I e Trabalho de Conclusão de Curso II)

Eu, _____, matriculado sob o número _____, discente do curso de História - Licenciatura, comprometo-me a desempenhar as atividades referentes ao Trabalho de Conclusão de Curso, conforme especificado nos documentos por mim já conhecidos (Normativa de Trabalho de Conclusão de Curso (Trabalho de Conclusão de Curso I e Trabalho de Conclusão de Curso II) – do Curso de História - Licenciatura, Projeto Pedagógico de Curso de História – Licenciatura e a Resolução nº 29, de 28 de abril de 2011 - Aprova as Normas Básicas de Graduação, Controle e Registro das Atividades Acadêmicas. UNIPAMPA). Para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso, provisoriamente intitulado _____

_____,
solicito (como 1º opção) a orientação do(a) docente que, previamente, se disponibiliza em fazer a devida orientação.

Outras opções de orientação:

Nome do(a) docente para 2º opção de orientação: _____

Nome do(a) docente para 3º opção de orientação: _____

Assinatura do discente

Assinatura do provável docente orientador (1º opção)

Recebido pelo docente responsável pelo componente em ___/___/___

Assinatura do docente responsável pelo componente _____

Jaguarão, ___ de _____ de _____.

Apêndice II

Ficha de avaliação de Trabalho de Conclusão de Curso I

Acadêmico(a): _____ Número de matrícula: _____

Título do Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso: _____

Data da Avaliação: ____/____/____

Crítérios de avaliação do acompanhamento discente	Valor do item	Nota obtida
Assiduidade e pontualidade aos encontros de orientação	2.5	
Cumprimento das tarefas programadas	2.5	
Interesse, participação e engajamento no trabalho	2.5	
Leitura e discussão do material indicado no trabalho	2.5	

Crítérios de avaliação do projeto	Valor do item	Nota obtida
Articulação dos conteúdos com o tema do trabalho	2.5	
Articulação teórico-metodológica e trato adequado dos dados e das fontes de pesquisa	2.5	
Qualidade e organização do material apresentado	2.5	
Objetividade e precisão na escrita e cumprimento das normas de redação científica	2.5	

Docente responsável pelo componente: _____

Assinatura: _____

Apêndice III

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CURSO DE HISTÓRIA-LICENCIATURA
CAMPUS JAGUARÃO

PLANILHA DE AVALIAÇÃO INDIVIDUAL DE Trabalho de Conclusão de Curso II

Nome do acadêmico(a)	
Título do trabalho	
Orientador(a)	
Avaliador(a)	

Itens para avaliação escrita	Valor do item	Nota obtida
Redação, clareza, objetividade e coerência interna do trabalho	1,0	
Articulação teórico-metodológica e trato adequado dos dados e das fontes de pesquisa	2,5	
Adequação e atualidade da bibliografia	1,5	
Observância dos princípios éticos que orientam a profissão	1,0	
Linguagem e formatação técnico científica clara e adequada.	1,0	
NOTA PARCIAL = soma das notas dos itens acima	7,0	

Itens para avaliação oral	Valor do item	Nota obtida
Contextualização do tema e a definição clara do problema na exposição	0,5	
Forma de apresentação do trabalho (competência discursiva e habilidade de comunicação)	0,5	
Domínio do conteúdo do Trabalho de Conclusão de Curso, segurança na exposição e argumentação.	1,0	
Coerência entre o que foi apresentado e o que está efetivamente escrito no artigo (análise e síntese do trabalho)	1,0	
NOTA PARCIAL = soma das notas dos itens acima	3,0	

NOTA FINAL DO Trabalho de Conclusão de Curso II
(Soma das duas notas parciais - escrita e texto): _____

Data: _____

Assinatura do Avaliador: _____

Apêndice IV

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CURSO DE HISTÓRIA-LICENCIATURA
CAMPUS JAGUARÃO

AGENDAMENTO DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II
CURSO DE HISTÓRIA - LICENCIATURA

NOME DO DISCENTE:

N.º MATRÍCULA:

CURSO:

TÍTULO DO TRABALHO

PROFESSOR ORIENTADOR: _____

MEMBROS AVALIADORES DA BANCA (Titulação, nome, Campus ou Instituição de Ensino)

1 - _____

2 - _____

3 - _____

DATA DA DEFESA: / / HORÁRIO:

ASSINATURA DO ORIENTADOR (A):

ASSINATURA DO ORIENTANDO(A):

Apêndice V

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CURSO DE HISTÓRIA-LICENCIATURA
CAMPUS JAGUARÃO

ATA DE DEFESA NÚMERO ____ DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos ____ dias do mês de _____ de _____, realizou-se na sala _____, do prédio do Campus Jaguarão da Universidade Federal do Pampa, a defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso

intitulado _____

_____ de autoria do(a) discente _____, matriculado(a) sob o número _____ no Curso de História – Licenciatura. A banca examinadora, composta pelos docentes

_____, _____ e _____, atribuiu nota ____ (_____) para o texto e nota ____ (_____) para a apresentação e defesa oral. Sendo assim, o(a) discente

obteve nota final ____ (_____) e _____ no componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso II. Sem mais a tratar, lavram os membros da banca a presente ata.

Orientador (nome assinatura): _____

Avaliador I (nome e assinatura): _____

Avaliador II (nome e assinatura): _____

APÊNDICE B

NORMATIVA DE ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS JAGUARÃO
CURSO DE HISTÓRIA – LICENCIATURA
NORMATIVA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º – Os estágios curriculares no curso de História-Licenciatura caracterizam-se por oportunizar aos discentes diálogos mais concretos entre a teoria e a prática docente. De acordo com a legislação vigente para cursos de licenciatura, os estágios devem ser realizados em instituições de ensino, ou seja, a escola, preferencialmente pública. As escolas em que forem realizados os estágios devem ser conveniadas, de ensinos Fundamental, Médio e EJA, por meio da regência programada com o docente, baseada em projeto específico elaborado para o respectivo estágio.

Art. 2º –Esta normativa que regulamenta os componentes curriculares referentes aos estágios baseia-se na seguinte legislação:

- Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018;
- Resolução nº29 de 28 de abril de 2011 que aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas;
- Resolução nº20 de 26 de novembro de 2010 que dispõe sobre a realização dos Estágios destinados a estudantes regularmente matriculados na Universidade Federal do Pampa e sobre os Estágios realizados no âmbito desta instituição;
- Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008 que dispõe sobre os estágios de estudantes,
- Resolução CNE/CP n. 2 de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para formação continuada.
- Parecer CNE/CES nº 492, de 03 de abril de 2001 que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia,

Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social.

- Parecer CNE/CES nº 503/98, aprovado em 3 de agosto de 1998 Solicita esclarecimentos da Lei 9.394/96 no que se refere às normas para realização dos estágios supervisionados dos alunos regularmente matriculados no ensino médio ou superior.
- Parecer CNE/CES nº 232/2002, aprovado em 6 de agosto de 2002 Consulta sobre o art. 65 da LDB 9.394/96 e Parecer CES/CNE 744/97, que tratam da prática de ensino nos cursos de licenciatura.
- Parecer CNE/CEB nº 35/2003, aprovado em 5 de novembro de 2003 Aprova Projeto de Resolução que estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio.
- Resolução CNE/CEB nº 1, de 21 de janeiro de 2004 Estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos.
- Parecer CNE/CEB nº 34/2004, aprovado em 10 de novembro de 2004 Consultas sobre estágio supervisionado de alunos da Educação Profissional, do Ensino Médio, inclusive na modalidade de Educação Especial, e de Educação de Jovens e Adultos.
- Parecer CNE/CES nº 197, de 7 de julho de 2004 Consulta, tendo em vista o art. 11 da Resolução CNE/CP 1/2002, referente às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.
- Parecer CNE/CES nº 228, de 4 de agosto de 2004 Consulta sobre reformulação curricular dos Cursos de Graduação.
- Resolução CNE/CEB nº 2, de 4 de abril de 2005 Modifica a redação do § 3º do artigo 5º da Resolução CNE/CEB nº 1/2004, até nova manifestação sobre estágio supervisionado pelo Conselho Nacional de Educação.
- Parecer CNE/CES nº 15, de 2 de fevereiro de 2005 Solicitação de esclarecimento sobre as Resoluções CNE/CP nº 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, e 2/2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 3º – Objetivo geral: os estágios supervisionados objetivam a inserção dos discentes nos diversos contextos de ensino, no sentido de compreenderem, de forma ampla, os espaços educativos que contribuem e influenciam a formação docente, considerando-se o crescimento das atuais demandas no que tange ao ensino de História, bem como ao seu papel político e social nos diferentes espaços de atuação profissional.

Art. 4º – objetivos específicos:

§ 1º – oportunizar estágio em espaços formais de ensino, a fim de propiciar práticas docentes e a experiência da rotina do trabalho escolar;

§ 2º – distinguir o estágio das demais situações de aprendizagem realizadas ao longo do curso, como um momento privilegiado da sua formação docente;

§ 3º – assumir as responsabilidades pertinentes à sua atuação profissional docente prevista nesta etapa de formação;

§ 4º - vivenciar situações de reflexão-ação-reflexão que permitam o fortalecimento da construção da identidade docente;

§ 5º – socializar aspectos relativos à sua prática com o orientador, supervisor e colegas de estágio, a fim de rever posições, compartilhar e aprimorar planejamentos na troca de experiências;

§ 6º – interagir e dialogar com os diferentes agentes do processo educativo de forma ética e profissional, considerando os limites e as possibilidades dos envolvidos;

§ 7º – articular conhecimentos específicos com as necessidades educativas detectadas nos diferentes espaços de atuação profissional.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA DOS ESTÁGIOS

Art. 5º – Atendendo ao disposto no Art. 15 das Normas do Estágio da UNIPAMPA, e considerando a diversidade dos campos de atuação da docência, ficam estabelecidos 3 (três) componentes curriculares referentes ao Estágio Curricular Supervisionado para o Curso de História – Licenciatura, cujo início se dará a partir do sexto semestre e apresenta a seguinte estruturação:

§ 1º – Estágio Supervisionado I: ofertado no sexto semestre do curso, compreende 150 (cento e cinquenta) horas de trabalho teórico e prático envolvendo situações de observação e o conhecimento da realidade do Ensino Fundamental. Corresponde a 60 (sessenta) horas

presenciais referentes às fundamentações teóricas próprias ao ensino de História (práticas didático-pedagógicas, currículo, avaliação, legislação), 30 (trinta) horas concernentes à observação preliminar em espaço escolar de Ensino Fundamental, na turma em que o estagiário atuará; 30 (trinta) horas para regência na sala de aula em que atuará e 30 (trinta) horas para elaboração de relatório.

§ 2º – Estágio Supervisionado II: ofertado no sétimo semestre do curso, compreende 150 (cento e cinquenta) horas de trabalho teórico e prático envolvendo situações de observação e o conhecimento da realidade do Ensino Médio. Corresponde a 60 (sessenta) horas presenciais referentes às fundamentações teóricas próprias ao ensino de História (práticas didático-pedagógicas, currículo, avaliação, legislação), 30 (trinta) horas concernentes à observação preliminar em espaço escolar de Ensino Médio, na turma em que o estagiário atuará; 30 (trinta) horas para regência na sala de aula em que atuará e 30 (trinta) horas para elaboração de relatório.

§ 3º – O Estágio Supervisionado III, ofertado no oitavo semestre, compreende 135 (cento e trinta e cinco) horas de trabalho teórico e prático em espaços escolares, onde são desenvolvidas atividades extensionistas com a participação de instituições culturais e organizações da sociedade civil. A prática do Estágio III propõe a relação entre discentes do Curso, espaço-escolares e espaços não escolares, onde os estagiários desenvolvem práticas extensionistas que partem de espaços não escolares dentro de espaços-escolares. Sob a orientação de um docente do Curso e co-orientação de um docente da escola, o estagiário deve desenvolver ações que promovam a integração e atuação de espaços não escolares, com a escola, através de atividades educativas e culturais junto aos discentes do ensino básico. O Estágio Supervisionado III corresponde a 30 (trinta) horas presenciais referentes às fundamentações teóricas próprias às ações educativas em História que relacionem atividades extensionistas entre ambientes escolares e não-escolares; 15 (quinze) horas concernentes à preparo de atividades junto ao espaço não escolar de atuação; 20 (vinte) horas destinadas a planejamento e orientações; 30 (trinta) horas para atuação no espaço escolar, conforme planejamento entre Curso e instituições envolvidas; 15 (quinze) horas para elaboração de um artigo reflexivo sobre a prática, 15 (quinze) para socialização junto aos colegas discentes, e 10 (dez) para apresentação junto à comunidade da região.

CAPÍTULO IV

DOS PRÉ-REQUISITOS

Art. 6º – o discente do curso de História-Licenciatura da Universidade Federal do Pampa, para ingressar nas atividades de estágio supervisionado, deverá ser anteriormente aprovado no componente curricular Metodologia do Ensino de História (6º semestre). Da mesma forma, exige-se como pré-requisito para realizar o componente de Estágio Supervisionado II (8º semestre), a realização e aprovação no componente curricular Estágio Supervisionado I (7º semestre).

O componente curricular de Metodologia do Ensino de História é essencial para a realização dos Estágios I e II. Este componente tem como objetivo trabalhar técnicas e métodos do Ensino da História, instrumentalizando os alunos para o adequado desenvolvimento dos Estágios Supervisionados, que exigem o exercício da docência por parte dos discentes. Temas como planejamento, uso de livro didático, uso de fontes primárias, currículos, não se repetem em outros componentes. Portanto, considera-se que os discentes devem realizar, de forma obrigatória, o componente Metodologia do Ensino de História antes de ingressar nos Estágios I e II. Acredita-se que somente desta forma, estarão garantidas as condições mínimas para ensinar História em turmas de ensino fundamental e médio. Defende-se, igualmente, que os discentes devem realizar o componente Estágio I antes do Estágio II. Neste caso, tratam-se de dois níveis de ensino diferentes. Enquanto no Fundamental, são alunos de menor idade (entre 11 e 13 anos), que terão um contato básico/superficial com o ensino de História, os discentes do Ensino Médio (a partir dos 14 anos), alcançam um outro nível de aprofundamento nos conteúdos, participando de discussões melhor constituídas. A existência de pré-requisito entre esses componentes garante que o futuro professor, vivenciando diferentes experiências, possa amadurecer, progressivamente o exercício de sua docência.

CAPÍTULO V

DA DOCUMENTAÇÃO

Art. 7º – são documentos necessários para a realização do estágio:

- I. Convênio entre UNIPAMPA e Instituição concedente de estágio;
- II. Termo de compromisso entre UNIPAMPA/Jaguarão, instituição concedente e discente (03 vias originais);
- III. Carta de Apresentação (02 vias): Escola (original) e Coordenação de estágio (cópia);
- IV. Carta de Aceite do Estagiário (02 vias originais): Escola e Coordenação de estágio.

CAPÍTULO VI

DOS PROCEDIMENTOS DE ESTÁGIO

Art. 8º – A Coordenação de estágio responsável pela organização e funcionamento dos componentes curriculares referentes às práticas de docência segue o disposto nos Artigos 134 e 135 da Resolução Número 29/2011, da UNIPAMPA. É exercida por um docente da Comissão de Curso, indicado pela Coordenação Acadêmica, para coordenar os estágios dos discentes matriculados, como atividade de ensino.

Art. 9º – São da competência da Coordenação dos Estágios as seguintes atribuições:

§ 1º – Zelar pelo bom andamento dos estágios supervisionados, de acordo com esta normativa;

§ 2º – Realizar o acompanhamento do estágio conjuntamente com os professores orientadores;

§ 3º – Proceder nos casos de solicitações de desligamento, de interrupção dos estágios devido a baixo desempenho e comprometimento com as atividades por parte dos estagiários e/ou em situações de mudanças de estágio;

§ 4º – Repassar à Coordenação do Curso os relatórios finais de cada componente curricular dos estágios para arquivamento.

§ 5º – Auxiliar na resolução de situações tanto pedagógicas quanto administrativas envolvendo os campos de estágios juntamente com os professores orientadores.

§ 6º – Entrar em contato com os estagiários, orientadores e supervisores sempre que se fizer necessário e/ou quando os mesmos não se comunicarem com os seus orientadores.

Art. 10º – são atribuições do estagiário:

§ 1º – Encaminhar todos os documentos de oficialização do estágio: carta de apresentação, carta de aceite e termo de compromisso;

§ 2º – Contatar com as instituições de estágio para possibilidade de abertura de vagas para a realização da prática de estágio;

§ 3º – Comunicar à Coordenação de Estágios e orientadores a instituição indicada para o desenvolvimento dos estágios;

§ 4º – Apresentar toda a documentação referente aos estágios aos orientadores;

§ 5º – Observar e cumprir as normas da administração e organização da instituição concedente de estágio;

§ 6º – Manter a assiduidade, pontualidade e postura ética em todas as situações e atividades dos estágios;

§ 7º – Cumprir com os prazos de entrega dos documentos e planos de estágio solicitados pelo orientador;

§ 8º – Apresentar no final de cada componente curricular de estágio o relatório das ações desenvolvidas no campo de estágio de acordo com as normas previstas pela Unipampa, para a elaboração do mesmo;

§ 9º – Informar ao supervisor, orientador e à Coordenação dos Estágios ausências e/ou quaisquer questões que interfiram no andamento dos estágios;

§ 10º – Demonstrar postura crítica e argumentativa nas apresentações orais previstas em forma Seminários de Socialização de Experiências Docentes acerca das experiências e projetos significativos vivenciados durante os estágios.

Art. 11º – são atribuições do professor orientador:

§ 1º – Preencher, organizar e encaminhar aos estagiários e à Coordenação dos Estágios os documentos de oficialização e realização dos estágios: carta de aceite de orientando, carta de apresentação, termo de compromisso, fichas de frequência, planos de estágio, relatórios;

§ 2º – Elaborar juntamente com os estagiários e Coordenação dos Estágios o programa de atividades do plano de estágio;

§ 3º – Acompanhar o andamento dos estágios através de visitas às instituições e observar presencialmente, no mínimo, 2 (duas) horas-aula proferidas pelo estagiário;

§ 4º – Realizar reuniões sistemáticas de orientação e avaliação das atividades de estágios com os alunos estagiários;

§ 5º – Encaminhar à Coordenação de Estágio as avaliações finais, a carga horária cumprida pelos estagiários e relatórios finais para arquivamento;

§ 6º – Intervir nas situações de natureza pedagógica junto às escolas e aos estagiários;

§ 7º – Comunicar aos supervisores e à Coordenação de Estágios quaisquer fatos que interfiram no andamento dos estágios;

§ 8º – Proceder a avaliação processual e sistemática durante e no final dos estágios, bem como proceder com o lançamento e registros das notas finais e presenças.

CAPÍTULO VII

DA REDUÇÃO DA CARGA HORÁRIA

Art. 12º – Quanto ao cumprimento da carga horária exigida para os estágios curriculares supervisionados, está previsto na Resolução CNE/CP n. 2, de 1o de julho de 2015, que os acadêmicos que exerçam atividade docente regular na Educação Básica, poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado de até no máximo de 100 (cem) horas, mediante comprovação documentada e avaliação da Comissão de Curso e da Coordenação de Estágio.

CAPÍTULO VIII

DA AVALIAÇÃO

Art. 13º – A avaliação dos componentes curriculares do estágio supervisionado será construída de forma processual e sistemática durante as situações de docência e conforme os seguintes critérios:

- I. participação nas aulas e responsabilidade nas apresentações de trabalhos e leituras;
- II. assiduidade, pontualidade e postura ética nas situações que envolvem o estágio;
- III. capacidade de reflexão acerca das demandas atuais do ensino de História nas

modalidades de ensino fundamental e médio;

IV. elaboração de um referencial teórico próprio sobre o ensino de História a partir da experiência da docência;

V. qualidade da produção acadêmica envolvendo o planejamento de aulas, a análise sobre o vivenciado e observado, postura investigativa dos processos educativos e a elaboração de Relatório a ser apresentado ao final de cada componente curricular de estágio;

VI. argumentação crítica nas apresentações de cunho pedagógico, ou seja, de projetos de docência, nos Seminários de Socialização das Práticas de Estágio, organizados no final de cada componente curricular de estágio.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 14º – Casos omissos a este regulamento serão analisados na Coordenação de Estágio e na Comissão do Curso de História - Licenciatura para a resolução dos mesmos. Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação.

Jaguarão, 3 de agosto de 2016.

APÊNDICE C

MIGRAÇÃO: EQUIVALÊNCIAS E COMPONENTES CURRICULARES

Migração

Equivalências e Componentes Curriculares

Semestre (Semestre em que o componente curricular foi ofertado, até 2012/2)	Componente curricular obrigatória, ofertado até 2012/2	Carga horária	Proposta de alteração para nova matriz (2017/1)	Medida resolutiva
1º	Arqueologia JH0010	30h	Extinção do Componente Curricular	Componente Curricular equivalente ao de Patrimônio e Museus (6º sem) ou ao de Tópicos Especiais em Patrimônio e Museus (complementar)
1º	Fundamentos da História JH0001	75h	Redução de 15h	Aproveitamento das horas excedentes como ACG
1º	Pré-História JH0003	60h	Mudança de nomenclatura: "História do Processo de Hominização"	Sem pendências
1º	Filosofia JH0046	60h	Extinção do Componente Curricular	Componente Curricular equivalente ao de Tópicos Especiais em Ciências Sociais (complementar)
1º	Pesquisa em Educação JH0086	60h	Extinção do Componente Curricular	Componente Curricular equivalente ao de Tópicos Especiais em Ensino de História (complementar)
1º	História Antiga Oriental JH0009	60h	Extinção do Componente Curricular	Componente Curricular equivalente ao de História Antiga (2º sem) ou ao de Tópicos Especiais em História Antiga (complementar)
1º	Psicologia da Aprendizagem JH0063	75h	Redução de 15h e realocação no 2º semestre	Aproveitamento das horas excedentes como ACG
2º	História Antiga Ocidental JH0011	60h	Extinção do Componente Curricular	Componente Curricular equivalente ao de História Antiga (2º sem) ou ao de Tópicos Especiais em História Antiga (complementar)
2º	História e Cultura de Fronteira JH0002	60h	Extinção do Componente Curricular	Componente Curricular equivalente ao de História do Espaço Platino (7º sem)
2º	Sociologia JH0057	30h	Acréscimo de 30h	Sem pendências

2º	Ciência Política JH0023	30h	Extinção do Componente Curricular	Componente Curricular equivalente ao de Sociologia (2º sem) ou ao de Tópicos Especiais em Ciências Sociais (complementar)
2º	Políticas Públicas em Educação JH0060	75h	Redução de 15h e realocação no 1º semestre	Aproveitamento das horas excedentes como ACG
3º	História Medieval I JH0007	60h	Extinção do Componente Curricular	Componente Curricular equivalente ao de História Medieval (3º sem) ou ao de Tópicos Especiais em História Medieval (complementar)
3º	História Moderna I JH0012	60h	Extinção do Componente Curricular	Componente Curricular equivalente ao de História Moderna (4º sem) ou ao de Tópicos Especiais em História Moderna (complementar)
4º	História Medieval II JH0013	60h	Extinção do Componente Curricular	Componente Curricular equivalente ao de História Medieval (3º sem) ou ao de Tópicos Especiais em História Medieval (complementar)
4º	História Moderna II JH0042	60h	Extinção do Componente Curricular	Componente Curricular equivalente ao de História Moderna (4º sem) ou ao de Tópicos Especiais em História Moderna (complementar)
4º	História da América I JH018	60h	Mudança de nomenclatura: “História da América Colonial”	Sem pendências
4º	História do Brasil I JH0017	60h	Mudança de nomenclatura: “História do Brasil Colonial”	Sem pendências
5º	História do Brasil II JH0041	60h	Mudança de nomenclatura: “História do Brasil Imperial”	Sem pendências
5º	Instrumentação para o Ensino JH0043	60h	Extinção do Componente Curricular	Componente Curricular equivalente ao de Metodologia do Ensino de História (5º sem)
Componente Curricular Complementar	História e Memória JH0081	60h	Extinção do Componente Curricular	Componente Curricular equivalente ao de Tópicos Especiais em Teorias da História (complementar)
Componente Curricular Complementar	Tópicos Especiais em Ciências Sociais JH0046	60h	Extinção do Componente Curricular	Componente Curricular equivalente ao de Antropologia (1º sem) ou ao de Sociologia (2º sem)
Componente Curricular Complementar	Turismo Cultural e Museus JH0005	60h	Extinção do Componente Curricular	Componente Curricular equivalente ao de Patrimônio e Museus (5º sem) ou ao de Tópicos Especiais em Patrimônio e Museus (complementar)
Componente Curricular Complementar	Tópicos Especiais em Arqueologia JH0025	60h	Extinção do Componente Curricular	Componente Curricular equivalente ao de Patrimônio e Museus (5º sem) ou ao de Tópicos Especiais em Patrimônio e Museus (complementar)
Componente	Educação Patrimonial	60h	Mudança de	Sem pendências

Curricular Complementar	JH0085		nomenclatura: "Educação para o Patrimônio"	
Componente Curricular Complementar	Leitura Ambiental e Interpretação do Patrimônio JH0087	60h	Extinção do Componente Curricular	Componente Curricular equivalente ao de Tópicos Especiais em Metodologias e Técnicas da Pesquisa Científica em História (complementar)
Componente Curricular Complementar	História Cultura e Cidades JH0020	60h	Extinção do Componente Curricular	Componente Curricular equivalente ao de Tópicos Especiais em Teorias da História (complementar)
Componente Curricular Complementar	Cartografia Histórica JH0030	60h	Extinção do Componente Curricular	Componente Curricular equivalente ao de Mapa como recurso didático (complementar)
Componente Curricular Complementar	História das Religiões JH0031	60h	Extinção do Componente Curricular	Componente Curricular equivalente ao de Tópicos Especiais em Antropologia (complementar)
Componente Curricular Complementar	Estudos do Patrimônio Histórico JH0033	60h	Extinção do Componente Curricular	Componente Curricular equivalente ao de Patrimônio e Museus (5º sem)
Componente Curricular Complementar	Ética e Cidadania JH0034	60h	Extinção do Componente Curricular	Componente Curricular equivalente ao de Direitos Humanos e Cidadania (7º sem)
Componente Curricular Complementar	Fronteiras no mundo antigo: economia, política e sociedade JH0035	60h	Extinção do Componente Curricular	Componente Curricular equivalente ao de Tópicos Especiais em História Antiga (complementar)
Componente Curricular Complementar	Tópicos Especiais em História e Fontes JH0044	60h	Extinção do Componente Curricular	Componente Curricular equivalente ao de Tópicos Especiais em Metodologias e Técnicas da Pesquisa Científica em História (complementar)
Componente Curricular Complementar	História Social e Política JH0036	60h	Extinção do Componente Curricular	Componente Curricular equivalente ao de Tópicos Especiais em Teorias da História (complementar) ou ao de Tópicos Especiais em História Contemporânea (complementar)

Semestre (Semestre em que o componente curricular foi ofertado, até 2016/2)	Componente curricular obrigatória, ofertado até 2016/2	Carga horária	Proposta de alteração para nova matriz (2017/1)	Medida resolutiva
1º	História Antiga JH0059	60h	Realocação no 2º semestre	Sem pendências
1º	Metodologia e Técnicas de Pesquisa Científica em História JH0087	60h	Realocação no 8º semestre	Sem pendências
2º	História Medieval JH0061	60h	Realocação no 3º semestre	Sem pendências
3º	História Moderna JH0064	60h	Realocação no 4º semestre	Sem pendências
3º	História da América Colonial JH0052	60h	Realocação no 4º semestre	Sem pendências
3º	História do Brasil Colônia JH0065	60h	Mudança de nomenclatura: “História do Brasil Colonial” e realocação no 4º semestre	Sem pendências
3º	Teorias da História I JH0014	60h	Realocação no 2º semestre	Sem pendências
4º	História Contemporânea I JH0053	60h	Realocação no 9º semestre	Sem pendências

4°	História da América Independente JH0050	60h	Realocação no 5° semestre	Sem pendências
4°	História do Brasil Império JH0067	60h	Mudança de nomenclatura: “História do Brasil Imperial” e realocação no 5° semestre	Sem pendências
4°	Teorias da História II JH0038	60h	Realocação no 3° semestre	Sem pendências
5°	História Contemporânea II JH0068	60h	Realocação no 10° semestre	Sem pendências
5°	História da América Contemporânea JH0069	60h	Realocação no 6° semestre	Sem pendências
5°	História do Brasil República JH0049	60h	Realocação no 6° semestre	Sem pendências
5°	Patrimônio, Cultura Material e Arqueologia JH0070	60h	Extinção do Componente Curricular	Componente Curricular equivalente ao de Patrimônio e Museus (6° sem) ou ao de Tópicos Especiais em Patrimônio e Museus (complementar)
6°	História e Cultura Indígena JH0019	60h	Mudança de nomenclatura: “História e Narrativas Ameríndias” e realocação no 3° semestre	Sem pendências
6°	História da Região Platina JH0072	60h	Mudança de nomenclatura: “História do Espaço Platino” e realocação no 7° semestre	Sem pendências

6º	História do Brasil Contemporâneo JH0073	60h	Realocação no 7º semestre	Sem pendências
6º	Patrimônio e Museus JH0074	60h	Realocação no 5º semestre	Sem pendências
7º	História da África e da Cultura Afro-brasileira JH0016	60h	Extinção do Componente Curricular	Componente Curricular equivalente ao de História da África I (3º sem) ou ao de História da África II (6º sem) ou ao de História e Ensino da Cultura Afro-brasileira (8º sem)
7º	Trabalho de Conclusão de Curso I JH0079	60h	Aumento de 30h e realocação no 9º semestre	Sem pendências
8º	Direitos Humanos e Cidadania JH0076	60h	Realocação no 7º semestre	Sem pendências
8º	Trabalho de Conclusão de Curso II JH0080	60h	Aumento de 30h e realocação no 10º semestre	Sem pendências